

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

JONAS KUNZLER MOREIRA DORNELLES

DYONÉLIO MACHADO:
PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DE SUA VIDA E OBRA

PORTO ALEGRE
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JONAS KUNZLER MOREIRA DORNELLES

DYONÉLIO MACHADO:
PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DE SUA VIDA E OBRA

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Letras pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Theobald

PORTO ALEGRE

2020

JONAS KUNZLER MOREIRA DORNELLES

DYONÉLIO MACHADO:
PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DE SUA VIDA E OBRA

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Letras pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt – PUCRS

Prof. Dr. Francisco Ricardo Rüdiger - UFRGS

PORTO ALEGRE
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

D713d Dornelles, Jonas Kunzler Moreira

Dyonélio Machado : perspectivas para o estudo de sua vida e obra
/ Jonas Kunzler Moreira Dornelles. – 2020.

234 pgs.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Letras, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Theobald.

1. Dyonélio Machado. 2. Arquivo literário. 3. Historiografia da
literatura. 4. Condição histórica. 5. Literatura sul-rio-grandense.
I. Theobald, Pedro. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Tenho uma dívida imensa, adquirida com essas pessoas ao longo desse percurso: minha família, começando pela minha filha Naianne Sophia, meu pai Luiz Roberto, minhas irmãs Luana, Jéssica e Mônica, minha tia Ângela, Flávio e Vitor.

Meu orientador Pedro Theobald, que sempre me apoiou muito ao longo do projeto.

Professora Regina Kohlrausch, com quem desenvolvi meus primeiros estudos sobre arquivo literário, e que me apresentou esse importante universo de pesquisa.

Professor Norman Madarazs, que participou da qualificação, me estimulando a seguir pelos caminhos que se abriam.

Professor Francisco Rüdiger, que me proporcionou bases sólidas para o estudo de epistemologia em ciências humanas.

Professor Carlos Baumgarten, com quem me iniciei em Paul Ricoeur a partir de *Tempo e Narrativa*.

Ao pessoal do Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, que sempre me auxiliaram na pesquisa junto ao Acervo Literário Dyonélio Machado.

Ângela María Cuartas Villalobos, que compartilhou comigo parte dessa caminhada.

Aos muitos colegas e amigos(as) que me acompanharam nesse percurso, em especial Virgínea Novack e Franco Bauer, que fizeram importantes comentários sobre o texto como um todo.

Agradecimento também a CNPq, sem a qual essa pesquisa não teria se realizado.

Aos funcionários e atendentes da PUCRS.

RESUMO

O presente trabalho busca desenvolver uma reflexão sobre a figura de Dyonélio Machado, através de uma aproximação com pensadores dos mais diversos campos das ciências humanas. O horizonte da interpretação é fornecido por Paul Ricoeur, que em seu *A memória, a história, o esquecimento* estabelece a distinção dos campos da memória individual, memória coletiva e da historiografia, arbitradas por uma hermenêutica da condição humana. É dentro desse quadro que surge a concepção do arquivo como rastro, que se apresenta primeiramente como um conector entre tempo privado da autocriação e o tempo público da cotidianidade. A concepção de rastro também serve como reconhecimento não só das evidências, mas da fragmentação, dos vazios e dos não-ditos existentes no arquivo. Com essa perspectiva em mente, passamos a uma reconstrução da trajetória de Dyonélio. Estabelece-se sua conexão com a instituição literária, com a política de seu tempo, e com a comunidade médica. Na busca de uma ampliação daquilo que seja a memória coletiva a seu respeito, indicamos também novas descobertas documentais, vindas da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Passamos então à identificação daquilo que fundamenta nossa análise historiográfica, apresentando aspectos irônicos presentes em entrevistas, ensaios e literatura. Em seguida, indicamos o espaço onde consideramos adequado reconhecer os bastidores de sua obra, na esfera privada. É ali que o escritor se preocupa em potencializar e expandir o conjunto de sua produção, voltando-a para uma posteridade. Dessa maneira, resgatamos seu horizonte ainda aberto, de um projeto que teria se construído para o porvir. Estabelecido esse horizonte, é possível fazer certas críticas a interpretações que exageram aquilo que pode ser objetivado pelos rastros. A principal dessas, que surge desde muito cedo na crítica, é o biografismo. Nessa abordagem, temos um resquício interpretativo de certas figuras do espaço social que foram antagonistas ao seu projeto, que perpetuaram na memória coletiva a analogia entre vida e obra. Isso cria possíveis reflexos, como outra espécie de exagero interpretativo, aquela que imagina uma intrincada psicanálise do autor. A partir desse conjunto de análises de seu arquivo, passamos a definir três representações a respeito de Dyonélio Machado, que poderiam fomentar uma rememoração mais adequada e fiel a seus rastros. É em um horizonte democrático então que percebemos como sua obra deixa um imenso legado de reflexão sobre os esquecimentos da história, e um testemunho sobre seu próprio contexto.

Palavras-chave: Dyonélio Machado; arquivo literário; historiografia da literatura; condição histórica; Literatura Sul-Rio-Grandense.

ABSTRACT

The present Master's thesis seeks to develop a reflection on the figure of Brazilian writer Dyonélio Machado, through an approach with thinkers from the most diverse fields of human sciences. The horizon of interpretation is provided by Paul Ricoeur, who in his *Memory, History, Forgetting* establishes the distinction between the fields of individual memory, collective memory and historiography, arbitrated by a hermeneutics of the human condition. It is within this framework that the conception of the archive as a trail emerges, which first presents itself as a connector between the private time of self-creation and the public time of everyday life. The concept of a trail also serves as recognition not only of the evidence, but also of the fragmentation, the voids and the unsaid in the archive. With this perspective in mind, we proceed to a reconstruction of Dyonélio Machado's trajectory. His connection with the literary institution, with the politics of his time, and with the medical community is established. In the search for an expansion of what is the collective memory about him, we also indicate new documentary discoveries, coming from the magazine archive of the National Library in Rio de Janeiro. We then proceed to the identification of what underlies our historiographic analysis, presenting ironic aspects in interviews, essays and literature. Then, we indicate the space where we consider it appropriate to recognize the secret side of his work, in the private sphere. It is there that the writer is concerned with enhancing and expanding the set of his production, addressing it to posterity. In this way, we rescued its still open horizon, from a project that was possibly built for the future. Once this horizon is established, it is possible to make certain criticisms of interpretations that exaggerate what can be objectified by the tracks. The main one, which emerges from a very early stage in criticism, is biographism. In this approach, we have an interpretive remnant of certain figures from the social space who were antagonistic to his project, who perpetuated in the collective memory the analogy between life and work. This creates possible reflexes, like another kind of interpretive exaggeration, one that imagines an intricate psychoanalysis of the author. From this set of analyses from his archive, we began to define three representations about Dyonélio Machado, which could foster a more adequate and faithful remembrance of his tracks. It is in a democratic horizon, then, that we realize how his work leaves an immense legacy of reflection on the forgetfulness of history, and a testimony about his own context.

Keywords: Dyonélio Machado; literary archive; literary historiography; historical condition; Literature from Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
SUMÁRIO	7
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 RASTROS DA EXISTÊNCIA HISTÓRICA EM PAUL RICOEUR.....	15
2.1 A condição histórica.....	17
2.2 A memória e o arquivo.....	41
3 MEMÓRIA E ARQUIVO DE DYONÉLIO MACHADO.....	62
3.1 Aspectos da trajetória de Dyonélio Machado.....	63
3.2 Constituição do Arquivo Literário Dyonélio Machado	75
3.3 Os esquecimentos dos rastros em Dyonélio Machado	84
4 OUTROS RASTROS DO ARQUIVO.....	89
4.1 Aspectos da ironia em Dyonélio Machado.....	101
4.2 O tempo do cuidado em Dyonélio Machado	119
5 ABUSOS DA MEMÓRIA EM DYONÉLIO MACHADO	141
5.1 A biografia como modelo explicativo	142
5.2 A psicanálise como modelo explicativo	160
6 OS CAMINHOS DA MEMÓRIA DE DYONÉLIO MACHADO	179
7 CONCLUSÃO	194
REFERÊNCIAS	211
ANEXO A – FOTOGRAFIAS.....	234

1 INTRODUÇÃO

Uma nação é o que escolheu esquecer.
Ernest Renan

Ouvindo contar histórias. Como se trata dum berço de guerreiros, não falta a gesta, a qual participa da História e da ficção, e onde o realístico e o romântico vão juntos no rol das façanhas heroicas, – como num grande livro não escrito.
Dyonélio Machado

O processo de constituição de um *corpus* literário, a definição de um cânone nacional, são gestos de institucionalização que consolidam uma certa memória nacional, que se apresenta na forma de um conjunto de obras sobre o tema da história da literatura. Poderíamos conceber tal processo por via da abordagem historiográfica que fundamenta as pesquisas no campo da história. O discurso histórico seria uma forma de narração que seleciona e interpreta um determinado conjunto de fontes (em detrimento de outros tantos possíveis), organiza os materiais desses registros em certos episódios significantes e lhes dá certo encadeamento lógico. Através de causalidades encontradas em pesquisas científicas vindas de campos como sociologia, economia, ou geografia, o discurso histórico busca afirmar que sua narrativa não é mera ficção especulativa, mas sim um trabalho científico.

Se reconhecemos que tais narrativas da história da literatura operam um movimento de institucionalização de certos fatos históricos (o desenrolar temporal da relação autor-obra-público, por exemplo), é porque elas cristalizam certas vivências coletivas, um grande conjunto de evidências e testemunhos. Mas quais critérios definem esta seleção? Esses rastros do passado falam apenas do que já passou, ou também de nosso tempo e de horizontes futuros? Qual postura deve assumir aquele que define e seleciona tal material, para que seja condizente com o espírito democrático de nossos tempos?

Ao iniciarmos com um questionamento sobre os processos de institucionalização realizados pelo discurso histórico, destacamos duas facetas de sua relação com a memória: uma tendência a preservar o passado com fidelidade, cristalizando-o para as próximas gerações; e sua participação no esquecimento, já que o ato de selecionar memórias visa a assegurar que elas sejam lembradas, mas no próprio gesto de arquivamento de certos materiais já se faz um certo recorte, o que leva à certa intuição de que aquilo que ficou de fora talvez seja menos importante ou até indigno de ser lembrado.

No conjunto de discursos que formam a história da literatura brasileira, há muitos casos de exclusão e esquecimento. Negros, mulheres, indígenas, homossexuais ou pessoas trans, pessoas do campo ou obscuros autores ligados a grupos operários, escritores que foram sendo deixados de lado em prol de uma literatura escrita nos grandes centros. Se em tempos recentes essa exclusão é questionada mas ainda se mantém, como mostra o trabalho de Regina Dalcastagné (2012), olhando de uma perspectiva de longa duração esse silenciamento histórico é trágico, e tem se tornado cada vez mais visível.

Um exemplo é o caso de Maria Firmina dos Reis, escritora negra do Maranhão hoje reconhecida como pioneira da literatura afro-brasileira, autora do primeiro romance abolicionista nacional. Só recentemente recebendo reconhecimento à altura, a autora vê seus livros reeditados e lidos Brasil afora. Casos como o dela são tantos, que diversos pesquisadores chegam mesmo a se questionar sobre a necessidade de formação e consolidação de um cânone nacional.

É na proximidade desses “casos” da literatura brasileira que encontramos um autor que em parte recebeu reconhecimento, marcando presença em algumas narrativas da história da literatura, mas ocupando um lugar incômodo e desajustado. Dyonélio Machado recusa-se a ser enquadrado em certos rótulos, revelando uma indeterminação que reside no caráter paradoxal tanto de sua vida quanto de sua obra.

Chegando mesmo a ser visto como o maior nome da literatura sul-rio-grandense nos anos 1930 (contexto de publicação de *Os ratos*, 2004), encontrará as portas das editoras fechadas nas décadas seguintes, até que em meados dos anos 1970 vê ocorrer uma “redescoberta” editorial em torno de sua obra. O autor irá reduplicar o acontecimento em sua produção literária, em uma espécie de “dobra metaficcional”, ao criar a representação do escritor Dionísios Madureira em *Fada* (1982b)

Após o falecimento do escritor, sua trajetória seria preservada no Arquivo Literário Dyonélio Machado, acervo mantido pela PUCRS. Sucessivas análises e interpretações desse arquivo têm favorecido sua recepção acadêmica; um número crescente de teses e dissertações tem reinterpretado sua posição na história da literatura. É um processo que indica a potência da pesquisa histórica na reconfiguração da memória coletiva, já que o estudo do arquivo instiga a posteridade a repensar suas impressões a respeito de certo agente histórico.

A memória histórica não tem só repensado o valor e o sentido de sua obra, mas também reinterpretado as possíveis determinações que estariam por trás dos episódios constitutivos de

sua biografia, o que desenvolve uma certa variação das modalidades de narração histórica a partir de sua posteridade. É algo que poderíamos relacionar com seu projeto pessoal de constituir uma recepção futura para seus livros que não puderam ser publicados em vida. Assim, o sentido do arquivamento se apresenta em parte como resultado dos esforços de um conjunto de familiares, amigos e importantes pesquisadores que se preocupam com sua obra. Mas também como um efeito de seus projetos existenciais, já que seus rastros póstumos reescrevem sua biografia, em episódios que acabam por se incorporar à sua própria história de vida, recontando-a.

Com isso, as representações desenvolvidas na historiografia trazem certas suspeitas sobre a parcialidade das formas de representação presentes nos testemunhos vindos da memória coletiva. Iremos recuperar algumas dessas formas em nossa pesquisa, a qual se propõe a refazer a pergunta, aparentemente já respondida: quem veio a ser Dyonélio Machado? Esse questionamento nos fará voltar ao próprio Dyonélio, que nos fornecerá uma forma de resposta: não se trata apenas de interpretá-lo utilizando sua própria opinião, nem somente os testemunhos da memória coletiva, mas ambos. Algo que ele considera que permitiria uma interpretação a mais possível objetiva, mas que desumanizaria alguém, já que o tomaria como objeto científico (MACHADO, 1995, p. 67). Ele mesmo irá nos sugerir que a resposta de nossa pergunta-guia deva indicar algo insolúvel, aberto e sem resposta.

A partir do plano hermenêutico proposto por Paul Ricoeur em seu *A memória, a história, o esquecimento* (2007), adotaremos a separação entre o testemunho vindo da memória individual, as perspectivas da memória coletiva, e as posteriores elaborações da memória histórica. Essa obra nos fornece também importantes questões da filosofia da história, além de valiosa metodologia historiográfica, que nos permitirá pensar, ao final do trajeto, as representações históricas que nos parecem mais eficazes para representá-lo em sua posteridade.

Muitas foram as dificuldades que Dyonélio Machado sofreu ao longo da vida: as detenções e perseguições, a cassação do mandato de deputado, o boicote editorial, a falta de editoras ou recepção crítica. Hoje seus últimos inéditos estão sendo publicados, e o autor vai conquistando seu espaço de reconhecimento e celebração. Mas qual seria a maneira mais adequada de rememorar Dyonélio Machado em nosso presente? Será que certas interpretações ou representações (próprias da memória coletiva, ou mesmo da historiografia) não estariam alimentando certos esquecimentos ou equívocos?

A síntese que gostaríamos de criticar nas representações historiográficas se dá na definição do biografismo: uma interpretação que reconhece possíveis indícios de seu ressentimento ou trauma em algumas de suas declarações, para então interpretar sua obra por via de certas determinações vindas de sua biografia. Essa interpretação remete mesmo aos primeiros críticos antagonistas, que viam no estilo literário de Dyonélio Machado somente a paisagem humilde de sua cidade natal, Quaraí. Mas ela se desenvolveu também em parte devido a certas ausências do arquivo, já que infelizmente houve lacunas documentais que de certa maneira marcaram as interpretações no discurso histórico sobre Dyonélio Machado.

A partir de certas descobertas documentais preservadas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que permitem recuperar alguns episódios esquecidos, podemos ressignificar outros registros, de maneira a conceber uma temporalidade nova, para além da temporalidade pública, onde ocorrem os episódios de colocação e deslocamento social (em relação à instituição literária, ou aos grupos políticos e médicos, por exemplo), e onde encontramos sua trajetória de sucessos e insucessos que formam a superfície social de sua personalidade. Partindo dessas outras fontes documentais e de um retorno às próprias declarações de Dyonélio Machado, podemos resgatar uma espécie de projeto existencial, no qual se delineia um certo horizonte para a posteridade, que ainda não se concluiu e que permanece aberto em nosso presente, se reescrevendo ainda hoje.

Nossa intenção é buscar a narração de um tempo histórico que tome como referente de temporalização seu “tempo existencial”, algo que remete também a certos bastidores que não podemos entender totalmente, mas que indicam um trabalho na privacidade, onde Dyonélio Machado busca potencializar os sentidos de sua literatura para além de seu contexto histórico. Cultivando sua paixão por paradoxos e sua proximidade com escritores irônicos, foi pouco a pouco elaborando ambiguidades e complexificando o sentido de sua produção, de maneira que só hoje encontramos aquilo que definiremos como *sentido irônico* de sua literatura, e que permite afastar de vez certas interpretações biografistas.

É nos bastidores desse esforço de *autocriação privada* que pensamos a fundamentação de uma posteridade ainda aberta em nosso presente. Sua literatura assim concebida se apresenta para um trabalho da memória ainda por vir, numa recepção futura, que tomará esses paradoxos irônicos como produto de um projeto genuíno de Dyonélio Machado. Suas instigantes ambiguidades se apresentarão extremamente atuais, de forma que podemos conceber uma reconfiguração narrativa que a historiografia opera e inscreve dialeticamente no presente.

A partir desse conjunto de análise poderemos então apresentar um modelo de representação que faça justiça a esses rastros de Dyonélio Machado, reconstituindo tanto a superfície social de sua personalidade (a trajetória de sucessos e insucessos institucionais) quanto seu referente subjetivo. Nossa representação busca preservar aquilo que há de enigmático em sua figura, através de suas representações como escritor dialético e irônico. E procura também uma solução para certos dilemas tanto de sua autorrepresentação, como de sua representação na memória coletiva, através da redefinição do termo *pobre homem* e da ênfase em seus sucessos como agente histórico.

Nosso trajeto começará pela fundamentação teórica, no capítulo 2 “Existência histórica: rastros e memória em Paul Ricoeur”, quando buscaremos apresentar nosso horizonte teórico, em um conjunto que inclui uma filosofia da história e certa epistemologia historiográfica. Por via do quadro teórico da *hermenêutica da condição histórica* de Paul Ricoeur, poderemos pensar uma fundamentação do tempo histórico no referente do tempo existencial. Essa concepção nos permite reorganizar o terreno entre testemunho individual e coletivo, concebendo uma análise dos rastros não como algo fechado no passado e preservado no arquivo, mas sim como algo que ainda traz questões para o presente. Com isso poderemos pensar o exercício da memória histórica na busca da representação eficiente de Dyonélio Machado, assim como os abusos que reforçam os esquecimentos e confusões sobre sua pessoa.

A partir do capítulo 3, “Memória e arquivo de Dyonélio Machado”, passamos à indicação dos principais episódios de sua existência e dos acontecimentos determinantes que situam sua vida em seu contexto histórico. Procedemos à análise da história do Arquivo Literário Dyonélio Machado, hoje preservado no acervo do Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Apontaremos algumas características do material presente no arquivo, tais como a predominância de registros vindos das décadas finais da vida e certas ausências que poderiam atestar episódios de seu sucesso público, e que favoreceram análises biografistas de sua obra. Indicaremos aqui novos documentos, descobertos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que parecem reformular a interpretação de certos episódios da trajetória de Dyonélio.

No capítulo 4, “Os esquecimentos dos rastros de Dyonélio Machado”, passaremos à nossa proposta historiográfica, que tem como objetivo indicar maneiras de reconfigurar alguns dos esquecimentos que denunciemos. Na primeira seção, desenvolveremos uma análise daquilo que definiremos como sua ironia, indicando algumas de suas filiações e exemplos, de maneira

a favorecer o reconhecimento dos paradoxos que Dyonélio Machado cultivava em sua produção ensaística prévia aos romances, e que poderiam servir para uma reconfiguração da análise destes. A *ironia dyoneliana* permite desfazer certas analogias entre biografia e literatura, e nos habilita a pensar em uma nova explicação para seu desajuste histórico com a crítica, que não teria reconhecido tais paradoxos em seus ensaios das décadas de 1920 e 1930. Na segunda seção buscaremos indicar a relação pessoal de Dyonélio Machado com a própria finitude, na construção de um projeto para a posteridade. Através do referente de uma temporalidade do cuidado, podemos compreender os bastidores de sua autocriação irônica. Explicaremos essa dedicação privada nos aproximando de filósofos e historiadores que Dyonélio Machado citava com frequência, e que nos fornecerão uma alternativa para análises que interpretam traumas e ressentimentos como determinações de sua produção.

Já no capítulo 5, “Os abusos da memória de Dyonélio Machado”, faremos uma análise da interpretação biografista, que ameaça desde muito cedo o escritor, a começar pela análise de sua primeira obra por Moisés Vellinho, que interpreta a característica árida de *Um pobre homem* (MACHADO, 2017) como reflexo da infância pobre de Dyonélio em Quaraí (MACHADO, 1995, p. 43). A partir da publicação de *O Louco do Cati*, as análises biografistas encontrarão novo material na relação entre o encarceramento e sua tematização na produção literária. Diminuindo o esforço científico do escritor, que se dedicou por décadas à constituição de uma espécie de genealogia do biopoder e seus reflexos nos mais desfavorecidos, a interpretação biografista por vezes reduziu sua pesquisa a uma espécie de “perlaboração do trauma” da experiência do cárcere. Veremos como algumas explicações chegaram a avançar sobre a psiquê do autor, elaborando análises que parecem não fazer a devida referência ao modelo metapsicológico de Sigmund Freud.

A partir desse conjunto de rastros e interpretações, busca-se então, no capítulo 6, “Os caminhos para o reconhecimento de Dyonélio Machado”, a proposição de três modelos de representação que nos parecem particularmente interessantes para o trabalho da memória. O primeiro identifica seu viés dialético, sugerindo que o encaremos um pouco como encaramos a figura de Sócrates; o segundo propõe que fosse um escritor irônico, o que indica a perplexidade frente aos labirintos paradoxais que encontraremos em sua obra. E por fim, o terceiro modelo sugere que o tomemos como exemplo de integridade e resiliência, fonte de inspiração para novos agentes engajados no enfrentamento contra as injustiças históricas do presente e do futuro.

Trazendo à evidência seu esforço de tematização de uma legião de excluídos e invisibilizados na história, encontramos uma forma de abordar os conteúdos de sua obra sem relacioná-los com “traumas” ou ressentimentos biográficos. Podemos mesmo pensar uma aproximação de Dyonélio Machado com escritores como Lima Barreto ou Carolina de Jesus, que tematizaram de uma maneira pessoal aspectos injustos da realidade brasileira, transformando matérias invisibilizadas em objetos estéticos incômodos para a instituição literária de seu tempo. Com isso, foram gerados projetos literários singulares, que possivelmente fizeram com que esses escritores fossem estigmatizados e tivessem parte de sua produção barrada pelo mercado editorial.

Escritor extremamente autoconsciente, Dyonélio refletiu sobre o tópico do esquecimento e do “retorno do esquecido”, e títulos como *Proscritos* (MACHADO, 2014) e *Ele vem do Fundão* (MACHADO, 1982a) sugerem de saída o processo de um retorno daquilo que foi apagado. Em *O Louco do Cati* (MACHADO, 2003), temos a protagonista fazendo uma denúncia daquilo que seriam acontecimentos passados voltando no presente. E em *Deuses econômicos* (MACHADO, 1976), temos a indicação de uma espécie de *anamnese* histórica, que ocorre quando o “passado contamina o presente” (MACHADO, 1976, p. 9).

Veremos como Dyonélio, citando importantes historiadores antigos e modernos, irá sugerir as potencialidades das representações historiográficas, indicando alguns dos paradoxos da relação entre realidade e ficção no discurso histórico, discutindo a necessidade de variações imaginativas sobre as causalidades por trás dos acontecimentos, e defendendo a compreensão do passado histórico como uma força motora que age no presente e o modifica.

Assim, partindo da filosofia da história de Paul Ricoeur, e da aproximação com filósofos e pensadores das ciências humanas, buscaremos indicar novos caminhos para a rememoração histórica de Dyonélio Machado, realizando também um retorno ao próprio. Esperamos com isso propor uma perspectiva inovadora sobre sua vida e obra, de maneira a sugerir possíveis horizontes futuros para a memória coletiva e para novos trabalhos historiográficos que possam surgir a respeito do escritor.

2 RASTROS DA EXISTÊNCIA HISTÓRICA EM PAUL RICOEUR

Reconhecido como um dos maiores intelectuais franceses do Século XX, Paul Ricoeur (1913-2005) deixa-nos uma obra que se apresenta como um imenso legado, a ser cuidadosamente apropriado pelos pesquisadores da área. Sua extensa produção realizou um bem-sucedido esforço de elaboração das mais diversas tendências filosóficas, como fenomenologia, linguística, historiografia, psicanálise, ética e hermenêutica, sempre cumprindo com o objetivo de superar impasses e apontar novos horizontes nas mais diversas áreas às quais se dedicava.

O avanço de sua reflexão, que ocorre ao longo de obras como *O conflito das interpretações* (1978), *O si-mesmo como um outro* (1991), *A metáfora viva* (2000) e *Tempo e narrativa* (2012), permitiu que fosse ampliando paulatinamente a dimensão de seu pensamento, carregando consigo um conjunto cada vez maior de interesses e desafios teóricos. Segundo François Dosse, “as últimas obras de Ricoeur foram um evento de pensamento” (REIS, 2011, p.279), pois estabeleceram um diálogo fecundo entre filosofia da história e o campo da historiografia.

A memória, a história e o esquecimento (2007) seria imediatamente reconhecida como importante culminação de sua produção, ainda que de certa maneira a inovando. Retomando temas e questões tratadas em obras anteriores, como as relações entre discurso ficcional e narrativa histórica, ou entre temporalidade e identidade, Ricoeur irá acrescentar a isso uma recuperação de importantes discussões da filosofia da história, estabelecendo diálogos com Friedrich Nietzsche, Walter Benjamin, Hannah Arendt, a historiografia da escola dos Annales em suas diversas fases, entre outros. Percebe-se aí a imensidão de sua visada teórica.

É dessas discussões com a filosofia da história que surge sua preocupação com os temas do esquecimento e do perdão, que o levará a propor as características da subjetividade adequada ao historiador, e a identificar os aspectos éticos envolvidos no ato de escritura da história, buscando fazer justiça ao passado através de uma narrativa efetiva dos rastros. O horizonte de constituição de uma “memória justa”, por via da justiça como categoria meta-histórica, será um aspecto central da filosofia da história almejada por Paul Ricoeur nessa obra.

O que a torna tão interessante para nossa investigação é justamente o modo como nela se entrelaçam os temas da memória individual e coletiva, epistemologia da história e validação dos aspectos discursivos da narrativa historiográfica, e a relação da “temporalidade existencial”

com sua historicidade. Ricoeur pensará a fundamentação da historiografia por via do tempo das vivências autênticas, o que nos permite tomar um agente histórico em seu horizonte próprio. É esse referente ao *ser no tempo* histórico, a temporalidade existencial e sua perspectiva histórica, que levará o nome de hermenêutica da condição histórica.

Por via dessa hermenêutica pensam-se as potencialidades e limites do arquivo, as modalidades próprias e impróprias de esquecimento, propondo-se aspectos práticos para a realização de um discurso historiográfico reflexivo. Característica importante da filosofia da história de Ricoeur é conceber o ato de escrita da história como uma capacidade a ser exercida no contexto presente, com vistas ao futuro, o que o distancia de uma concepção de história meramente voltada para as coisas do passado.

Além disso, pensando junto com Hannah Arendt, Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou, o autor visa compreender a ação pública (como a publicação de um livro, por exemplo) como um gesto inaugural, potente e criador de liberdade, que em parte deseja se desligar de costumes, instituições, e mesmo das determinações históricas já dadas¹. Pensando que não se podem esgotar todos as consequências longínquas de uma ação naquilo que são seus efeitos imediatos, Paul Ricoeur buscará uma história no presente que propõe horizontes práticos de ação futura, pondo em relevo as dívidas e heranças que o historiador recebe em seu próprio tempo, e que projeta para a realização histórica de uma recepção póstuma que faça justiça efetiva ao passado.

Seguindo o caminho desenvolvido por Bernard Lepetit e os historiadores da Micro-história, Paul Ricoeur irá enfatizar não só as conjunturas ou grandes esquemas que identificam mentalidades históricas, mas também os acontecimentos singulares, criados pelas ações de certo agente histórico. Naquilo que define como uma “guinada crítica” definida pelo “paradoxo do ator” (RICOEUR, 2010, p. 396), a historiografia busca então enfatizar a temporalidade dos próprios agentes, além de ampliar o horizonte da luta por legitimação e o processo de

¹ É em relação à incapacidade de se desfazer o que se fez (irreversibilidade da ação) que surge a necessidade da questão do perdão e do “bom esquecimento” para a memória e a história; pensa-se em um perdão que não se dá em relação à maldade, mas em relação à continuidade e às consequências da ação. Já em relação à imprevisibilidade das ações, que aponta para a caótica incerteza do futuro, surge o tema da promessa e da dívida. “As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos do passado, cujos ‘pecados’ pendem como espada de Dâmocles sobre cada geração; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade, sem falar na durabilidade de qualquer espécie, seria possível nas relações entre os homens” (ARENDR, 2010, p. 295)

reconhecimento de seus projetos pessoais, ao apontar para suas possibilidades ainda inconclusas no presente e desenvolver perspectivas futuras para sua recepção.

Nosso itinerário se dará na forma de uma leitura dos principais pontos da obra de Paul Ricoeur. Na seção 2.1 analisaremos sua filosofia da história, abordando sua proposta de uma hermenêutica da condição histórica voltada à fundamentação existencial da história. Passaremos na seção seguinte à identificação de sua metodologia historiográfica, que se inicia por via da fenomenologia da memória individual e se conclui com uma discussão sobre as relações da memória coletiva com a epistemologia da história.

Nosso resgate visa indicar as categorias historiográficas com as quais trabalharemos: a hermenêutica da condição histórica; o arquivo concebido como rastro; as possibilidades de validação epistemológica da história mesmo se reconhecendo seus aspectos narrativos; a dialética da representação, que se efetiva na “presentificação” de algo já ausente ou passado; as distinções e relações entre os níveis da memória individual, coletiva e a historiográfica.

Esse conjunto de propostas será crucial para o entendimento do horizonte de reflexão em que queremos situar nosso trabalho sobre Dyonélio Machado. Trata-se de um certo método de trabalho com seus rastros, uma análise dos usos e abusos na relação entre memória coletiva e histórica, a perspectiva ainda por vir de sua posteridade, e mesmo modalidades de representação que se queiram mais justas. Um trajeto que nos permitirá refazer historicamente a pergunta: quem veio a ser Dyonélio Machado?

2.1 A condição histórica

Uma das questões filosóficas mais instigantes desde sempre é o problema do tempo, o modo como podemos pensá-lo. É um ente, algo que pode ser encontrado no espaço? Ou é algo que só pode ser definido por seu próprio movimento, ou seja, a temporalidade que cria um referente *no tempo*? Como relacionar a experiência subjetiva de temporalidade com o tempo científico e objetivo, que jamais é plenamente vivenciado? São problemas que Paul Ricoeur incluirá naquilo que ele chama de *aporética da temporalidade*, e para os quais tentará apontar uma solução através da *poética da narrativa*. É o ato de narração do tempo no presente que, refazendo o percurso do acontecimento passado até um “agora”, se esforça em reelaborar esse algo no presente.

Tempo e Narrativa (2012) nos apresenta uma etapa decisiva desse desenvolvimento teórico sobre as aporias da temporalidade. Ali, Ricoeur busca as contribuições de Aristóteles, Santo Agostinho, Husserl e Heidegger para definir o quadro inicial da vivência do tempo conforme a fenomenologia da consciência individual. Fará assim uma distinção entre a vivência íntima do tempo e o tempo objetivado pelo calendário ou pela ciência. Em outros termos, dirá que há um "tempo da alma", que é distendido numa cronologia do "tempo cosmológico", sofrendo assim o retesamento e a distensão de sua unidade num referente exterior. Por outro lado, o tempo do mundo se apresenta apenas por certos rastros objetiváveis, mas sem um centro ou acesso pleno na vivência.

Nessa colocação filosófica do problema da temporalidade, as referências determinantes são a objetividade de Aristóteles, que em sua obra *Física*, identifica o tempo com o movimento espacial, e Santo Agostinho, que pensa um "tempo particular da alma", um tempo que adquire unidade na eternidade da relação da alma com Deus.

Mas a partir da concepção da filosofia crítica de Kant, seria possível mesmo o questionamento de um referente central para o tempo, já que o tempo objetivo seria apenas uma determinação *a priori* do sujeito transcendental. É uma proposição aporética mas que fez escola; Paul Ricoeur identificará em Edmund Husserl e Martin Heidegger os derradeiros representantes dessa tradição. A adoção por ambos da concepção fenomenológica de tempo, que pensa a temporalidade do *tempo intuitivo* e do *tempo extático*, acabaria por reforçar ainda a perplexidade e a fratura entre o tempo vivenciado e o objetivo.

Trazendo para o centro da questão o referente da finitude do tempo na percepção da mortalidade, Heidegger ainda inova ao pensar uma espécie de pluralização dos modos de temporalização dos acontecimentos existenciais, que renova aquilo que chamamos normalmente de passado, presente e futuro. Sua definição de por-vir, ter-sido e tornar-presente visam indicar a apropriação cuidadosa e dedicada de certos fenômenos, já que não indica apenas a consciência do presente da memória (passado/presente/futuro), mas seu horizonte de realização futura. Mas em Heidegger ainda há uma ruptura entre vivência autêntica do tempo e o "tempo vulgar" que se dá na experiência coletiva de habitar espaços, e que produz o referente cotidiano de um tempo objetivo.

Para Paul Ricoeur, é o exercício da narração enquanto ação mimética (o uso da capacidade de representar) que, metaforizando diversos tipos de uso do tempo em um tecido discursivo, permite reconfigurar o sentido da própria temporalização, propondo variações

imaginativas sobre a experiência de viver no tempo. A literatura de autores como Marcel Proust, por exemplo, oferece sucessivas reelaborações de possíveis “começos”, “meios” e “fins” para certas histórias, dando-lhes encadeamento em sucessão temporal complexa, multiplicada por acontecimentos tanto cotidianos quanto excepcionais.

Com isso, a atividade narrativa fornece potentes referentes tanto para a experiência autêntica do tempo de certos acontecimentos históricos, como para aquela da angústia existencial. A narração é assim a “guardiã do tempo” (RICOEUR, 2012, p.412). No encadeamento que vai da enunciação à recepção, a tessitura da narrativa representa o ser do tempo em uma multiplicidade de modalidades e usos. Tal contribuição da narrativa para a compreensão do que seja o ser do tempo (*a temporalidade*) não se encontra manifesto apenas em exemplos da literatura, mas também no discurso histórico, onde se encontra uma narração do *tempo histórico*.

A diferença essencial aqui é a fidelidade com o passado, já que o historiador parte de referências documentais e indícios arqueológicos, rastros objetivos de acontecimentos passados que podem ser interpretados de maneira fiel por via da metodologia historiográfica. E pode-se dizer mesmo que a narrativa do historiador pode *fazer história*, por via da significância que produz o efeito de reconhecimento de certa coisa passada. Com isso há mesmo um terceiro tempo póstumo, que se dá no possível leitor de seu texto, o que indica um não fechamento da narração no próprio contexto, e seus efeitos pragmáticos no futuro da recepção.

Na obra que estudaremos, *A memória, a história, o esquecimento* (2007), teremos um quadro de temporalidades que funcionam como referência sobre a qual a narração historiadora pode trabalhar. Inicia-se com o tempo intuitivo da fenomenologia da memória individual à maneira de Husserl, onde ocorre a relação entre retenção do passado, atenção ao presente e a expectativa da protensão do futuro, num esquema cuja prioridade é o momento atual. Passa-se à concepção de Heidegger de que a vivência autêntica do tempo dá preeminência ao futuro, a partir da temporalização do ser-para-a-morte que situa o por-vir, o ter-sido e o tornar-presente. Experiências de temporalização que remetem ao tempo do cuidado².

Vincular a estrutura autêntica do tempo à do Cuidado é, desde já, arrancar a questão do tempo da teoria do conhecimento e levá-la para o nível de um modo de ser que 1)

² O presente trabalho busca seguir a ótima tradução de *Ser e tempo* de Fausto Caustilho (2012), que no entanto traduz o termo *Sorge* por “preocupação”. Na tradução de *Tempo e Narrativa* que utilizamos (RICOEUR, 2012a), a expressão é traduzida por cuidado, opção que adotaremos em nosso trabalho, já que para permite traduzir a divisão da *Sorge* enquanto *Besorge/Fürsorge* como ocupação/preocupação, o que com a tradução de Fausto Caustilho não é possível. Por isso, de agora em diante, sempre que citarmos *Ser e tempo*, indicaremos entre chaves que o termo preocupação (*Sorge*) foi aqui traduzido como cuidado.

conserva a cicatriz de sua relação com a questão do ser, 2) tem aspectos cognitivos, volitivos e emocionais, sem se reduzir a nenhum deles e nem mesmo se situar no nível em que as distinções entre esses três aspectos é pertinente, 3) recapitula os principais existenciais, tais como *projetar*, *ser lançado no mundo*, *ser decadente*, 4) oferece a esses existenciais uma unidade estrutural que desde já coloca a exigência de “ser-um-todo”, ou de “ser-integral”, que introduz diretamente na questão da temporalidade”. (RICOEUR, 2010, p. 107).

Assim, a fundamentação da temporalidade se dá na vivência autêntica do tempo humano e finito, sem deixar de carregar marcas sociais presentes na cotidianidade – tais como as cronologias públicas – ou expressões determinadas por certo modo de habitar determinado espaço. Esse *tempo habitado* por vivências poderá ser recuperado por ciências como história, geografia, sociologia, etc. de maneira a produzir as modalidades de tempo objetivo que já não são vivenciadas em seu todo, pois não se pode experimentar autenticamente a totalidade do tempo cosmológico universal.

Em *O si-mesmo como um outro* (1991) pode-se reconhecer no desenvolvimento de uma ética da narrativa um dos destinos da narração dessa experiência do tempo. No plano das capacidades básicas (falar, agir, narrar, manter-se responsável por seus atos), a narração da vivência temporal se efetiva como um testemunho verossímil. Isso permite o vínculo responsável frente a normas e instituições sociais, possibilitando os consensos ou dissensos responsáveis, no plano das ações públicas.

Mas quando se trata do tempo histórico, o trato da memória se manifesta na narração de um *testemunho* dos acontecimentos, discurso que registra a experiência da vivência de um certo espaço-tempo histórico. É na narração que ocorre a atribuição de posse das memórias por parte do si mesmo (“eu lembro”), ou do coletivo (“nós lembramos”), e é ela que determina a apropriação discursiva e o posicionamento em relação às memórias individuais ou coletivas.

Como vimos, Paul Ricoeur busca propor uma ponte entre a temporalidade vivenciada e a objetiva. É por via da fundamentação no *rastro*³ que a narrativa histórica pode estabelecer uma forma de conexão entre ambos os polos: compreendendo o passado como algo visível apenas como fragmento no presente, cujo acesso somente seria possível “rastreamento” seus vestígios, mas a partir do qual uma pesquisa científica pode determinar interpretações válidas.

³ Na tradução de Roberto Leal Ferreira de *Tempo e Narrativa* (1997) a tradução de *traces* consta como “rastro”, mesma tradução da edição que adotamos de *A memória, a história, o esquecimento* (2007). No entanto, na tradução que utilizamos de *Tempo e Narrativa* (2012), feita por Cláudia Berliner e Márcia Valéria Martinez de Aguiar, a tradução adotada para o termo *traces* é “vestígio”. Adotaremos “rastro” por nos parecer mais adequada.

Essa definição é importante pois reúne o atributo físico e objetual daquilo que resta do passado com um certo substrato significativo, um sentido humano que permite a interpretação.

Essa noção pressupõe uma cultura histórica, que já nasce herdeira de certas práticas historiadoras que selecionam e preservam certos materiais do passado com intenção de combater o esquecimento (nos arquivos, museus, etc.). Nesse sentido, o rastro faz referência também aos esquecimentos da memória institucional, pois indica sua dependência de certa modalidade de interpretação do passado dada em certo contexto, que preserva apenas certos testemunhos ou indícios, em detrimento de milhões de outras possibilidades, desvalorizadas pela época.

Paul Ricoeur propõe uma epistemologia da história consciente desses impasses, que oferece um caminho legítimo para a narração do passado ao fundamentar o tempo histórico no tempo vivenciado. Tal proposta oferece uma saída para o impasse encontrado em *Ser e tempo* (HEIDEGGER, 2012), em que a temporalização objetiva da ciência histórica não consegue alcançar a temporalidade autêntica da vivência existencial. Ajustando as categorias heideggerianas à temporalização historiadora, Ricoeur desenvolve assim a definição de *condição histórica*, a partir de um “diálogo entre o filósofo e o historiador”. Através de uma contínua objetivação desses rastros dos referentes pretéritos, os recursos metodológicos de objetivação dos rastros históricos podem adquirir uma relação existencialmente autêntica com o passado, que será tomado como tendo-sido⁴.

A partir dessa filosofia da história é que então seria possível arbitrar as pretensões de hegemonia em relação ao passado, em cada uma das manifestações da memória individual, coletiva e historiográfica. Indo da temporalidade da vivência autêntica para a temporalidade objetivada pelo contraponto epistemológico da história, seria possível um método de temporalização que produza avanços frente às limitações e aporias.

O nexa entre vestígio [rastros] e datação nos permite retomar sob um novo ângulo o problema não resolvido por Heidegger da relação entre o tempo fundamental do Cuidado, ou seja, a temporalidade inclinada para o futuro e para a morte, e o tempo “vulgar”, concebido como sucessão de instantes quaisquer (RICOEUR, 2012, p. 205).

A hermenêutica da condição histórica visaria indicar a constituição fundamental do ser que somos *no tempo*, o que sugere tanto a historicidade vinda das heranças do passado, como o

⁴ Paul Ricoeur, recuperando a terminologia heideggeriana, indica o “tendo-sido” como referente existencial para pensar esse passado ainda aberto à realização autêntica no instante presente e no projeto futuro. Este se situa no polo oposto ao passado como “decorrido”, no qual se toma o tempo pretérito como irrevogável, sugerindo uma impotência em mudá-lo. No primeiro termo temos uma apropriação autêntica, em que o historiador pode recuperar os rastros, “herdando a dívida” destes em um discurso que os efetiva na *representância*, enquanto no segundo referente há indicação de fechamento e indisponibilidade.

pertencimento a certo instante presente, quanto a possibilidade de abertura ao futuro, no tempo fundamental do ser-para-a-morte. Indica como a “experiência da história” se apresenta para o historiador, conectando-se ao seu próprio presente de vivência e readquirindo substância ao ser narrado, num discurso que visa “fazer história” (RICOEUR, 2012, p. 352). Com isso, a narrativa historiadora não se esgota no próprio fechamento discursivo, mas se abre para um terceiro tempo, em que potencialmente podem se realizar promessas ou dívidas históricas deixadas pelo passado.

Paul Ricoeur desenvolve sua proposta por via de uma análise das categorias heideggerianas da temporalidade. Compreendido em um horizonte no qual a questão do *sentido do ser* é a questão derradeira, o agente social da história pode ser compreendido como destituído de sua posição de já “objetivamente presente” em um mundo social, o que o situa em uma etapa aquém da presença dada e factível, em que o reconhecemos na abertura ao futuro. Assim, a fenomenologia hermenêutica de *Ser e tempo* (2012) forneceria uma “antropologia concreta”, onde tanto a história como a memória seriam ambas fundamentadas existencialmente na *Sorge*, o tempo do cuidado.

Espécie de síntese prática das temporalidades heideggerianas, o tempo do cuidado relaciona os atributos próprios do *Dasein* e os situa no tempo: “A preocupação [o cuidado] não caracteriza, por exemplo, só a existencialidade, separada da factualidade e do decair, mas abrange a unidade dessas determinações do ser” (HEIDEGGER, 2012, p. 539). É essa temporalidade que torna possível um exercício de potencialização do próprio ser-aí, já que é no cuidado que o *Dasein* lida com seu poder-ser mais próprio⁵, reconhecendo seu horizonte de *possibilidades* futuras e não meramente de “realidade” no mundo. É por isso que “A *perfectio* do homem, o vir-a-ser o que ele pode ser em seu ser-livre para suas possibilidades mais-próprias (no projeto), é uma ‘realização’ da preocupação [do cuidado]” (HEIDEGGER, 2012, p. 555).

Heidegger fornece inicialmente a estrutura do cuidado para então pensar na constituição concreta de três temporalidades. É assim que, na primazia do futuro, a *existencialidade* torna-se projeto lançado no tempo fundamental. Voltado ao passado, o cuidado possibilita a *disposição* frente ao ter-sido na historicidade. Inserido na intratemporalidade do presente, suscita o tema da *decaída* e do *discurso*, produzindo a distinção entre preocupação/solicitude

⁵ Heidegger não pensa a temporalidade na base de uma presença a si infinita (a de um deus ou do ego transcendental “imortal”), mas sim como o modo de ser de um existente que não está originalmente presente a si, mas que entende a si mesmo em relação às suas possibilidades mais autênticas, numa afirmação do “torna-te o que és” (HEIDEGGER, p. 415).

(autêntica) e ocupação (inautêntica). Dentro dessas temporalidades, há experiências de temporalização: o por-vir, o ter-sido e o tornar-presente, que se reúnem na expressão *resolução antecipadora*⁶. Trata-se de uma definição de tempo que indica não sua objetivação enquanto algo dado no mundo, mas sim os modos como os acontecimentos no tempo “se temporalizam” na existência.

Será então a referência a essa temporalidade da *Sorge* que fará o agente estudado pela história ser interpretado não em sua cotidianidade ou em sua relação com costumes e instituições sociais já dadas, mas sim na abertura de seu projeto enquanto ser-para-a-morte (RICOEUR, 2007, p. 366). O sentido de sua iniciativa se dá assim “em tempos de incertezas”, sem a conformação prévia a vínculos estabelecidos, visando a posteridade de suas realizações e dando-se margens para que suas ações sejam vistas como inaugurais. Destaca-se com essa referência o gesto de fé e esperança, de atitude original e fundadora, de um agente aberto ao futuro.

Mas a experiência da finitude do tempo só se dá autenticamente para quem a vivencia. Ricoeur irá reconfigurar cada um dos três horizontes de temporalização (a temporalidade fundamental, a historicidade, e a intratemporalidade, ondem se situam as experiências do por-vir, ter-sido e tornar-presente), em que Heidegger reinterpretava as noções comuns de futuro, passado e presente. Começará sua reflexão pela temporalidade fundamental, que indica o tempo mais autêntico dos acontecimentos existenciários⁷, onde há o confronto entre a finitude limitadora e a possibilidade de constituição de si dedicando-se ao futuro.

Aqui fará uma crítica da hierarquização entre autêntico e inautêntico, a qual dificulta o reconhecimento das relações de condicionalidade e fundamentação entre cada temporalidade. Sua proposta será incorporar certas discussões contemporâneas, podendo-se contrabalançar o peso ontológico por via de seu contraponto científico:

Uma condição existenciária de possibilidade de toda a sequência dos discursos sobre o histórico em geral, na vida cotidiana, na ficção e em história. Seria assim existenciariamente justificado o duplo emprego da palavra “história”: como conjunto

⁶ “É, portanto, advindo no modo do retorno a si que a resolução antecipadora torna presente o ente que vem ao seu encontro no mundo circundante: é esse fenômeno unitário de um futuro que torna presente tendo sido que Heidegger denomina temporalidade” (DASTUR, 1990, p. 93). Destaque-se a unidade dos três tempos.

⁷ O termo existenciário (*existenziell*), em Martin Heidegger, expressa aquilo que é a matéria ôntica particular na existência de um Dasein específico, aquilo que chamaremos de “projeto existencial” de Dyonélio Machado. O filósofo alemão chamará de Existencial (*existenzial*) a ontologia própria a todos Dasein, aquilo que seria as categorias próprias ao ser do existente. Tal aspecto pode gerar certa confusão, e por isso é importante destacar que em nosso trabalho não buscamos enfatizar aspectos de hermenêutica da *Existenzialität*. Como nosso foco é mais ôntico (Dyonélio Machado) que ontológico, tomaremos nas seções seguintes o termo existenciário (*existenziell*) como “existencial” (entre aspas). Um uso possivelmente mais sartreano do que heideggeriano da expressão, mas que visa favorecer uma certa economia terminológica em nossa interpretação.

dos acontecimentos (dos fatos) decorridos, presentes e futuros, e como conjunto dos discursos sobre esses acontecimentos (esses fatos) no testemunho, na narrativa, na explicação e, finalmente, na representação historiadora do passado. Fazemos a história e fazemos história porque somos históricos. Este “porque” é o da condicionalidade existenciária. Ora, é sobre essa noção de condicionalidade existenciária que cabe regular uma ordem de derivação que não se reduza a uma perda progressiva de densidade ontológica, mas que seja marcada por uma determinação crescente do lado do contraponto epistemológico (RICOEUR, 2007, p. 362).

A temporalidade fundamental é o tempo do ser-para-a-morte, onde surge o tema da mortalidade e uma possibilidade de “administração da finitude” por via do cuidado, que abre a possibilidade de totalidade autêntica ao *Dasein* (ser-aí). Para Hubert Dreyfus (1991, p. 238), é a estrutura do cuidado que unifica os vários modos de ser do *Dasein*, fornecendo suas condições de possibilidade no poder-ser-todo integral do futuro, num empenho com o *por-vir* na resolução antecipadora (*Sich-vorweg-Sein*).

A temporalidade do futuro opera uma dialética das instâncias de temporalização dos registros de existência, havendo um entrecchoque entre abertura e fechamento, entre uma “ainda não totalidade” e seu fechamento abrupto, numa tensão quase insuportável que aflora na linguagem como “cumprimento do não cumprido”. Segundo Ricoeur, seria justamente essa dinâmica entre futuro e presente que se reconhece no tempo do cuidado, que poderíamos identificar no arquivo alçado à categoria de rastro (RICOEUR, 2010, p. 209).

Assim, Paul Ricoeur irá questionar se os recursos de abertura ao ser não seriam obturados pela insistência na temática da morte em Martin Heidegger. A angústia da incompletude ante a iminência de morrer não ameaçaria a alegria do entusiasmo de viver? “Se é verdade que a banalização do morrer, no que diz respeito ao ‘se’ (apassivador) equivale à esquiva, a obsessão angustiada não equivale à obturação das reservas de abertura do ser possível?” (RICOEUR, 2007, p. 369).

Contrapõe-se à *mortalidade* aquilo que Hannah Arendt estabelece em *A condição humana* (2007), qual seja, a *natalidade* definida dentro das condições gerais da existência humana: “a vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e a Terra” (ARENDR, 2007, p. 13). Paul Ricoeur sugere o confronto entre natalidade e mortalidade, pois há um renovar constante das potencialidades do que seja a “humanidade” a cada nascimento; a cada nova geração, há um reinício e reavivamento da esperança, que se apresenta na forma de um júbilo oposto à inevitabilidade da morte.

Além disso, Heidegger ignora a relação com o próprio corpo na análise da *Sorge*. É na carne que se experimenta o poder-ser na forma de desejo, vivenciando-se a força do existir na

relação do modo próprio de ser com suas potencialidades possíveis. Como a morte vem se inscrever nessa relação com a carne? Não somente em sua experiência interior ou naquela da morte de próximos ou mesmo distantes, mas também pelo exterior factual da cotidianidade, algo que em Heidegger seria uma forma de aprendizado ontologicamente “inautêntico”. Apreende-se a morte como destino inelutável também por via da concepção científica de um corpo-objeto apreendido pela biologia ou pela medicina, e se a confirma pela experiência prática cotidiana que fornece exemplos de um “morre-se” quase anônimo. Ainda que essa factualidade forneça um saber heterogêneo ao modo de experiência do *ser-aí*, a carne confunde essas separações dos modos de ser, e o saber técnico da morte se soma ao aprendizado autêntico, sendo enfim interiorizado, impresso na carne desse ser vivo.

Uma vez apropriado esse saber externo, a morte de distantes torna-se suscetível de se inscrever na compreensão de si como morte própria, em que se reconhece a própria condição mortal. Mas é somente ao final de um longo trabalho sobre si que a necessidade totalmente factual de morrer pode se converter, não em poder-morrer, mas em aceitação do ter que morrer. Trata-se de uma “antecipação de si” de gênero único, fruto da sabedoria prática. Acaba-se com o descompasso em um trabalho individual, de aceitação contínua de uma tarefa à qual todos estamos sujeitos, e que enfrentamos com mais ou menos sucesso. Ainda assim a morte não deixa de angustiar, em razão do caráter radicalmente heterogêneo ao nosso desejo e do custo que representa sua acolhida.

Um último ponto que Paul Ricoeur traz para reconfigurar a temporalidade fundamental é o da *pluralidade*, isto é, a particularidade de cada morte frente à multiplicidade de maneiras de ser entre os outros humanos. A relação com a experiência íntima em Martin Heidegger é dada pela tríade do si, do próximo e dos outros distantes. A morte desses últimos é que se encontra na expressão “as pessoas morrem”, um morre-se anônimo, “por que dessa maneira um outro qualquer e a-gente pode dizer com convicção: não sou cada vez precisamente eu, pois essa a-gente é ninguém” (HEIDEGGER, 2012, p.697).

Seguindo por essa trilha, Paul Ricoeur identifica os recursos de apropriação verídica contidos na experiência da perda do ser amado e próximo, que recolocam a perspectiva de aprendizado da mortalidade por via de um cuidado com o sepultamento.

O “finado”, diferentemente do morto que foi arrebatado “aos sobreviventes”, é objeto da “ocupação” pelo modo do funeral, do sepultamento, dos cuidados com o túmulo. Isso ocorre, por sua vez, porque em seu modo-de-ser ele é “ainda mais” do que um instrumento apenas utilizável em ocupação no mundo-ambiente. Permanecendo com ele no luto de recordação, os sobreviventes estão junto a ele e com ele, em um modus da preocupação-com-o-outro, a reverenciá-lo. Por isso a relação-de-ser para com o

morto não deve ser apreendida como ocupação junto a um utilizável (HEIDEGGER, 2012, p. 659)

Na morte do próximo, aprendemos duas coisas: a perda e o luto. A perda do ser amado é de certa forma uma perda de si mesmo, e constitui, assim, uma etapa no caminho da “antecipação de si”. O luto leva a uma interiorização do objeto de amor perdido, o que por sua vez permite criar um horizonte do luto futuro, que nossos próximos terão de fazer quando do próprio desaparecimento. Essa “antecipação de si” traz de certa forma um aprendizado autêntico, que poderia nos ajudar a aceitar nossa morte futura, como uma perda com a qual procuramos nos reconciliar antecipadamente.

É a partir das considerações do aprendizado do luto que Paul Ricoeur busca pensar uma mensagem de autenticidade na morte não só dos próximos amados, mas dos distantes. Uma forma de experiência da finitude que se manifesta em seu estado puro na existência pública: a morte violenta, o assassinato. Tal acontecimento extremo não se deixa domar como na meditação “suave” da morte do próximo, pois revela a marca do nada, do aniquilamento do visado. Assim, a morte violenta também não poderia ser apressadamente incluída no rol de coisas dadas e manejáveis, de um “morre-se” inautêntico.

Emanuel Levinas sugere que, muito mais que o medo do nada na morte, é o medo da violência e da absoluta alteridade ameaçadora que determina a temporalidade futura (LEVINAS, 2008, p. 230). Haveria então na morte violenta um ensinamento ético e político que pode ser recuperado, e que não se encontra na relação de si para si, nem na relação com os próximos. É a sugestão de que por trás de toda morte haja uma forma de assassinato público, sendo possível extrair dela um ensinamento sobre o nada.

O sentimento de iminência que precede o saber da morte se dá a compreender como iminência de uma ameaça vinda de um ponto desconhecido do futuro. “Na morte, estou exposto à violência absoluta, ao assassínio na noite” (LEVINAS, 2008, p. 231). Aqui o assassinato não é um acontecimento efetivo, mas sim a “matriz de todo assassinato, investigado em nível de ‘filosofia profunda’” (SOUZA, 1999, p. 95). Uma espécie de “estado de natureza” no qual o medo iminente da morte violenta e da guerra leva à formação do Estado.

A vida seria uma espécie de suspensão, sob o horizonte de pura ameaça vindo da absoluta alteridade. Aqui a ética levinasiana traz uma forma de aprendizado ético a partir da morte pública. Paul Ricoeur crê, com isso, que a banalidade do “morre-se” pode recuperar sua

força de atestação ontológica, fornecendo um aprendizado que serve de tema à compreensão da “morte na história”, e no qual a questão da justiça se coloca como horizonte do cuidado.

Frente à morte de todo mundo, essa morte banal, surge o trabalho de dívida e de sepultamento, num elo entre futuridade e preteridade, herança e “projeto existencial”, no qual o historiador, em sua própria temporalidade fundamental, busca “fazer justiça” aos “ausentes da história”, construindo uma narrativa que requalifique o passado na fidelidade aos fatos, fazendo luto e sepultamento a todos, inclusive aos anônimos da história. Isso leva à retomada de seus rastros, tomando-os não como matéria manejável de um “passado decorrido”, mas pondo-os sob tutela do tempo do cuidado, sendo que suas existências ganham a densidade do tendo-sido.

Ao indicar essa categoria, se opera uma requalificação no âmbito da temporalidade fundamental frente ao tempo do cuidado. A “resolução antecipadora” do “projeto existencial” se assumiria em dívida, marcando uma dependência com o passado em termos de herança. Isso aponta para a relação entre a futuridade do cuidado e a categoria da atestação. Assim como se ganha com a atestação do sepultamento dos próximos, essa atestação dos outros ausentes da história forneceria um modo fiel de ser-para-a-morte, na retrospectiva justa de um testemunho que se dá no presente de um “agora que...”.

Isso permitirá ao historiador desenvolver sua representação sob o viés da dívida, buscando uma *presentificação* do que efetivamente adveio “tal como tendo efetivamente sido” (RANKE apud RICOEUR, 2007, p. 375). É sob o signo do ser-em-dívida que o ter-sido prevalece em densidade ontológica sobre o “não ser mais” do passado “decorrido”. A junção entre o ser-em-dívida (ontológica) e a representância (epistêmica) é fecunda para a subjetividade historiadora, na medida em que sua elaboração discursiva poderia produzir esse efeito de atualizar um passado ausente no presente.

São essas considerações que levam Ricoeur a aproximar-se de Michel de Certeau (1982), na concepção de operação historiográfica como versão “escriturária” do rito de sepultamento. Assim como a sepultura é a marca duradoura do luto, um lugar espacial e material que cria um ponto de referência cultural no espaço público da cidade, a enunciação da história seria um ato discursivo que produz um lugar social para os ausentes no presente. Assim, é possível instituir uma relação dinâmica entre discurso histórico, os mortos, e um terceiro posterior – o leitor.

Ao conceber o discurso histórico como um ato de fala *performativo*, evita-se uma concepção de história como mera narrativa do passado, sendo possível concebê-la em seus efeitos práticos. Tal dívida assumida pelo historiador, que pede um gesto de sepultamento justo e fiel, atribui por sua vez um lugar ao leitor – lugar possível de ser preenchido com um dever-fazer justiça, que busca instigar na recepção o trabalho de dívida em relação aos ausentes da história.

Numa idade democrática, onde não só reis e heróis são dignos de imortalização, muitas são as vozes anônimas que exigem justiça no repouso de uma história justa. Isso leva Paul Ricoeur a sugerir seu triplo contrato da “boa subjetividade historiadora” (científico, narrativo e político), que veremos mais adiante. Traz-se o exemplo de Michelet, que delira uma ressurreição literária dos mortos e da totalidade da vida passada. Este historiador invoca a morte em larga escala das populações, dando legibilidade e visibilidade ao paradigma republicano-romântico da história. Assim, a relação entre historiador e leitor, na qual se aquieta a morte e se dá sentido ao tendo-sido, serve de campo de trabalho por dentro da temporalidade fundamental, de maneira a apresentar um presente e um futuro ainda abertos frente ao discurso retrospectivo, configurando-se duas vozes num discurso-sepultura, num trabalho do luto por se fazer.

É no segundo nível de temporalidade, a historicidade (*Geschichtlichkeit*), que Martin Heidegger pressupunha encontrar o ponto de partida da ciência histórica. Paul Ricoeur irá propor uma derivação não em decréscimo de níveis de autenticidade, mas em uma gradação da fundamentação em relação ao conhecimento histórico e seus níveis de inteligibilidade. É esse o plano onde a existência encontra a historicidade, dando margem ao conceito de “condição histórica” da existência, que em Heidegger se apresenta como as possibilidades do conhecimento histórico técnico por vias existenciárias (HEIDEGGER, 2012, p. 1061).

Antes de Heidegger, o conceito de *Geschichtlichkeit* era utilizado para indicar a factualidade de um acontecimento narrado (como, por exemplo, a historicidade factual de Jesus “homem”, em relação à figura sagrada de Cristo). O autor de *Ser e Tempo* desenvolve sua versão recuperando uma célebre discussão entre Conde de Yorck e Wilhelm Dilthey, na qual se problematiza a relação entre o encadeamento coeso da vida e o espírito histórico. Heidegger retoma essa distinção entre aquilo que é produto científico da história e aquilo que é experimentado como historicidade vivenciada.

Paul Ricoeur sugere que essa concepção não favorece a fundamentação da prática historiadora como um “projeto existencial”, mas apenas em termos do que Heidegger chama de

“modo científico-teórico do problema da ‘história’”: “Trata-se, essencialmente, de tentativas ligadas à tradição neokantiana de pensar a história, seja a partir do lugar que seu método lhe confere na arquitetura dos saberes, (...) seja diretamente a partir de seu objeto, o fato histórico” (RICOEUR, 2007, p. 387). Por isso, a discussão heideggeriana nesse nível de temporalidade só atinge uma reflexão no nível da epistemologia da história, que Paul Ricoeur associa à *filosofia crítica da história* que veremos a seguir. Em Heidegger o ofício do historiador se situa não no tempo da historicidade, mas na intratemporalidade, em que vem ao caso a ocupação presente e a relação do tempo da cotidianidade com o tempo autêntico do *Dasein*.

O cerne da questão, já com Conde de Yorck, é problematizar como pode a humanidade ser objeto da ciência histórica e simultaneamente ocasionador de possíveis experiências históricas. É a questão do estatuto ontológico da proveniência histórica de um agente, o encadeamento de vivências, e o tempo de extensão no qual o *Dasein* se mantém. A relação entre vida e história se apresenta como uma falta experimentada, levando a uma meditação sobre a conexão co-originária. O encadeamento traz o problema ontológico da própria proveniência, vindo ao caso novamente a necessidade de uma reflexão sobre a natalidade. Na proposta de Hannah Arendt, que renova a reflexão sobre o tema da origem, podemos pensar mesmo uma autocriação, esse nascimento que inaugura sua própria proveniência.

Já que em Heidegger a sequência de vivências nessa modalidade de experiência temporal é uma base deficiente para fornecer suporte ontológico à ideia de intervalo, tem-se a tese de que somente o pensamento do ser-para-a-morte pode fazê-lo, naquilo que se dá como o *entre* o nascimento e o fim, interpretando-se o nascimento como um outro “fim”, simétrico à morte (RICOEUR, 2007, p. 386).

No tema da historicidade, temos a noção de encadeamento, que representa um novo passo no debate de Paul Ricoeur com Martin Heidegger. Nesse, tal noção atualiza o conceito diltheyano de conexão de vida: “A pergunta pelo ‘encadeamento’ do *Dasein* é o problema ontológico do seu gestar-se. O pôr-em-liberdade a estrutura-do-gestar-se e de suas condições de possibilidade existenciárias temporais significa um entendimento ontológico da historicidade” (HEIDEGGER, 2012, p. 1017).

Com a estrutura do gestar-se, Heidegger busca uma saída do temporal inautêntico, na sugestão de uma “interpretação existenciária da história”, que ocorre no modo próprio de existir “na história”, e para a qual a ciência contribui apenas pela atribuição de sua proveniência ontológica, na definição da *historicidade* do *Dasein*. Heidegger enumera e percorre quatro

acepções correntes do termo: o passado como indisponível; o passado como ainda atuante; a história como soma das coisas transmitidas; a autoridade da tradição. Sob esses quatro aspectos, reencontra-se a “proveniência”, ainda mascarada sob aparências do acontecimento emergente e transmitido. Assim, as origens autênticas não poderiam ser encontradas por via de uma técnica ou ciência, mas deveriam ser buscadas na experiência de gestação do tempo.

Por dentro da experiência do tempo, o passado pode se apresentar enquanto objeto científico dado e manipulável, sujeito à mesma deterioração e perecibilidade das coisas que subsistem no tempo. “Mas um *Dasein* já não existente, em sentido rigorosamente ontológico, não é passado, mas é sido-‘aí’”. (HEIDEGGER, 2012, p. 1031). Tal definição remete à dialética entre o tendo-sido e o decorrido, que enfatiza a força ontológica do atual do passado no presente. Essa definição da experiência temporal se expressa por termos como extensão, proveniência e dívida, que podem servir de matéria bruta para uma elaboração historiográfica fiel ao passado.

É por essa definição que devemos encarar os *rastros*, como algo proveniente, um tendo-sido fragmentário mas latente de força na atualidade. Se é possível dizer que certas coisas provêm do passado, é porque o *Dasein* também carrega consigo os rastros de sua própria proveniência histórica⁸. Paul Ricoeur fará a conexão entre ontologia do ser histórico e epistemologia historiográfica, por via da extensão que se dá como “sequência de gerações” (Dilthey) e “repetição” (Kierkegaard). Dois conceitos que constituem formas diferentes de pensar os vínculos e proveniências históricas⁹.

O primeiro oferece densidade concreta ao conceito geral de transmissão ou herança, com uma simbologia da filiação e sua institucionalização na forma da genealogia. A genealogia sustenta a conexão do fio da vida, remetendo a uma proveniência codificada que mostra a ocupação da vida humana em “instituir o vivo”. A sequência geracional leva à investigação sociológica do referente da “ação social”, onde se encontram os vínculos coletivos dados nas significações dos agentes.

É na sequência dessas práticas, na maneira como são significadas, que se apresentam as instituições coletivas (os costumes, práticas, tradições, etc.). Uma modalidade de enquadramento que vai dando ao *Dasein* mais legibilidade, aproximando-o dos resultados

⁸ É por via do conceito de *representância* que Paul Ricoeur irá conceber esse retorno do passado na presença, algo que se distancia da concepção positivista da história como museu de objetos já sepultados.

⁹ Nosso uso do conceito de repetição se na relação entre “pais espirituais” e “autocriação irônica”, conforme a síntese que Richard Rorty (2007) faz da obra de Martin Heidegger.

obtidos pela sociologia¹⁰. Assim, a historiografia pode conectar o tempo privado do cuidado com o tempo histórico, na forma de elaboração de filiações, de genealogia e de modo de colocação nas práticas sociais.

Já o conceito de repetição liga-se à proveniência e relaciona-se a uma possível forma de transmissão da existência, na qual um *Dasein* toma um modelo sobre o qual se constrói sua autenticidade¹¹. Esse repetir não é nem reafirmar imediatamente, nem reelaborar: é um apropriar-se que “realiza de novo”. A repetição constitui um “destino comum”: “A repetição própria de uma possibilidade-de-existência que é algo sido – o *Dasein* escolhe seus heróis – se funda existencialmente no precursor ser-resoluto, pois nele se escolhe pela primeira vez o que torna livre para combate subsequente e para a fidelidade ao repetível” (HEIDEGGER, 2012, p. 1043).

Desses “heróis” herda-se a possibilidade de ser-livre, na resolução de um projeto que faz uma réplica ao chamado, oferece uma resposta ou até mesmo revoga as heranças. A potência criadora da repetição permanece inteira nesse poder de reabertura do passado sobre o futuro. Isso permite fundamentar, na busca da representância, não só o ato de sepultamento, mas também a possibilidade da reafirmação do passado no presente. Os instantes morrem e são substituídos, mas em compensação podem surgir no atual através do efeito de presentificação na memória, ou na sugestão de repetição de certos modelos existenciais que fornecem fontes de proveniência¹².

Relacionando-se a repetição com o tema da dívida, e fazendo uma reflexão sobre a repetição no presente, pode-se falar então em uma repercussão do futuro sobre o passado no próprio cerne do ato de retrospectiva memorialista. Paul Ricoeur falará ainda na luta de Raymond Aron contra a ilusão da “fatalidade histórica”, que visa a abrir novas potencialidades históricas ao encarar com olhar inaugural a singularidade de ações e fatos do passado, de

¹⁰ Será o caso de nossa breve indicação da metodologia de Pierre Bourdieu na análise do discurso autobiográfico, na seção 5.1, que nos fornecerá uma metodologia para estudo de narrativas de vida feita por Dyonélio Machado e seus biógrafos. O sociólogo nos propõe um novo vocabulário para análise biográfica: a noção de trajetória como uma série de posições (colocações e deslocamentos) em uma superfície social. Conjunto que dá suporte para uma série de atributos e atribuições que formam a “personalidade” nesse olhar sociológico.

¹¹ Serão os “pais espirituais” que, em nossa análise, Dyonélio Machado poderia ter procurado trabalhar no próprio “projeto existencial”, em seu tempo do cuidado. O termo autocriação irônica, de Richard Rorty (2007), visa indicar essa apropriação autêntica, a repetição daquilo que reconhecia como sucessos de seus heróis, por via de sua própria ironia.

¹² Algo que nos ajudará a pensar, no capítulo 4, como Dyonélio Machado lidou com seus “pais espirituais”, “desconstruindo” suas influências através da autocriação irônica; e no capítulo 6, na possibilidade de representar de Dyonélio Machado como um modelo a ser seguido.

maneira a permitir que a história não seja apenas um encadeamento de causalidades e determinações já conhecidas, mas que permaneça livre para novas consequências no presente¹³.

Temos por fim a análise de Paul Ricoeur sobre a intratemporalidade, onde a pesquisa e a escrita da história podem ser vistas como ofício a ser exercido em nivelamento com a cotidianidade, com a ocupação no tempo público, pautado pelo tempo cronológico externo. Na linguagem comum, “contar com o tempo” resume todas as nossas relações com o tempo nesse nível, que exprime, fundamentalmente, a maneira temporal do ser-no-mundo na ocupação cotidiana.

Em Heidegger reencontramos inicialmente a expressão de uma aporética do tempo. A ideia de *databilidade* fornecerá uma determinação onde a cronologia de datas permite “contar com o tempo”, algo que evoca o estiramento do tempo íntimo: é o caráter público do tempo, que distende o “tempo da alma”. A potência das categorias de análise heideggerianas avança sobre as aporias da temporalidade anteriores, que dividiam tempo subjetivo e objetivo:

O tempo-do-mundo é “mais objetivo” do que todo objeto possível, porque, como condição da possibilidade do ente do-interior-do-mundo, com a abertura do mundo já está sempre estático-horizalmente “objetivado”. (...) Mas o tempo-do-mundo é também “mais subjetivo” do que todo possível sujeito, porque, corretamente entendido, no sentido da preocupação [cuidado], isto é, do ser do si-mesmo factualmente existente, ele torna possível em primeiro lugar precisamente esse ser ele mesmo (HEIDEGGER, 2012, p. 1133).

Mas o cálculo objetivo do tempo pode ser apropriado no tempo do cuidado. Antes da quantificação, há os fenômenos ritmados do dia e da noite, do repouso e do sono, do trabalho e da festa, geralmente fundamentados no tempo astronômico (solstícios) ou cronológico (o carnaval). A referência ao tempo do cuidado permite levar para o centro da análise a referência ao presente, da mesma maneira que o ser-para-a-morte impõe a referência ao futuro, e a historicidade ao passado. Na dependência que se dá “junto das coisas” das quais vivemos no presente vivo, é possível então pensar um tempo oportuno e um inoportuno, que indiquem suas implicações existenciárias. É a “significatividade” atribuída aos dados do relógio e do calendário quando incorporados à temporalidade autêntica. O discurso do cuidado é, em

¹³ “Ele introduz esse tema em conexão com o recurso do historiador a construções irrealis, pelo qual aderiria ao conceito weberiano da ‘imputação causal singular’. Mas ele ampliava o mesmo tema por uma reflexão sobre o vínculo entre contingência e necessidade na causalidade histórica: ‘entendemos aqui que a contingência é, simultaneamente, a possibilidade de conceber o acontecimento diferente, e a impossibilidade de deduzir o acontecimento do conjunto da situação anterior’ (...). É essa consideração geral sobre a causalidade histórica que predispõe a vincular a reação contra a ilusão retrospectiva da fatalidade a uma concepção global da história, definida como ‘esforço de ressurreição, mais precisamente para se reportar ao momento da ação, para tornar-se contemporâneo do ator’”(RICOEUR, 2010 p. 393)

primeiro lugar, um discurso centrado no presente vivo. A cadeia de determinações do tempo se apresenta então pela recapitulação apropriada, ocorrendo como um “agora que...” certo episódio se deu, a partir do qual os acontecimentos se deixam datar por via da vivência.

O trabalho factual do historiador, no entanto, incorreria em manobrar o tempo de maneira inautêntica, instaurando cronologias e causalidades artificiais próximas do cálculo. Como precaução a isso, veio todo o esforço de se preservar os vínculos temporais entre a existência do historiador e o passado como tendo-sido. Ricoeur sugere que se conceba um historiador em um momento de hesitação, próximo à análise existencial, e num tempo ainda não totalmente certo de suas condições de databilidade. Em seu cuidado, não deixará de pensar nas resoluções possíveis no presente, e buscará entender a temporalidade vivenciada autenticamente pelos agentes sociais. Isso favorece uma interpretação dos fatos históricos em sua novidade e potencialidade, numa réplica frente às causalidades já institucionalizadas e à normatização dos gestos sociais. Nesse sentido, a história não visa só o vivente de outrora, mas algo que deve ser reapresentado, um tendo-sido que reivindica significatividade no tempo presente.

Com isso, Paul Ricoeur indica como a hermenêutica da condição histórica permite um balizamento entre a memória e a história, ao indicar que se trata de dois desenvolvimentos paralelos, que se cruzam e concorrem, mas que não conseguem concluir qual dos dois deve ser a prioridade. De um lado, tem-se a pretensão de dissolver o campo da memória no da história, numa “história da memória”; do outro, a resistência da memória a tal absorção graças à sua capacidade de historicização em práticas sociais sempre diversificadas, com tendências de memorialização sempre plurais, que inovam os próprios conteúdos da história.

No trajeto apresentado por Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*, podemos reconhecer uma verdadeira filosofia da história. Algo que nos permitirá abraçar o referente da temporalidade existencial, suas diversas contribuições metodológicas e sua compreensão historiográfica, o que fornece um horizonte meta-histórico para a análise de nossas representações no capítulo 6. Tal referente faz reconhecer, também, que uma decisão a respeito dos modos adequados de relação com o passado (a relação entre memória e história) não pode ser tomada apenas se voltando ao passado.

Essa filosofia da história se opõe à perspectivação da preteridade em relação à futuridade do presente e à presença do presente. “Nesse plano, a constituição temporal do ser que somos se mostra mais fundamental que a referência simples da memória e da história ao passado

enquanto tal” (RICOEUR, 2007, p. 360). Com o estabelecimento da hermenêutica do ser histórico, que nos permitirá pensar Dyonélio Machado em sua autocriação e novidade, passamos agora à indicação da crítica filosófica da história de Ricoeur – o que nos levará, na próxima seção, a determinar as condições de possibilidade do estabelecimento do campo da memória e da epistemologia.

É no início da terceira parte de *Memória, História e Esquecimento* que o filósofo se dedicará a esse tema. Ali pensará sobre os limites e condições de validação do conhecimento histórico. Sua busca visa a indicar o risco inerente da operação historiadora, que poderia se perder em excessos imaginativos, ou recair na ilusão de que pode apreender a totalidade universal do tempo. Nesse ponto, Paul Ricoeur irá recuperar aspectos de uma teorização sobre o que seja “experiência histórica”, da antiguidade até hoje. Começará com os historiadores gregos, que pensavam a história como ato político no presente, e chegará à época moderna, quando o saber histórico, com Hegel, adquire a pretensão de um saber absoluto que realizaria uma reflexão total.

Citando *Futuro passado* de Reinhart Kosellek (2006), Paul Ricoeur nos fala de uma “história da história” onde dois fatos mobilizam a estrutura de longa duração: o nascimento de um uso discursivo do conceito de história enquanto coletivo singular, que permite relacionar uma multiplicidade de acontecimentos singulares sob uma espécie de sujeito abstrato e narrativo comum (como na expressão “A história se faz de grandes homens”); e a mistura do uso da memória nas crônicas de acontecimentos históricos (*Geschichte*) com seu uso pela “ciência histórica”, já em posse de seu *status* acadêmico (*Historie*). É essa combinação que possibilitou o discurso da “história enquanto tal”, da “própria história”.

Essa “autonomia” manifestada no discurso da história como sujeito de si comandou desde então suas representações, organizando e produzindo uma narrativa onde era agente. Ganha inclusive certa reflexividade, derivada de um conceito específico de tempo, uma temporalização propriamente histórica, que em certos textos “se reflete enquanto acontece”. Nesse desenvolvimento da própria *filosofia da história*, que vai se esboçando com Voltaire, Kant e Herder, e ganha amplidão com Schiller e Hegel, ela foi adquirindo traços que determinariam o próprio conceito de modernidade, ao legar aos historiadores um tom “onitemporal”, permitindo um discurso histórico cujo referente temporal se gostaria “fora da história”.

Ricoeur indicará a crítica de Hannah Arendt às concepções modernas da história, que ela vê como impregnadas de teleologia ou causalidade. Para a autora, o discurso ou a escritura do passado é uma espécie de diálogo entre um agente que queira fazer história (como o historiador) e os “fenômenos políticos originários”, que se passam não no passado mas no presente. Narrar o tempo pretérito assim adquire um aspecto *anticronológico* (REGIANI, 2013, p. 217).

A partir de uma preocupação com o sentido presente da ação pública, o tema do discurso histórico adquire mesmo as conotações éticas que Paul Ricoeur recupera na parte final de seu livro, quando aborda a justiça, a promessa e o perdão. São temas voltados para as condições de possibilidade de uma filosofia da história, que produza a novidade e realize a liberdade por via do respeito ao conjunto múltiplo da pluralidade humana. Para Hannah Arendt, “A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDR, 2010, p.10). Em sua diversidade, variedade e complexidade de modos de ser, essa concepção questiona qualquer discurso de totalização de uma “humanidade” já dada.

Na perspectiva de Hannah Arendt, o tempo da ação não deve ser percebido em suas dependências de causalidades passadas, mas nas características da imprevisibilidade, irreversibilidade e natividade. O resultado das ações históricas é imprevisível, e nesse sentido, as ações de seus sujeitos sempre carregam algo de novo, de inaugural. Esse “início” se dá sempre à revelia de quantificações estatísticas ou lógicas históricas.

As ações públicas no presente voltam-se para o futuro, numa promessa de efetivação para além de seu contexto. “Este ‘algo’ que se inicia, também pressupõe a premissa da irreversibilidade da ação, uma vez que os sujeitos foram criados no mundo e em um tempo específico, estes se tornam parte do mundo”, ocorrendo que no futuro as ações possam ser esquecidas, mas não desditas ou desfeitas (REGIANI, 2013, p. 225). É em seu contexto específico de *natividade* que as ações nascem inseridas em certa historicidade. As ações participam de um horizonte que oferece promessas, tradições, costumes e campos de efetivação, onde ocorrem novidades que permitem uma outra recuperação do passado pelo historiador, de maneira a reconfigurar os destinos históricos e fazê-los efetivos em um novo contexto.

Seguindo um caminho semelhante, Paul Ricoeur fará um ataque ao plano da temporalização que cria a ilusão de uma “marcha da história” única, assim como a sugestão de que seja possível interpretar rupturas e revoluções radicais, sem um devido distanciamento

histórico. Uma questão é visível na análise das dificuldades que subjazem na definição de pós-modernidade, que surge após Paul Ricoeur fazer um elenco dos conceitos de modernidades, que se reconfiguram a partir do século XVI. São acontecimentos como a “querela dos Antigos e dos Modernos”, a relação do Romantismo com o passado medieval, ou o pensamento de Baudelaire. Momentos onde o termo modernidade vai se tornando cada vez mais amplo e ambíguo, até alcançar a configuração recente e seus dilemas e contradições na definição de “pós-modernidade”.

É a própria concepção de modernidade que deve ser usada com cautela e suspeita, pois eleva o presente histórico ao nível de observatório e até mesmo tribunal de todas as formações (culturais, institucionais, etc.) que o precederam. É uma reivindicação que se manifesta quando desejamos escrever sobre “nossa” modernidade, julgando conhecer plenamente “nossa” época/presente. “A pergunta é esta: como ‘nosso’ tempo poderia pensar a si mesmo absolutamente?” (RICOEUR, 2007, p. 321). Surge simetricamente a mesma dificuldade de uma história total, só que dessa vez na pretensão de esgotamento absoluto de todas as contingências do “agora”. Nesse sentido, a filosofia crítica da história percebe como análogos opostos, tanto as concepções que desejavam uma ambição totalizadora do passado, como aquelas que se desenvolvem por via de rupturas com a modernidade.

É o reconhecimento da inevitável historização de toda experiência humana no contemporâneo que sugere insegurança as formas de valorização do progresso como ocorrendo em um “futuro” ainda não ocorrido (RICOEUR, 2007, p. 319). Afinal, não testemunhamos com frequência uma certa relativização contemporânea de crenças tradicionais passadas, as quais acreditavam possuir verdades científicas imutáveis. Esse fenômeno indica que no futuro nossas próprias práticas modernas, nossas epistemologias e verdades, poderão ser relativizadas em suas limitações históricas, o que coloca um horizonte de suspeita sobre as pretensões totalizadoras de uma “historização integral” autoconhecedora do contemporâneo. Tanto no caso da pretensão de saber-se totalizador da história, quanto na autodesignação e avaliação da própria modernidade, a filosofia crítica da história indica um trabalho de autodelimitação das pretensões de totalização historiográfica.

Mas Paul Ricoeur não é um relativista radical, pois assume aquela que é a “categoria meta-histórica” que regula seu critério de “presente da história” como horizonte pragmático: a efetivação de uma justiça histórica que permita dar certa intencionalidade à hermenêutica da

condição histórica, de maneira a balizar a negociação entre memória e esquecimento, história e filosofia, e mesmo ter-sido, por-vir e presente.

Assim, além de indicar os limites críticos, a filosofia crítica da história proposta por Paul Ricoeur pode sugerir fronteiras positivas, no sentido de fornecer as “condições de possibilidade” da historiografia – as quais se dão na identificação de um horizonte saudável para a relação entre a memória coletiva e a justiça histórica. Ricoeur também propõe uma investigação sobre as representações das narrativas históricas, contribuindo com reflexividade para o discurso historiográfico. Esses são elementos que farão parte da “boa subjetividade historiadora”, tanto no plano moral quanto epistêmico.

Uma proposição oriunda da historiografia supõe uma relação entre o julgamento jurídico e o julgamento histórico, já que em ambos parece haver o desejo de “imparcialidade” no plano do arbítrio de alguma questão. No processo de escrita da história, há certos fatos controversos em que tanto a história como o direito buscam identificar a verdade e fazer justiça. Aqui Ricoeur, para estabelecer as condições de igualdade na produção de um juízo imparcial, retoma as propostas de Thomas Nagel (RICOEUR, 2007, p. 330).

Partindo da definição de que toda experiência de mundo só se dá dentro de uma perspectiva particular, a busca pela igualdade de juízo histórico deve se constituir na busca pela abstração radical das contingências (preocupações, interesses, desejos). Afastando tanto a posição particular quanto a de outros juízos pessoais, esse horizonte histórico se interessaria por todas as perspectivas sem distinção, buscando uma espécie de “não-ponto de vista” que lhe forneceria uma perspectiva justa. É um processo que se realiza no desdobramento abstrato de múltiplos pontos de vista particulares buscando-se uma espécie de “universal”. Uma perspectiva que não deixa de ser moral, pois implica certa ética pautada na afirmação implícita de igualdade de valor e dignidade para o ponto de vista de todas as testemunhas. No projeto de agir agora buscando um horizonte de justiça, toda percepção conta, não havendo voz alguma que possa ter prioridade no somatório das multidões.

Isso servirá de ponto de partida para uma teoria da justiça por meio da igualdade invocada alternadamente pelo juiz e pelo historiador, já que ambos compartilham essa ética “profissional da imparcialidade”: “nem favor, nem cólera. Nem complacência, nem espírito de vingança” (RICOEUR, 2007, p. 331). É sob esse mote que se coloca a condição de ocupar o lugar de um “terceiro”, nem vítima nem algoz.

Essa pretensão acaba levando a um problema semelhante àquele apontado por um “olhar fora da história”, e esse dilema ganha dramaticidade quando se investiga a questão dos grandes crimes contra a humanidade. É, portanto, a grande diversidade de versões existentes sobre o mesmo fato histórico que coloca o desejo de imparcialidade sob dependência da filosofia crítica da história, e Paul Ricoeur acredita que com ela seria possível indicar as condições de possibilidade de uma avaliação histórica legítima.

Apesar da comparação clássica entre processo penal e escrita da história, haveria diferenças de procedimento de investigação. Frente à representação da investigação histórica como símile do processo jurídico, onde se elencam testemunhas e se investigam evidências, surge um impasse. No plano prático, o direito busca a restauração da ordem pública, produzindo uma deliberação que afasta decisivamente as vítimas dos responsáveis pelos crimes. Já a história não se limita a reconstruções de cenários, a sequências narrativas de fatos, com o mero interesse de produzir uma sentença prática que possua caráter definitivo.

A história busca confrontar ambas as partes, algozes e vítimas, abrindo um espaço discursivo de contestação, em que sempre se pode trazer um novo testemunho, uma nova versão dos fatos. Ainda que o historiador tente fazer justiça em sua investigação, admite-se que é sempre ao preço de certa precariedade e possíveis equívocos, que poderão ser revisados com novas evidências descobertas pelos próximos historiadores. Nesse sentido, julgamento histórico e “julgamento jurídico” participam de maneira diferente nas decisões políticas da sociedade, produzindo também efeitos práticos distintos na memória coletiva.

Também no plano da atribuição de culpabilidade há uma diferença crucial. Enquanto no processo legal busca-se individualizar os responsáveis, criando uma narrativa que identifique agentes e ações específicas do incidente, na história há certa ampliação do cenário dos acontecimentos, além de uma paciente investigação sobre mentalidades, costumes e cenários, que expande pouco a pouco o espectro de responsabilização para níveis mais amplos. Há mesmo certo confronto entre ambos os “julgamentos”, já que a abertura de perspectiva do historiador poderia relativizar a responsabilidade individual dos criminosos, ou ao contrário, o ofício do historiador poderia ser criticado por não produzir resultado prático na sociedade. A discordância ocorre “A tal ponto que podemos nos indagar se é com os mesmos ouvidos que o juiz e o historiador ouvem o testemunho, essa estrutura inicial comum aos dois papéis” (RICOEUR, 2007, p. 337).

No caso dos julgamentos dos grandes crimes da humanidade, há mesmo momentos em que a proximidade entre historiadores e juízes opera uma confusão entre estas esferas de responsabilidades, como no caso da “disputa dos historiadores” (*Historikerstreit*). Ricoeur invoca essa querela intelectual dos anos 1980, de maneira a propor uma resposta a um ponto delicado dessa questão: como podem os historiadores contribuir para um dissenso cívico a respeito do julgamento penal, sem que isso venha a diminuir a pena dos já responsabilizados judicialmente?

A solução para esse impasse se dá pelo reconhecimento da dificuldade de atribuição do ofício de “terceiro” tanto ao historiador quanto ao juiz. O julgamento de um e de outro deve ser fixado em seu próprio contexto específico, onde se delimita certo *corpus* de documentos, indícios, testemunhos que fundamentam sua interpretação. Algo que poderia ser relativizado em uma posteridade que encontrasse novos rastros, indicativos de uma revisão.

Paul Ricoeur cita Mark Osiel, para quem a posição de terceiro do julgamento pode ser ocupada pelo cidadão, que confronta tanto julgamento histórico quanto jurídico, e os questiona por via do “dissenso cívico”. É o testemunho do cidadão que emerge posteriormente ao acontecimento e aos julgamentos históricos/jurídicos, e é ele que os processa criticamente. Assim se atribui à própria memória coletiva, então informada por novos documentos, um espaço possível de “terceiro imparcial”.

Por um lado, a intervenção de um testemunho sobre as representações da memória coletiva nunca se conclui, o que o aproxima do julgamento histórico; por outro, essa testemunha-cidadão deseja ver um julgamento efetivado, tal como o do juiz. Sob todos os aspectos, ele continua sendo o árbitro derradeiro, portador dos valores da democracia constitucional. A convicção e memória do cidadão frente à própria vivência da história recomenda neutralidade ao procedimento penal, e também vale como recomendação de isenção ao historiador quando da inscrição de seu testemunho nos arquivos.

A segunda proposição da filosofia crítica da história é uma reflexão historiográfica sobre o próprio projeto de verdade da história, vista em seu aspecto interpretativo. Paul Ricoeur indica as reflexões de Raymond Aron, para quem já não há “realidade histórica” dada antes da ciência histórica, e apenas conviria reproduzir com fidelidade “o que aconteceu”. A realidade humana é ambígua e inesgotável, e sua objetivação é sempre imperfeita, posto que se devem incluir os fatos psíquicos, que só ganham forma por modos de “comunicação das consciências” situados em condições contextuais particulares.

Assim pensa também Henri-Irénée Marrou, que reflete sobre a forma do conhecimento histórico, definindo-o como “conhecimento cientificamente elaborado do passado”, estabelecendo uma espécie de relação das pessoas de outrora com as pessoas de agora. Sua posição também será de que a história deveria estar pautada no presente, “desfatalizando” as causalidades do passado e construindo um horizonte de liberdade do espírito¹⁴. A intervenção do historiador não seria parasitária, mas sim constitutiva do modo como se dá o conhecimento histórico, algo que se opõe à concepção tradicional de história como mera ordenação de documentos.

Os historiadores dos *Annales*, preocupados com as condições de uma “objetividade possível” para a ciência histórica, não acolhiam bem tais reflexões de Marrou. Paul Ricoeur sugere que esse rechaço se deu porque a postura metodológica desse grupo não trazia em paralelo uma análise crítica das condições adequadas para se pensar a subjetividade historiadora. A solução seria estabelecer uma relação com a análise objetiva, uma análise da “boa subjetividade” historiadora, que conferiria maior reflexividade ao discurso histórico.

Sua recomendação é de que a boa subjetividade historiadora deveria se pautar pela hermenêutica da condição histórica, que lhe fornece as condições de possibilidade crítica para a legitimação de sua objetividade. Dado os desafios de adequação do aspecto científico e narrativo de seu discurso, e a impossibilidade de solução do impasse apenas por dentro de uma epistemologia, a filosofia crítica da história pode orientar positivamente a interpretação no plano historiográfico, recorrendo a um triplo contrato: científico (que implica assumir no discurso historiador a ordem oculta das causalidades que conduzem o encadeamento de sua interpretação), narrativo (reconhecer que é necessário dar legibilidade a essa ordenação), e político (que vincula a legibilidade e ordenação às múltiplas exigências, por vezes contraditórias, das multidões).

¹⁴ Um aspecto importante dessa crítica é distanciar a perspectiva histórica da concepção positivista. Nessa última, as causalidades seriam objetivas e dadas no acontecimento, enquanto na primeira as leis e causalidades históricas em parte são constituídas pela interpretação do historiador, que evidentemente parte de certa metodologia e epistemologia que permite validar sua análise por via de documentos. Há então uma “ética do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2010, p. 350), que constitui a “boa subjetividade historiadora” que assume as condições e limites de sua atuação. Para se pensar as diversas possibilidades de reconhecimento das causalidades históricas para um mesmo fato histórico, basta que se considere as diversas fases da Escola dos *Annales* indicadas por Paul Ricoeur em sua obra. Cada nova metodologia cria o reconhecimento de novas causalidades e “leis” históricas, portanto é prudente pensar que essas causalidades não estão dadas nos acontecimentos, mas são em parte construídas no discurso histórico.

2.2 A memória e o arquivo

É a partir do pano de fundo da ontologia da condição histórica e da filosofia da história crítica que podemos agora nos voltar para a recuperação das concepções de memória e história em Paul Ricoeur. O filósofo desenvolverá os temas da memória individual, memória coletiva e memória histórica, tratando cada uma de maneira distinta. A questão recorrente em cada uma é o enigma do *eikon*, a “presença da representação da coisa ausente”. Essa questão se combina com uma interrogação sobre o rastro, registro presente de algo passado, o qual é possível interpretar, produzindo uma presença efetiva, mas nunca responder totalmente. É no questionamento da produção de presença por via da representação que pode se encontrar resposta para o problema da validação das interpretações sobre como o rastro recupera o que está no passado.

A questão se manifesta em todas as memórias, encontrando-se no tempo que vai de um acontecimento à sua representação, na relação entre imaginação e memória. Já manifesta em filósofos da antiguidade, ela abre a investigação da fenomenologia da memória de Paul Ricoeur. É por via de um resgate das concepções de Platão e Aristóteles que será definida a questão do enigma do *eikon* e sua relação com as representações da memória.

Para caracterizar inicialmente esse problema, Ricoeur indica os diálogos platônicos que tratam do tema da verdade e de sua distorção por via da sofística. A metáfora do bloco de cera em *Teeteto* (2008) define a memória como marca ou impressão, que pode ou não preservar a gravação da coisa ausente. A pureza material da cera onde se imprime o conteúdo pode ser maior ou menor, e por isso Sócrates indica a possibilidade de uma defasagem, um erro de ajustamento entre original e marca, levando ao apagamento da impressão original na cera-memória.

No mesmo diálogo platônico, passa-se do modelo do bloco de cera àquele do pombal, que identifica a memória com uma espécie de saber que precisamos sair para caçar ou guardar em posse. A confusão aqui se dá na mistura de pombas mensageiras com pombas selvagens ou até não-pombas, que criam perturbação não no gesto de captura, mas na possibilidade de posse das pombas-memória. A problemática do esquecimento dos rastros na memória-impressão, e os destinos da representação na memória-caçada, indicam os primórdios da reflexão platônica sobre o tema da memória.

No diálogo sobre as qualidades das técnicas de imitação em *O Sofista* (1972), o tema da imagem fiel ou fantasiosa aparece na relação com as diversas técnicas miméticas, entre as quais

se inclui o ato de produzir representações discursivas. Platão distingue entre “artes eicásticas” (que produzem a presença de um *eikon*, representação que manifesta de maneira fiel) e “artes fantásticas” (“presentificações” que rerepresentam a coisa ausente fantasiando irrealidades a seu respeito), as quais fornecem uma dialética da boa e da má representação, dos usos e abusos da representação na relação entre o trabalho da imaginação e fidelidade da memória.

A partir desse quadro inicial do enigma da “presença do ausente” no *eikon*, Ricoeur reconhece um problema nesses primeiros indicativos platônicos: a falta de uma indicação das modalidades de temporalidade da memória. Um impasse que pode encontrar em Aristóteles um desenvolvimento, na sugestão de uma distinção entre memória-afecção e memória-recordação. Ricoeur resgata o lema aristotélico “A memória é do passado”, contrastando futuro da conjectura e espera com presente da sensação, e estabelecendo uma relação temporal de referência ao próprio “lembrador”, que é incorporada na ação de lembrar o passado no presente da narração.

Nesse referente ao tempo da memória de Aristóteles, é possível identificar uma dupla concepção: a memória como rastro-afecção, lembrança cujo vestígio marca a alma (*mneme*), e memória como “rememoração”, trabalho da memória que se dá como ação de lembrar a coisa ausente no presente (*anamnesis*). A primeira concepção indica uma evocação simples e involuntária, quase passiva, enquanto a segunda sugere uma ação que estabelece um ponto de partida temporal, que é posteriormente resgatado se seu trajeto for percorrido com dedicação, no “trabalho de lembrar” bem sucedido.

No entanto, em Aristóteles, memória e imaginação participam daquilo que ele define como “alma sensível”, parte da alma que é mais próxima do corpo do que da racionalidade. Assim, quando o filósofo grego propõe aproximar a memória a uma pintura, é o risco da confusão entre ambas que se manifesta na corporeidade da representação. É o risco de a imaginação exceder-se sobre a lembrança.

De maneira então a delimitar sua abordagem da memória individual, Ricoeur recorre a Edmund Husserl¹⁵, para argumentar que é a partir da duração e da retenção do tempo que a fenomenologia da memória percebe os objetos do passado. A questão é: o que permanece em uma coisa que “dura no tempo”? Estamos no nível da intimidade da consciência da temporalidade, que estabelece um marco do “antes e depois” do acontecer, e permite escalonar

¹⁵ Para Paul Ricoeur, a fenomenologia da memória em Husserl propõe categorias positivas para a consciência íntima do tempo, eliminando a dependência de uma teoria da memória baseada em concepções como o cognitivismo científico da neurociência ou até mesmo a psicanálise.

a duração no próprio ato de *retenção* do acontecer. É a retenção que permite ligar a *lembrança primária* da percepção do objeto temporal à *lembrança secundária*, que já se dá como reprodução e continuidade do acontecimento original. Essa reapresentação supõe que o fenômeno apreendido já tenha “desaparecido” como objeto, havendo um desprendimento da percepção primária. O que em certo sentido indica que toda lembrança secundária, memória de algo que já não está *presente*, é uma reconstrução que envolve um trabalho de preenchimento pela imaginação.

Tanto a memória quanto a imaginação procedem por via da reapresentação de algo ausente, que ocorre por composição e associação de ideias, num processo de contiguidade ou aproximação. É a experiência da vivência íntima do fenômeno do tempo que serve de referente na memória individual. Husserl distinguirá o ato de rememorar do ato de imaginar, pela ênfase da irrealidade nesse último. Seu enfoque numa memória-objeto leva Paul Ricoeur a considerar que essa lembrança secundária já se dá como uma lembrança-imagem, na qual se reconhece o trabalho da imaginação em sua constituição¹⁶.

A ação de rememorar ocorre como um trabalho no presente, descolando-se do acontecimento passado. Essa atividade parte de um esquema ou esboço inicial, sobre o qual o trabalho da memória se esforça por produzir uma imagem concreta. Essa representação desenvolvida será potencialmente efetiva se sua realização reafirmar a presença do fenômeno já ausente. Entre lembrança primária e sua elaboração via preenchimento da imaginação, há esse momento do “não estar ali”, onde o imaginário ameaça devorar e dominar o próprio instante da lembrança que lhe dá origem.

Essa distância no tempo, entre acontecimento e sua elaboração posterior na memória, traz o problema da legitimidade ou fidelidade da representação na memória individual. É o conceito de recordação que delimitará a legitimidade da relação entre trabalho da imaginação e memória. No ato de buscar a “coisa” passada, se vivencia um esforço cognitivo que se conduz

¹⁶ A experiência do aparecimento involuntário ou quase subido da memória, sugere a metáfora da impressão preservada na cera-alma em Platão. Já o ato corporal de lembrar indicará a memória como um rastro a ser perseguido e recuperado, algo que se dará sempre parcialmente, já que a imagem completa do passado só se dá pelo trabalho de imaginação no presente (como na caçada às pombas de Platão). Esse binômio poderia ser definido, no discurso, pelo par *evocação*, seu aparecimento espontâneo, e *recordação*, a faceta de esforço intelectual, que se assemelha ao raciocínio das consequências lógicas de um silogismo, e que ocorre com a passagem de uma espécie de esquema/esboço trabalhada para formar uma imagem completa. É um “trabalho” de rememoração, pois produz uma resposta corporal próxima ao da realização de uma “tarefa física”.

pelo princípio de fidelidade à lembrança original, a presença já ausente. É essa fidelidade ao passado que legitima o empenho da memória.

A representação elaborada na recordação visa o reconhecimento posterior, na produção de uma presença que ocorre quase como um *déjà vu*, quando a recordação reafirma a lembrança-primária já ausente no presente. Essa representação possui com isso uma função ostensiva, que deseja manifestar com fidelidade o que ocorreu aos olhos da consciência. Há com isso uma certa reivindicação de verdade legitimada no exercício que mantém a fidelidade da recordação.

A referência a Husserl revelou certas ideias importantes, que Paul Ricoeur já havia identificado em Aristóteles: o movimento de temporalidade na lembrança (acontecimento/representação); a participação e risco da imaginação; e a corporeidade do “lembrador”, que se manifesta no esforço sentido por aquele que se detém rememorando o passado no presente. Esse esforço pode ainda se desdobrar quando se manifesta na forma de discurso, o que sugere mesmo a possibilidade do testemunho.

O corpo constitui o “lugar da memória” primordial, sua presença sendo o “aqui” atual, a referência em relação à qual todos os outros lugares são “lá”. Nesse nível de presença, a simetria entre temporalidade e espacialidade é completa: “aqui” e “agora” ocupam a mesma posição, ao lado do “eu”, “tu”, “ele” e “ela”. O par *aqui e agora* constitui referências a um lugar e data, que desimplicam essas vivências da consciência que as experimenta, no espaço objetivo ou no tempo cronológico. Por outro lado, tal ocorrência se dá frente ao outro que está “aí”, o que leva a uma nova implicação no processo de relacionamento e em um mundo comum.

Sairemos do nível da fenomenologia da consciência íntima do tempo, da vivência da corporeidade da memória, por via dessa desimplicação que se dá por sua elaboração no discurso. Uma forma de conceber a relação entre memória individual e memória coletiva são os avanços da obra tardia de Husserl, que possibilitam uma concepção fenomenológica da intersubjetividade, que se dá sob o modelo da fenomenologia da consciência individual.

É no plano da linguagem que se pode avançar pela aporia entre memórias, indicando o campo discursivo como um espaço onde pode ocorrer uma forma de entrecruzamento de memórias. É possível separar uma linha invisível, entre o instante de rememoração e aquele da atribuição autêntica de um sujeito das lembranças, em enunciados como “eu lembro” ou “ele rememora”. Assim, o ato de recordação, mesmo na memória coletiva, é sempre atestado através de uma enunciação individual, ainda que nessa recordação se encontre a marca do social, e se possa recordar do “nosso”.

A partir do reconhecimento do aspecto enunciativo da ação de apropriação da memória, é possível também a revelação de certa distância entre “propriedade” e “proprietário”, podendo-se sublinhar as determinações coletivas identificadas no vínculo do agente singular (sua posição social, suas táticas ou as coerções sofridas, etc.). Isso permite pensar o movimento da memória em “suspensão”, fenômeno de que se fala tanto como afecção na alma (lembrar) quanto como trabalho ativo (rememorar), movimento no tempo que pode ser atribuível ou imputável a “alguém”. A capacidade de compreensão dentro dessa suspensão, de abstração do ato da memória que se elabora no que geralmente chamamos de “psíquico”, é o que possibilita o fenômeno de atribuição múltipla, permitindo que as memórias possam ser atribuídas a qualquer um, inclusive a personagens fictícios, ou mesmo serem compreendidas fora de qualquer atribuição. Por via de uma “imaginação afetiva”, pode-se então atribuir coextensivamente ao outro aquilo que surge da atribuição individual. Apenas os modos de verificação frente aos exageros do trabalho do “imaginário” é que serão distintos, já que eles ocorrem assimetricamente na atribuição a si e aos outros.

Isso permitirá que a fenomenologia da memória, inicialmente ligada à consciência individual, se projete para o plano do social, fazendo com que a sociologia se volte para momentos nos quais indivíduos se designam como autores e proprietários de seus atos e memórias. Ricoeur indica que a memória individual se elabora e se faz pública na atenção ao trabalho da linguagem nos momentos de testemunho. É na assunção de responsabilidade pela posse da memória e das ações narradas que se pode dizer que a memória é individual.

É através de uma tradição coesa de teóricos que em *A memória, a história e o esquecimento*, a memória coletiva será pensada: essa concepção de intersubjetividade e o “mundo da vida” do Husserl tardio se desenvolvem na fenomenologia da vida social de Alfred Schultz, que foi em parte apropriado por Max Weber, e ganha sua formatação final na fenomenologia da ação política de Hannah Arendt. Essas abordagens possuem em comum a relação entre sociologia e hermenêutica, pois enfatizam o referente da significação dada pelo agente de alguma ação social, as representações sociais, que fornecem a base para a interpretação no âmbito do jogo entre coerção pública e iniciativas pessoais¹⁷.

¹⁷ Lembramos que Pierre Bourdieu, pensador que adotaremos para análise de aspectos sociais do discurso biográfico, desenvolveu sua obra aproximando-se da metodologia de Max Weber. O que o insere em um diálogo com a tradição que Paul Ricoeur nos apresenta, já que dialogou e propondo avanços para epistemologia da sociologia hermenêutica ou compreensiva.

Mas a referência central será *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs (2013), que ressaltará a importância do espaço e tempo compartilhados na formação da memória coletiva. Paul Ricoeur afirmará que foi a predominância de uma tradição do “olhar interior” da memória, que vai de Santo Agostinho a Husserl, que estabeleceu a prática egológica que só vê possível uma memória individual. Esse olhar voltado apenas para a interioridade permitiu uma coesão maior do conceito de memória, mas a exclusividade de seus procedimentos, vocabulários e atitudes, que reforçam os processos de reflexividade autocentrados, parecem ter alimentado um impasse frente à atribuição coletiva de memória. De *quem* ela seria? Na perspectiva individual, a memória coletiva seria no máximo uma coleção de rastros capazes de fornecer esquemas para um trabalho da memória na *consciência individual*.

Para Halbwachs, no entanto, o conteúdo do que chamamos memória individual é já marcado pelos grupos e contextos onde estas memórias foram geradas. Essa influência coletiva seria tão grande, que mesmo nas situações em que a vivência originária da memória foi experimentada solitariamente, os afetos e posicionamentos frente à experiência coletiva acabariam marcando-a, através de comparações e associações que dado grupo (família, vizinhos, colegas, etc.) oferece para conformá-la a alguma experiência em sua recuperação pelo trabalho da memória¹⁸.

Assim, a recordação individual possui um vínculo com o contexto social onde acontece, e Halbwachs fará uma crítica da concepção psicologizante da memória, que a pensa apenas como “intuições sensíveis”. Para ele, as evocações individuais “puras” estariam reduzidas a vivências de corporeidade, experiências particulares que quando reconstruídas o serão em outros contextos e ambientes, frente a um novo horizonte que lhes dará forma, e fornecerá novos referentes exteriores que determinam as associações feitas pela perspectiva individual.

Esse será sempre um recorte dentro do conjunto de quadros sociais da memória. Maurice Halbwachs chegará a afirmar que a própria concepção de uma “sequência interna” da memória individual é uma ilusão, já que o encadeamento da memória encontra sua causalidade no exterior objetivo ou nas práticas coletivas de rememoração. A investigação sociológica da “psicologia social” poderia reunir e compreender as representações da memória coletiva nas significações fornecidas pelos agentes a suas ações. É o campo de investigação dos costumes, das tradições e práticas sociais, dentro do qual um agente se posiciona e se desloca ao longo do

¹⁸ Assim, toda interrogação sobre a possibilidade de a representação tornar presente o ausente por via dos rastros (“o enigma do *eikon*”) se faz presente também nesse nível. Afinal se as representações coletivas são reconstruções de algo passado, como é possível que façam jus, que sejam fiéis ao tendo-sido?

tempo. Os polos dialéticos de influência nas ações são a *coerção* coletiva e a *iniciativa* individual. O que se destaca aqui é a posição daquele que rememora em relação a um “outro”, trabalho que constitui um testemunho que busca ser *reconhecido*.

Paul Ricoeur irá inovar essa base de Halbwachs, destacando que o próprio ato de recordação já é uma forma de recolocar-se em um grupo. Por isso é necessário de certa maneira liberar o agente do aprisionamento das determinações sociais, com vista a pensar o curso de sua vida em um contexto onde os resultados de suas ações são incertos, ocorrendo sob múltiplas instâncias de legitimação que produzem consensos e dissensos e diversificam suas justificações (RICOEUR, 2010, p. 132¹⁹). Para isso, seria útil atribuir a causalidade mesma do fluxo de memórias ao movimento de iniciativa do agente, e não exclusivamente ao exterior.

A recordação se inscreverá no coletivo por via de sua elaboração em linguagem, em que é possível a atribuição de um “quem” que a possui: “eu lembro” ou “nós lembramos” são expressões que delimitam a propriedade da lembrança nesse discurso que se dá como testemunho. Na busca por identificar o contexto da recordação, é o “agora” presente que deve servir de eixo, encadeando-se um “antes” e um “depois”. Esse agora repousa então em uma comunidade *contemporânea* (temporal) e/ou uma comunidade de *pertencimento* (espacial), que se dão como predecessoras, contemporâneas e sucessoras. Pela via da referência ao presente é possível exprimir a simultaneidade da “consciência do próximo” com a própria, permitindo graus de personalização e anonimato do testemunho, fornecendo o “eu” ou o “nós” autêntico, ou ainda o “outro” inautêntico, expresso pelo pronome oblíquo “-se” (vive-se, morre-se).

Há mesmo um plano de referência entre memória individual e coletiva, que se apresenta como “os próximos” da comunidade do cuidado, e se situa numa faixa entre o eu e o anônimo, compartilhando certas memórias cruciais para o agente. Esses íntimos possuem modalidades de proximidade privilegiadas, tal como a filiação ou a conjugalidade. Compartilham não só acontecimentos particulares (como o nascimento e a morte, o batizado e o luto), mas também aquelas vivências da intimidade, em uma forma de solicitude, que manifesta aquilo que Heidegger chama de *Sorge*, o cuidado. Serão esses próximos que atestam o sucesso dos projetos, lhes apoiando e reconhecendo como se fossem um “si mesmo” (RICOEUR, 2010, p. 141).

¹⁹ “A memória é, para Ricoeur, uma capacidade, o poder fazer-memória, ‘ela é mais fundamentalmente uma figura do cuidado, essa estrutura antropológica básica da condição histórica’” (PEREIRA, 2015, p.76). Seu projeto então visa fundamentar a memória no tempo da vivência autêntica do cuidado.

Mas o trabalho da memória se situa dentro da historicidade de seus contextos sociais, e a recordação é uma capacidade exercitada dentro de práticas sociais de memória²⁰. Esses usos e exercícios da memória coletiva (que têm suas contrapartes de esquecimento) possuem sua própria conexão com a “história da memória”, e ocorrem em “locais da memória” – bibliotecas, arquivos, monumentos, celebrações, etc. Neles se inscrevem os rastros que podem ser recuperados pelo trabalho de investigação dessas representações.

Dentro das categorias de tempo e espaço, Ricoeur irá desenvolver alguns referentes que fazem a conexão entre a fenomenologia da memória e o espaço público, no par *reflexividade e mundanidade*. Esse par permite distinguir entre aspectos que implicam a experiência e percepção voltada para si, daquelas memórias que se dão na relação com o espaço e horizonte temporal no mundo. Haveriam muitos graus intermediários de reflexividade e mundanidade, o que sugere fenômenos de transição sutil entre ambos os polos. O autor irá mencionar três “modos mnemônicos” de Edward Casey, que oferecem uma tipologia de ordenação do campo de experiência que vai do pré-verbal até a memória ligada ao espaço público, permitindo uma linguagem que possa tentar interpretar a memória, ainda que haja uma impossibilidade de totalização das relações possíveis.

Do lado mais próximo da reflexividade, temos os modos do *reminding* (lembretes ou “mementos”)²¹, *reminiscing* (diários, por exemplo)²² e o *recognizing* (reconhecimento da recordação como alheio)²³. Do lado dos fenômenos mais próximos da mundanidade haveria a memória corporal enquanto hábito que se dá no mundo presente, como dirigir um carro (memórias que não remetem ao passado), e os “lugares da memória”, que asseguram atos como orientar-se, deslocar-se e, sobretudo, habitar.

²⁰ Pensando-se a memória como um hábito, ligado a costumes e à repetição, pode-se indicar uma memória que não remete ao passado para efetuar-se (como andar de bicicleta ou cozinhar). Esse hábito faz a memória estar atuando no presente, mas não há remissão para a lembrança do momento de aprendizado original (RICOEUR, 2010, p. 43).

²¹ Algo que fica em uma linha divisória entre interioridade e exterioridade, e fixa de forma mecânica uma associação. Aparece nos momentos de aprendizagem, num trabalho de recordação por analogia, mas também em apoios exteriores, como notas na agenda, post-its e lenços amarrados, sinais indicadores que buscam evitar o esquecimento futuro.

²² Já depende de mais atividade, por via de uma série de registros que reanimam a lembrança. Pode ocorrer como uma conversação, com uma pessoa ajudando a outra a recordar e compartilhar lembranças, ou como o apoio de um diário íntimo, que confere materialidade à causalidade da série de rastros, potencializando lembranças futuras.

²³ Uma transição com a exterioridade é o reconhecimento de uma recordação como algo que é alheio. No fenômeno do reconhecimento, somos remetidos ao enigma da lembrança atual como sendo a própria, enquanto o acontecimento passado parece ser “outro”. Há certo elemento de alteridade no jogo do reconhecimento, que vai da familiaridade a uma inquietação estranha, dependendo da força do distanciamento inicial. Viajar, por exemplo, cria vínculos associativos com certos lugares, que quando revisitados produzem recordações singulares.

É por via da linguagem, tentando dar conta da memória, que se vai ganhando referentes espaciais de localização e acontecimentos cuja datação é possível pelo conhecimento histórico. Mas o conhecimento objetivo (o espaço geométrico ou o tempo cronológico) já não é vivenciado por alguém, mas sim constituído artificialmente. É nesse campo artificial da *memória histórica* que é possível recuperar e reconstituir o *tempo histórico*.

Ricoeur inicia sua proposta historiográfica indicando como se dá a passagem da memória ao arquivo, por via da tematização do processo de como o espaço e o tempo experienciados se transformam em história. Começando pelo rastro físico, vimos que se pode indicar que as experiências do corpo e do ambiente se ligam aos modos de habitar um espaço. Nesse habitar a exterioridade do “lugar”, abrem-se índices que intercalam corporeidade (expressões de localização e deslocamento no ambiente) com desdobramento de características locais, tais como fixadas na linguagem pública.

Mas aquilo que se reconhece no “habitar um espaço” também ocorre no processo de sua transformação, na adaptação desse às necessidades sociais, alterando-se e construindo aquilo que se pode chamar de um “enraizamento” que se estende no plano temporal. É assim que *no tempo* um ambiente vai se modificando, a partir de suas características topográficas próprias. Nesse desenrolar, a transformação ganha uma continuidade que está para além da memória individual ou coletiva, nas transformações planetárias de que apenas a geologia poderia dar conta.

Um acontecimento marcante para alguém é situado em uma data objetiva, em um tempo objetivado pelo calendário que será então escalonado num amplo referente cujo modelo é humanamente impossível de ser experienciado, pois se amplia para um “tempo universal”. É a tarefa do discurso historiográfico a constituição do modelo temporal histórico, no qual se dão um conjunto de unidades e intervalos recorrentes (dias, meses, anos, etc.) onde se pode reconhecer modos de pertencimento ao tempo habitado.

Por via da aplicação de uma metodologia científica, a investigação da modificação dos signos do sistema espaço-temporal poderia até mesmo eliminar qualquer referência à experiência de vivência subjetiva da memória, numa interpretação objetivista do *tempo histórico*. Reencontramos aqui a aporia da temporalidade de *Tempo e narrativa*: uma ruptura entre o tempo da vivência e o tempo objeto do fato científico. Através de métodos próprios do conhecimento histórico, os conteúdos da memória coletiva vão sendo contrapostos à sua historicidade, na relação com pesquisas vindas da sociologia, economia, geopolítica, etc.

Em *A memória, a história e o esquecimento*, é feito um balanço de muitos desenvolvimentos no campo da epistemologia historiográfica recente. A obra fará assim uma recordação sucinta de momentos importantes, partindo da fundação da escola francesa dos *Annales* e apontando as diversas escalas de temporalização, que vai do *acontecimento* de alguns dias na micro-história (Carlo Ginzburg) ao estudo histórico que acumula materiais de muitos séculos, na *longa duração* (Fernand Braudel), a chegada dos estudos de imaginário, e a passagem do conceito de mentalidades ao de representação (Roger Chartier), a autocrítica reflexiva da historiografia pós-*virada linguística* (François Dosse, Jacques Rancière e Reinhart Kosellek), e a necessidade de se pensar as singularidades dos agentes históricos, em uma nova história urbana (Bernard Lepetit). Ademais, esse percurso comporta todo o diálogo que vimos com os clássicos da filosofia da história.

De Michel de Certeau ele tomará a estrutura da *operação historiográfica* como ocorrendo na tríade pesquisa-explicação-escritura, que Ricoeur transformará nas “fases” *documental*, de *explicação/compreensão*, e de *representação historiadora*. Esse conjunto representa três enfoques interpretativos nos quais certas preocupações e metodologias próprias estão operando – não sucessivamente, mas em simultâneo.

A investigação da *fase documental* interroga o modo como a memória coletiva se constituiu em arquivo, partindo do contexto de inscrição e definindo quais tradições coletivas ou iniciativas singulares foram determinantes para sua constituição, o que permite ressaltar também as ausências e os esquecimentos dos rastros. Na fase da *explicação/compreensão*, se questionam as metodologias de legitimação da interpretação historiadora, por via da aproximação com pesquisas vindas do conjunto de ciências naturais ou exatas (*explicação*), ou de uma hermenêutica ligada ao conjunto das ciências humanas (*compreensão*). Por fim, há a fase *representativa*, onde se pensam os aspectos retóricos, modalidades de legibilidade dos fatos históricos, que efetivem uma justiça ao passado. Na busca dessa narrativa que faz jus às suas dívidas, buscam-se modos de representação que catalisem o trabalho de recordação ativa no presente (e na posteridade do historiador), em um discurso historiador que já não se volta apenas para o passado.

Paul Ricoeur recupera uma linha que vai de Ernest Labrousse e Fernand Braudel aos micro-historiadores, de maneira a desenvolver os referentes de trabalho para a construção de modelos de temporalidade histórica. Trata-se de uma escala que pode, por exemplo, situar os processos de legitimação de pertencimento a um grupo, de afirmação de identidade ou do tempo

de duração da coerção social. Busca-se situar os efeitos em *acontecimentos* de poucas horas, passando por *conjunturas* de décadas, e chega-se na longa duração da *estrutura* que ultrapassa milênios.

Assim, a reconstrução do *tempo histórico* vai reestruturando as vivências da memória coletiva, em uma interpretação que se dá a partir de estatísticas, acumulação de materiais documentais, indícios e testemunhos escalonados em comparação. É então que Paul Ricoeur remete ao avanço que ocorre na historiografia dos *Annales*, quando esse quadro epistemológico passou a incorporar também o tempo de sedimentação das estruturas do imaginário humano, através da *história das mentalidades*. Noção que por sua vez será criticada por não fornecer um horizonte aberto à potencialidade dos acontecimentos de curta duração.

Em relação às variações nos processos de justificação em curso através da pluralidade das cidades e mundos, a noção de mentalidade parece indiferenciada, por falta de uma articulação plural do espaço social; enfim, em relação à variedade que influi também nos modos menos quantificáveis de temporalização dos ritmos sociais, a noção de mentalidade parece operar de modo maciço, da mesma forma que as estruturas de longa duração, quase imóveis, ou as conjunturas cíclicas, sendo o acontecimento reduzido a uma função de ruptura. Em oposição, portanto, à ideia unilateral, indiferenciada e maciça de mentalidade, a ideia de representação expressa melhor a plurivocidade, a diferenciação, a temporalização múltipla dos fenômenos sociais (RICOEUR, 2010, p. 239).

Na historiografia, o conceito de *representação* indicará o componente simbólico da estruturação no vínculo social e da identidade posta em jogo, produzida no modo como os agentes sociais se compreendem e significam suas ações. Inclusive, o ato de escrever a história se aproxima muito, em seu aspecto retórico, do gesto interpretativo dos atores sociais em seu contexto (RICOEUR, 2007, p. 241).

É o que Ricoeur concebe a partir da pesquisa histórica sobre os tipos de recepção do discurso historiador: “Sob esse aspecto, a história da leitura dá à história das representações o eco de sua recepção. Como mostrou amplamente Roger Chartier em seus trabalhos sobre a história da leitura e dos leitores” (RICOEUR, 2010, p. 240). É uma retomada da filosofia da história de Hannah Arendt, preocupada com a liberação da novidade da ação na esfera pública presente, assim como a atenção ao jogo pragmático da multiplicidade de práticas “políticas”, conforme a nova história urbana de Bernard Lepetit.

Além disso, o conceito de representação sugere a relação com a fenomenologia da memória, que perpassa o âmbito entre a memória individual e a memória coletiva, já que pode ser caracterizada pela mesma busca de “presentificar” algo já ausente. Mas aqui Paul Ricoeur pensará não só representação-objeto (produto de uma pesquisa sociológica sobre as

representações sociais), mas também a prática de construção de representação (a atividade que se exercita no “ato de representar”). É algo que surge em um debate com a obra de Hayden White, que elabora uma reflexão sobre os efeitos retóricos presentes na narrativa histórica, e propõe modalidades reconhecíveis no jogo metafórico do estilo de escrita de um historiador.

Começamos então pela passagem da memória ao documento, e as características da legitimação da verdade histórica relativa aos rastros, na *fase documental*. O contexto do arquivamento sempre preserva certa conexão com seu espaço-tempo histórico, e com isso carrega certos não-ditos a princípio irrelevantes para o acontecimento da inscrição. Isso remete à questão do lugar social do arquivamento, problema que surge só recentemente na historiografia e que busca pensar as motivações por trás da seleção dos arquivos, o sentido do arquivamento em seu contexto histórico, e mesmo as metodologias de legitimação possíveis, as causalidades que espera reconhecer. No ato mesmo de arquivamento é possível encontrar um sentido identificável, que se apresenta como uma interpretação que procura resposta nesse conjunto. Seria possível assim problematizar os contextos em seus aspectos propriamente históricos: seus modelos de temporalização incompletos, seus horizontes de expectativa perspectivos, suas categorias meta-históricas excessivamente teleológicas, etc.

A definição do arquivo como *rastro* busca pautar essa postura hermenêutica em relação ao passado histórico. Mesmo o testemunho deve ser tomado como um rastro, já que analisá-lo assim implicaria pensar sua relação fragmentária frente ao tempo histórico. Trazendo as concepções críticas da filosofia da história e da historiografia, é possível pensar as condições de possibilidade de verdade dentro da história, e possíveis modos de validação do testemunho, onde os rastros são submetidos às evidências e fontes, e se distingue o verdadeiro do falso.

Carlo Ginzburg (2007) contribui para esses procedimentos de validação com seu *paradigma indiciário*, a partir do qual pensa sempre haver signos que forneçam sentidos reconhecíveis, dentro de alguma semiótica que pode ser decifrada indiretamente por via da investigação das evidências concretas. A concepção de Carlo Ginzburg distingue dois materiais tomados como rastro arquivístico: os *indícios materiais* (material concreto validado por referência e decifração) e os *testemunhos* (discursos humanos, voluntária ou involuntariamente disponibilizados, analisados criticamente em seu contexto).

Isso permite o trabalho do arquivo como rastro, buscando-se uma coerência tanto interna quanto externa entre os indícios e os testemunhos, o que possibilita a indicação de uma “prova documental”. Paul Ricoeur sugere que ainda que haja testemunhos que coloquem em cheque a

possibilidade de transmissão ordinária, como os *muselmänner* descritos por Primo Levi (e caracterizados por Giorgio Agamben como verdadeiras testemunhas do aviltamento nazista), não se pode duvidar que o horror dessas experiências-limite de alguma maneira chegou até nós mediante o testemunho de Primo Levi.

No tema da validação do testemunho histórico, Ricoeur indica um núcleo comum, entre o uso jurídico e o historiográfico, onde seria possível indicar tanto a suspeição como a legitimação dessa “memória arquivada”. Suspeitas, no caso, sobre a qualidade da apreensão da vivência pretérita, o modo como se deu a retenção da lembrança e a tonalidade da significação, presente no tom da declaração e narração dos fatos. O que se coloca aqui é a possibilidade da “distorção da cena original” presente no rastro da memória, ou mesmo da distorção quando da inscrição em forma de depoimento. Ricoeur não deseja negar o valor desse modelo artificial e regulador da “psicologia judiciária”. Mas pensa que pode definir e averiguar o testemunho a partir das práticas de conversação comum, anteriores ainda à bifurcação entre jurídico e historiográfico. Sua ação se dá na proximidade do contar e do prometer, em uma espécie de ato performativo que visa assegurar a fidelidade da memória, o que lhe fornece as condições de possibilidade da legitimação do testemunho dentro do uso cotidiano.

A primeira característica do testemunho é sua articulação entre objetividade empírica e uma narração que dramatiza os acontecimentos, o que o leva a confrontar a imaginação e sua atestação pela realidade. A segunda é que deve enfrentar a especificidade do referente discursivo, já que é inseparável da autodesignação da corporeidade no presente do acontecimento. Esse “eu estava lá” carrega os vínculos emocionais do sujeito em posse da memória. A terceira característica é que funciona como uma espécie de troca, que se realiza como diálogo com dinâmicas de credenciamento, averiguação de precedentes, e validações, em que a testemunha pede reconhecimento em um “acredite em mim” que busca confiabilidade. O quarto aspecto é a possibilidade de suspeita e espaços de controvérsias, quando testemunhos se opõem. A busca de “terceiros” descomprometidos visa fornecer âncoras de segurança. O quinto é sua contribuição para a ordem moral, já que reforça a confiabilidade dos vínculos quando apresenta estabilidade e reiteração ao longo do tempo, conclusão que se manifesta como o cumprimento de uma promessa. O que leva a conceber o testemunho como uma estrutura estável dentro das relações constitutivas da segurança do vínculo social, prática que reforça identidades e interdependência dentro do mundo social.

Pela referência ao seu aspecto discursivo, o modo como se dá em uma sequência declarativa que possui certo um aspecto “literário”, é possível conceber um testemunho descolado das intenções comunicativas originais de seu contexto de enunciação, tomado como fonte de informação histórica. É aqui que se dá uma mudança historiadora no arquivamento da memória, já que a transformação do relato oral em um documento desimplica o relato do contexto de referência a certo conjunto de destinatários. Além de se desprender de seu receptor inicial, se dá na forma de documento escrito, que já não pode se defender dos usos que lhe dão, desligando assim, no processo de reconstituição da memória coletiva, a memória de sua testemunha (RICOEUR, 2007, p.178).

A constituição retórica ou ficcional do testemunho se contrasta à possível porção de verdade histórica acessível ao historiador, mas tomando-se a legitimidade dos testemunhos um a um, é possível criar um nível médio de segurança dessa linguagem social. É por via desse âmbito de confiabilidade básica que se pode erguer os dissensos e consensos históricos, mesmo aqueles cuja experiência é tão extraordinária que desperta a capacidade de descrença na média da população. Numa era de grandes questionamentos, pode-se mesmo questionar o limite da “prova” que pode ser atribuído a um documento. Isso só ocorre por que há um olhar histórico voltado para os conteúdos do arquivo com certas perguntas, o que sugere que não haja uma só resposta possível no material arquivado.

Vindo de uma tradição hermenêutica, Paul Ricoeur destaca a conexão inevitável entre pergunta e resposta, para se pensar a noção de prova. Há uma interdependência entre hipótese de pesquisa e resultado, entre perspectiva adotada na observação e “prova reconhecida” no registro, relação que se dá em um ordenamento que produz uma causalidade ou princípio de explicação. É possível então encontrar a interpretação que motivou o arquivamento esperando se validar nos materiais oferecidos pelos rastros, e reinterpretar o arquivo sob um novo contexto.

A expressão *fato histórico* busca preservar a experiência do acontecimento autêntico do “molde histórico” que o contexto inicial inscreveu no testemunho. Aquilo que é “provado” é um fato suscetível de afirmação legítima pelo discurso da história, na forma de proposições singulares que geralmente mencionam data, lugares, nomes próprios, ações e estados, a partir da matéria objetivada no arquivo. Distingue-se entre fato histórico, que é uma representação, o conteúdo de um enunciado que visa a representar, e o acontecimento propriamente dito, referente último da história. Na concepção de rastro se define a distância entre o fenômeno original e o “fato” já representado no arquivo, preservando um

questionamento saudável (o que ocorreu se deu tal como narrado?) e permitindo que outros testemunhos venham a corrigir equívocos na compreensão a seu respeito. O fato já se dá como resultado epistemológico extraído de documentos, por via do complexo procedimento que temos mencionado, de maneira que inclui uma interpretação original que não havia no contexto original do acontecimento.

A partir desse quadro hermenêutico geral, Paul Ricoeur pensa o testemunho por via da metodologia sociológica que vem mobilizando, de maneira a trabalhá-lo como um referente do vínculo social, reconhecendo na memória coletiva não só as ações do agente como também as representações sociais presentes nas significações dadas a essas ações. Isso permite compreender a temporalidade de um testemunho em um horizonte menos determinado pelas causalidades históricas, anterior à coerção das instituições já dadas que sobredeterminariam sua enunciação. É na modificação de seu contexto original que a interpretação do arquivo cria um novo cenário de valores e interpretações que modificará os conteúdos vindos da memória coletiva.

Estabelecido isso, passamos ao próximo elemento da tríade historiográfica de Ricoeur, a *fase da explicação/compreensão*, em outro passo de afastamento da “memória natural”, individual e coletiva. É aqui que a operação historiográfica se aproxima da metodologia de outras ciências humanas, visando o encadeamento da matéria documental por via de modelos interpretativos passíveis de serem verificados objetivamente. O teórico destaca que há ampla diversidade de perspectivas possíveis de se adotar, não havendo um modelo privilegiado de *explicação*. Sua sugestão é de que explicação e compreensão estão desde já implicadas no ato interpretativo, pois o historiador combina causalidades explicativas, indicando leis e regularidades científicas, com a abordagem hermenêutica, própria das ciências humanas, que produz a *compreensão* dos fatos sociais e das ações determinantes dos agentes sociais envolvidos.

Na busca de explicação, se aproxima história e sociologia, numa imbricação entre realidade econômica, práticas sociais e aspectos simbólicos de representação e identidade. Mas a história diferencia-se por relacionar esses materiais em sua mudança temporal, imbricando-os numa escala que visa a indicar a profundidade, a permanência ou limitação de fenômenos sociais no tempo. É o exercício de variação de escala, os graus e as modulações dos efeitos de legitimação das múltiplas normas sociais, somados à análise de aspectos não-quantitativos dos tempos sociais, que permitem que os mesmos fenômenos sejam vistos por múltiplas ênfases e

ângulos, tão contrastantes que se pode até questionar se modelos de análise distintos, voltados para um único conjunto material, analisam o mesmo objeto.

No escalonamento dos efeitos das ações e justificações, pode-se apresentar a operacionalidade da representação social dentro de cada perspectiva explicativa ou modelo de análise temporal. Isso acompanha a definição de que o modelo criado pelo historiador deve se pautar por uma postura objetivante, num esforço de imputação explicativa legível na ordenação dos fatos, de maneira que possa ser submetido à verificação posterior. Assim, a parte imaginativa do modelo explicativo/compreensivo da representação-objeto deve se dobrar à possibilidade de averiguação junto às fontes, o que efetiva a interpretação como produtora da legibilidade dos fatos históricos, e permite-lhe reivindicar a “representação do passado com fidelidade”.

Os jogos de escala permitem variar entre o nível do acontecimento, onde se privilegiam a iniciativa e a capacidade de negociação dos agentes históricos em situações de incerteza, passando pelo curto prazo até a longa duração, onde se encontram os fatos repetíveis e quantificáveis da estrutura. Pode-se estabelecer dialéticas da representação social, que se desenvolvem na negociação entre iniciativa e sua resposta social, num plano de variações dos processos de justificação em curso na pluralidade de grandezas existentes na estima pública, suas intensidades, latências e entrecruzamentos.

Por fim, a última operação historiográfica, a *fase da representação*, pensa o modo da atividade de representação e inscrição discursiva do próprio historiador. Esse momento de elaboração da história se dá sob dependência de seu suporte textual, e por isso é aproximado da literatura. Tal aspecto é reconhecido por Hayden White (1992), que problematizará os aspectos meta-históricos presentes na relação entre a ficção e o discurso da história. Paul Ricoeur já vem trabalhando nesse tema desde *Tempo e Narrativa*, e destacará que a construção da representação historiadora se dá contra uma mera “história-narrativa” excessivamente imaginativa, já que apresenta um modelo de composição que se põe à prova num suporte documental objetivo.

Como vimos, uma de suas soluções é uma espécie de historiografia reflexiva, em que se produz um texto no qual a legibilidade do ordenamento, a hipótese explicativa das causalidades e sua relação com certa metodologia, o horizonte meta-histórico das categorias historiadoras e os próprios aspectos metafóricos adotados são abertamente assumidos e constitutivos do discurso histórico. Como vimos no final da seção passada, Paul Ricoeur apresenta não só uma crítica à objetividade histórica, mas também à subjetividade historiadora, propondo o que seria

uma “boa subjetividade”. Por tudo isso, sua abordagem historiográfica não se esquivava à problemática da retórica e do jogo metafórico presente na prática de representação historiadora.

Há relevância na seleção das figuras de linguagem, no estilo de persuadir do discurso, que não deve ser evitada pelo historiador como “menos científica”. O risco da discursivização é que haja uma força de autofechamento narrativo na busca de coerência textual, quando se procuram totalizações ou se conclui a narração no presente. Ou mesmo que certas metáforas formem um labirinto de pensamento que interponha excessiva linguagem frente ao experiência do acontecimento.

No entanto, a operação de escrita da história visa a um “convencimento explicativo” que não narra ingenuamente ou com intenção ficcional, mas ao contrário, prende-se ao que seja extratextual em uma espécie de pulsão referencial. A partir da proposta de um historiador dentro de seu próprio contexto, que busca “narrar com fidelidade” o passado, o gesto de narração se associa ao trabalho de assumir as dívidas do tempo, as heranças e o luto dos mortos, visando reafirmar seus projetos. Deve-se *fazer* justiça, através de um discurso em que sem dúvida ocorre certa elaboração imaginativa, mas com vistas a produzir uma representação que presentifique os ausentes, resgate inacabamentos e aponte para resoluções futuras. Tal gesto estaria próximo ao ato performativo que profere um réquiem de “sepultamento”, no qual se pacifica um falecido com a rememoração de seus feitos e a construção de sua posição social póstuma, quando já serve como modelo e exemplo.

Há então duas características da representação-operação: a produção da legibilidade, ocorrendo pelo encadeamento entre materiais científicos e simbólicos, que constrói a coerência narrativa; e a produção de visibilidade, que, num ato de reencenação do pretérito, “faz ver” a imagem do passado no presente. É por esse aspecto que Ricoeur buscou desde o início destacar o enigma do *eikon*, da presença do ausente, verificável nos três tipos de memória e na relação que estabelecem com os rastros e sua representação. Na memória histórica, a realização bem sucedida da rememoração possui o nome de *representância*.

Um trabalho, quando publicado, também “faz história”, se reinserindo num contexto onde pode ser incorporado ou confrontado pela memória coletiva. Assim, um historiador opera também em seu próprio contexto – onde ocorrem acontecimentos e significações, iniciativas e coerções – visando lidar com aquilo que permanece fragmentado no rastro do testemunho ao arquivamento. Seu trabalho serve para reunir conteúdos que ainda não estavam formalizados na memória coletiva, de maneira a reafetua-los no presente.

Paul Ricoeur chamará de “inquietante estranheza da história” o fenômeno que ocorre quando as imagens recuperadas e desenvolvidas pela memória histórica produzem uma espécie de perturbação rememorativa na memória coletiva ou individual, já que fazem lembrar.

No início, porém, certa violência vinda do exterior é exercida sobre a memória. A descoberta do que se chamará de memória histórica consiste numa verdadeira aculturação à exterioridade. Essa aculturação é a de uma familiarização progressiva com o não familiar, com a inquietante estranheza do passado histórico. (RICOEUR, 2007, p. 405)

É o que ocorre, por exemplo, quando se acessa uma interpretação histórica sobre grandes acontecimentos nacionais vivenciados apenas fragmentariamente. Mesmo o maior dos imperadores não “testemunhou o século”, já que ele possui sua própria perspectiva, que determina um recorte na experiência dos acontecimentos. A grande multiplicidade de fenômenos e agentes, de causalidades e acasos entrecruzados que ocorrem em simultâneo num evento histórico, impede que alguém já possa ter, no próprio instante, clareza panorâmica a seu respeito.

Por via da recuperação do *tempo histórico* é que reconfiguramos nossa memória, ao nos apropriarmos de um conjunto maior de fatos. O fenômeno é sentido como uma estranha familiaridade, a que se soma um inquietante sentimento de que só conhecemos vagamente aquele momento que outrora vivemos. Produz-se um trabalho da memória que então recopila elementos dispersos e esquecidos, mas que já se vale dessas informações surgidas através do trabalho historiográfico. Há então um efeito onde a presença da imagem se faz mais ostensiva que os acontecimentos ausentes, o que leva a narrativa histórica a refigurar a própria memória coletiva, quando a *representância* é bem sucedida.

Destacando a relação entre poder simbólico e a capacidade de justificação discursiva do sentido das ações de agentes sociais, Paul Ricoeur irá retomar um trecho de Pascal, que sugere a possibilidade de legitimação da força da imagem. Relaciona-se aqui o “discurso que faz jus” aos seus efeitos de justiça, produzidos por aquilo que a representação “dá a ver” para a memória coletiva. Assim, os aspectos narrativos da história visam dar coerência e legibilidade aos rastros, sendo possível sugerir um “poder da imagem” que mais ou menos efetiva e completa o passado tanto no presente como no futuro da recepção.

A partir da constatação das dificuldades surgidas da fragmentação observada no arquivo como rastro, concluímos o itinerário de *A memória, a história e o esquecimento* com a reflexão de Ricoeur sobre o esquecimento. Esse tema põe em questão a fidelidade ao passado, buscando-se pensar uma *memória justa* que faça frente às vulnerabilidades e apagamentos dos rastros,

mas evite abusos de rememoração excessiva. O que se coloca em jogo é a possibilidade do exercício da memória tanto como *ars memoriae* quanto *ars oblivionis*, ou seja, a busca de uma memória feliz (que cumpre suas promessas) e do esquecimento necessário, que concebe o perdão.

Esses exercícios se inserem em práticas históricas, e por participarem de costumes escolares e cívicos (decorar o hino nacional, por exemplo), envolvem mesmo a relação entre os usos da memória e sua relação com a história. Pierre Nora faz o diagnóstico da progressiva transformação e definhamento de práticas de memória que possuíam raízes vivas fincadas na história, simultaneamente à transformação da história em ciência e seu descolamento das vivências autênticas com o tempo passado (RICOEUR, 2010, p. 413).

São diagnósticos que sugerem memórias perdidas, esquecimentos que se refletem na multiplicação de práticas de arquivamento no presente. A memória relacionada com a história nacional seria a derradeira ocorrência dessa correlação, com a criação de monumentos e referentes celebratórios, que prendem a memória e a história ao passado. Vem ao caso a filosofia da história de Friedrich Nietzsche, para quem o peso excessivo da história diminui a vitalidade de um povo, impedindo o novo de surgir. Por outro lado, “a vida precisa de história” (RICOEUR, 2010, p. 305).

De maneira a propor saídas práticas, devem-se pensar os bons e maus usos da memória pela história, de maneira a enfrentar os riscos de apagamento dos rastros, sem sobrecarregar a vitalidade do presente nem novas potencialidades futuras. Esse quadro também autoriza a pensar a legitimação dos aspectos veritativos no âmbito das memórias, já que são ameaças à fidelidade do conteúdo da recordação, que circundam seu exercício.

Pensando as práticas efetivas, Ricoeur distingue entre memória artificial e natural. A primeira se desenvolve na Antiguidade, com técnicas mnemônicas que permitem certo nível de “economia geracional” do aprendizado, refletindo um incentivo saudável (ainda que “artificial”) ao uso da memória natural. É algo que se dá no plano pedagógico, profissional e artístico, e no qual é possível certo grau de maestria da memória, como em grandes épicos decorados para serem recitados. Uma memória exercitada, cultivada, educada, esculpida, permite verdadeiras proezas, nas quais se destacam “atletas da memorização”.

Mas historicamente, com o avanço de certa tradição retórica, se conformou uma supervalorização destas práticas, que a partir da Idade Média começam a expandir-se para um número cada vez maior de áreas do conhecimento. Essa desmedida das práticas de memorização

medievais, que vão superando a capacidade biológica de aprendizagem, levam à reação contemporânea contrária a todo ato de “decorar”, tomando-se esse exercício da memória como autoritário. Contra esse exagero, Ricoeur sugere um uso comedido da rememoração, em nome da justa memória que respeite as condições naturais do corpo mas que ainda permita uma eficiente “economia geracional”.

No caso da memória natural, são sugeridas três categorias de usos e abusos. A primeira é a *memória impedida*, o que indica uma violência desmedida nos dois polos de rememoração: o excesso e a insuficiência²⁴. A dificuldade aqui é que a instituição de certa rememoração de um acontecimento fundador ou glorioso geralmente possui vínculos com violências ou apagamentos históricos. A celebração de uns é a humilhação e o esquecimento de outros, e por isso encontram-se armazenados no arquivo lembranças dessas imensas feridas coletivas, simbólicas ou concretas, que clamam por atenção. É por estas vias que geralmente a memória entra em confronto com a história. Entre insuficiência de elaboração historiadora e excesso obsessivo de rememoração coletiva que deseja destruí-la, devem-se buscar práticas que levem a uma possível *memória feliz*, aquela que busca fazer justiça aos fatos históricos.

O segundo nível do abuso se dá ideologicamente como *memória manipulada*, que ocorre quando a memória é instrumentalizada estrategicamente pelo poder. O núcleo do problema se encontra na construção/reivindicação da identidade e sua relação com a memória, que pode apresentar excesso ou insuficiência em relação à alteridade. Pode-se acusar então uma memória institucional que é seletiva, imposta, celebrada e ensinada, e que se fecha frente às reivindicações de lembrança coletiva. Mas pode-se propor um uso adequado desse tipo de exercício, na prática de extrair o valor exemplar de acontecimentos ou agentes memoráveis, tomados assim como modelos justos no futuro.

Há por fim a *memória obrigada*, na qual se manifesta um confronto entre memória e história no nível ético-político. O abuso ocorreria com a proclamação de um dever da memória ainda cativa de uma obsessão, numa obcecação memorialística que cria uma compulsão em que a memória nunca elabora uma história. No entanto, esse uso pode criar vínculos e agenciamentos, e por isso pede legitimação na sugestão de um bom exercício. A grande via aqui

²⁴ Para definir aquilo que seria uma patologia da memória, Ricoeur indica dois artigos de Freud, “Luto e melancolia” e “Recordar, repetir e elaborar” (FREUD, 2010c, 2010b), nos quais o trabalho do luto e a melancolia se apresentam como os polos positivos e negativos na relação com o objeto das memórias. No plano da historiografia, pode-se pensar como o esforço de luto se associa ao gesto do historiador quando se propõe a dar sepultura aos mortos no espaço público, enquanto a melancolia ocorre como repetição sempre insuficiente, e por isso compulsiva, da incapacidade de elaboração dos materiais vindos da memória.

é a já trilhada pelo autor ao longo da sua obra: apontar para a justiça como virtude guia do trabalho da memória, destacando o constante olhar para outrem, para a alteridade. Isso impediria o exagero de manipulação das identidades, já que uma *memória justa* se apresenta pelo reconhecimento de uma dívida frente ao outro. O conceito de dívida se relaciona menos com culpabilidade do que com a sugestão de uma herança, de algo ainda por se receber, e que se precisa inventariar para acertar as contas com o passado.

A partir dessas indicações, podemos passar então à nossa busca pelos rastros de Dyonélio Machado, pensando o modo de constituição de seu arquivo, sua figura dentro do tempo próprio à “condição histórica”, os usos e abusos da recordação proposta por historiadores, bem como as possibilidades de representação historiográfica mais adequadas.

3 MEMÓRIA E ARQUIVO DE DYONÉLIO MACHADO

Quem eu sou para ter memórias?
Dyonélio Machado

Começaremos nossa reflexão a respeito da imagem de Dyonélio indicando aquilo que podemos recuperar pelos arquivos, que preservam tanto seus rastros como os da memória coletiva a seu respeito. Indicaremos assim as principais etapas de sua vida, seus vínculos sociais, sua atuação profissional, a cronologia de sua literatura, até o momento de seu falecimento. Há então a conformação de seu arquivo literário, que preservará um conjunto de evidências, e permitirá uma interpretação póstuma de sua figura, que realiza um novo momento em sua historiografia a partir do desenvolvimento de sua recepção acadêmica.

No processo de resgate de seus rastros, podemos colocar novamente aquela questão que interessa ao investigador nessa etapa, na forma de um enigma que se desvela através da recordação: quem veio a ser Dyonélio Machado? A partir do conjunto de depoimentos e entrevistas, poderíamos estabelecer aquilo que foi sua própria percepção, através de evidências daquilo que seria a memória individual presente em seu testemunho. O risco de partir apenas de suas próprias declarações corresponde àquilo que Ricoeur comenta a respeito da passagem da lembrança primária (imediate) para a lembrança secundária, no tocante à participação da imaginação na memória.

Dyonélio mesmo aponta os riscos da “romantização da biografia” (MACHADO, 1995, p. 99), que inevitavelmente trabalha com elementos ficcionais. Seu rechaço do gênero memorialístico e biográfico, que será discutido na seção 4.2, nos sugere que devemos ter cautela em tomar apenas suas entrevistas como fonte de resposta para nossa interrogação sobre sua identidade. Podemos então balizá-las com aquelas vindas da memória coletiva, de maneira a ter mais clareza a respeito dos acontecimentos. Reconhecemos então suas ações interpretadas em seus vínculos com outros grupos: as instâncias literárias e a crítica jornalística, os partidos políticos, sua trajetória como médico bem-sucedido e diretor do maior hospital da região.

Com isso teríamos um quadro de interpretações de sua trajetória, que podemos analisar visando a objetivação de seus rastros, de maneira que seja possível refletir sobre essas representações. Traremos então os primeiros achados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que não se encontravam disponíveis nesse primeiro momento de configuração do Arquivo

Literário Dyonélio Machado, quando se elaboraram as principais interpretações historiográficas que têm vigorado até aqui.

Para sugerir um primeiro passo de nossa investigação, podemos voltar novamente a Dyonélio Machado, que coloca em toda a profundidade o problema a ser enfrentado aqui. Em um manuscrito intitulado postumamente como “A divindade e a petulância de decifrar”, o escritor busca responder uma interlocutora que lhe propusera um questionário com algumas perguntas, entre as quais “Quem é você?”. O escritor então irá lembrar da antiguidade da questão colocada já no “Conhece-te a ti mesmo” presente no templo de Delfos: “Não duvido que haja sido a própria Divindade a determinar que todos aqueles que ao passar pelo seu templo, erguessem o olhar para cima, diligenciassem por se conhecer a si próprios” (MACHADO, 1995, p. 67).

Pergunta-se então por que a divindade mesma não decifra o enigma, comunicando aos outros os achados dessa operação. Seria devido à facilidade do encargo – que estaria, portanto, ao alcance da inteligência humana? Ou seria esse um afazer banal, o qual ela declina em prol do interessado? Será que, em boa pedagogia, seria uma forma de evitar o paternalismo?

Quem, como nós, seres incapazes de enxergar a verdade dentro de nós mesmo, vai ter a petulância de decifrar os desígnios divinos? Resultado: de minha parte, até hoje não sei quem sou.

Quem sabe ser decifrado pelos outros, quando é tão generalizada a tremenda faculdade de julgar, de ter uma opinião conclusiva sobre cada qual? Sim, é, na minha opinião o único recurso. Mas, no meu parecer também (e no parecer de muita gente mais) não resolve satisfatoriamente o caso. Interpreta-se o semelhante usando dos instrumentos os mais diversos: com o amor, com o ódio, com o interesse. De tal maneira, que um indivíduo é, ao mesmo tempo e diferentemente, bom e mau, querido e detestado. Se o objeto da apreciação guarda ainda consigo a ingenuidade que herdou da vaga original, decepciona-se, e mesmo se horroriza da imagem que lhe arranjam (MACHADO, 1995, p. 67).

Podemos assim dar um primeiro passo na investigação sobre quem veio a ser Dyonélio Machado, seguindo o tratamento por ele dado ao tema. Interpretá-lo através de instâncias exteriores à sua pessoa permite uma decifração de sua imagem que, no entanto, devemos tomar com cautela. Temos nesse pequeno trecho, em todo caso, um primeiro indicativo de nossa hipótese de que interpretá-lo através da ironia seja um bom caminho. Afinal, se nem ele sabia quem era, por que deveríamos ter a petulância de decifrar seu enigma, assim tão facilmente?

3.1 Aspectos da trajetória de Dyonélio Machado

Nascido em Quaraí, cidade que faz fronteira com o Uruguai, Dyonélio Tubino Machado vem ao mundo dois dias antes do fim da chamada Revolução Federalista. Era um recém-nascido quando da assinatura do tratado de paz de 1895, e seus pais chegaram a se preocupar que os foguetes em comemoração pudessem furar seus tímpanos. Crescerá ouvindo causos e histórias em rodas de chimarrão, e testemunhando visitas de caudilhos remanescentes na região, que anos depois ainda permaneceria muito afetada pela disputa.

Com apenas sete anos, seu pai seria assassinado em um duelo, tendo sido morto à traição. O assassino desfere vários golpes com punhal em seu pai, que intencionalmente tinha ido desarmado para a batalha, numa atitude franca e idônea que Dyonélio procurará seguir em sua vida futura. Essa tragédia cria dificuldades para a família, o que levou o jovem muito cedo a ter de trabalhar para prover o seu sustento. É vendendo tíquetes de loteria que passaria por outro episódio trágico: acabará tendo de vender um bilhete para o assassino de seu pai. “Não queiram passar pelo momento que eu passei, negociar com quem me tornara órfão” (TILL, 1995, p.22). Nessa idade trabalha ainda como balconista e dando reforço escolar para colegas das séries menores.

Ainda que seu núcleo familiar estivesse empobrecido, Dyonélio cresce em um ambiente onde o debate intelectual era muito presente. Um parente seu teria sido prefeito de Quaraí, e outro foi diretor de escola, livreiro, jornalista fundador de um semanário local, além de homem envolvido com teatro. O senador Francisco Flores da Cunha, irmão do futuro governador do Estado, era próximo de sua família, sendo padrinho de seu pai. Crescendo cercado de livros e jornais, Dyonélio teria a oportunidade de estudar com Aurélio Afonso Porto, historiador de importância que posteriormente se mudaria para o Rio de Janeiro, onde publicaria obras que registram episódios relevantes da História do povo gaúcho.

Em uma cidade do interior como Quaraí, que na época possuía cerca de três mil habitantes, essas foram oportunidades únicas para sua formação intelectual. Inicia-se nos clássicos (Balzac, Eça de Queiroz, João do Rio, Machado de Assis e outros), devorando livros na biblioteca do Clube Comercial de Quaraí. Ainda na cidade, ganhará experiência trabalhando no jornal *O Quaraí*, o que lhe permite, ainda muito jovem, participar da fundação de outro, *O Martelo*.

Muda-se para Porto Alegre em 1912, já adolescente, para fazer os preparatórios para o ingresso no curso de medicina. É nessa época que consolida alguns de seus conhecimentos, estudando latim com Afonso Emílio Meyer, figura pública conhecidíssima àquela época, tio do

futuro poeta e crítico Augusto Meyer. Dividindo a moradia com colegas e outros estudantes do interior, acabará formando um grupo informal de artistas e jornalistas, que fica conhecido como “República do Império”. Participam desse grupo escritores importantes como Augusto Gonçalves de Sousa Júnior e Alceu Wamosy, além de figuras intelectuais como Celestino Prunes e Francisco Bellanca. O grupo se forma dentro de um contexto de recepção do Naturalismo e do Simbolismo no Rio Grande do Sul, sendo uma geração mais nova que o grupo do poeta Eduardo Guimarães, e uma geração mais velha que o grupo da “República da Olaria”, do qual participaria Aureliano de Figueiredo Pinto.

Os jovens da “República do Império” se reuniam na Confeitaria Schramm, na Rua dos Andradas, e sempre que possível iam ao ainda rudimentar Parque Harmonia, para realizarem seus serões. Juntos iam a óperas, treinavam-se na gramática, compartilhavam as novidades literárias e serviam-se de público para suas primeiras produções. Foi um período de sonhos e ideais, ainda que sob as trevas da Primeira Grande Guerra, no qual Dyonélio acaba consolidando sua formação literária e seu estilo pessoal. Nessa época, escreverá crônicas sobre acontecimentos da época para a *Gazeta de Alegrete* e para a revista *Máscara*.

Sem conseguir terminar o preparatório para medicina, retorna a Quaraí, por volta de 1916, tornando-se diretor e professor de um colégio municipal, onde sua futura esposa também leciona. Inicia assim seu relacionamento com a professora de música Adalgiza, com quem se casaria em 1921. Atuaria também em uma das secretarias do município, sendo um braço direito do prefeito à época. Retornaria definitivamente para Porto Alegre por volta de 1920, quando passa no concurso para a Secretaria de Obras Públicas, tornando-se secretário do Almojarifado do Estado sob o governo de Borges de Medeiros. Também será membro da Associação de Imprensa, chegando a presidente da instituição.

Com isso, Dyonélio Machado vai se aproximando dos grupos republicanos e positivistas, com quem já possuía ligações familiares. Chega a ser emissário e homem de confiança do presidente do Estado, levando uma carta e participando de uma reunião no Rio de Janeiro com as autoridades máximas do país (o que chega a servir de material para seu primeiro romance, escrito em 1926, *O Estadista*). Em 1922, um ano antes da Revolução de 1923, funda e dirige *A Informação*, junto com seu antigo amigo, De Sousa Júnior. A publicação se destaca por seus ataques contundentes ao presidente Epitácio Pessoa e seu sucessor, Artur Bernardes. O periódico é tão severo em suas denúncias, que na edição comemorativa do primeiro aniversário, o governador e aliado Borges de Medeiros decide pelo fechamento do jornal.

Dyonélio fundará então o *Farrapo*, que durará oito números, indo até o auge da agitação de 1923, quando também é encerrado.

O corolário desse período é a publicação de seu primeiro livro ensaístico, a obra *Política Contemporânea - Três aspectos* (MACHADO, 2006). Nos artigos que compõem o livro, Dyonélio mostra uma avançada compreensão teórica de questões econômicas, sociológicas e políticas, desenvolvidas no contato com os grupos positivistas do Partido Republicano Riograndense (PRR).

No primeiro dos três textos, apresentará uma análise de conjuntura do Brasil no pós-guerra, levantando considerações sobre os desafios a serem enfrentados no momento. Acabados os problemas gerados pelo conflito, surgia um problema muito maior: o “Problema da Paz”, “mais assustadora que a própria guerra” (MACHADO, 2006, p.19), dado que exigia uma solução complexa para os múltiplos desafios que se apresentavam. Dyonélio divide os problemas em questão social, questão internacional e questões nacionais, cada uma com suas próprias contingências. O desafio é sobretudo econômico, e sobram críticas às políticas adotadas por Epiácio Pessoa. Autoproclamando-se “modesto soldado republicano”, Dyonélio chega a sugerir uma espécie de reforma agrária como solução produtiva, mas que não crê ser viável naquele momento. Mais adiante, indica a solução de uma reforma tributária, com taxaçoão justa de rendas, como um velho sonho do PRR (MACHADO, 2006, p.32).

No próximo artigo, será levantada a questão militar brasileira. Reconhecendo o crescimento do poderio norte-americano, e percebendo de imediato sua estratégia de avanço sobre os países latino-americanos sob a justificativa de ameaça bélica, Dyonélio (talvez sob influência de debates que ocorriam na Liga das Nações) sugere o desarmamento geral da nação, que se tornaria assim um exemplo, afastando possíveis invasões ianques sob esse argumento. Aplauda ainda iniciativas da Argentina e do Chile em prol de um pan-americanismo.

O último dos aspectos tratados no livro serão os movimentos revolucionários, e é interessante que uma “teoria da Revolução” em Dyonélio surja quando ele ainda fazia parte do partido de Borges de Medeiros, e não quando já convertido ao marxismo. Faz isso resgatando as origens da república moderna na Revolução Francesa, e o contexto que daria origem à Revolução de 1923, a partir da perseguição política da República Velha aos militares tenentistas. É partindo disso que fará uma “análise sociológica da revolução”.

Iniciada em contexto de crise com atos de desobediência, a revolução depende de um sentimento de revolta generalizado e de uma oportunidade, deflagrando-se numa situação

propícia. Sem essas condições, o movimento pode não ganhar repercussão, e ser visto como um crime comum. Caso reverbere na população, seu sucesso dependerá enfim das operações militares. Considera-se um “partido revolucionário” o grupo de pessoas que se forma em parte espontaneamente, e não possui líderes ou chefes por mera ascendência partidária, mas trabalha em seu próprio seio por uma seleção intuitiva de seus porta-vozes. Todos são tributários, somam-se todas as queixas e ressentimentos, e durante seu ataque, por vezes forças perversas acabam operando, mas espera-se que seu manancial seja puro.

O livro conclui com uma análise sobre a revolta do Forte de Copacabana, não chegando a comentar a Revolução que ocorreria no ano seguinte. Durante o conflito, que tem suas ocorrências regionais, Dyonélio trocará correspondências com correligionários do PRR por todo o Estado, buscando informações sobre forças opositoristas em composição. Para combatê-las, os Borgistas criariam a Guarda Republicana, na qual se voluntariavam centenas de correligionários.

Não conhecemos muitos pormenores sobre sua atuação em 1923, além de sua militância jornalística e participação em grupos muito próximos a Borges de Medeiros. No ano seguinte, a pedido da esposa, retorna ao seu plano de ingressar no curso de medicina. Com o trabalho lhe permitindo estudar apenas à noite e nos fins de semana, sua primeira filha recém-nascida, e se matriculando no curso preparatório com meses de atraso, o escritor passaria mesmo assim com distinção nos exames de latim, um dos três preparatórios que lhe faltavam.

Cursará faculdade entre os anos 1924 e 1929 e, já próximo da conclusão, prestará concurso para médico do Hospital São Pedro, passando em primeiro lugar e conquistando a nomeação. É por volta dessa época que conclui seu primeiro livro ficcional, *Um pobre homem*, e o primeiro romance, que deixará inédito, *O Estadista*. Terminada a formação clínica, decide especializar-se no Rio de Janeiro, concluindo seu doutorado em psiquiatria em 1932. “Na época que me formei, em 1929, no Brasil, no Rio Grande do Sul, éramos apenas dois ou três psiquiatras. Havia clientela, não havia mãos a medir. Houve um fator que concorreu para isso: a introdução da psicanálise, empolgando as pessoas” (MACHADO, 1995, p. 10).

Essa especialização oferece uma rara oportunidade, algo pioneiro em uma época em que a universidade brasileira ainda dava seus primeiros passos. Desse período, ficou o testemunho das publicações dos *Arquivos brasileiros de neuriatria e psiquiatria* (1931), onde se pode reconhecer sua atuação como auxiliar dos grandes cientistas que realizavam procedimentos experimentais na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal,

considerada a primeira sociedade brasileira especializada em medicina mental (CERQUEIRA, 2016).

Após a defesa de sua tese, Dyonélio a publicaria pela Editora do Globo, sob o título de *Uma definição biológica do crime* (1933). Nela analisará a questão do crime (em especial do homicídio) não pelo viés do Direito, mas considerando as relações existentes entre biologia, psicologia e o modo de organização da sociedade. A obra faz uma análise antropológica do crime, reconhecendo que é na busca de realização de suas necessidades humanas (abrigo, alimentação, relações sexuais) que o ser humano incorre na delinquência, quando age de maneira desmedida. “O delito, em particular o assassinio, nada mais é do que a resultante, contra o semelhante, do excesso que o homem põe na realização da luta pela vida”. (MACHADO, 1933, p. 22).

Dyonélio inicia a obra distinguindo o crime entre animais, e fazendo um resgate da questão em povos primitivos. É o surgimento da punição que poderia demarcar uma linha divisória entre ambos. Citando Freud, comenta que é com o advento cultural dos tabus, que internalizam as leis, que um longo processo histórico fez o crime passar de regra à exceção, até a sociedade humana se organizar na forma recente da instituição do Direito. Passando do plano natural àquele da psicologia, pode-se identificar a influência individual, definindo-se analiticamente aquilo que será a caracterologia da psicologia do delinquente, ao reconhecer o temperamento criminal como exageradamente autocentrado. São esses aspectos de personalidade que levariam o delinquente à percepção de uma ameaça à sua autopreservação – que existiria apenas subjetivamente. Isso levará o autor a sugerir uma revisão da questão da “responsabilidade penal” no campo da criminologia, que as conclusões de seu trabalho apenas deixam aberta para futuras análises.

Retornando a Porto Alegre em 1932, publicaria ainda a tradução de *Elementos de Psicanálise*, de Eduardo Weiss, pela Editora do Globo (1934). Essa obra, com breve introdução do próprio Sigmund Freud, seria uma das responsáveis por introduzir a psicanálise no Estado. Sendo um compêndio escrito já sob a incorporação das descobertas de *Além do princípio do Prazer*, seu texto continua sendo uma ótima apresentação do vocabulário e diagnósticos freudianos. Durante sua atuação como médico do Hospital São Pedro, Dyonélio viria a ser um dos pioneiros na aplicação de tais técnicas terapêuticas.

No plano nacional, a ascensão de Getúlio Vargas à política nacional, com a revolução de 1930, começa a mudar pouco a pouco o cenário da política. Com as autoridades regionais

perdendo poder, e uma nova constituição instaurada, ocorre uma reconfiguração das peças no jogo de poder, bem como das estratégias possíveis. Muitas lideranças gaúchas que apoiaram o novo presidente julgam-se traídas. Será mais ou menos nesse contexto que se dão dois acontecimentos marcantes na vida de Dyonélio. O primeiro é a escrita de *Os Ratos* (1935), seu primeiro romance publicado. Esgotado rapidamente em sua primeira edição, ganhará o prêmio Machado de Assis, que lhe dá uma projeção literária em nível nacional. O outro será sua prisão como presidente regional da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o que ocorrerá quase simultaneamente ao sucesso do livro.

Tanto o comunismo quanto o integralismo vinham ganhando força no cenário brasileiro. É rejeitando o último que Dyonélio se aproxima de Luís Carlos Prestes. Em suas memórias, ele compara o surgimento da ANL com o das Frentes Populares europeias e com o movimento político que futuramente levaria Salvador Allende ao poder no Chile, buscando mostrar sua legitimidade em outros cenários. Ainda não havia assumido o marxismo como posicionamento, mas já se situava à esquerda.

A inauguração pública da organização mostra como as estratégias contemporâneas de *fake news* são antigas. Uma campanha de difamação e ameaças inicia-se semanas antes do ato solene que ocorreria no Teatro São Pedro. Prevendo uma tragédia, Dyonélio instrui todos a manterem a calma e irem desarmados. O chefe de polícia e quase uma dezena de delegados comparecem ao ato, e provocadores se infiltram entre o público, buscando iniciar uma confusão que atrapalhasse o evento e pudesse levar à prisão de seus líderes. Apesar disso tudo, a inauguração é um sucesso, e tudo acaba num ambiente ordeiro. No dia seguinte, 6 de julho de 1935, é publicada no *Correio do Povo* uma notícia caluniosa, que receberá resposta do escritor, no mesmo jornal, na edição de 9 de julho, oferecendo sua perspectiva testemunhal dos fatos.

Menos de dez dias depois, Getúlio Vargas irá ordenar o fechamento da ANL em nível nacional. Descontentes com o arbítrio, os integrantes gaúchos decidem organizar uma greve, e no processo de divulgação do ato político, Dyonélio Machado será detido, permanecendo encarcerado por cerca de oito meses. A prisão ocorre de maneira suspeita, sendo recolhido quando chegava em casa de madrugada, com os policiais insultando-o e fazendo-lhe ameaças. Assumirá as acusações de seus colegas, sendo preso no lugar de um deles.

Em resposta à prisão, o Sindicato dos Médicos organiza um comitê em prol da liberdade de Dyonélio, que fará pressão até que ele receba um *habeas corpus* (OS MÉDICOS, 1935, p.6). O governador do Rio Grande do Sul nesse período é Flores da Cunha, antiga liderança

republicana e irmão do padrinho de seu pai. O mesmo pronuncia-se dizendo que não vai haver concessões para agentes políticos como o líder da ANL. A oposição denuncia a “lei monstro” e, após muita pressão, Dyonélio é libertado (PERMANECE, 1935, p.1).

No entanto, pouco tempo depois estoura a Intentona Comunista em nível nacional, o que gerou uma resposta sob forma de repressão violenta por parte do governo getulista, através da Lei de Segurança Nacional. Era a véspera do Estado Novo, e o escritor chega a brincar que deve ter inaugurado a nova legislação repressiva, pois o fato é que seria preso imediatamente após sua publicação. Mesmo não tendo participado do movimento, seria levado às prisões do Rio de Janeiro, onde amargaria dois anos sob o cárcere.

Ficará na Casa de Detenção, onde conhecerá outros intelectuais aprisionados, como Graciliano Ramos, e no processo se converte ao comunismo. Sofrerá com as más condições da prisão, chegando a perder os dentes. Suas memórias desse período seriam convertidas em matéria para dois ciclos de romances seus, totalizando sete romances que tratarão dos temas da perseguição, encarceramento e readaptação posterior à vida na sociedade.

Sua libertação se dará junto com a de outras 300 pessoas que haviam sido presas sem julgamento, num ato do ministro da justiça Macedo Soares que ficaria conhecido como a “Macedada”. Em parte, o ato resultou das denúncias de deputados, que criticavam publicamente a situação das prisões do período. A qualidade do caráter de um “detento como Dyonélio” chega a ser exemplo de como as prisões eram injustas e arbitrárias (PODER, 1937, p.4), e quando da visita do ministro para inspecionar as condições do cárcere, será o próprio que o irá receber, para apresentar o estado deplorável do chamado “cemitério dos vivos” (VISITA, 1937, p. 11). Ajudará ainda a escrever um relatório, que levaria a concretizar o gesto de libertação que levaria o nome do ministro (A CÂMARA, 1937, p.1).

De volta a Porto Alegre, permanece o risco de nova detenção. Volta para Quaraí, onde teria dificuldades de adaptar-se por conta do estigma político. Com a implementação do Estado Novo, teme por sua liberdade, fugindo para Santa Catarina disfarçado. Apenas meses depois, com o afastamento de Flores da Cunha do cargo de interventor do Estado, é que receberia anistia. Após atuar por algum tempo em um consultório na Galeria Chaves, será reintegrado ao cargo no Hospital São Pedro, sendo homenageado em uma cerimônia de destaque. Participaria ainda como conferencista do 1º Congresso de Criminologia, onde faz discussões sobre o tema recente da punição por contágio venéreo.

Apesar de tudo, pode-se perceber que nesse período sua figura gozava de grande e merecido prestígio dentre os círculos intelectuais. Em entrevista publicada na *Revista do Globo* de 27 de janeiro de 1940 (MARTINS, 1940), temos a evidência indicativa desse clima, em que muitos ansiavam por notícias e um novo romance do escritor. Esse romance viria dois anos depois, e seria *O Louco do Cati*, um livro único, não escrito mas ditado da cama, tão revolucionário que a crítica do momento não soube bem como reconhecê-lo.

O livro se esgota, mas seria analisado negativamente pela crítica regional conservadora (nomeadamente Moisés Vellinho) e também pela nacional – especificamente, pelo mesmo Álvaro Lins que tampouco saberia reconhecer uma autora como Clarice Lispector. Tal desajuste se agravaria com as próximas obras, forçando-o a publicar seus próximos livros fora de seu estado. Seu *Desolação* (2005), que lhe garantiria o prêmio Felipe d’Oliveira pelo conjunto da obra, sairia por uma editora carioca. Traduz um conto, e tem um texto de seu *Um pobre Homem* publicado, o que levaria a outro episódio de detenção que, no entanto, dura apenas uma noite. Era o final da Segunda Guerra Mundial, e os militares não gostaram de ler sua denúncia da atuação histórica dos militares brasileiros na Guerra do Paraguai, encontrada na narrativa “Noite no Acampamento”.

Como cientista, vinha pesquisando no campo da neurociência, investigando os potenciais cerebrais bioelétricos e o metabolismo da glicose no cérebro. Em 1944, fez uma viagem a Buenos Aires, onde estudou a aplicação do eletroencefalograma na avaliação das consequências dos tratamentos de choque. Faz uma apurada revisão bibliográfica sobre os efeitos não desejados dos tratamentos biológicos no sistema nervoso central e sobre as bases biológicas dos transtornos mentais, que culminaria no relatório *Eletroencefalografia* (1944), um tipo de pesquisa também inovador, que se desenvolveria no campo de tratamentos por via de drogas antipsicóticas e antidepressivas.

Em 1945 será o representante regional do I Congresso Brasileiro de Escritores, atuando de maneira representativa nos trabalhos do evento e recebendo reconhecimento dos maiores escritores da geração. Conhecerá pessoalmente Mário de Andrade, Aníbal Machado e Tristão de Ataíde, para citar só alguns nomes. Esse evento, lembrado como um dos responsáveis por furar a censura e catalisar o fim do Estado Novo, tem Dyonélio em suas linhas de frente, sendo um dos autores do Manifesto, texto que defenderá a liberdade política e de pensamento. Com sua voz grave e treinada na oratória, faz seu pronunciamento, que causará comoção no conjunto de ilustres ouvintes ali presentes. Posteriormente, viria a integrar também a União de

Trabalhadores Intelectuais, organizada pelos escritores e jornalistas do período, e que continuaria a denunciar a censura política e a defender a liberdade de intelectuais ameaçados, participando inclusive da campanha de anistia contra a ditadura de Getúlio Vargas em 1945.

Publicará ainda o romance *Passos perdidos* (1946), por uma editora paulista. Nessa época, fundaria também o periódico *Tribuna Gaúcha*, junto com Décio Freitas, e seria votado deputado estadual, pelo Partido Comunista Brasileiro. Eleito em 1947, terá uma atuação breve, mas intensa. Será um dos deputados mais participativos, ocupando-se de debates sobre produção agrícola, tributação de terras, condições de trabalho dos operários, o Plano Rodoviário do Estado, e políticas de saúde mental – nesse último tocante, contribui com um testemunho direto sobre as condições de internação de dependentes químicos no Hospital São Pedro. Divide a tribuna com figuras importantes, como Leonel Brizola e João Goulart, e será um dos deputados da Constituinte de 1947. Para esta, dará uma contribuição significativa a respeito da questão econômica e sanitária da alimentação no Rio Grande do Sul.

A atuação da pequena bancada de deputados comunistas era embasada e apaixonada, mas sempre muito cordial com colegas de outros partidos. Eram tempos delicados, e pode-se dar um exemplo de como Dyonélio buscava alianças com outros setores. Por ocasião da campanha de Alberto Pasqualini para governador, o escritor comenta com membros da bancada trabalhista do PTB que seria possível que o PCB apoiasse sua candidatura, sugestão que acaba sendo publicada nos jornais, e que seria publicamente corrigida por seus colegas (O JORNAL, 1947, p.3). O que indica que a atuação política de Dyonélio era tudo, menos pautada por dogmatismos ou conduzida por superiores.

Com o fim da Segunda Guerra, a política nacional se reconfigura. Getúlio Vargas é deposto, e o regime do Estado Novo cai junto com ele. Encerrada a ditadura, surgem esperanças democráticas, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra e a promulgação de uma nova constituinte. Formalmente se havia dado fim aos mecanismos de perseguição e censura, garantindo-se a restauração de direitos e a possibilidade de eleições com voto secreto. Mas no que diz respeito aos movimentos populares e trabalhistas, as perseguições continuaram, com o governo adotando medidas repressivas contra a formação de sindicatos e intervindo em todos os níveis da estrutura sindical.

É nesse contexto que o presidente eleito irá colocar na ilegalidade o PCB, dissolvendo o partido, o que levará à cassação do mandato de Dyonélio Machado no início de 1948. Será um dos momentos mais amargos de sua trajetória, contado em suas *Memórias de um pobre*

homem (MACHADO, 1995, p. 131-139), já que ele e seus colegas decidem resistir, mas não encontram reação popular que os apoie.

Em reportagem publicada por Rubens Vidal em 19 de agosto 1950 na *Revista do Globo*, intitulada “Que fizeram vossas excelências?”, relata-se o cotidiano da Assembleia naqueles dias, revelando como eram vistos os membros da bancada comunista por seus colegas. Terminada a votação que cassaria a bancada do PCB, o parlamentar Assumpção Viana, do PTB, declara: “Acabamos de expulsar os deputados mais eficientes dessa casa!” (VIDAL, 1950, p.64).

O golpe foi duro demais para o escritor, que a partir de então se afasta da política partidária. Um fato ainda aconteceria, quando da promulgação da Constituinte de 1947. Seria feito um quadro em homenagem aos membros do colegiado que redigiu seu texto, contendo as fotos de todos os deputados constituintes. Os colegas do PCB entram em contato com Dyonélio, para pedir-lhe um retrato para o quadro, o que ele recusará, acusando-os de retroceder em relação aos partidos que não os apoiaram quando tiver cassados os seus registros eleitorais. O resultado é que sua foto foi negada, e até hoje esse quadro, que pode ser visto exposto na Assembleia Legislativa, apresenta um vazio no lugar de um dos deputados retratados.

A partir desse período, Dyonélio se dedicará à sua atuação no Hospital São Pedro, chegando a ser diretor da instituição em 1956. Viajará ao Rio de Janeiro para conseguir verbas para reformas, efetivamente realizando melhorias e inaugurando novos pavilhões. Será também responsável por desenvolver uma atuação mais humanitária no tratamento aos pacientes e internos, com aplicação de técnicas terapêuticas não farmacológicas.

Por volta do mesmo período em que se torna diretor, conclui sua pesquisa de obras da Antiguidade, à qual vinha se dedicando desde que tivera seu título de deputado cassado. Após uma década de esforços, dá como concluído o manuscrito de *Deuses econômicos*. O livro, ao qual dedicou grandes esforços, é no entanto rejeitado pelas editoras e só em 1966 terá sua primeira edição, que ainda por cima desagrada Dyonélio devido aos erros de tipografia. Com o afastamento da política e a dificuldade de tornar público seu trabalho como escritor, há então um progressivo afastamento seu da esfera literária, passando ele a dedicar-se aos hobbies de fotografar, tocar flauta com a família, e ler clássicos do direito, da história, e da literatura.

Há então, entre 1955 e 1965, isso que Maria Helena Albé (ALBÉ, 1983, p.92) define como sua fase de marginalização, na qual se produziram alguns dos romances da *trilogia romana* e da trilogia *Os flagelantes*. Mesmo relegado ao ostracismo, não deixa de escrever. Os

primeiros passos para sua fase de reconhecimento (ALBÉ, 1983, p. 94) podem ser identificados com a reedição de *Os ratos* e com a problemática primeira edição de *Deuses econômicos*, em 1966. Dessa época também possuímos algumas de suas entrevistas no jornal, além de algumas correspondências, antes raras ou não preservadas para posterior arquivamento.

Mas é a partir da década de 1970, quando o autor já está aposentado das atividades profissionais, que haverá uma espécie de redescoberta de sua obra. Dedicar-se a escrever ensaios que constarão em jornais e revistas; é uma produção cheia de sabedoria filosófica, e dotada do quê de ironia de alguém que vinha se dedicando a aprofundar-se nos grandes monumentos da cultura ocidental, situando sempre seu pensamento em pontos aporéticos ou paradoxais, cujos exemplos podem ser vistos em *Cheiro de coisa viva* (MACHADO, 1995) ou nas entrevistas de *Com a palavra, Dyonélio* (AGUIAR et al., 2014).

A partir desse período, também se dedicará com maior regularidade à correspondência pessoal, chegando a servir de consultor para publicações como *Alceu Wamosy - sua vida e obra* (TILL, 1973), *Coronel Dono do Mundo*, de Luiz Luna e Nelson Barbalho (1983), e *Comunistas gaúchos* de João Batista Marçal (1978). Sua biblioteca particular, nessa época, era uma referência na América Latina, citada por um estudioso de bibliotecas particulares por reunir obras históricas, pacientemente reunidas para a construção de seu ciclo de romances passados na Roma antiga (HOMEN, 1971, p.119).

A primeira de suas obras a surgir nessa fase é a segunda reedição revista de *Deuses econômicos* (1976), que já então começa a angariar prestígio entre intelectuais, jornalistas e escritores. Nesse ano, Ivan Cardoso apresentará um curta metragem, com roteiro de Décio Pignatari, exibido no VII Festival Nacional de Gramado, no qual é representado Dyonélio em seu universo. Já em 1979, recebe da Associação Paulista dos Críticos de Arte o Grande Prêmio da Crítica de São Paulo. A Câmara de Vereadores de Quaraí o homenageia, e enfim é consagrado como membro da Academia Rio-Grandense de Letras, nesse mesmo ano.

A partir daí são publicados muitos de seus originais, como *Prodígios* (1980e) e *Endiabrados* (1980d), livro este que ganhará o prêmio Jabuti de melhor romance em 1981. Nesse ano são publicados *Sol subterrâneo* (1981b) e *Nuanças* (1981a), obra que ganhará o prêmio Fernando Chinaglia, da União Brasileira de Escritores, no ano seguinte. Em 1982 aparecem editados *Fada* (1982b) e *Ele vem do Fundão* (1982a), obras elaboradas mais recentemente, e que representam como que a fase tardia de sua literatura.

Em 1983 Dyonélio vê realizado um de seus antigos sonhos, com uma edição em francês de *Os ratos*, traduzido como *L'argent du laitier*. Recebe uma Placa de Prata, homenagem da Assembleia Legislativa do Estado (1984), e um Diploma de Honra ao Mérito da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Estado, por via do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Tendo sofrido uma queda ao amarrar o sapato, fratura o colo do fêmur direito e é internado no Hospital de Clínicas para uma cirurgia de osteossíntese. Apresenta alguns sintomas de infecção respiratória no pós-operatório, que evolui para uma pneumonia e resulta em choque séptico. Falece dois meses antes de completar noventa anos de idade, no dia 19 de junho de 1985, pouco antes de ser agraciado com uma condecoração do governo da França, a comenda *Ordre des Arts et des Lettres*. Falece sem receber a notícia de sua premiação, devido à longa distância percorrida pela correspondência internacional.

3.2 Constituição do Arquivo Literário Dyonélio Machado

Um ano após o falecimento de Dyonélio, em 1986, seu acervo foi reunido por pesquisadores em conjunto com familiares, passando a ser acomodado no Centro de Pesquisas Literárias do Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, onde seria catalogado e organizado através do Projeto Acervos Literários, sob os cuidados da professora Maria Zenilda Grawunder e coordenação da professora Regina Zilberman. O acervo passa a integrar, junto com outros conjuntos de coleções, o Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, a partir da inauguração deste em dezembro de 2008.

Reunindo documentação e peças de dezenas de acervos, com um total de centenas de milhares de itens, o Delfos fica situado no sétimo andar do prédio da Biblioteca Central Irmão José Otão, localizado no campus central da PUCRS em Porto Alegre. Junto com as outras coleções, o Acervo Literário Dyonélio Machado (ALDM) ganhou com esta mudança mais visibilidade, facilidade de acesso e disponibilidade de infraestrutura, obtendo estrutura de salas de pesquisa e melhor espaço para arquivamento. Seu acervo material hoje se constitui de um total de 28 caixas de plástico polionda transparente, contendo centenas de documentos, recortes de jornal, entrevistas, fotografias, correspondências e originais de suas obras.

Este conjunto não deixa de crescer quando da localização de um novo registro, e tem sido investigado por diversos pesquisadores, que produziram trabalhos bastante importantes.

Além disto, desde que o acervo foi reunido, buscaram-se formas de publicação para os originais ali contidos, fixando textos que antes se encontravam manuscritos.

O primeiro trabalho biográfico sobre Dyonélio saiu ainda em 1986: *Dyonélio Machado*, de Artur Madrugá. Editado pela editora Tchê, na coleção “Esses Gaúchos”, o pequeno volume traz algumas fotos e ilustrações, em pequenos capítulos que já indicam alguns dos temas desde então recorrentes na questão da memória dyoneliana. O próprio autor nos dá o relato a respeito:

Esta é a primeira biografia de Dyonélio Machado. Talvez venha daí, dessa condição de obra inaugural (e, como tal, carente de referências mais permanentes), a sua natureza limitadíssima, ainda que minha ambição não tenha posto nenhuma espécie de limite. Foi impossível, no entanto, fugir às contingências de época e lugar. O material disponível foi precário e, não fosse a prestimosa colaboração da viúva e da filha do biografado, o biógrafo jamais chegaria ao que chegou: um livro que busca, dentro do possível, retratar um homem que retratou sua época e sua terra, nossa época e nossa terra. (MADRUGA, 1986, p. 7)

O livro serve de interessante testemunho de uma época prévia à elaboração do Arquivo Literário Dyonélio Machado (ALDM), e é importante por carregar uma construção mais próxima do testemunho de familiares e amigos do autor. É curioso também por indicar uma carência que permanece até o presente: de 1985 até agora, ainda nos falta uma biografia completa e bem documentada sobre o autor. Algo que poderia ajudar, e muito, nosso trabalho até aqui.

Um aspecto importante aqui é que o ALDM se conformou com a reunião de materiais feita pelo próprio Dyonélio Machado. Além disso, investigando o arquivo reconhecemos um predomínio estatístico de materiais produzidos no contexto das décadas finais de sua vida, algo que não podemos explicar totalmente. Documentos podem ter sido perdidos ou apenas com sua aposentadoria pode ter sido que se interessou em coletar certos registros. “A verdade é que, testemunha, numa vida já tão longa, de fatos tão significativos, não os registrei no seu tempo. Que é que queres? Não sou historiador.” (MACHADO, 1975, p.1). Assim, vários momentos importantes de sua existência não estão preservados em rastros, e por essa escassez, sobressaem-se os documentos produzidos dentro do contexto das décadas de 1970/1980.

Além disso, devemos destacar o modo como se deu o processo de sua “redescoberta” nos anos 1970. Essa se realizou através de um meta-discurso crítico que em parte destacou a posição de Dyonélio Machado como vítima de uma injustiça. Não se pode negar que essa retórica permitiu o processo de legitimação de Dyonélio ainda em vida, possuindo um inegável mérito histórico, e mesmo crítico. Mas é possível sugerir que esse modo de representação tenha favorecido o que chamaremos de biografismo, algo que iremos analisar na seção seguinte.

Memórias de um pobre homem (MACHADO, 1990), obra memorialística do autor escrita na década de 1970, foi o primeiro de seus inéditos publicados, quando do processo de reunião e catalogação do acervo. Obra deixada incompleta por Dyonélio, que dizia ser muito “fora de sua simplicidade” escrever suas memórias (MACHADO, 1995, p.50), o livro se constitui de uma série de capítulos, que reunidos geram um relato primordial de sua própria perspectiva sobre sua trajetória pessoal.

Em seguida veio sem dúvida uma das mais importantes obras críticas, que busca pensar os arquivos literários de Dyonélio, *Instituição literária: análise e legitimação da obra de Dyonélio Machado* (GRAWUNDER, 1997). Originalmente uma pesquisa para a dissertação de mestrado defendida pela organizadora do acervo em 1989, este texto foi central na reconfiguração da crítica póstuma de Dyonélio. Analisando as etapas de ostracismo e legitimação pelas quais sua obra passara até então, Maria Zenilda Grawunder realiza um painel histórico das diversas fases de sua recepção, reunindo com grande competência teórica uma abordagem empírica do acervo, que definiu os rumos de interpretação sobre o processo de legitimação da obra de Dyonélio.

Elencando os diversos contrastes entre sociedade e discurso pessoal do autor, Grawunder aplica com sucesso a análise institucional de Jacques Dubois ao caso de Dyonélio Machado, fornecendo uma explicação teórica das etapas de recepção do autor gaúcho. Sua leitura deu certa unidade às bases documentais havia pouco reunidas, relacionando os registros testemunhais com o suporte material da crítica, e sugerindo o confronto de negociação dos códigos literários pessoais de Dyonélio, no desejo de reconhecimento institucional. Isso permitiu identificar a trajetória de legitimação, e o processo de “redescoberta” do autor por volta dos anos 1970, acontecimento que teria se refletido na própria produção final da literatura de Dyonélio.

Mais ou menos do mesmo período é *Dyonélio Machado: o homem – a obra* de Rodrigues Till (1995), que incorpora documentação institucional (como certidões de nascimento, boletins da época da faculdade, além de atas da secretaria municipal de Quaraí) a uma interpretação biográfica do autor. Diferentemente do trabalho de Grawunder, que parte da etapa de legitimação literária tardia para então analisar sua trajetória, a obra de Till faz um registro progressivo, que se inicia com seu nascimento, se detém em recuperar alguns pontos documentais, e se encerra com sua morte. A obra toda adota uma retórica de elogio da grandeza de Dyonélio, que resgataremos posteriormente.

Espécie de síntese desse período que comemora o centenário de nascimento de Dyonélio, *O cheiro da coisa viva* (1995) reedita *Memórias de um pobre homem*, acrescentada de um conjunto de entrevistas selecionadas, além de outro original ainda não publicado até então (o romance inédito *O Estadista*). Este conjunto testemunhal de depoimentos, entrevistas e reflexões dispersas fornecerá um panorama póstumo da imagem do autor, numa obra que consegue apresentá-lo em toda a sua complexidade. Para muitos que não tiveram condições de conhecê-lo em vida, esta obra apresenta, talvez pela primeira vez em um só volume, o conjunto plural de interesses e assuntos aos quais se dedicava.

Em 2014 tem-se então a publicação do original *Proscritos*, escrito no ano de 1964, em pleno desdobrar da Ditadura Militar. Longos 50 anos passaram-se antes desta obra poder vir à luz, e o processo de estabelecimento do texto pode ser encontrado no trabalho do pesquisador Camilo Raabe (2014a). Em 2020, o mesmo pesquisador se dedicou à fixação do texto do último romance inédito de Dyonélio, *Terceira vigília*, o que facilita uma possível edição desse tão aguardado texto (RAABE, 2020).

Outra obra fundamental que também surge do Arquivo Literário Dyonélio Machado é a edição digital de *Com a palavra, Dyonélio* (AGUIAR, *et. al.*, 2014), que pode ser encontrada online na biblioteca da PUCRS, e reúne na íntegra um conjunto substancial de transcrições de entrevistas arquivadas, além de publicar algumas fotos especialmente raras provenientes do acervo de Dyonélio. A publicação destes textos em formato de e-book permitiu não só um acesso mais facilitado aos pesquisadores, como também a agilidade de citação destes materiais, antes dispersos em periódicos e jornais antigos.

Além dos citados acima, podemos indicar como textos representativos das pesquisas dedicadas ao acervo aqueles que trabalharam os originais de Dyonélio por via da crítica genética, como *Manuscritos de um pobre homem* (FERNANDES, 2010), que pesquisou o processo de construção ficcional do único livro de contos do autor, *Um pobre homem*, e *Criação literária por Dyonélio Machado: a gênese de Os ratos* (RAABE, 2011), que se centrou no processo de escritura de *Os ratos*, também analisando por um viés genético os originais de *Os ratos* contidos no acervo.

Mais recentemente, o trabalho de compilação e reedição de *Um pobre homem*, pela editora Siglaviva, resultou numa edição acrescida de todos os contos do autor de que se tem registro até então (MACHADO, 2017), além de fac-símiles dos originais e fotografias raras,

numa bela edição que fez jus à qualidade da obra de Dyonélio. Seu livro de contos tinha recebido uma reedição no ano de 1995, um pouco descuidada sem grande publicidade.

Podemos agora passar à consideração de trabalhos acadêmicos, para indicar o cenário de estudos de Dyonélio Machado até o momento. Ainda durante sua vida, seus livros foram tema de algumas dissertações, como *O universo degradado de Naziazeno Barbosa* (MACIEL, 1977), *Configuração da visão de mundo em Os ratos* (MICHALSKI, 1977), *Uma leitura de Os ratos de Dyonélio Machado* (ALBÉ, 1983), e *O tecido esgarçado* (FIGUEIREDO, 1985). E logo após seu falecimento, surge a pesquisa que define os rumos do Arquivo Literário Dyonélio Machado, *Curso e discurso da obra de Dyonélio Machado* (GRAWUNDER, 1989).

Nos anos 1990, temos as pesquisas *A cidade moderna no romance sul-rio-grandense: o ano-chave de 1935* (CRUZ, 1992), *O herói romanesco de Dyonélio Machado: Os ratos e O Louco do Cati* (MENTZ, 1993), *Os ratos: uma leitura da história social de Porto Alegre* (VÉSCIO, 1994), além da tese *Alegoria na literatura brasileira: a tetralogia opressão e liberdade de Dyonélio Machado* (GRAWUNDER, 1994).

Nos anos 2000 serão dezessete dissertações ou teses acadêmicas, e na década de 2010 já se somam outras dezenove. Com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, chegamos a um total de quarenta e seis trabalhos sobre o autor. Ainda que esse número seja menor que o de autores como Érico Veríssimo ou Graciliano Ramos, é sem dúvida mais substancial que o de autores como Carolina de Jesus, Campos de Carvalho ou Samuel Rawet. É interessante também que a pesquisa sobre Dyonélio não se concentre apenas em seu Estado de origem, sendo que vinte e três – a metade dos trabalhos analisados – são provenientes de outras regiões do país.

Deve-se destacar também algumas contribuições importantes surgidas dessa etapa da pesquisa acadêmica de Dyonélio. Mauro José Gaglietti, em *Os discursos de Dyonelio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces* (2005), analisou os pronunciamentos feitos por Dyonélio Machado, enquanto deputado na Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947, relacionando-os com o contexto político da época. Já Cleber Eduardo Karls, em *Quando o médico e o literato se encontram: as representações da loucura e do crime em Dyonélio Machado* (2008), pesquisou os prontuários preenchidos pelo literato entre os anos de 1933 e 1942, no Hospital São Pedro, relacionando-os com seu romance *O Louco do Cati*. Há também a descoberta de Fernando Simplício Santos, em *História, política e alegoria na prosa ficcional de Dyonelio Machado* (2013), de um prontuário escrito na Delegacia Especial de Segurança

Política e Social do Rio de Janeiro em 1936, ano em que Dyonélio Machado se encontrava preso. Ali estava preservada uma correspondência do autor a um companheiro da ANL, carta essa cujo detalhe da cor da tinta se aproxima da correspondência incriminatória de Lúcio Sílvio a Evandro, em *Deuses econômicos* (SANTOS, 2013, p. 205-211).

Isso sem entrar no mérito dos numerosos artigos, tanto acadêmicos quanto jornalísticos, que contribuíram para a fortuna crítica de Dyonélio. Muitos pesquisadores trabalharam por seu reconhecimento, podendo-se falar, nesse sentido, de uma *comunidade dyoneliana*. Nomeá-los seria deixar muitos de fora, já que não teríamos espaço aqui para uma listagem exaustiva, mas deve-se destacar a importância desse grupo que de certa maneira cultiva o escritor gaúcho na reconfiguração de sua posteridade.

Maria Helena Albé (1983, p. 90) indica que foi através da construção de um metadiscorso do reconhecimento – um vocabulário produzido pela crítica – que se facilitou sua legitimação por parte da instituição literária. Esse metadiscorso se desenvolveu num entrecruzamento com o próprio testemunho de Dyonélio nas entrevistas dadas predominantemente nos anos 1970, e se mistura a cobranças a respeito da falta de atenção a “esse desconhecido, Dyonélio”, num clamor que sempre faz o contraste entre a alta qualidade de sua obra e a ausência de atenção merecida em sua recepção.

Pode-se então somar a essa redescoberta em vida o crescimento da recepção póstuma dentro das universidades, para constatar com isso que a obra de Dyonélio vem consolidando seu espaço próprio, pois tem recebido um número sempre maior de pesquisas a cada década. Além disso, seu nome já batiza uma rua de Porto Alegre, além de escolas, bibliotecas, premiações, grupos de leituras, um centro cultural, e mesmo um conjunto comercial, algo de que ele sem dúvida faria *blague*.

Com a consolidação das pesquisas, deve-se destacar também que seu último livro inédito está enfim se fazendo público, com o trabalho *Nos domínios de Terceira vigília: criação literária e edição crítico-genética de romance inédito de Dyonélio Machado* (2020), de Camilo Raabe. A partir de uma possível publicação desse romance, seria permissível então indicar o marco de uma nova fase, onde todos romances de Dyonélio Machado estariam editados, e sua obra enfim aberta para uma possível reavaliação no debate coletivo.

Sendo assim, é possível imaginar um futuro onde a posição de Dyonélio Machado na literatura brasileira não se apresente mais sob a chave da injustiça ou do desconhecimento, mas de merecida e informada consagração. Lembremos que o termo celebração é usado por Paul

Ricoeur, referindo-se a um certo uso da história pela memória coletiva, quando essa rememora um acontecimento ou ator social por via de monumentos, eventos, anedotários, premiações, etc. É um uso da memória em que se enfatizam certos aspectos em detrimento de outros, reproduzindo certos esquecimentos que podem ser saudáveis ou não.

O caso de Mário Quintana é bastante sugestivo: seu imenso prestígio na memória coletiva foi em parte adubado pela publicação de antologias, fazendo com que muitos de seus poemas mais interessantes fossem esquecidos, ou que sua obra fosse desconfigurada no processo de antologização. Aquilo que podemos afirmar então que é sua celebração se dá muito mais pelo “Eles passarão/Eu, passarinho”, do que pela leitura de seus melhores livros como, por exemplo, *O aprendiz de feiticeiro*.

Dyonélio sofreu em vida com essa forma de celebração, na hipervalorização pública de *Os ratos*. Isso se perpetua na temática de trabalhos acadêmicos a seu respeito, a grande maioria tratando desse romance ou de *O Louco do Cati*, sendo que apenas um quarto das teses ou dissertações tem discorrido sobre outros temas. Algumas de suas obras só recentemente vieram a público, sendo que sobre algumas delas não há nem um artigo, o que dificulta uma apresentação adequada do livro ao público alvo que poderia se interessar por seu legado.

Processo de certa maneira inevitável, essa celebração permite uma reflexão sobre os modos de rememoração distintos entre memória coletiva e historiografia. É responsabilidade da crítica o trabalho de desenvolvimento de uma “memória feliz”, que só se dá ao final de um longo processo de rememoração histórica que permita ao agente ser ressituaado de maneira justa na memória coletiva. Assim, a historiografia deve esforçar-se em dinamizar a representação de temas e conteúdos pertinentes ao escritor, oferecendo condições para um trabalho da lembrança que faça justiça ao seu próprio horizonte de esperanças.

Podemos indicar, pela via documental, alguns dos elementos faltantes nessa celebração, de maneira a permitir um passo na maior objetivação historiográfica, e um trabalho da memória que efetivamente “re-atue” Dyonélio no presente, consolidando assim uma recordação mais fiel à sua pessoa. É nesse sentido que viemos trazendo alguns dos rastros contidos no Arquivo Literário Dyonélio Machado. Mas pensar sua representação na memória coletiva também leva ao material que encontramos em trabalhos acadêmicos, entrevistas e reportagens jornalísticas, em adição à sua obra ficcional e ensaística.

Aqui temos um avanço muito interessante em relação às outras épocas. A disponibilização de milhares de jornais digitalizados na Hemeroteca da Fundação Biblioteca

Nacional permitiu acesso a fontes que antes demandariam anos de investigação. Assim, ao longo de nossa pesquisa, foram descobertos rastros que permitirão novas interpretações históricas. Muito desse material agora disponível encontrava-se inacessível durante a formação dos principais trabalhos historiográficos sobre Dyonélio Machado, e por isso buscamos agora incorporar esse material à nossa reflexão, de maneira a reinseri-lo na memória coletiva.

Uma questão importante é identificar como se deram certos esquecimentos e abusos da memória histórica, e a maneira como eles se perpetuaram na memória coletiva. Por exemplo, uma motivação concreta diz respeito à acessibilidade de seus romances, já que muitos deles permanecem esgotados ou não estão facilmente disponíveis. A publicação de *Proscritos* (2014) e *Um pobre homem* (2017) representa provavelmente os primeiros passos no sentido concreto da resolução atual desse problema, ao que se somaria a futura publicação de *Terceira vigília*, seu último romance inédito de que temos notícia. Em um horizonte por vir, é possível imaginar mesmo que todas as obras de Dyonélio pudessem ser digitalizadas, rompendo com o cerco editorial que impede que qualquer leitor curioso tenha acesso fácil ao todo da obra.

Veremos mais adiante que outro dos esquecimentos nesse levantamento que fazemos aqui diz respeito ao não-relacionamento de sua obra ensaística com sua obra romanesca. Esse mero detalhe, de ler a produção ficcional e não-ficcional lado a lado e em ordem cronológica, permitiu certas descobertas esclarecedoras a respeito de sua obra. Por exemplo, lendo *Uma definição biológica do crime*, tem-se a descrição de um gesto típico de um homicida: intoxicar-se e comer lixo para reviver a intensidade do assassinato. A personagem de *O Louco do Cati* se alimenta de monturos e imundícies, e no entanto uma interpretação a esse respeito só foi feita recentemente (DORNELLES, 2019).

Além disso, a interpretação fundamental a respeito do conjunto de sua obra geralmente é construída sobre seus ciclos do cárcere, apresentando um paralelismo com a vida de Dyonélio, que chamaremos de biografismo. Não se pode destacar suficientemente que o Louco do Cati, Maneco Manivela ou Lúcio Sílvio não são Dyonélio Machado. O que se esquece nessa leitura biografista é aquilo que apresentaremos como ironia dyoneliana, que é revelada a partir da leitura corrente de sua obra, e que permite a esses personagens geralmente associados tornarem-se como que enigmas distantes de sua trajetória biográfica.

Essa interpretação biografista fez com que os romances da trilogia *Os flagelantes*, ou os dois volumes de sua produção final, ficassem via de regra esquecidos ou deslocados do restante

de sua produção, como um suplemento esquecido. Não apresentando correlação biográfica imediata, essas obras geralmente receberam explicações rápidas e pouco aprofundadas.

Assim, um desafio incontornável para seus intérpretes é se deter sobre aquilo que chamaremos de leitura biografista de sua obra. A dificuldade surge da proximidade entre acontecimentos de suas vivências e sua literatura, o que parece facilitar uma inevitável associação entre vida e obra. O que dá um caráter problemático é o exagero de certas analogias, quando se tenta analisar seu “trauma” por via de uma sublimação que, veremos, não faz remissão à metapsicologia freudiana.

Há mesmo, na história da recepção de Dyonélio, uma provável origem do biografismo como leitura crítica, quando Moisés Vellinho, lendo *Um pobre homem*, relaciona a pobreza das condições de vida da cidade natal de Dyonélio com a pobreza em sua obra. O fulcro dessa interpretação já está lá, em 1928: “o herói de *Um pobre homem* é um só – o próprio autor” (MACHADO, 2017, p. 214). O crítico que adota esse viés deve se perguntar se não está seguindo esse caminho, bastante depreciativo.

Essa leitura biografista, surgida de um crítico antagonista, tem como que assombrado a crítica de Dyonélio desde então, e é no sentido de propor um afastamento dessa dificuldade que desenvolveremos alguns dos próximos capítulos. Destaca-se que é possível obter certos ganhos de um estudo biográfico que se alimente de sua literatura, mas é possível questionar se esses ganhos se dão da mesma maneira quando é a literatura que busca sua interpretação na biografia. É digno oferecer a Dyonélio aquilo que todo grande escritor recebe da crítica: uma análise solícita de seu material textual.

Basta que o comparemos com outro autor, Dante Alighieri, cuja vida foi marcada por conflitos políticos, e cuja obra incorpora certos materiais biográficos, inclusive empregando o escritor como personagem. E ainda assim a *Divina Comédia* (DANTE, 1998) é possivelmente a obra com maior fortuna crítica do cânone ocidental, configurando um manancial de interpretações que não se concentram em destacar analogias e reflexos biográficos existentes, antes desenvolvendo interpretações sofisticadas de sua textualidade.

Aquilo que chamamos de leitura biografista se perpetua por outras vias: a elaboração de uma “psicanálise” de Dyonélio, que atribui a força de certas metáforas a experiências traumáticas, sob sugestão de um trabalho sublimatório que curiosamente não faz referência à sexualidade do “sublimador”, algo inevitável em Freud. Essa “psicanálise”, portanto,

permanece como esboço, nunca remetendo a interpretação a um quadro metapsicológico sólido, que permita uma legitimação dessa interpretação dos fenômenos psíquicos do autor.

Outro ponto é a relação entre política e literatura, na qual se faz inevitável a relação entre o marxismo e sua obra. Não se trata aqui de negar que o marxismo possa ser um método interpretativo do texto, e muitos trabalhos importantes foram publicados nesse sentido. A dificuldade surge quando se busca imaginar que Dyonélio escreveu o livro apenas como uma denúncia, já que essa leitura ignora declarações do próprio autor. Voltaremos a esses importantes aspectos no capítulo 5.

3.3 Os esquecimentos dos rastros em Dyonélio Machado

Não pode deixar de ser ilustre quem é tão sutil.

Dyonélio Machado (1977)

Na busca por indicar um modo de rememoração fiel à imagem de Dyonélio, condizente com as reflexões sobre a condição histórica de Paul Ricoeur, podemos agora apontar os primeiros passos de nossa trilha distinta. A abertura foi dada pela concepção do arquivo como rastro, já que sob essa definição seus documentos não constituem apenas evidências passíveis de objetivação, na busca de maior fidelidade à sua imagem, mas também lapsos, esquecimentos e não-ditos. Isso permite que pensemos um enquadramento dos acontecimentos de sua vida não apenas por aquilo que está inscrito plenamente no arquivo, mas também por aquilo que ficou faltando, perdeu-se ou que não temos condições de examinar com objetividade. Entre evidências e lapsos, fica claro qual é o campo factual e qual depende do trabalho imaginativo do intérprete.

Da concepção do arquivo como rastro, passamos à compreensão do sujeito do passado, que habitou o mundo sob a condição histórica. Isso nos levará à identificação do sentido de suas iniciativas como um “agir em tempos de incerteza”, encontrando a raiz prática da originalidade desse sujeito no tempo do cuidado, que se volta para o futuro no ser-para-a-morte. Essa concepção permite destacar aquilo que há de inaugural em seus gestos, ao invés de interpretar suas ações já dentro de relações estabelecidas, costumes, códigos e instituições sociais.

Nossa postura historiográfica se diferencia, portanto, das análises anteriores feitas a respeito da trajetória de Dyonélio Machado, o que influenciará o sentido que daremos a seus rastros. A obra determinante para o conjunto de interpretações sobre o Arquivo Literário

Dyonélio Machado, *Instituição literária* (GRAWUNDER, 1997), identifica o sentido de suas ações como uma busca por legitimação e produção de vínculo com o campo literário. A originalidade ou autenticidade do escritor serviria como capital simbólico que permite certa retórica institucional que enfim o permitiria legitimar-se enquanto escritor. Tal perspectiva é especialmente importante, pois define com precisão aquilo que foi a “redescoberta de Dyonélio” enquanto processo de legitimação literária ocorrido por volta dos anos 1970. Essa interpretação histórica é de inegável relevância, já que mesmo o escritor acabou de fato refletindo a respeito de sua legitimação em sua obra *Fada*, o que indica a importância do método de análise de Maria Zenilda Grawunder.

Outra explicação bastante importante para a historiografia de Dyonélio Machado é a de Mauro Gaglietti (2007), que reconstrói a conjuntura social onde reconhecemos os diversos posicionamentos que formam sua trajetória, em uma série de movimentos e deslocamentos em relação aos grupos partidários e médicos. Esse foco destaca aspectos da história social do período, apresentando como se deram seus modos de atuação profissional, sem deixar de destacar a singularidade dos posicionamentos de Dyonélio frente aos códigos da cultura política brasileira. É uma investigação que permite reconhecer a temporalidade de legitimação nessas instâncias, os diversos episódios de sucesso ou insucesso públicos, de maneira a compreender a superfície social de realização de seus projetos.

Mas seguindo a sugestão de Bernard Lepetit (2001), a escrita da história contemporânea poderia partir de um quadro social anterior àquele já dado na conjuntura histórica, concebendo um horizonte particular para os projetos de um agente histórico. Tomando a estrutura social como algo sem coerência *a priori*, onde ocorrem múltiplas negociações em paralelo, e cuja coesão é um mistério, pode-se pensar assim um “agir em tempos de incerteza”, onde é possível reconhecer uma temporalidade própria que contemple mesmo as esperanças de um futuro para além das condições dadas naquele contexto. É nesse sentido que buscaremos indicar, no capítulo seguinte, a temporalidade particular de cuidado, onde há preocupação com a própria posteridade, como a raiz de originalidade das ações e projetos de nosso agente.

Antes disso, seria prudente que trouxéssemos a um primeiro plano o delineamento do modo como seu testemunho pessoal foi inscrito em seu arquivo, e como foi trabalhado pela historiografia acadêmica desde então. Cerca de dez anos depois de sua morte, já reunido o material que tomou forma no Arquivo Literário Dyonélio Machado, produziu-se o volume reunido em *O cheiro da coisa viva* (MACHADO, 1995). Esta compilação reuniu depoimentos

dispersos em entrevistas com seu texto *Memórias de um pobre homem*, o que possibilitou um quadro póstumo, reunindo os diversos interesses e acontecimentos da vida na perspectiva do próprio autor.

Sem dúvida, essa obra foi especialmente representativa para muitos que vieram a conhecer o autor quando este já era falecido, pois se facilitou o acesso rápido a muitos de seus rastros. Pode-se pensar esse volume junto com outros trabalhos, como *Instituição literária* (GRAWUNDER, 1997), ou o conjunto de artigos publicados na edição da *Cadernos Porto e Virgula* número 10 (BARBOSA, 1995), todos surgidos próximo ao centenário de nascimento do autor. Esses trabalhos foram os primeiros a apresentar os resultados da conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado, e podem-se ver seus reflexos na grande maioria das teses, dissertações e artigos publicados desde então. É possível portanto que, sem esses primeiros textos sobre o ALDM, muitas das pesquisas que hoje temos não existissem ou não fossem tão bem fundamentadas, o que por si só já legitima essas publicações pioneiras.

Mas algo no modo como os rastros foram apresentados nesses primeiros trabalhos talvez tenha condicionado as pesquisas seguintes. Para mencionar uma primeira característica marcante a respeito da reunião de entrevistas e reflexões de *O cheiro de coisa viva*: temos trechos de entrevistas selecionados, organizados por temática (MACHADO, 1995, p. 7-52), sendo que ao final de cada fragmento identifica-se a data, e ao final as referências de onde foram extraídas.

O que esse modo de apresentação não favorece é uma compreensão cronológica dos contextos onde foram produzidos cada um dos testemunhos de Dyonélio. Por exemplo, podemos recomendar uma maior objetivação do momento do enunciado: “A grande lição que recebi da vida é que ela precisa ser vivida com uma enorme dose de indiferença” (MACHADO, 1995, p. 51). Em *O cheiro de coisa viva*, o fragmento surge ao final de uma série de declarações que incluem o relato de suas prisões e do boicote editorial, o que pode sugerir que seja uma declaração de resignação ou ressentimento. No entanto, tal enunciado é recortado de uma entrevista de 1956, ou seja, num momento ainda anterior ao ostracismo literário. Com um pouco de distração, um pesquisador pode confundir a data desse testemunho, relacionando tal enunciado com fatos que só viriam a ocorrer anos depois.

Corremos o risco ainda de ignorar o contexto e a data de sua declaração dada em 1935, quando Dyonélio faz um louvor da revolução camponesa e operária a Carlos Reverbel (MACHADO, 1995, p. 15-16). Se desprezamos o ano em que ocorreu esse depoimento, é bem

possível achar grotesco o elogio que Dyonélio faz a Stalin, como se ele ainda mantivesse tal posição após seu desligamento do Partido Comunista do Brasil. Identificar a posição política de Dyonélio Machado na década de 1930 com aquela de 1980, quando afirma já não ter idade para as coisas da política, seria um imenso equívoco, que pode inclusive ser visto como um gesto de infidelidade historiográfica à sua imagem. Basta indicar o próprio Marx, de quem Dyonélio era obviamente grande leitor, para que se dê suficiente destaque à necessidade de ação concreta e efetiva para que alguém seja considerado comunista. Destaque-se a expressão “transformar praticamente”, ou seja, de maneira ativa e não só idealista:

Na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. Se, em certos momentos, encontram-se em Feuerbach pontos de vista desse tipo, eles não vão além de intuições isoladas e têm sobre sua intuição geral muito pouca influência para que se possa considerá-los como algo mais do que embriões capazes de desenvolvimento (MARX, 2007, p. 30).

Outro fato determinante para a interpretação de seus rastros é uma característica estatística de seus depoimentos. A grande maioria das entrevistas de que temos registro foi tomada no período de “redescoberta” de Dyonélio nos anos 1970 e 1980. Em *O cheiro de coisa viva*, apenas quatro entrevistas são registradas em períodos anteriores a essas décadas – mesmo número que encontramos em *Com a palavra, Dyonélio*. Fenômeno similar ocorre quanto às cartas, que se apresentam em número muitíssimo maior nesses períodos do que nos anteriores, havendo pouquíssimos rastros de períodos muito importantes para a compreensão de sua trajetória.

O que é possível reconhecer a partir desse conjunto é que, devido ao contexto em que foram tomados esses depoimentos, muitas das perguntas feitas a Dyonélio giravam em torno das causas de seu esquecimento, e em consequência disso, encontramos um número muito maior de respostas suas que giraram em torno dessa questão. Seu conjunto de declarações sobre seu esquecimento se sobrepõe então numericamente ao de declarações sobre outros temas, o que pode levar a pensar que fosse uma obsessão de Dyonélio. Pelo contexto de redescoberta, podemos então indicar uma causa objetiva do tom de tantos depoimentos, que fornece uma marca que talvez não seria tão determinante de sua imagem, caso tivéssemos o mesmo número de registros tomados em períodos anteriores.

Além disso, podemos respeitar sua percepção e memória individual, e contudo afastar-nos delas para ouvir outras vozes da memória coletiva, onde sempre houve sujeitos que o reconheceram em sua grandeza. No processo de elaboração historiográfica, não precisamos nos

ater apenas ao seu testemunho, podendo-se incluir esses outros testemunhos de maneira a produzir uma reelaboração mais fiel do passado. Esses outros agentes que reconheciam as iniciativas de Dyonélio não podiam influenciar o mercado editorial, mas deve-se reconhecer que, mesmo no “esquecimento”, havia ainda uma comunidade que o lembrava.

Como grande parte da história de Dyonélio foi reescrita a partir do momento de “redescoberta” no contexto dos anos 1970, isso por sua vez também influenciou a memória coletiva, que subsequentemente se inscreveu no arquivo e na interpretação historiográfica. Portanto, o procedimento adequado parece ser reconhecer os efeitos da “redescoberta” dentro de uma conjuntura, fazendo um novo esforço historiográfico de objetivação, de maneira a lembrar “como foi” mais precisamente, dado a perspectiva de que sua grandeza nunca foi esquecida ou questionada por uma certa comunidade de apreciadores.

Voltaremos a esse ponto mais adiante, quando traremos à tona algumas dessas vozes. Concluimos essa primeira reflexão sobre seu arquivo sugerindo aos pesquisadores um trabalho com suas entrevistas completas, agora possível com a recente publicação de *Com a palavra, Dyonélio* (AGUIAR et. al., 2014) e com a possibilidade de pesquisa online na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Assim, é possível darmos um passo a mais no processo de objetivação dos rastros de Dyonélio, discutindo especificamente o contexto em que foram produzidos e as questões que poderiam ter dado o tom de seus depoimentos.

Além disso, deve-se ter atenção também ao que não foi incluído no arquivo, de maneira a ser fiel ao “como foi” pretérito. Assim, seria possível que elaborássemos um inventário de seus esquecimentos, de maneira a situar contextos onde eles ocorreram tanto na memória coletiva como na historiografia, já que os rastros de Dyonélio não estiveram sempre disponíveis como agora. Passemos então ao trabalho de memória sobre alguns desses esquecimentos.

4 OUTROS RASTROS DO ARQUIVO

Com vistas a dar um passo adiante em relação aos desafios que identificamos, podemos sugerir que o trabalho de combate a certos esquecimentos pode ocorrer sob a organização proposta por Paul Ricoeur. Trata-se de determinar uma divisão entre: a) testemunho da memória individual de Dyonélio; b) representações encontradas na memória coletiva; c) diversas interpretações historiográficas que vigoram, por sua vez, também em contextos situados e específicos. Com essa separação, seria possível indicar o que em cada campo está razoavelmente assegurado como fato histórico, e aquilo ao que as descobertas irão fornecer aspectos novos e avanços.

Essa proposta parece trazer um quadro adequado de discussão, pois permite trabalhar com fontes de interpretação dentro de seus horizontes de expectativas próprios. Assim, dentro dos registros testemunhais de Dyonélio Machado, poderíamos descobrir novos documentos, mas alguns fatos dificilmente seriam contestados – as evidências de que não conseguiu publicar alguns de seus livros no Rio Grande do Sul, por exemplo. Essa divisão permite estabelecer certas balizas de evidências documentais, ao mesmo tempo que indica os espaços abertos à interpretação, tal como a análise sobre o que seja o “trauma” de Dyonélio Machado. Delimita-se assim aquilo que é informação objetiva de seus testemunhos, daquilo que fica aberto à especulação de intérpretes.

Dentro dos materiais da memória coletiva, também é possível estabelecer certas cristalizações factuais. Aqui encontramos sua relação com grupos e instituições, numa trajetória de diferentes colocações e deslocamentos, que formam a temporalidade pública de seus projetos e fornecem certas representações. Encontramos três grandes importantes vínculos para a compreensão da personalidade social de Dyonélio Machado: seu vínculo com a instituição literária, com os partidos políticos e com os grupos médicos de seu tempo.

A partir do trabalho de grandes pesquisadores, podemos reconstituir as etapas históricas dessa trajetória. Com base no quadro primeiro sugerido por Maria Helena Albé (1983) e desenvolvido por Maria Zenilda Grawunder (1989), podemos indicar a temporalidade pública de legitimação frente à instituição literária. No reconhecimento do processo de sua emergência como escritor reconhecido, haveria uma fase de tentativa (de afirmar-se), uma de (pseudo) afirmação, uma fase de marginalização, e por fim a fase de reconhecimento (ALBÉ, 1983, p. 88, 90, 92, 94).

A partir da importante reconstrução historiográfica de Mauro Gaglietti (2007), por sua vez pode-se encontrar um encadeamento temporal que vai dos precedentes partidários familiares ao vínculo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e se reconfigura com o vínculo à Aliança Nacional Libertadora (ANL), e culmina em sua adesão ao Partido Comunista do Brasil (PCB), filiação pela qual se elegerá deputado (GAGLIETTI, 2007, p. 20). Conclui-se com a cassação de seu cargo, algo que será tematizado em suas *Memórias de um pobre homem*, onde se manifestaria certo “ressentimento”, e seria possível identificar mesmo a liberação de certo “ódio recalcado” (GAGLIETTI, 2007, p. 94).

Da mesma maneira, poderíamos estabelecer um quadro temporal, que vai de sua formação escolar e acadêmica, passa por sua nomeação como médico do Hospital São Pedro (HSP), pelo episódio de suspensão do título e posterior anistia (onde encontramos a campanha do Sindicato dos Médicos gaúchos que lhe reintegra à instituição), pelas viagens de pesquisa e especialização que ocorrem nesse processo, e culmina, poderíamos dizer, com sua nomeação a diretor de uma das maiores instituições médicas nacionais.

É em paralelo a essa temporalidade pública que faremos nossa contribuição na seção 4.2, quando pensaremos sua dedicação privada no tempo do cuidado. No entanto, podemos indicar o caminho que queremos desenvolver dentro da memória histórica, partindo de um conjunto de evidências apenas recentemente disponíveis, e que poderiam reescrever parte da percepção de seus insucessos na memória coletiva. Partindo de alguns desses episódios, podemos recuperar pontos importantes da história de Dyonélio Machado, de maneira a caminhar em direção a uma rememoração historiográfica mais justa.

Indiquemos, por exemplo, os maravilhosos achados críticos publicados na recente edição de *Um pobre homem* (MACHADO, 2017, p. 185-215). A fortuna crítica recuperada ali vai no sentido de mostrar uma primeira recepção de sua literatura, indicando que houve, sim, respostas críticas desde sua primeira obra literária, e nem sempre negativas. Nos testemunhos de Dyonélio Machado, o escritor comenta a respeito de seu livro ter “embuchado”, referindo-se assim ao insucesso comercial, indicando um reconhecimento apenas de amigos (MACHADO, 1995, p. 21). Mas separando a questão do mercado da questão da recepção crítica, não se pode dizer que seu livro tenha sido ignorado, já que houve intelectuais que o reconheceram, conforme pode-se verificar atualmente.

Em geral, a interpretação historiográfica da época a respeito da recepção de *Os ratos* ou *O Louco do Cati* apresenta-se bem documentada. Sobre o primeiro, Grawunder afirma que

“Apesar do reconhecimento e premiação do livro no centro do país, a crítica da Província não soube o que dizer desse corpo estranho às narrativas regionalistas” (1997, p. 81). Isso pode sugerir que não houve críticas regionais positivas, tal como a de Érico Veríssimo, que publicou “A vida sem make-up” na edição de 15 de fevereiro de 1936 do jornal *Diário de Notícias*. O que a análise de Grawunder destaca é bastante indicativo, no entanto, da recepção de Moisés Vellinho, que encara o livro com certa contrariedade (VELLINHO, 1960, p. 65-78). O mesmo crítico, que na época era a grande referência na crítica regional, também desancará *O Louco do Cati*, o que indica essa dificuldade de aceitação provinciana.

Mas é preciso destacar que, se no Rio Grande do Sul esses primeiros romances de Dyonélio produziram certas respostas críticas negativas, em outras regiões o livro foi recebido com respostas positivas, tais como aquelas de Mário de Andrade e de Guimarães Rosa a respeito de *O Louco do Cati*, registradas por Grawunder (1997, p. 84-87). Essa segunda obra causa certo estranhamento, mas ainda que alguns críticos não soubessem como interpretá-la, a valorizaram: “Difícil, na verdade, explicar nessas poucas linhas, o romance de Dyonélio Machado. Somente lendo-o, pode-se compreendê-lo em toda a sua beleza – tão diferente de ‘Os Ratos’ e, mesmo assim, tão cheio da personalidade vigorosa do escritor” (LIVROS, 1942, p. 7).

Os casos de *Desolação* e de *Passos perdidos* merecem nossa atenção. Do primeiro, geralmente se sugere que “Opiniões sobre *Desolação* surgiram só na década de 70”, enquanto que em relação ao segundo, se indica que “Esse foi mais um livro ignorado pela crítica” (GRAWUNDER, 1997, p. 69 e p. 86). Há então uma espécie de consenso de que essa ausência de resposta crítica tenha sido um dos catalisadores do período que Maria Helena Albé define como fase de marginalização. A origem dessa interpretação parece surgir das próprias declarações de Dyonélio: dadas em entrevistas, elas refletem, de todo modo, sua percepção sobre os acontecimentos. Que ele não tenha conseguido editoras é um fato incontornável, mas quanto a não ter recebido críticas, devemos ser fiéis à história, indicando que talvez elas não tenham chegado à sua percepção. E tal interpretação se confirmaria dentro das ausências de documentação, já que as críticas que apontamos estavam indisponíveis às intérpretes no tempo de conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado.

É de se reconhecer que *Desolação* e *Passos perdidos* não foram publicadas pela Editora do Globo, e sim por uma editora carioca e outra paulista, o que sugere que não tenham sido aceitas pela grande editora de seu estado natal. A Globo, no entanto, fez uma segunda edição de *Os ratos* no mesmo período de publicação dessas obras, assim como de *Eletroencefalografia*,

o que relativiza a sugestão de boicote completo nesse momento. Quanto à resposta crítica a essas obras, é possível encontrar uma série de análises e críticas em jornais cariocas e paulistas.

Publicado *Desolação*, encontra-se por exemplo o comentário no periódico *Carioca*, edição de 18 de novembro de 1944 (MOVIMENTO, 1944, p. 9): “Dyonélio Machado é um valor que se afirma de maneira sólida, tem imaginação e escreve bem. O leitor se interessa pela história que conta e nessa há passagens dignas da pena dos melhores escritores”. É também esse livro que garantiu a comparação, por parte de Mário da Silva Brito, de Dyonélio a um relojoeiro suíço, elogiando-o por ser “um Paganini do detalhe” e “um catador de pulgas da literatura introspectiva”:

Se o relojoeiro suíço escrevesse (...) ele haveria de seguir exatamente o mesmo processo do intelectual gaúcho (...) Com *Desolação*, convenço-me de que o escritor gaúcho é incapaz de qualquer transigência com o chamado gosto comum. E vejo que Dyonélio Machado age tão somente em obediência às suas convicções artísticas, levado por um desejo de superar-se e, dessa forma, contribuir para um melhor padrão literário do romance brasileiro. (BRITO, 1944, p.7)

No *Correio Paulistano* de 7 de janeiro de 1945: “Dyonélio Machado tira todo partido do tema, produzindo um romance impressionante, que a crítica discutirá largamente” (SANT’ANA, 1945, p. 22). E ainda sobre *Desolação*, temos a resenha “Livros do dia”, na qual o autor é comparado a Virginia Woolf, Steinbeck e Faulkner, para em seguida ser elogiado desta maneira: “Dyonélio Machado, escrevendo ‘Desolação’, sem dúvida alguma o romance mais significativo do ano que acabou de morrer, reafirmaria o predomínio do conflito sobre a simples fixação do ambiente” (LIVROS, 1945, p. 3).

Já quando da publicação de *Passos perdidos*, temos no *Correio Paulistano* de 2 de fevereiro de 1947 a resenha “Romance Revolucionário”, de autoria do destacado historiador Nelson Werneck Sodré, que traz uma análise do livro junto a *Seara vermelha*, de Jorge Amado, o qual não teria as mesmas qualidades de trato no tema político que o crítico detecta na obra de Dyonélio.

Em momento algum do seu trabalho literário, dos mais meritórios e dos qualitativamente mais destacados que o Brasil conhece, a tendência para introspecção ficou esquecida (...). É interessante notar como tal característica, numa personalidade formada e inteiriça como a do sr. Dyonélio Machado, vem desmentir a apressada discriminação que deseja ver a ficção introspectiva no quadro burguês, enquanto põe a narração direta e objetiva no quadro revolucionário. (...) É este, sem dúvida, um livro excelente, a respeito de um revolucionário, num clima revolucionário. (SODRÉ, 1947, p.10)

Já na revista *Leitura* de janeiro de 1948, em “Velho problema da prostituição”, da autoria de J. Gonçalves Thomaz, lemos: “Este é o grande passo de Dyonélio Machado com seus

últimos livros, passos que já consolidaram a sua obra, colocando-a no lugar que deve mesmo estar, isto é, na vanguarda da moderna literatura brasileira” (THOMAZ, 1948, p. 15).

Esses são alguns dos exemplos de referências que saíram no momento em que foram editadas as obras, divulgadas e comentadas em veículos do eixo Rio-São Paulo. Por conseguinte, não estaremos sendo fiéis aos acontecimentos se continuarmos a manter a afirmação de que “A crítica parece ter sido totalmente omissa em relação a esses livros” (GRAWUNDER, 1997, p. 86), própria apenas ao conjunto de rastros disponíveis no período de conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado. Isso, no entanto, dá indicativos apenas quanto à posição de Dyonélio entre os intelectuais paulistas e cariocas da época, não alterando a situação relativa à crítica regional.

Esses indicativos revelam modos de reconhecimento de uma grandeza em que o autor era percebido, pelo menos até meados da década de 1940. Mesmo havendo um possível boicote editorial e incompreensão ou má vontade da crítica regional, devemos destacar que sua figura causava uma grande impressão e curiosidade no centro do país: “Durante a semana do Congresso, o gaúcho Dionélio Machado, que quase ninguém conhecia pessoalmente e que muita gente imaginava esquivo e solitário, dividiu os espinhosos trabalhos da presidência” (MARTINS, 1945, p.2). Não é demais lembrar que nesse período Dyonélio Machado ganhará o Prêmio Felipe D’Oliveira por *Desolação*, sendo festejado pela crítica, como se pode notar na entrevista dada ao jornal *A Manhã* de 15 de abril de 1945, onde o autor conversa com Lêdo Ivo sobre alguns aspectos de sua obra (IVO, 1945, p.15). Assim, podemos dizer, o autor era bem avaliado em seus projetos literários no eixo Rio-São Paulo, o que não era pouca coisa. Houve, no entanto, a cassação de seu mandato de deputado estadual em 1947, o que sem dúvida agravou sua própria percepção sobre o insucesso de seus projetos pessoais.

Surtem os anos de produção de *Deuses econômicos*, durante os quais se dedica a estudar grandes textos da Antiguidade, e a produzir os primeiros livros de sua *Trilogia Romana*. Deve-se aqui destacar que os dez anos em que se dedica à produção dessa obra são uma escolha própria. Não temos rastros ou indícios de que Dyonélio possuía outro romance inédito para oferecer às editoras, e nesse sentido não se pode necessariamente dizer, até por volta de 1955 (ou seja, quase uma década depois da publicação de seu último romance), que tenha havido algum boicote. Isso se dará somente quando o romance for concluído, sendo rejeitado pela Livraria do Globo (e possivelmente outras editoras).

Mas mesmo nesse período, que inicia sua fase de marginalização, temos três indicativos de que não foi totalmente esquecido. Quando da conclusão da obra, temos uma entrevista no *Diário de Notícias* de 6 de março de 1955, na qual Dyonélio Machado apresenta publicamente seu projeto. O primeiro volume da Trilogia já se encontra assim quase pronto, sendo descrito como “magistral” por Lycurgo Cardoso, que o apresenta como professor especialista no assunto, descrevendo-o como “helenista”, termo bastante apropriado, no entanto raramente usado pela crítica para o descrever (CARDOSO, 1955, p.1).

O tom altamente elogioso dessa entrevista indica que o novo projeto literário do autor foi acolhido por alguns críticos. Seu livro seria anunciado como já estando pronto na coluna Presença da Província, do jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de 17-18 de março de 1956 (PRESENÇA, 1956, p. 1-14). Temos Dyonélio sendo procurado (mas não encontrado) pelo repórter Gasparino Damata, que visita o Estado em busca de grandes escritores da região, na reportagem “Uma viagem curiosa”, da edição de 1956 da *Revista da Semana* (DAMATA, 1956, p.28-29). E na edição de 20 de setembro de 1959 do jornal *Última Hora*, Dyonélio é procurado para um depoimento sobre a pena de morte, no qual ele declara: “Ela não deveria existir – disse. E por uma velha razão: o erro judiciário é cabível em todos os casos, o que impede, em relação à pena capital, a sua correção. É frequente mesmo, vemos processos de reabilitação de inocentes condenados” (SORO, 1959, p.9).

No entanto, não se pode negar que seu novo trabalho literário não foi aceito pelas editoras, o que levaria aos anos de reclusão de Dyonélio enquanto persona pública. A história do insucesso é contada então pela falha de legitimação na relação com a instituição literária. O que tal ênfase no fracasso não destaca é que será nesse mesmo período que se dará sua mais destacada atuação no Hospital São Pedro. Então aqui devemos dar um outro passo na questão da memória pública. O modo como se descreve sua trajetória de insucesso só contempla uma parcela de suas iniciativas, à qual devemos somar os sucessos de sua atuação profissional enquanto médico.

Ainda que estivesse talvez “morto” para a “instituição literária”, um resgate documentado junto ao Hospital poderia revelar sua vigorosa atuação pública como médico e administrador justamente neste mesmo período, quando por vezes se reunia com o governador do Estado, indo inclusive ao Rio de Janeiro para solicitar verbas federais para ampliação e reforma de uma das maiores instituições de saúde pública da região (CONVÊNIO, 1958, p. 14).

Pode-se dizer então que sua faceta pública esteve apagada apenas no que diz respeito ao seu reconhecimento como escritor, para a “Instituição Literária”, mas não enquanto sujeito social reconhecido em sua grandeza, já que atuava nesse período como diretor do maior hospital da região sul do país, sendo representante do governador junto ao Ministério da Saúde Federal. Sua iniciativa se voltava apenas para outro campo.

Esse sucesso vale para toda a sua trajetória enquanto profissional da saúde. Quando de sua prisão em 1935, houve um acontecimento interessante que já comentamos, que é a campanha do Sindicato Médico por sua libertação. No entanto, o que se registra na historiografia é uma interpretação provavelmente fundamentada em uma sugestão documental que nega que essa campanha tenha ocorrido. Trata-se de uma notícia do *Correio do Povo* de 19 julho de 1935, citada por Grawunder: “Nos comunicamos imediatamente, pelo telefone, com um membro da entidade sindical da classe médica rio-grandense que nos informou ser de todo infundada a notícia de que o Sindicato médico pretendia se reunir para tratar da prisão de seu associado Dr. Dyonélio.” (GRAWUNDER, 1997, p. 60). Na falta de documentação contrária, tal registro se refletiu na historiografia: “Lembramos muito bem que o Sindicato Médico, por razões um tanto injustificáveis, não movera uma peninha em favor do associado Dyonélio Tubino Machado, quando a polícia gaúcha, cumprindo ordens superiores, o trancafiara no xilindró” (TILL, 1995, p. 141).

Devemos destacar que é possível encontrar muitos rastros de como essa campanha ganhava espaço em jornais, conforme apresentamos na seção 3.1. Para a concepção do sucesso profissional de Dyonélio, Rodrigues Till destacará a calorosa celebração de seus colegas da comunidade médica diante de sua anistia e reintegração ao cargo junto ao Hospital São Pedro (TILL, 1995, p. 139-143). Temos, com isso, alguns pontos para indicar o reconhecimento que recebia em sua atuação profissional como médico, de maneira a reconfigurar a interpretação historiográfica a esse respeito.

Voltando à questão literária, temos já no início da década de 1960 muitos exemplos de como não estava esquecido pela memória coletiva na fase de marginalização. Quatro anos antes do importante resgate de Carlos Appel (1965), o autor já era lembrado como injustiçado, e como uma grande referência no que diz respeito à mistura entre realismo e interioridade: “No Brasil, lembramos, a respeito, o nome injustamente esquecido de Dyonélio Machado” (CARPEAUX, 1960, p. 11).

Ainda em 1960, ele será lembrado por Marcos Rey, em uma classificação brincalhona que sugere autores como lutadores de boxe, sendo ele um peso meio-médio (SILVA, 1960, p. 11). No ano seguinte, é publicada a opinião de Guimarães Rosa a respeito de *O Louco do Cati*, tornando-se assim público o alto valor atribuído pelo escritor mineiro ao livro (MEIRA, 1961, p. 2). Em 1963, *O Louco do Cati* é lembrado em anedota que o compara às campanhas revolucionárias de Leonel Brizola (SOARES, 1963, p. 2). Em 1964, Otto Maria Carpeaux aponta que a obra de Dyonélio é de muito proveito para a investigação sociológica por via da literatura (CARPEAUX, 1964, p. 3). E enfim, por ocasião da primeira edição de *Deuses econômicos*, já há bastante rumor contra seu esquecimento, como em “Literatura e coragem de escrever e editar”, onde temos o testemunho de Cyro Martins (JACQUES, 1966, p.5). E ainda, na coluna “Humilhados e luminosos”, de Antônio Carlos Villaça, onde Dyonélio é lembrado junto a um grande conjunto de outros escritores esquecidos injustamente (VILLAÇA, 1969, p. 4). Tem-se então a primeira edição de *Deuses econômicos*, que não agrada a Dyonélio, levando-o como que a renegá-la e recolher os livros. Passam-se assim mais dez anos até sua reedição.

Chegamos então ao centro da questão, no depoimento trazido por Wilson Martins, quando da “redescoberta” de Dyonélio. Para o crítico, o escritor sempre teria sido lembrado como referência, tanto por escritores e intelectuais quanto por seu público leitor.

Redescobri-lo, apresenta-lo como escritor desconhecido, corresponde a ignorar a história literária recente, pois, se houve romancista largamente louvado e até supervalorizado no esplendor do realismo socialista foi certamente ele. Na década de 70, os seus livros só parecem atuais e oportunos porque se enquadravam, para surpresa dos que, de fato, jamais tinham ouvido falar nele, na corrente de restauração do romance político e ideológico (MARTINS, 1980, p. 11).

O crítico dirá ainda, em “Questão de embocadura”, que nas décadas de 1930-1940 Dyonélio foi imensamente celebrado como romancista de esquerda: “Dyonélio tem o seu lugar na história do nosso romance, o que não quer dizer que a história do romance esteja errada por não lhe atribuir, na década de 70-80, o mesmo destaque com que o distinguia meio século antes” (MARTINS, 1981, p. 11).

Isso parece responder por uma grandeza, na qual a literatura do autor possui certo reconhecimento na memória coletiva, o que não altera o fato de que essa valorização talvez não chegasse à sua percepção individual (aquela que produziu sua própria interpretação dos fatos ao final da vida), nem pudesse influenciar o cenário editorial a seu favor, antes da redescoberta. Com isso não queremos negar o valor da renovação das discussões públicas a seu respeito na década de 1970, já que ela levará a reedições e publicação de inéditos seus ainda em vida. E

isso que ocorreu como uma “redescoberta” foi, por sua vez, absorvido e se refletiu em sua própria produção literária final, nominalmente em *Fada*. Assim, é inegável o valor da interpretação historiográfica indicada inicialmente por Maria Helena Albé e em seguida desenvolvida por Maria Zenilda Grawunder a esse respeito.

Podemos voltar então à pergunta fundamental que guia nossa investigação: “Quem veio a ser Dyonélio Machado?”. Distinguindo entre as esferas da memória individual, da memória coletiva e das possíveis interpretações historiográficas a seu respeito, podemos respeitar cada um dos campos de elaboração de sentido. Pode-se indicar então a percepção de Dyonélio Machado sobre sua crítica, aquilo que ele percebeu como silêncio e incompreensão, suas dificuldades editoriais, sem deixar de valorizar também o imaginário positivo vindo da memória coletiva a seu respeito.

Essa recuperação vinda da pesquisa documental nada mais seria do que uma maior objetivação dos acontecimentos, que permite uma percepção mais ampla sobre sua história. Podemos respeitar o testemunho vindo de sua memória individual, sem contudo tratá-lo como única fonte de interpretação sobre ela, já que percebemos testemunhos na memória coletiva que reconheciam sua grandeza nas mais diversas áreas. São numerosos relatos e indicativos, vindos de um número muito grande de jornalistas, escritores, cidadãos, que o citam como referência intelectual.

O que nos leva à questão da historiografia. Por fidelidade aos fatos, devemos incluir a percepção dos críticos e editores antagônicos a Dyonélio Machado, que acabaram tendo parte em seu esquecimento. Mas a partir do material que elencamos, podemos questionar: será que ao seguir enfatizando seus insucessos e dando privilégio à crítica que lhe foi contrária (reproduzindo análises biografistas), não estaríamos ainda dando continuidade a essas faltas? Não deveríamos agora abrir espaço e dar igualdade de voz para aqueles que nunca deixaram de valorizar o autor, num gesto historiográfico que nada mais é do que também ser fiel às evidências?

Nessa questão, reconhecemos que na memória coletiva se encontram grupos e comunidades que habitam um espaço e tempo determinados, e que em seu tempo talvez nem mesmo se comunicassem entre si, ou chegassem ao conhecimento de Dyonélio. Além disso, a interpretação historiográfica de seu esquecimento possui certa legitimação, já que por via da campanha coletiva que promoveu sua redescoberta, desenvolveu-se um “metadiscorso que fornece o reconhecimento” (ALBÉ, 1983, p. 90). Metadiscorso do esquecimento que foi

apropriado pelo escritor em sua literatura desse período, quando cria uma espécie de *alter ego* de “escritor maldito” em *Fada*.

Mas podemos situar historicamente o contexto de desenvolvimento dessa interpretação historiográfica, e pensar sua relevância na conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado, já que os depoimentos que encontramos são dados em sua maioria no contexto específico da redescoberta. A partir de novas evidências – rastros que agora se encontram disponíveis na Biblioteca Nacional – acreditamos ser possível pensar algo como uma nova interpretação historiográfica, situando as análises anteriores dentro de seu próprio contexto histórico.

Podemos dessa forma pensar o desenvolvimento de uma virada interpretativa que reelabora os materiais da memória individual, coletiva e historiográfica. Tanto a percepção do esquecimento, surgida entre as décadas de 1950 e 1970, quanto a interpretação historiográfica, das décadas de 1980 e 1990, situam-se em contextos que fornecem horizontes de expectativas próprios. Na busca por maior objetivação das respostas possíveis à pergunta “Quem veio a ser Dyonélio Machado?”, passamos à indicação de outros rastros, alguns conhecidos mas ainda insuficientemente interpretados, outros só redescobertos agora. Esses rastros sugerem um aspecto do caráter de Dyonélio Machado em outras décadas que não aquela da redescoberta, mas que deixaram de ser associados à sua figura pública.

Começamos com duas curiosidades, incluídas na revista *A Máscara*, há bem um século atrás. Nela, Dyonélio escreveu crônicas onde “fazia blague” sob o pseudônimo de Bjovulf: “Mas, você quer saber? Eu, também, por meu lado, me ajeitei à vida corrente, e vi também, como você, que as mulheres são os fantasmas do bem e que é uma dádiva sem igual viver-se, como agora vivo, uma vida burguesa, metódica e resignada” (MACHADO, 1919a, p. 14). A essa declaração de amor à vida burguesa, oponhamos outra, escrita quinze anos antes de seu ingresso no Partido Comunista do Brasil: “O bolshevismo é um perigo e talvez um bem. – E quem sabe se eu, que estou aqui a tecer-lhe impropérios também, não comungo no fundo com essas mesmas ideias que ele prega e não sou, malgrado a minha bazófia, um puro e inofensivo bolshevikis!” (MACHADO, 1919b, p. 11).

Ambas as citações sugerem um jovem Dyonélio ainda em vias de constituição, mas já cheio de ironia. No contraste entre ambas as imagens, temos uma primeira indicação desses dados esquecidos na trajetória do autor, que curiosamente se considerava um pouco burguês em certa fase, e que em simultâneo já tinha um interesse pelo comunismo, lá no ano de 1919.

Desenvolveremos essa sua autopercepção de aburguesamento na seção sobre “tempo do Cuidado”, indicando aquilo que é uma preocupação do escritor com sua privacidade.

A questão do “bolshevismo” brincalhão de 1919 nos leva a outro ponto. Avançando um pouco no tempo, encontramos registro de uma certa reputação de Dyonélio, da qual ele parecia em parte se comprazer²⁷. Vejamos esse poema de Augusto Carvalho, na edição de 12 de setembro de 1925 do jornal *A Federação* (CARVALHO, 1925, p. 3):

BANDIDO

Para Dyonélio Machado

Esculptrada em bronze a atlética figura-
O olhar baixo e feroz, a frente fugidia,
O mento poderoso, a boca larga e escura-
O instinto sanguinário em tudo denuncia...

Personagem atroz de uma tragédia obscura,
A legenda aumentou-lhe a fama e a valentia...
Insensível ao pranto, à alheia desventura,
Na degola encontrou a suprema alegria...

Virtuose do crime, artista negro e horrendo,
Com requintes brutais na prática selvagem,
Marcou-lhe cada passo uma cabeça exangue...

Na história há-de ficar num símbolo tremendo:
Faca em punho, triunfal, em meio a carnagem,
Ébrio de tanto sangue, a reclamar mais sangue...

Em contraste com a imagem de vítima de boicotes, traumatizado pelas prisões, temos essa curiosa faceta de Dyonélio, que parece indicar aqui o tema de pesquisa de sua especialização acadêmica, o crime. É desse estranho resíduo de sua identidade que as interpretações a seu respeito, que se reproduziram nas historiografias anteriores, ainda não deram conta. No entanto, em certos rastros da memória coletiva encontramos essa faceta, que surge precisamente como um contraste entre polaridades, na descrição que faz Érico Veríssimo:

Achava-o uma personalidade excepcional, rica de matizes e contrastes. Se você me permite uma simplificação quase maniqueísta, eu diria que os traços mais marcantes do seu caráter apareciam-lhe no rosto. Se a boca, agressiva e áspera, era de ogro, os olhos, dum puro azul cobalto, eram de anjo. O comportamento de Dyonélio parecia oscilar entre esses dois poderosos polos magnéticos. (VERÍSSIMO in: MACHADO, 2017, p. 276).

²⁷ “Sádico? Ora, quem iria esperar de mim, um pobre homem, uma coisa – o sadismo – que eu, como profissional, tenho e proclamo como uma qualidade positiva, confundindo-se soberbamente com Personalidade?” (MACHADO, 1995, p. 90). Ver também foto 1 do Anexo.

De Souza Júnior, situando-o entre os maiores escritores do Estado, define jocosamente Dyonélio como uma “palmatória carrancuda a fazer carícias” (CONFRATERNIZAÇÃO, 1926, p. 1).

Começaremos nossa interpretação definindo essa imagem ambígua, que permite multiplicar sentidos para além das interpretações convencionais, essa figura do “ironista” que se autocria, numa luta que se trava na temporalidade incompreensível mesmo para seus íntimos, já que ocorre na experiência do tempo mais pessoal. A definição de Richard Rorty (1994) fala desses indivíduos que se dedicam a apreciar suas contingências históricas e existenciárias, e reescrevê-las à luz de suas autodeterminações. É um processo que se realiza na desconstrução dos jogos de linguagem dos “pais espirituais”, de maneira a se contar a própria história por via de uma linguagem nova que reconfigure e potencialize horizontes possíveis. Nesse caminho, o ironista não busca uma verdade pessoal do autoconhecimento, mas uma verdade prática do “vir a ser quem se é”, que se realiza na *autocriação privada*.

Richard Rorty reinterpreta a filosofia dionisíaca de Friedrich Nietzsche (algo, como veremos, que encontra um estranho eco na faceta “dionisíaca” de Dyonélio Machado), assim como o processo de conquista de autenticidade por parte do *Dasein* heideggeriano, que busca em seus “pais espiritual” um modelo sobre o qual desconstruir para produzir sua própria versão autêntica, em um “projeto existencial” de “autocriação irônica”, que permite o ironista ser mais livre no porvir. Definições que Richard Rorty aplicará para pensar o trabalho de criação literária de Marcel Proust ou Vladimir Nabokov, reconhecidos por ele como ironistas dedicados à criação de uma imortalidade poética que supere ironicamente o conjunto de determinações pessoais e históricas.

Trata-se de uma síntese que combina com a proposta de Paul Ricoeur, já que ela permite pensar essa referência da temporalidade do cuidado como uma elaboração do ironista, com vistas a um porvir mais livre e potente. É um processo que ocorre na esfera privada, num tempo distante da cotidianidade, e que, no caso de Dyonélio Machado, nos permite pensar a fundamentação existencial de uma posteridade ainda por se desenvolver.

Veremos que essa interpretação surge do reconhecimento da intimidade que nosso autor adquiriu com um grande grupo de filósofos e historiadores da Antiguidade, e grandes referências da modernidade, como Auguste Comte ou Sigmund Freud, além de sua predileção por escritores de linhagem irônica, como Machado de Assis e seu Brás Cubas. É algo que

poderia ter mesmo herdado de família, no “ensinamento da posteridade” legado por grupos positivistas.

A concepção de autocriação auxilia, no entanto, a responder a pergunta “quem veio a ser Dyonélio Machado?” sem recurso a algo externo, ou a uma “essência” definidora da identidade de um agente. O ironista vê o “autoconhecimento como autocriação” (RORTY, 2007, p.64), o que implica que ele nunca é, mas sempre vem a ser por via de seu “projeto existencial” – algo que nos ajuda a pensar um porvir ainda hoje aberto a múltiplas possibilidades.

Partiremos inicialmente do reconhecimento da ironia em entrevistas e em sua obra na seção 4.1, onde mostraremos alguns dos paradoxos literários que subsidiam essa análise. Passaremos, na seção 4.2, ao referente de sua privacidade e de sua temporalidade existencial²⁸, num trajeto que visa identificar como se desenvolveu aquilo que hoje reconhecemos como ironia autenticamente *dyoneliana*. É sobre essa base que pensaremos a representação de Dyonélio Machado como escritor irônico, no capítulo 6.

4.1 Aspectos da ironia em Dyonélio Machado

De maneira a fundamentar nossa análise da ironia não em uma “intenção do autor”, mas em referentes de sua linguagem, tomaremos a abordagem pragmática de Linda Hutcheon, em seu *Teoria e Política da Ironia* (2000). Dessa forma, poderemos evidenciar a ironia de Dyonélio Machado, recuperando aspectos de sua enunciação, reconhecendo aspectos paradoxais de seus ensaios, e relendo algumas de suas principais obras. Por essa via encontraremos algumas das ironias de Dyonélio Machado.

Linda Hutcheon concebe a ironia como uma estratégia discursiva, que pode ser compreendida como irônica ou não. Nessa concepção, aquilo que pode ser interpretado como enunciado irônico não depende de uma suposta intencionalidade, mas do ato de decodificação na recepção. O intérprete que reconhece a ironia encontra certos códigos e enquadramentos que estimulam uma interpretação sobre o sentido da ironia. Hutcheon se questiona: “Por que alguém iria usar essa estranha forma de discurso onde você diz algo que você, na verdade, não quer dizer e espera que as pessoas entendam não só o que você quer dizer de verdade, como também sua atitude em relação a isso?” (HUTCHEON, 2000, p. 16).

²⁸ Lembramos que adotamos o termo “existencial” para referência ao *existenziell* de Martin Heidegger, expressando com isso aquilo que é “existencialmente próprio” de Dyonélio Machado.

Sua abordagem evita uma “história da ironia” que exija remeter à tradição de dezenas de ironistas apenas para interpretar algo tão cotidiano quanto um chiste, ao mesmo tempo que busca indicar as possibilidades de sucesso ou falha no reconhecimento da enunciação irônica. Ao adotar uma perspectiva pragmática, a autora sugere que essa recepção precisa de códigos compartilhados entre uma “comunidade discursiva” em que participam ambas as partes. Tal operação, quando bem sucedida, identifica certos marcadores irônicos, que permitem então estruturar e atribuir sentidos. Isso é importante, pois a ironia é por vezes interpretada como que criando uma espécie de “comunhão secreta” entre aquele que produz e aquele que reconhece, ou sugerindo por vezes uma espécie de “terceiro ingênuo” que “não pega” a ironia (HUTCHEON, 2000, p. 138-139).

Linda Hutcheon irá definir a semântica da ironia através de três características. Ela é relacional (porque precisa estabelecer relações tanto entre dito e não-dito, como entre ironista e intérprete cúmplice), inclusiva (porque soma significados opostos em uma ambiguidade), e diferencial (pois seu enunciado tem de ser expresso através da ironia, perdendo sentido ao ser parafraseado) (HUTCHEON, 2000, p. 91-93). Uma característica particular da ironia, que a diferencia de outros *tropos* retóricos (como a alegoria, por exemplo), é aquilo que a autora chamará de sua aresta emocional. A “lâmina irônica” produz uma resposta emocional que causa um efeito que pode ir da gargalhada às lágrimas. Ela desenhará um “espectro afetivo” que vai do mínimo ao máximo envolvimento emocional (HUTCHEON, 2000, p. 33), pela qual pensa as diversas inferências possíveis do sentido da ironia.

Podemos reconhecer que o autor tenha tido intenção irônica, mas essa “intenção” é elaborada no momento de recepção, no ato de inferência, e legitimada pelos marcadores presentes no material interpretado. E é a partir deles que o intérprete pode reconhecer diversos tipos de intencionalidades irônicas. O quadro de intenções possíveis estabelecido pela autora é: ironia reforçadora (que dá ênfase a algum conteúdo da conversação), ironia complicadora (que visa a complexificar ou tornar ambíguo certo enunciado), ironia lúdica (visa lhe dar humor ou espirituosidade), ironia distanciadora (com o objetivo de se descomprometer ou ressaltar outras perspectivas), ironia autoprotetora (que se autodeprecia ou age na defensiva), ironia provisória (que visa a dissimular ou emular algo), ironia de oposição (interpretada como crítica, transgressiva ou então ofensiva), e ironia assaltante (que ridiculariza e corrói através da sátira) (HUTCHEON, 2000, p. 76-86).

Na concepção que iremos apresentar, a ironia dyoneliana seria como uma multiplicadora de significações, que por via de suas ambiguidades e intertextualidades, produz um excesso não assimilado pelo leitor. Linda Hutcheon indicará essa percepção ambígua que a ironia produz chamando-a de “terceiro composto”: “Duas notas tocadas juntas produzem uma terceira nota que é, ao mesmo tempo, ambas e nenhuma delas” (McCracken apud HUTCHEON, 2000, p. 93).

Busquemos então esboçar algumas das principais referências que parecem atuar na ironia dyoneliana, de maneira a facilitar o reconhecimento desses enquadramentos em uma futura recepção de sua obra, e mesmo para análises de seus testemunhos. Em Dyonélio Machado, a ironia será um elemento que garante uma abertura de sentidos para além de suas contingências históricas, permitindo enfim questionar a analogia entre vida e obra. Pois ainda que tenhamos um autor que é irônico em seus depoimentos e que produz uma obra com características também irônicas, se quiséssemos interpretá-lo conforme o modelo biografista, teríamos de pensar que suas personagens já não são mais vítimas, mas talvez criminosos. Teria Dyonélio Machado assassinado ou estuprado alguém, como na interpretação irônica que proporemos de *O Louco do Cati*? Seria alguém sem posicionamento político definido, como Nazizeno? Tais perguntas mostram o absurdo de relacionar vida e obra a partir de sua ironia, projeção que seria mesmo desrespeitosa e sem qualquer evidência possível.

Podemos iniciar nosso trajeto de reconhecimento da ironia dyoneliana através de suas entrevistas, nas quais recebemos a sugestão de sua ironia a partir de sua própria voz. Na mais antiga de que temos registro, datada de 1935, quando se encontrava preso, Carlos Reverbel lhe pergunta, alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial: “Qual a sua opinião sobre Hitler e Mussolini”? A resposta de Dyonélio, frente a figuras tão obviamente odiosas, tergiversa de um jeito curioso: “Seria preciso fazer uma digressão rural e agrícola para dar a solução exata. E parece que não há espaço. Mas eu penso que todos sabem que onde dá arroz dá também uma erva vagabunda” (REVERBEL, 1935, p 1.).

Passando para a próxima entrevista disponível, temos outro exemplo, quando Dyonélio inicia a conversa fazendo dessa vez uma digressão sobre as origens da entrevista literária, na época do Império Romano. Após esse estranho diálogo, no texto publicado na *Revista do Globo*, Justino Martins comenta que observa na parede do consultório duas caricaturas de Dyonélio assinadas por Epstein, e declara: “Por momentos, diante das caricaturas, tive a impressão de que o observado não era ele, mas eu. Pareceu-me que cada frase, que cada atitude minha era

arrancada por ele, que talvez estivesse a estudar-me, utilizando sua grande experiência de psicólogo.” (MARTINS, 1940, p. 45). E é depois de ter causado essa sensação que nosso autor comenta estar para escrever um romance sobre um “cirurgião sádico”, quando então “o assunto é desviado para psicanálise”. Ficamos assim sem saber se esse pronunciamento sobre um projeto literário, dois anos antes *O Louco do Cati*, foi uma hipótese inicial da obra. Ou se tudo isso foi apenas um chiste momentâneo de Dyonélio, sugerindo o constrangimento que produzia no repórter, o qual ele “dissecava” com seu olhar.

Já nos anos 1950, um entrevistador lhe pergunta “O que, a seu ver, mais faltava ao mundo intelectual.” E comenta: “A sua resposta foi um tiro. - Papel barato. Tivemos que rir...” (MONSERRAT FILHO, 1980, p. 6). Ainda que a declaração de Dyonélio se justifique frente à questão da dificuldade econômica do mundo editorial, não se pode medir quanto de sua declaração foi séria, e quanto tinha de humorística. Ou seja, qual a intenção de sua ironia?

Um grande problema do modo de veiculação fragmentário de suas entrevistas, através de citações recortadas, é que perdemos o quadro em que se movimenta seu humor, algo tão característico da fala dyoneliana. Tais movimentos humorísticos ficam cortados pela seleção, ou então ficam ocultos quando os diálogos são narrados da perspectiva do repórter ou de algum intérprete, pois o modo de expressão de Dyonélio é dificilmente parafraseável, se construindo muitas vezes com palavras sugestivas de muitas significações.

Outra declaração curiosa sua estabelece a seguinte relação entre medicina e sadismo: “Todo o médico, pelo seu sadismo, poderia ser considerado como um criminoso. É claro que digo isto em tom de ‘blague’. Não cabe, pois nenhuma contradita, quando se está na esfera do simples humor, tanto mais que sou médico também. Aliás, Lombroso (que era médico e psiquiatra) preconizara como sucedâneo do assassinio a cirurgia...” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 56). Teríamos aqui um sadismo dyoneliano?

Os exemplos se multiplicam. Questionado por Guilhermino César, se se sentia “perfeitamente realizado no conjunto” de sua obra, ou se haveria um livro, em particular, onde teria encontrado essa realização, Dyonélio responde: “Isso se aplica muito bem à coruja e seus filhos. A coruja está realizada: atingiu seu ideal. Concorreu muito sua ingenuidade e falta de convívio com outras mães. Embevecida com sua criação, pouco se lhe dá o juízo alheio. Nessa matéria, ninguém mais realizada do que ela” (CÉSAR, 1980, p. 17).

Edla Van Steen resume bem essa questão quando afirma: “Irônico, principalmente em relação a si mesmo, não parece guardar rancor de ninguém. Para tudo tem sempre, na ponta da

língua, uma pilhéria” (RIBEIRO, 1979, p. 7). Esse diagnóstico é especialmente importante, pois elimina a sugestão de que sua ironia poderia ser um resquício de amargura, como uma espécie de mecanismo de defesa diante de seus dramas pessoais e “vingança tardia”, o que não seria o caso, pois como veremos, as ironias já se encontravam em suas primeiras crônicas. Não fosse os paradoxos que veremos a seguir, essas ironias poderiam ser tomadas apenas como “chistes humorísticos”, dada sua condição de psicanalista conhecedor da obra freudiana.

Após esse primeiro indicativo da ironia nas entrevistas de Dyonélio, que sugere um caminho interpretativo, podemos agora passar à sua obra, de maneira a elaborar nossos enquadramentos. Foquemos, por enquanto, nos prefácios de seus livros:

Bilhete à minha geração

Pequena, raros os que gostam de sua geração. Mais raros ainda os que, havendo nascido no grande século das grandes riquezas e das grandes misérias, não gostem de ti, malgrado tua impressão. Eu também te amo. E como prova desse sentimento elevado e generoso, desejaria dedicar-te esse livro. Mas compreendes, camarada que és, eu tenho, como tu, poderosos compromissos com Sr. Pickwick e o conselheiro Acácio. É a eles, pois, que eu o dedico (MACHADO, 1995, p. 147).

É abrindo seu primeiro romance, *O estadista*, escrito em 1926, que encontramos essa curiosa dedicatória, na qual Dyonélio Machado toma sua geração como uma moça querida. Essa “pequena” é, no entanto, substituída em sua predileção por dois personagens de ficção, de autores marcadamente irônicos, Charles Dickens e Eça de Queirós. Na obra, encontraremos por vezes um tom satírico, que nos fornecerá matéria para alguns dos paradoxos dyonelianos.

No prefácio de *Deuses econômicos* temos novamente um indício curioso, que pode passar despercebido em uma leitura rápida. Fala-se de um “caso”, no qual um indesejável cumpriu uma verdadeira pena de reclusão. O modo como se afirma a próxima sentença parece ser sugestivo de interpretação: “Qual o crime? A medicina, em particular a medicina mental tem um nome para esse extravio original, causa primária de todo o drama. Mas de que vale um nome?” (MACHADO, 1976, p. 9). Dyonélio Machado faz a pergunta retórica *qual o crime?* e menciona a seguir a medicina, interpondo uma vírgula antes de continuar a frase. Não chega a mencionar o nome do crime, mas uma interpretação que demarque o ritmo de leitura da pontuação da frase parece sugerir que o crime tenha sido a própria medicina. Como vimos, em uma entrevista, Dyonélio já tinha feito essa correlação. Portanto, o criminoso hipotético foi proscrito apenas pelo crime de buscar a saúde, sua e dos outros. Mas tudo isso é dito de um modo curioso, que pode passar despercebido, justamente por que guarda um pouco de não-dito.

Temos em *Endiabrados* outro prefácio curioso, com esse tom dos outros livros, que parece ser uma espécie de prelúdio poético para sua obra. O autor “ergue o seu grupo, leva-o ao cenário, onde espera a sorte inglória dos fantoches” (MACHADO, 1980, p. 5). Já em *Nuanças* o autor também adota essa modulação:

Mulher inquisitiva que me lê: Tu querias uma novela romântica; nada mais justo. Mal sabias onde eu iria encontrar esse romantismo. Calculo tua surpresa quando, ao abrir este livro, só se te deparam coisas a abominar. Mas é a realidade. Como tantas outras mulheres iguais a ti, tiveste o privilégio, que não foi dado à maioria de infelizes do meu livro, de nascer e viver em ambientes puros, sabendo - sabendo, sim - mas imperfeitamente, da existência do mundo de Carmosina, Sia-China, Dona Miloca (MACHADO, 1981, p.1).

Destaque-se que o leitor é novamente tomado como uma mulher, que estaria se aproximando da obra como que à procura de ilusões ou romantismo, vindo no entanto a encontrar contrariedades. Já tomados pela sugestão de uma ironia dyoneliana, vamos ganhando a impressão que haveria nessas apresentações algo como uma piscadela, algo para além de uma simples dedicatória, e que apenas com alguma atenção reconhecemos.

Com esses indicativos, podemos agora nos voltar para o arquivo do autor, de maneira a tentar rastrear a história dessa ironia. O primeiro registro que encontramos é um dos recortes mais antigos da produção jornalística de Dyonélio Machado, uma crônica sua publicada em 30 de junho de 1915, no jornal *Gazeta Alegretense*, na coluna intitulada “Zum-zum da Capital”. Nessa crônica, escrita nos anos da Primeira Guerra Mundial, nosso autor é inspirado pelo início da temporada esportiva daquele ano, numa época em que o futebol apenas começava a se instalar no Brasil. Senta-se para pensar sobre suas predileções esportivas, mas já antes de fazer seu pronunciamento a respeito, afirma resolver por afastar-se do ato narrativo, tentando pensar menos nas vitórias e derrotas passageiras do que naquilo que realmente seria inolvidável naquele período da história.

No texto, aquilo que mais lhe vale o “gasto de tinta” do ato da escrita é a aderência das mulheres ao “sport”: “Iniciado pelo sexo feio, encontra agora eco em pleno Mundo Feminino. Secundaram-nos na ação as nossas Patrícias, dando-lhe vida e encanto, prodigalizando-lhe a sua graça, o seu amor, tornando-o apeteçido e invejável.” (MACHADO, 1915, p. S/n). O jovem Dyonélio Machado, em sua breve incursão no mundo da crônica esportiva, ironiza de alguma maneira aqueles que fazem crônicas exageradamente interessadas no esporte do “sexo feio”, como se dissesse: se querem saber, são essas atletas que verdadeiramente me prendem a atenção!

Temos, já em seu primeiro texto literário de que temos notícia, uma defesa da ironia. Logo de início, como se estivesse apresentando sua perspectiva estilística, a partir da qual tentará contribuir à sua maneira para a crônica esportiva, o autor comenta: “Tão vasto, tão profusamente espalhado na totalidade dos nossos centros – quanto não nos fornecerá de seiva com que nutramos o ventre, até então vazio, destas tiras, que nos lançam, da sua imobilidade mordente, um riso causticante de ironia” (MACHADO, 1915, p. S/n).

Essa seria uma das primeiras crônicas que o escritor redigiu para esse jornal, no período em que veio para Porto Alegre com o objetivo de preparar-se para o curso de medicina.

Já em 1913 ou 1914, em colaboração com Celestino Prunes, eu, daqui de Porto Alegre, mandava as minhas primeiras crônicas para a “Gazeta de Alegrete”, o mais velho órgão da imprensa rio-grandense. Tinha menos de 20 anos. Foi esse, realmente, o período mais intensamente “literário” que já vivi. Éramos um grupo, a perambular errante pela Praça da Harmonia. (MONSERRAT FILHO, 1980, p.6).

Temos então, nesse período, uma das raízes da ironia em Dyonélio, naquela que ficou conhecida como “República do Império”. Como rememora o autor, poucos anos depois:

(...) esses rapazes reuniam-se no meu “quarto”, uma peça pobre de estudante, o tabernáculo da mais sã, da mais efusiva, da mais fluente *verve* que jamais se produziu em Porto Alegre. A nossa fantasia brilhava mais que um archote. Tínhamo-la a toda hora, para todos os gostos, para todas as ocasiões. Praticávamos o trocadilho, a sátira, *fazíamos blague*, coisa nova que inventávamos para o nosso uso e que consistia numa estranha mistura de trocadilhos, anedotas, versos alexandrinos, cafezinhos e caricaturas. Líamos muito e cultuávamos o banho diário e o asseio das unhas. (MACHADO, 1919, p. 13).

É indubitável que esse dialeto especial, a *blague*, elaborado na primeira “vida literária” de Dyonélio Machado, deixou marcas no estilo do escritor, que nos anos finais da sua vida “fazia blague das coisas da velhice” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 139). Já nesse período, o jovem escritor suspeitava de que há algo de muito idiossincrático naquilo que alguém define como seu “ideal”, algo que seria desenvolvido depois com suas leituras de Sigmund Freud. Uma característica que encontramos nessas crônicas dos anos 1910 é essa mistura entre idealização e sátira, fantasia e galhofa, sonhos e ilusão misturados com riso irônico. O aspecto de ambiguidade entre alto e baixo combina muito bem com a definição de Érico Veríssimo sobre Dyonélio: os olhos de anjo com uma mandíbula de ogro (que na Era Virtual poderíamos substituir por *troll*). Essa mistura inseparável entre polos opostos é uma característica determinante da ironia, segundo Linda Hutcheon (2000). Destaque-se também o cultivo de autores satíricos, humorísticos e irônicos, que se inicia na fase de juventude: Horácio, Juvenal, Charles Dickens, Flaubert, Jules Laforgue, Eça de Queiroz, Machado de Assis.

Sabendo que o autor se interessava por paradoxos, podemos passar à leitura de sua primeira obra ensaística, *Política Contemporânea – três aspectos*. Encontramos ali sua “Teoria da revolução”, por via de estudos sociológicos elaborados na década de 1920, que nos fornece uma perspectiva paradoxal: uma revolução benévola também se alimenta de patologias e crimes de sangue. Citando Rui Barbosa, “Qual é o bem, neste mundo, que não envolve mescla de mal? Qual a instituição moralizadora, onde a história não nos vá desencantar alguma radícula bastarda? Qual a revolução que não manchou os seus princípios em espoliações e atentados?” (MACHADO, 2006, p. 30).

Temos assim o paradoxo da revolução, que fornecerá o enquadramento para o reconhecimento da ironia na leitura de sua literatura:

A Revolução Francesa, donde data o mundo moderno, não se operou unicamente pela confluência de forças sãs, de reivindicações honestas, de sentimentos enodoados. Teve cheias de sangue; recebeu o tributo de perversos despeitos; viu declarar-se, nas *jacqueries*, a guerra à propriedade; assistiu a um incomparável desencadeamento de paixões, das mais malignas, a essa espécie de "invasão bárbara", na frase de Taine, "que havia de acabar pelo terror o que se estreará pela violência, e, como a dos normandos nos séculos décimo e undécimo, consumou pela conquista a expropriação de toda uma classe". Todavia, a revolução de 1789 é grande e bendita; porque teve resultados maravilhosos, e sua nascente era pura, conquanto, depois, ao passar da caudal torrentosa, alguns afluentes enlodados lhe viessem alterar a limpidez. (MACHADO, 2006, p. 32-33)

Ali, o “partido revolucionário” é composto de um conjunto de esperanças, descontentamentos e desesperos. Forma-se espontaneamente, constituindo-se em um corpo orgânico e coeso, desenvolvendo aqueles que serão seus líderes por uma espécie de seleção intuitiva que nega hierarquias formais. É a resposta repressiva das classes dominantes, frente a essa opinião pública disseminada, que catalisa a formação do “corpo revolucionário”, levando-o à ação. Iniciam-se os atos de desobediência, de alcance religioso, econômico ou político.

Vem aqui a questão central da relação de proximidade entre crime e revolução:

Para o êxito das revoluções um elemento é indispensável: que o sentimento de revolta esteja amplamente generalizado. Do contrário, o ato revolucionário não terá repercussão e será punido como um crime comum; ou como diz Baner: se "as intenções" dos conspiradores "fossem de tal modo pessoais que não encontrassem nenhuma simpatia externa, a conspiração, quando mesmo alcançasse o seu objetivo imediato, não seria seguida de nenhum efeito importante: a violência empregada passaria por criminosa e provocaria a reprovação ou mesmo o horror entre a imensa maioria dos cidadãos." Se, entretanto, o sentimento revolucionário estiver generalizado, tudo dependerá da habilidade com que for conduzida a revolução e do grau de aparelhamento defensivo com que contar o poder contra quem ela é dirigida. Se se tratar de uma sedição militar, o êxito dependerá, portanto, das operações. (MACHADO, 2006, p. 48)

Temos então um paradoxo, no qual aquilo que determina a “boa violência” e a “má violência” revolucionárias não se encontra necessariamente nos próprios atos, mas em um fator externo (a simpatia pública, ou ainda, como se indica mais adiante no texto, a consagração histórica desses atos). Ou seja, o que distingue um revolucionário de um criminoso não é necessariamente sua intencionalidade, mas o modo como seus resultados serão reconhecidos pelo coletivo.

Deve-se situar essas referências em seu contexto de origem: Dyonélio está analisando as raízes da Revolução de 1923, um ano antes de seu desencadeamento. Os modelos de “revolucionários” aqui são tomados da Revolução Francesa, e em seu contexto poderiam fazer referência às políticas de Borges de Medeiros. Mas funcionariam também para pensar no deslocamento de posição de um Getúlio Vargas – figura gestada, assim como Dyonélio Machado, no Partido Republicano Riograndense.

Getúlio Vargas encarnaria a ambiguidade da imagem criada por Dyonélio, já que pode ser visto tanto como herói revolucionário (1930) quanto como bandido (1937), ou, principalmente, ambos ao mesmo tempo²⁹. Guardemos isso, e passemos à sua primeira obra ficcional. Temos em *O estadista* alguns momentos especiais de ironia, onde o escritor se diverte com certo paradoxo, o que acrescenta nova profundidade à questão do que está por trás de sua ironia: “Tudo no mundo é convenção e pragmática, bastava converter o mal em bem para que o mal passasse a não existir sobre a face da terra... [...] Porque daí ninguém mais praticaria o mal, com receio de fazer o bem... “. MACHADO, 1995. p. 171). É novamente o problema de mudança de valoração por via de uma mudança de perspectiva.

Já *Um pobre homem*, seu primeiro livro de contos, parece preservar certos exemplos da linguagem polimórfica da blague, sendo reconhecíveis os indicativos de sua ironia. No conto “O sarrilho”, temos o caso de um soldado que se afirmaria sobre seu superior através de uma metáfora. Esse último, estando à paisana, cobra compostura do soldado, que afirma: “Eu só conheço o pão pela casca!”. O episódio então ganha a rua e domina “a mentalidade metropolitana”:

Descobria-se nela, e com legítima razão, uma propriedade, um pitoresco, um vigor, dignos de uma cerebração [sic] privilegiada, de um espírito intelectualmente “maior”, experimentado na criação diuturna das fórmulas e das definições, desse gênero cada

²⁹ Ironicamente, Getúlio foi o responsável pelos crimes cometidos contra Dyonélio Machado, que concebeu esse paradoxo no contexto dos anos 1920, uma década e meia antes do desfecho histórico das “revoluções” de 1923 e 1930, no Estado Novo. Além disso, devemos destacar que nessa obra, o autor está preocupado com “o problema da paz”, com o fim da guerra, analisando inclusive as condições de uma “revolução pacífica” (MACHADO, 2006, p. 33).

vez mais procurado e mais esquivo – das sínteses curtas e perfeitas. Imagem verdadeiramente feliz!” (MACHADO, 1995, p.194)

No conto, a frase chega a ser adotada por uma propaganda em uma revista, ao que o soldado sorri, “achando tudo muito natural, num país que, em matéria de humorismo e de ridículo, não tinha nada mais a experimentar, com efeito” (MACHADO, 1995, p. 195). Na conclusão do conto, no entanto, o autor da frase vê a polícia reprimir um amigo seu, major à paisana, com a mesma justificativa de só conhecer “o pão pela casca”. A população dessa vez reage de maneira indiferente, e até contrariada, já que as autoridades estavam invertendo o uso dado por seu autor.

Na conclusão, o narrador reflete: “não sou dado a reflexões abstratas, por desvirtuarem a significação natural do mundo, que é uma mera sucessão de imagens sem sentido, por considerá-las estranhas ao conceito positivo de História” (MACHADO, 1995, p. 195). Apesar disso, faz uma associação do episódio ao descobrimento da América, já que a glória de Cristóvão Colombo possui qualquer coisa de vulgar. “Mas de excessivamente oportuno, ao alcance de todo o mundo – e pertencendo, por força das circunstâncias, historicamente, a um só...” (MACHADO, 1995, p.195).

Mas é em outro conto, “Reunião Familiar”, que encontramos algo ainda mais interessante. Em meio aos festejos na casa de um juiz, um grupo de amigos comenta um complicado caso jurídico recente. Um conhecido fazendeiro fora assassinado por um peão meio indígena, sem motivo claro. Buscam-se razões, como desejo pela esposa, ou inveja de sua riqueza, até que um dos convivas solta sua interpretação irônica: o assassinato foi mera manifestação natural de um cérebro perfeitamente saudável.

A curiosa explicação do caso surge de uma interpretação da confissão do homicida. Esse “criminoso” (aspas para destacar o valor irônico) teria comentado que, em sua última saída ao campo, seu patrão estava com um penteado dividido ao meio, tão perfeitamente alinhado, que quando o estancieiro se abaixou em sua frente, o peão resolveu testar a pontaria do machado, vendo se acertava em cheio naquela linha divisória. O crime teria sido então apenas um exercício de pontaria. Para a personagem que faz essa interpretação dentro do conto, o assassino, vivendo desde sempre em meio natural e não possuindo as noções civilizadas de justiça, não compreendia a gravidade de seu ato. Esse “bom selvagem” da fronteira era apenas um ingênuo demasiadamente saudável, e não um criminoso doente.

Com o tema do crime despertando nossa curiosidade, podemos nos voltar para outro dos trabalhos ensaísticos de Dyonélio Machado, já na década de 1930. Em *Uma definição biológica do crime* (1933), temos uma espécie de antropologia dyoneliana, indicando o aprofundamento de algumas das teses freudianas desenvolvidas em *Totem e tabu* (FREUD, 2012)³⁰, que lhe fornecem uma hipótese na área da criminalística. Nessa obra Dyonélio faz vários comentários sobre Freud, assim como sobre o trabalho de James Frazer, autor fundamental para os primórdios da antropologia.

O mote do trabalho de Dyonélio é a sugestão do crime como um mero “exagero” do indivíduo excessivamente saudável em sua luta pessoal pela sobrevivência. Visto dentro do fenômeno natural da variação genética que ocorre também em animais, haveria na espécie humana indivíduos mais e outros menos agressivos. No entanto, a partir do surgimento do tabu social, o crime é incorporado à existência de práticas sociais como a lei.

O “crime” ocorre quando estes indivíduos anômalos, mas estatisticamente naturais dentro da espécie, não conseguem distinguir com clareza os momentos autorizados dos momentos não autorizados pela sociedade (OSÓRIO, 1995. p. 62). Haveria ocasiões no meio social em que certas práticas violentas seriam legítimas (como, por exemplo, os esportes ou ações militares) ou punidas (qualquer outro momento onde a violência é desautorizada pela sociedade).

Dyonélio analisa um quadro de manifestações do crime, sendo o homicídio o principal deles. Analisará também a loucura, definida como uma espécie de violência que se volta contra o próprio indivíduo quando este perde a capacidade de adaptação ao contexto social. Crime e loucura são assim relativos, dependendo dos critérios vigentes estabelecidos pela sociedade. Novamente, temos uma espécie de paradoxo interessando o autor.

O tema do crime ocupou Dyonélio a ponto de ele comentar que incorporou-se à sua “economia diária do pensamento” (MACHADO, 1995, p. 122). Em uma entrevista, lembra:

Uma vez o Augusto Meyer, quando leu a minha tese, disse: “Está próximo, perto do crime”. Eu disse: não, não estou não. Parece que estamos muito perto do crime. Não estamos não. Há, em nós, uma espécie de mecanismo que se abre e se esse mecanismo abre, nós vamos pro crime. Mas ele não abre. (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 141)

Dyonélio comentará em outra ocasião também a importância da temática do crime em dois de seus autores favoritos: Machado de Assis e Dostoiévski: “Este tratava dos grandes

³⁰ Na seção “(B) O Tabu relativo aos governantes”, encontramos alguns dos primórdios da reflexão sobre o *homo sacer* de Giorgio Agamben, o que atesta uma possível fonte comum para ambas as genealogias.

crimes e Machado dos pequenos crimes. Eu já havia sentido isso antes de ler essa opinião” (MACHADO, 1995, p. 46).

Com essas reflexões, podemos passar para suas obras seguintes. De *Os ratos*, podemos apenas mencionar que Dyonélio Machado certa feita fez uma análise irônica, provavelmente inspirada na leitura psicanalítica de Cyro Martins:

Pois aquela mulher tinha uns níqueis – ela tinha vendido uns vidros e tinha uns níqueis. E tinha mais do que os níqueis que ela supunha que tivesse e ia emprestar para o marido. [...] E o Naziazeno faz uma coisa parecida. Ele não quer que a mulher seja superior a ele. Ele quer ser o homem que vai e sai, e tal e traz a coisa. E realmente o pobre trouxe. Aquela coisa (MACHADO apud AGUIAR et al., 2014, p. 112).

Dyonélio faz blague de Naziazeno, brincando com possíveis aspectos masoquistas em sua personagem. Toda a angústia do pequeno funcionário é reduzida à mera teimosia masculina de quem não aceitaria submeter-se à superioridade e ao controle financeiro de sua esposa. Percebe-se com isso a capacidade da ironia de torcer e relativizar todo o sentido sério geralmente atribuído à sua obra.

Chegamos assim à sua próxima obra, onde então poderemos aplicar o paradoxo que viemos desenvolvendo, de maneira a fazer uma interpretação irônica: “*O Louco do Cati* descreve uma cadeia política, mas diferente do que a preocupação política da época (esquerda e direita) estava acostumada. Naquele tempo, nem *blague* se podia fazer – e eu fiz *blague* de uma cadeia”. (MACHADO, 1995, p. 30). Leremos a obra, do início da década de 1940, por via de um horizonte de expectativa que acompanha seus paradoxos elaborados nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Com isso nos defrontamos com um sentido que pode produzir estranhamento para seus leitores habituais – sentido irônico que não encontramos na recepção e que Dyonélio Machado também não assumiu, mas que pode explicar os desajustes com a crítica.

Veremos que a mera leitura cronológica já oferece a possibilidade de uma nova leitura paradoxal dessa obra. Em *Uma definição biológica do crime* (1933, p. 226-227), Dyonélio Machado relaciona o ato de comer imundices à necessidade do homicida de reavivar seu crime. Já nas cenas iniciais e finais de *O Louco do Cati* (MACHADO, 2003, p. 27, 254), temos essa personagem, tão associada ao trauma do cárcere devido à sua caracterização animalizada ou infantilizada, comendo comida emporcalhada e de montes de lixo. Como é possível que essa personagem, interpretada desde sempre como vítima traumatizada, possa ser também um homicida? “Certa crítica – algo importante no passado – esquece que foi menino, que teve pais. Mãe sobretudo. Que viu horrores na infância, a servirem como elemento para um futuro mentecapto” (MACHADO, 1995, p. 29).

Segundo elemento de estranhamento: nas seções finais do livro, próximo à chegada ao famigerado quartel do título, temos o protagonista reconhecendo o Cati nos elementos que vinham da fronteira e discutiam as possibilidades de se fazer uma revolução (MACHADO, 2003, p. 248-249). Retornando a “Teoria da revolução” de Dyonélio, nos perguntamos: como pode que o Cati seja tanto o Estado sanguinário quanto os grupos revolucionários?

Assim, a obra parece trabalhar sobre os paradoxos já desenvolvidos por Dyonélio Machado em suas obras ensaísticas anteriores, e podemos sugerir que uma leitura atenta de toda a literatura do autor até esse romance teria permitido que a crítica em seu tempo tivesse pelo menos estabelecido essa interpretação irônica, em que a protagonista é simultaneamente criminosa e vítima. É mesmo possível conceber que era esse reconhecimento irônico que nosso autor aguardava, já que todos os elementos teóricos de análise estavam em suas obras anteriores.

Mas tais aspectos de análise de *O Louco do Cati* surgem apenas em suas entrelinhas, como ocorre na obra de Machado de Assis, autor de grande predileção de Dyonélio. Hoje convencionou-se questionar a veracidade da traição (ou não) de Capitu, mas tal questionamento só foi sugerido sessenta anos após a publicação de *Dom Casmurro*, por via da interpretação da crítica norte-americana Helen Caldwell. Um tempo imenso, que sugere uma posteridade potente, favorecida pelo uso que Machado de Assis fez da ironia em sua literatura.

A questão que trazemos aqui, referente à ambiguidade da representação da protagonista, reconfigura a interpretação clássica e estimula novas análises, já que com isso precisamos ler a obra a partir de certos paradoxos que multiplicam os sentidos do livro. De neurótico obsessivo ou vítima infantilizada e animalizada por torturas, a protagonista passa à condição de suspeito de homicídio, criminoso político, ou mesmo estuprador em potencial. Tudo isso nas entrelinhas irônicas. Lembremos o mote de Dyonélio: “Nunca fiz política na ficção. Fiz política nas praças, na Assembleia, na... polícia.” (MACHADO, 1995, p. 19). É possível que a análise que se fez da obra tenha dependido de uma associação com a postura política de seu autor, sua experiência traumática com o cárcere, de maneira a se pensar imediatamente na faceta de vítima de sua personagem. Mas agora podemos juntar os paradoxos do crime e da revolução à sua personagem, o que estimula análises que se afastem da correlação biográfica. E essa leitura irônica revela um aspecto muito interessante da obra, que passa a ser extremamente atual³¹.

³¹ Uma interpretação mais detida das consequências e horizontes para os quais essa nova leitura de *O Louco do Cati* aponta se encontra em *As ironias de Dyonélio em O Louco do Cati* (DORNELLES, 2019).

Essa descoberta nos revela um indicativo da integridade do autor, que preservou para si um certo sentido de sua obra, não revelando para críticos ou jornalistas, ansiosos por uma explicação, uma possível correlação entre sua produção teórica e ficcional. Quando Guilhermino César pergunta “*O Louco do Cati* é um dos enigmas de sua obra. Considera-o sob que ângulo: depoimento, alegoria, análise de um psicotipo?”, Dyonélio responde, ironicamente: “Se *O Louco do Cati* é um enigma, decifre-o. Eu me mostrarei muito desvanecido” (CÉSAR, 1980, p. 17).

Esse caminho aberto pela correlação entre ensaística e literatura de Dyonélio sugere o quanto há por se desenvolver na interpretação irônica de suas outras obras. E nos traz uma interpretação possível do que nosso autor esperava receber por parte da crítica de seu tempo, e que serviu para que afirmasse, ao não recebê-la, que não era lido adequadamente.

- Vem alguém falar comigo, entrevistar-me sobre a minha obra, mas o entrevistador não leu a minha obra, nem lerá.
- Quando aconteceu isso?
- Acontece todos os dias. Eu não me presto mais para sessões de autógrafos, porque quando se compra o livro lá, não é porque se é amigo do livro ou da literatura, e sim do escritor. Uma vez comprado, não precisa ser lido, e o que acontece é isso. Em minha última sessão de autógrafos, fiquei seis horas assinando livros, das 6 horas da tarde até a meia-noite e, desses que compraram o livro, meia dúzia leu (RIBEIRO, UCHA, 1980, p.6).

Apenas esse fator já indica a possibilidade de transformação de uma interpretação negativa a respeito de sua autoimagem, daquela que identificaria uma “frustração” em relação à crítica, para uma que reconhece aspectos concretos em suas declarações. A trilha aberta pela análise da ironia em Dyonélio Machado se dá, podemos dizer, tanto no uso de uma linguagem de blague, que poderíamos chamar de “polifônica” ou “polimórfica”, como no seu gosto por paradoxos. Ambos os fatores favorecem a multiplicação de interpretações, criando ambiguidades e intertextualidades. É essa mistura de valores altos e baixos, esperanças e troças, que produz a significação irônica, onde não se separa nem um nem outro polo – o que Linda Hutcheon chama de “terceira nota composta”, algo como uma dupla exposição fotográfica com ambos os polos (HUTCHEON, 2000, p. 92-93).

Avancemos na leitura de mais duas obras, de maneira a reforçar essa característica de sua obra, e deixar aberto o caminho para futuras análises irônicas de sua literatura. A próxima obra que abordaremos é o outro volume considerado como obra-prima de Dyonélio Machado, *Deuses econômicos*, também costumeiramente interpretada como alegoria crítica, sob sugestão da posição política do autor.

No relato, temos novamente dois polos políticos opostos que na imagem ambígua se assemelham: o sistema de Nero e os grupos cristãos dos quais o protagonista Lúcio Sílvio se aproxima. Por seu desequilíbrio político, somado à perseguição policial, temos o regime de Nero aproximado a um Estado de exceção, sendo a interpretação alegórica tradicional aquela que faz uma associação entre ele e o regime getulista, no qual Dyonélio sofreu a prisão (GRAWUNDER, 1994; SANTOS, 2013). A partir da relação com o contexto histórico da obra, pensa-se os cristãos como lado oposto que carrega o ideal de esperança. E então a ironia:

Ah, então não sabe da existência dum demônio malfazejo, o deus do século – Satã ou Apólion – que governa o mundo. E não sabe talvez, ou sabe muito imperfeitamente, que nasceu de uma mulher, não um Eon, concebido nas mais altas regiões celestes, mas um homem, que veio ao mundo para dar combate às forças do mal, personificadas em Apólion ou Satã. Pois esse homem é um demônio também. Um demônio daquela sua primeira categoria: um demônio de origem humana.

– Você se refere a Cristo...

Ela tem um gesto afirmativo. (MACHADO, 1976, p. 248-249)

Esse parece ser o aspecto central da figuração irônica aqui, pois destaca que tanto Nero quanto os cristãos guardam algo de incendiário. “O fogo... o fogo... A ciência ressuma fogo. As religiões também. Não admira que o próprio cristianismo. Todos os deuses falam por meio do raio – que é o fogo do céu” (MACHADO, 1976, p. 241). A diferença seria que, aquilo que os cristãos “absolutamente não possuem é a força para realizar os seus desígnios. O Imperador poderia querer arrasar Roma pelo fogo. Mas então seria, esse, um ato de administração. Ato administrativo muito estranho” (MACHADO, 1976, p. 244).

Podemos dizer que sua pesquisa, que lhe tomou dez anos, foi muito bem-sucedida, pois o livro se alimenta de referências neoplatônicas, gnósticas e latinas, nas quais podemos situar a origem do termo *daimon*, ainda não depreciado pela herança medieval. Temos Cristo como um demônio, por vezes associado a Diônisos, o “sol subterrâneo”: “Além do que, como um demônio, Cristo-Jesus estaria mais próximo dos desgraçados do que como um deus” (MACHADO, 1976, p. 249).

Essa associação também é feita na obra quando, por exemplo, um rabino chama Paulo de Tarso de *demônio* (MACHADO, 1976, p. 140). Ao levarmos nossa reflexão para certos momentos em que uma religião ganha de fato força política, podemos nos deparar então com a profundidade da expressão irônica de que “Jesus é um demônio”. Pensemos na ameaça real que surge quando grupos fundamentalistas organizam “cruzadas” nos quais o nome de Cristo se torna um mantra de poder, de limpeza da sujeira que organiza uma fogueira santa.

Não há ingenuidade em Dyonélio Machado quanto aos aspectos psicanalíticos subjacentes à essa espécie de desejo de limpeza ou purgação, que se aproxima de certa moral fascista – a dinâmica de rebanho, as catarses e autoflagelos que perdoam os pecados daquele que se considera puro mesmo realizando atos de tortura. Não é à toa que o próximo ciclo de obras, chamado *Os flagelantes*, tem seu primeiro volume intitulado de *Endiabrados*. Aqui a ambiguidade radical de sua ironia faz a obra girar sobre seus múltiplos sentidos possíveis, mantendo um reservatório de sentidos que a fará manter-se pertinente nos mais diversos contextos, como aqueles em que cristãos efetivamente se tornam “endiabrados”.

Em *Ele vem do Fundão* (1982a) temos outro exemplo de sua ironia operando, dessa vez no espaço íntimo do privativo. Nessa obra, a personagem a que o título faz menção é acusado pela mãe e esposa da família Santos Bandeira de ter parte com o demônio. Ao final da novela, descobre-se que a origem da impressão teria sido uma espécie de ironia: Vulturno tinha “desconstruído”, com pequenos gracejos, talvez até inconscientemente, as esperanças metafísicas da crença religiosa de Dona Laura (MACHADO, 1982a, p. 85).

Ao elaborar com ela as origens do cristianismo, em conversas amigáveis eivadas de erudição, o sujeito teria mostrado para a pobre mulher que sua fé era apenas uma entre tantas, o que teria ameaçado a estrutura psíquica da frágil senhora. Ao final de todos os conflitos da obra, se descobre que o verdadeiro demônio era um delegado corrupto, que teria se aproveitado do caso para se vingar de Vulturno, instigando assim Dona Laura contra o ironista. A conclusão da obra mostra a coroação do jovem intelectual como membro da família, sendo admitido a ela tanto pela filha, que se apaixona por ele, quanto pelo patriarca, que o acolhe com muitos votos de amizade.

O exemplo de *Ele vem do Fundão* indica perfeitamente como a ironia de Dyonélio funcionava no dia a dia da esfera privada. Trata-se daquilo que poderíamos reconhecer como pequenos “sadismos”, os gestos de personalidade que nada mais seriam que demonstrações de sofisticação intelectual, compartilhadas prazerosamente entre íntimos, nas quais se reconhece a capacidade do ironista de mostrar ângulos inusitados e espirituosos de pequenos problemas do cotidiano.

Passamos assim a suas *Memórias de um pobre homem*, de maneira a indicar um último horizonte para nossa reflexão sobre a ironia dyoneliana. No capítulo “Um solitário” (MACHADO, 1995, p. 90-95), podemos estabelecer o modelo de identificação da blague,

contendo alguns de seus ingredientes principais. Em frases rápidas, que fazem curvas a cada pontuação, pode-se perceber a constante digressão de assunto em assunto.

É difícil parafrasear o texto sem distorcê-lo. Dyonélio inicia a reflexão afirmando que Brás Cubas é mais real que a ficção, sugerindo que seguirá o exemplo dele. Em um livro que foi deixado para publicação póstuma, é possível pensar que nos falará então do *post mortem*³². Em seguida pergunta-se: “ora, quem iria esperar de mim, um pobre homem, uma coisa – o sadismo – que eu, como profissional, tenho e proclamo como uma qualidade positiva, confundindo-se soberbamente com Personalidade” (MACHADO, 1995, p. 90).

Da literatura pulou para a psicanálise, e então para uma reflexão filosófica. Sugere que se desconsideramos essa modalidade de medição tão falha, o Tempo, a espontaneidade aflora como uma das maiores qualidades da vida, que Pasteur destruiu quando negou a geração espontânea. “Mas não condenou, mesmo porque não estava no seu esquema, a combustão espontânea. Ainda bem” (MACHADO, 1995, p. 90). Um gracejo ao leitor que “toma um suador” ao tentar lhe acompanhar? E então, um retorno às origens da *blague*:

Parto dum começo, para um fim. Parto dum cenáculo dum grupo, dum república de irmãos. E sócios na maior empresa que a vida impõe aos jovens – sonhar – e me detenho numa das muitas etapas da Solidão. Já as percorri quase todas. Pouco a pouco vi aprofundar-se o sulco, que me separava gradativamente do mundo e acabava por me isolar numa ilha. A ilha dos amores?... Claro que era. Só mesmo um grande amor poderia me nutrir de forças para me sustentar durante esses quarenta anos de solidão. E de solidão ativa. Como! Ativa?... Seria melhor mesmo dizer: reativa. (MACHADO, 1995, p. 90).

Ainda estamos na primeira página, e já teríamos material suficiente para outra pesquisa. Dyonélio Machado comentará sua exclusão utilizando termos da medicina, explorando o sentido grego da palavra crise, e em seguida passará a falar da Província onde nasceu. Adota maiúsculas em diversas palavras, numa possível sugestão de que seu uso carrega uma

³² Tudo isso, junto a duas breves indicações: um trecho de *Dom Casmurro*, no qual Bentinho rememora uma suposta mentira de Capitu, pensa sobre o prazer que há na cumplicidade com a mentira das criadas que enganam as visitas indesejadas dizendo que o senhorio não está, e que se conclui com: “As andorinhas vinham agora em sentido contrário, ou não seriam as mesmas. Nós que éramos os mesmos; ali ficamos somando as nossas ilusões, os nossos temores, começando já a somar nossas saudades.” (ASSIS, 2015, p. 122).

E uma referência a Alexandre Herculano: “Os momos, dissemos, eram o embrião do drama; mas do drama de Ésquilo, do drama de Calderón e de Shakespeare; do drama imaginoso e livre, variado como a natureza e a sociedade seu tipo, vibrando as cordas de todas as paixões e afetos, solene e ridículo, como as vicissitudes da vida: era o embrião do drama inspirado e não do drama raquítico, mutilado, convencional, medido pelas bitolas dos críticos mestres-de-obra, numerado, catalogado, fundido em gitos e moldes de barro com pretensões de bronze e desfeitos em pó ao sopro do primeiro porquê? Eles reuniam em si, como também advertimos, a mascarada carnavalesca e as pompas da cena, vindo assim a ser tanto mais variados quanto mais escasseava neles o que hoje constitui o essencial do espetáculo teatral, o diálogo cênico” (HERCULANO, 1942, p. 264).

significação simbólica ou maior (Ser, Tempo, Personalidade, Solidão, Província, Simplicidade, Natureza). Seu modo de ligar uma coisa à outra impede que tenhamos conclusões definitivas sobre o objetivo final de seu texto.

Passa à indicação do princípio de prazer em Freud, e então remete à infantilidade provinciana, que vive no imediatismo das crianças. Lembra-se de uma anedota sobre as crianças endiabradas. Fala de uma Simplicidade dialética e de um Caudilhismo algébrico. Faz analogias com a geografia, na qual a Província é um remanso de um caudal, que conserva materiais frente à força do rio. Assim, arcaísmos e quixotismos são aproximados à *Política* de Aristóteles, à qual ele faz um adendo, pois o homem do campo é um político sem *pólis*. Recorda o respeito de Sócrates à moral ateniense, indica a poesia épica gauchesca como fruto da sublimação da violência, e encerra com uma reflexão sobre a Revolução Federalista de 1893.

Reforçamos um pouco os contrastes, mas a recomendação é que se leia o capítulo, saboreando na fonte a digressão irônica de Dyonélio. Com essa recuperação pudemos, ao menos, mencionar tópicos e as maneiras em que são sugeridos, num jogo de torção em que vocabulários filosóficos, científicos e metáforas ressignificam uns aos outros. A psicanálise leva a uma explicação da economia, termos médicos pedem um pouco de filologia grega, em analogias nunca gratuitas ou equivocadas, mas cuja relação não podemos determinar precisamente. Sua ironia domina os conteúdos científicos com maestria, a ponto de executar uma sinfonia humorística, na qual somos levados às alturas reflexivas e simultaneamente convidados a pequenas cumplicidades de chiste, na qual tudo seria blague.

O paradoxo aqui é que, lendo e relendo seus textos, sabemos que ele está sendo sincero, que Dyonélio Machado está sendo franco à sua própria maneira. Mas não podemos encontrar aí um sentido único para seus ditos, já que eles estão ambigualmente conectados com não-ditos. Temos então, nesse pequeno capítulo de suas memórias, uma ótima amostragem da continuidade da blague, na *ironia dyoneliana* que se desenvolveu ao longo de sua produção, já que esse texto é um de seus últimos trabalhos.

Para concluir, podemos alimentar a hipótese de que a ironia, sendo elemento importante na linguagem de Dyonélio, seria um outro fator de análise para as dificuldades de sua trajetória. Em outras palavras, poderíamos dizer que com ela temos uma nova explicação para certa incompreensão gerada pelo autor em seu tempo. Tanto em suas entrevistas como em sua obra, a ironia como que põe entre aspas certos comentários, carrega implicações com paradoxos de certas representações, o que dificulta uma abordagem de sua enunciação que não dê conta das

ironias. É a sensação, por vezes produzida por seus textos ou declarações, de que não estamos acompanhando totalmente seu sentido. Uma sensação que viria justamente como um efeito dos não-ditos da ironia.

Buscamos aqui indicar alguns parâmetros de análise, em uma trilha que agora pode ser desbravada por futuras recepções. Uma hipótese que pensa sua produção por via de sua dedicação a certos paradoxos, e não por via de algo que, contra sua vontade, “lhe aconteceu” na vida. Um caminho que poderia inclusive sugerir, numa leitura exagerada, um Dyonélio Machado pós-moderno, produzindo chistes em um labirinto de paródias, intertextualidades, entre-lugares. Não nos assustemos, pois, se o autor parecer ainda bem vivo.

Na próxima seção, mostraremos como suas leituras da filosofia da Antiguidade lhe permitiram ampliar seus horizontes póstumos, a partir de uma prática filosófica muito profunda, tal como a proposta por Heidegger no tema do tempo do cuidado. Nossa proposta é de que não devemos remeter a um “trabalho do trauma” as raízes de sua literatura, o que coloca centro involuntário ou inconsciente na origem da construção de suas representações. A partir da busca de “tornar-se aquele que se é”, podemos sugerir que foi de seu próprio esforço ativo e dedicação a si mesmo que surgiu sua autenticidade, ou como diria Dyonélio, suas “Propriedades, – o que quer dizer: coisas que lhe são próprias” (MACHADO, 1995, p. 91).

4.2 O tempo do cuidado em Dyonélio Machado

Quem sofre o tempo, acompanha sua versatilidade.

Dyonélio Machado

Eu faço blague com as coisas da velhice. Mas eu levo uma pequena vantagem: eu ainda sou um pouco médico. E na falta de pacientes, sobretudo de pacientes que acreditem na minha medicina, eu mesmo me medico. E eu me medico de uma forma esquisita, sabe. Suprimindo remédios.

Dyonélio Machado

Neste capítulo buscaremos propor um referente do tempo, sob a sugestão de Paul Ricoeur de tomar o rastro como um conectivo entre o tempo do cuidado e o tempo datável do arquivo. Por essa concepção, seria possível nos avizinharmos da temporalidade autêntica das vivências de um agente social. Com isso seria possível sondar aquilo que o arquivo não consegue esgotar, e dar legibilidade à relação de Dyonélio Machado com seu próprio tempo.

Firmando-se em algumas bases sólidas, tais como testemunhos, trocas de correspondência, e a maneira como se relacionava com seu ofício de escritor, encontramos uma base factual para legitimar nossa investigação. Essa análise permite uma resposta para o enigma de quem teria sido Dyonélio, desfazendo a impressão de “essência eterna” ao apontar uma resposta: seu ser está no tempo. Com isso não se responde com uma explicação científica, nem uma definição metafísica, mas com a compreensão do modo particular de procurar a resposta: foi no tempo que “chegou a ser o que era”.

A referência ao tempo do cuidado, no entanto, oferece ainda mais. Permite pensar esse trabalho de autocriação privado relacionado a um projeto de posteridade, já que é na dedicação ao próprio futuro que sua literatura foi sendo produzida com vistas a incorporar paradoxos e complexidades. Fazendo referência a esses rastros, encontramos seu trabalho sobre o tendo-sido da historicidade, em sua teimosia que tornava presente seu projeto na intratemporalidade, na dedicação ao tempo fundamental do “projeto existencial” no por-vir.

É mesmo curioso que as categorias heideggerianas sejam sugeridas por testemunhos do próprio autor, o que subscreve nossa abordagem. Dyonélio Machado fala mesmo em Ser, com maiúscula, tanto para indicar uma força maior, como para fazer referência a seres humanos (MACHADO, 1977, p. 1). Esse mistério que é a existência se manifesta na própria epígrafe do túmulo de Dyonélio, que registra uma frase escrita em *O Louco do Cati*: a vida como “uma ponte rápida e sonhadora entre dois mistérios” (MADRUGA, 1986, p. 60).

É nessa proximidade com o Ser que o “artista de si” se autocria, buscando não suas realidades mas suas *possibilidades*, encontrando seu poder-ser mais-livre, vindo a ser quem ele é:

Neste ponto já não há como eludir a resposta à questão de como alguém se torna o que é. E com isso toco na obra máxima da arte da preservação de si mesmo – do amor de si... Pois admitindo que a tarefa, a destinação, o destino da tarefa ultrapasse em muito a medida ordinária, nenhum perigo haveria maior do que perceber-se com essa tarefa. Que alguém se torne o que é pressupõe que não suspeite sequer remotamente o que é. Desse ponto de vista possuem sentido e valor próprios até os desacertos da vida, os momentâneos desvios e vias secundárias, os adiamentos, as “modéstias”, a seriedade desperdiçada em tarefas que ficam além da tarefa. Nisto se manifesta uma grande prudência, até mesmo a mais alta prudência: quando o *nosce te ipsum* [conhece-te a ti mesmo] seria a fórmula para a destruição, esquecer-se, mal entender-se, empequenecer, estreitar, mediocrizar-se torna-se a própria sensatez (NIETZSCHE, 2008, p. 45-46).

Nossa hipótese é que o cultivo de diversos autores clássicos gregos e latinos colocou Dyonélio Machado em contato não só com o vocabulário filosófico (que levou a uma forma muito particular de poesia *dyoneliana*), mas também com um exercício filosófico frente o

próprio tempo. Encontramos em sua linguagem muitos usos de termos da filosofia antiga – de Platão, Aristóteles, Demócrito – e até citações de filósofos pré-socráticos como Anaximandro, além de filosofias helenistas, como epicurismo, ceticismo, estoicismo, e o materialismo de Lucrécio (MACHADO, 1995, p. 56, 63, 66, 72, 117, 121, 144; MACHADO, 1976, p. 35, 72, 81, 84, 110, 140, 233, 263). “Leu e releu os autores Helênicos, antigos e modernos. Enfrentou problemas e experimentou as suas sensações ao resolvê-los” (MACHADO, 1976, p. 84).

Essa sugestão nietzschiana inicial nos leva a não menosprezar as diversas referências ao dionisíaco em Dyonélio ao longo de sua obra. Lembremos que o “Sol subterrâneo” é o próprio Diônisos, e que o projeto de vida a que Lúcio Sílvio se dedica após sair da prisão é elaborar uma espécie de poema órfico:

- Termina então o teu Orfeu da Trácia! Continuarás com o teu Diônisos. O deus dos rústicos, dos agricultores pobres, das mulheres indefesas. O deus do povo, portanto. Ou estou emprestando a essa divindade nova um caráter falso?

- Ele é tudo isso, sim. Nem pode se ombrear com os Olímpicos, de tão popular. Mas ele é também o deus das metamorfoses. Diônisos do país de Tebas, filho da Virgem violada e pejada pelo raio divino. Diônisos barbudo, envolto num amplo manto, trazendo como insígnias o cetro e o cântaro. Diônisos portador do tirso. Efebo, efeminado e grácil, o rosto pintado como o duma mulher. Diônisos mulher mesmo, nos traços delicados de uma jovem. Diônisos nas múltiplas encarnações animais: leão, touro, urso. Ou um bichinho mais familiar: o cabritinho. Diônisos vegetal, nas suas exuberantes folhagens da hera e da vinha. Como vês: Diônisos, um deus dialético. E é donde deriva toda sua força (MACHADO, 1981, p.322).

Na criação de seu *alter ego* em *Fada*, o escritor adotará uma alcunha com as mesmas iniciais de seu nome: Dionísios Madureira, o “escritor maldito” (MACHADO, 1982, p. 86). Lembremos daquilo que se dá como embriaguez dionisíaca: “O homem não é mais artista, tornou-se obra de arte: a força artística de toda natureza, para deliciosa satisfação do Uno-primordial, revela-se aqui sob o frêmito da embriaguez”. (NIETZSCHE, 1999, p. 31). Trata-se da mesma concepção que Michel Foucault propõe com a ideia de uma *estética da existência* por via do cuidado de si (FOUCAULT, 1985, 1992, 2004).

Assim, daremos um passo atrás, tentando não mostrar quem o autor foi, mas indicando quais práticas permitiram *vir a ser quem era*, de maneira a oferecer uma nova resposta para a pergunta “quem veio a ser Dyonélio Machado?”. Remetemos às notas intituladas “A divindade e a petulância de decifrar”, onde o escritor comenta: “Quem, como nós, seres incapazes de enxergar a verdade dentro de nós mesmos, vai ter a petulância de decifrar os desígnios divinos? Resultado: de minha parte, até hoje não sei quem sou” (MACHADO, 1995, p. 67). O que sugere uma dificuldade inicial para nossa interpretação, já que devemos evitarmos somente uma resposta por via de explicações vindas da memória coletiva, sociologia, biografia ou psicanálise.

Devemos pensá-lo na forma de um enigma, parcialmente respondido por via de um trabalho da memória histórica, mas que possui certas singularidades que não podemos determinar totalmente.

Trata-se então de mostrar como Dyonélio conquistou sua autenticidade por via de um trabalho de autocriação, num tempo ao qual temos acesso apenas fragmentário por via dos rastros. É no jogo com os horizontes de temporalidades autênticas que se pode encontrar o campo no qual se fez livre para as possibilidades existenciais mais próprias, no poder-ser-mais-próprio (HEIDEGGER, 2012, p. 535). Com isso fundamentaríamos o projeto de narrar sua história por via de seu modo próprio de existência, e o conceberíamos como um mortal que dá “às coisas da vida uma dignidade que as eternize” (RICOEUR, 2012a, p.146)

Indicaremos alguns rastros que justificam nossa hipótese, iniciando pela experiência autêntica de finitude, que Dyonélio tem muito jovem, com a morte do pai. Depois viriam outros: Alceu Wamosy e De Souza Júnior, amigos próximos e escritores com muito potencial, mas cujas mortes deixam projetos literários inacabados. A interrupção da vida de seu pai e amigos se manifesta como uma promessa não realizada em vida, uma angustiosa experiência a respeito da mortalidade humana.

Por via de seu pai, Dyonélio manteria relações com os grupos positivistas gaúchos, através dos quais adquire uma formação específica que lhe dá certa perspectiva histórica da filosofia. É em uma curiosa doutrina desses grupos, a Transformação e Incorporação, que encontramos essa concepção de que o caráter verdadeiro de alguém só é formado após a conclusão de suas obras em vida, no que seria possível mesmo uma espécie de sacramento positivista no *post mortem*:

Há ainda a Transformação, que é uma espécie de extrema-unção, uma purificação e um viático, que tem por fim facilitar a Incorporação, que é a recompensa do fiel positivista. A Incorporação, na humanidade, é composta somente de "mortos dignos de sobreviver". Esta possibilidade de sobreviver é submetida pelo sacerdócio a um exame que dura sete anos. Quatro anos após a morte do positivista é dada uma decisão preparatória, que permite prejulgar da decisão final. Passado um novo prazo de três anos, durante os quais o inquérito termina, o sacerdócio dá a sua decisão irrevogável. Se é favorável, o clero procede à translação solene dos restos mortais do positivista, do cemitério ordinário ao "bosque sagrado", que deve rodear cada Templo da Humanidade (RIBEIRO, 1992, p. 19).

“Sei que os positivistas costumam dizer que se firma juízo seguro sobre a vida de um homem cinco anos depois de sua morte” (CUNHA apud CAGGIANI, 1997, p. 150). A afirmação é feita por Flores da Cunha, político que possuía proximidade com a família de Dyonélio, e cujo irmão era uma espécie de padrinho desta (MACHADO, 1995, p. 109). Esse

primeiro rastro serve para introduzir o horizonte fundamental da posteridade, em que Dyonélio projeta seu caráter e obra para que sejam devidamente reavaliados após sua morte, quando o conjunto de suas ações e “despojos” são então reunidos e avaliados enquanto conjunto coerente.

Mas essa influência inicial do positivismo paterno é reforçada pela leitura de importantes autores da filosofia, que Dyonélio irá cultivar ao longo de sua vida. Iniciemos com Sêneca e Platão. O primeiro chega quase a ser personagem de sua série de romances romanos, tamanha sua recorrência ao longo das obras. Dele chega a afirmar: “Diônisos, Orfeu, Iavé Sabaó, Posidônio, Jesus e Sêneca (os principais) são Heróis, Demônios ou Deuses Econômicos. Todos prometeram essa cousa grandiosa: a Salvação, pela Economia. Mas o maior de todos é Sêneca” (MACHADO, 1976, p. 244).

Em uma cena de *Deuses econômicos*, na qual se discute a relação entre estoicismo e o incipiente cristianismo, a personagem Heraclides irá citar um trecho de Sêneca sobre a igualdade entre os homens, ao que será respondido pelo Areopagita com uma citação de Jesus de Nazaré. Ambos comparam sua crucificação com a trajetória mítica de Diônisos. Então Heraclides é interrogado sobre o que sabe da obra de Paulo de Tarso (MACHADO, 1976, p. 227-228). A personagem argumenta que Paulo pregaria uma forma moral estoica, e levanta a hipótese de que o apóstolo tenha trocado cartas com Sêneca. O ponto central em comum é que ambos dariam uma especial importância para a morte e para a posteridade, já que Sêneca vivia registrando casos em que o indivíduo “morre bem” (MACHADO, 1976, p. 227).

Lembremos um tema estoico, que possui grandes semelhanças com a temporalidade heideggeriana: a economia do tempo. “Esse é o erro: colocamos a morte no futuro, quando grande parte dela já passou. Tudo que está no passado, a morte já o possui” (SÊNECA, 2004, p.2). É o exercício de “ter a morte em vista”:

Bom, ter a morte diante dos olhos é coisa que tanto deve fazer um velho como um jovem (já que ela nos não chama [sic] por idades); além disso, não há ninguém tão velho que não tenha direito a esperar um dia mais. Aliás, um dia é um degrau na vida. Toda a nossa existência consta de partes, de círculos concêntricos em que os maiores abarcam os menores: há um círculo que os abarca e rodeia a todos (este é o que contém todo o tempo do nascimento à morte); há outro que delimita os anos da adolescência; outro que dentro da sua órbita rodeia os anos de infância; além disso, cada ano de per si contém as subdivisões do tempo, de cuja combinação resulta a nossa vida; um mês está contido num círculo menor; um dia tem um perímetro ainda mais curto, mas mesmo ele tem um princípio e um fim, uma origem e um termo. (...) Organizemos, portanto, cada dia como se fosse o final da batalha, como se fosse o limite, o termo de nossa vida (SÊNECA, 2004, p. 35-36).

Temos em Sêneca um jogo temporal bastante próximo do tempo do cuidado, onde a correlação passado/presente/futuro toma como prioridade o ser-para-a-morte. Heidegger irá

indicar nos estoicos o termo μέριμνα (*mérimna*), que traduzido no Novo Testamento como *sollicitudo*, indica as raízes de seu termo cuidado (HEIDEGGER, 2012, p. 555). É também na passagem entre estoicos e cristãos que Michel Foucault encontra a genealogia do “Cuidado de si” que produz sua hermenêutica do sujeito, analisando detidamente muitos trechos das *Cartas a Lucílio*, de Sêneca (FOUCAULT, 1992, p. 139). Dyonélio citará nominalmente as cartas de Sêneca a Lucílio em três trechos de *Deuses econômicos* (MACHADO, 1976, p. 93, 106, 232), inclusive brincando que Sêneca talvez acredite na destruição do mundo pelo fogo porque seu amigo Lucílio mora em Pompeia, tendo possivelmente sofrido muito com as erupções vindas do vulcão na região (MACHADO, 1976, p. 230).

Platão também traz o tema do cuidado, em seu texto *Alcibiades*. Segundo Jacqueline Maretto, “O objetivo do diálogo seria identificar como a *epiméleia heautou* poderia conduzir a esta *tekhné*, a esta ciência de saber se governar para poder governar os outros. É a primeira vez, enfatiza Foucault, que a fórmula do ‘cuidado de si’ surge no discurso filosófico” (MARETTO, 2011, p. 31).

Lembremos que alguns textos platônicos já traziam o tema do “morrer bem”, como em *Fédon*, quando Sócrates demonstra uma tranquilidade tremenda em seus instantes finais de vida. “Sócrates teria afirmado que o verdadeiro alvo da filosofia se resumia em ‘um treino (*epitedeúousin*) de morrer e de estar morto’ (64a). Haveria, então, um processo e um estado relacionado à morte” (DECOTELLI, 2014, p. 105-106). “Que outra coisa não é senão filosofar, no rigoroso sentido da expressão, e preparar-se para morrer facilmente. Pois tudo isso não será um exercício para a morte [*meléte thanátou*]?” (PLATÃO apud DECOTELLI, 2014, p. 106).³³

Platão era frequentemente citado por Dyonélio Machado, havendo evidências de suas leituras desde a adolescência na República do Império. Sócrates é citado nas páginas finais de *Memórias de um pobre homem* como modelo de idealista que deixa uma marca póstuma nos costumes da *polis* (MACHADO, 1995, p. 143-144). Encontramos nessa figura o mesmo tema da ironia relacionado ao sentido da existência: “Certamente toda a Apologia é em sua totalidade uma estrutura irônica, na medida em que a grande massa de acusações se reduz a um nada, não no sentido comum, mas sim a um nada que é fornecido justamente pelo conteúdo da vida de Sócrates, que é ironia” (KIERKEGAARD, 2010, p. 51).

³³ No texto grego, esse argumento se encontra em *Fédon*, 64a4-64a6; 67e4-67e6; 80e2-81a2.

Através de tais referências da filosofia, buscamos reforçar a hipótese de Dyonélio Machado enquanto alguém preocupado com a posteridade. Podemos remeter mesmo a certo trecho de sua obra, vindo de um conto de sua juventude:

– Pois bem! Mas eu não tenho em vista, absolutamente, despertar sentimentos de beleza transitória. Não foi nenhum interesse de escola que me levou a construí-lo. Não quero que ele possua, nem isso foi visado por mim, um aspecto, um alcance, uma significação arquitetural e artística. Não! Eu, o que quero, é sugerir a morte! Entendeste? O que eu desejo é que todos, ao passarem por aqui, por frente dele, sintam o arrepio que vem da morte! Com o decorrer do tempo – acrescentou – e a somação das suas emoções simples, o homem tomará este monumento como a imagem da morte, como a própria morte! Sentirá, como eu já sinto, formigar, atrás dele, aquele negro rebanho de almas do poeta latino. Terá a ilusão, lúgubre, certamente – que é o que a minha Arte febrilmente procura – de que franqueá-lo – é franquear o Além? (MACHADO, 1995, p. 241).

Dyonélio chegou a declarar, em certo momento, que sendo um incômodo para as editoras de seu tempo, escrevia para uma possível posteridade: “Já entrei até em entendimento com a biblioteca pública, no sentido de, reunido tudo isto num pacote, pô-lo à sua guarda para o futuro, caso – o que é muito de duvidar – haja futuro para semelhante mercancia” (MONSERRAT, 1977, p. 6). Essa espécie de preocupação com o modo como será reconhecido postumamente encontra-se num trecho de uma entrevista com Antônio Hohlfeldt, na qual o crítico pergunta: “Já que a gente tá registrando isso, quando alguém te ouvisse falando numa gravação, que você pudesse deixar, como alguma que você fez, sobre o que você pensa.”. Após um silêncio, Dyonélio responde: “É grave isso” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 142).

Aqui há também um outro ponto interessante para a nossa reflexão. Quando perguntado sobre as violências sofridas nas prisões, afirma que o sofrimento não modificou seu caráter, sendo apenas o medo da morte que realmente o preocupava:

Muita gente me pergunta o que foi pior nesses anos de cadeia. Fui levado para o Rio, no porão de um grande navio, em pleno inverno, numa travessia que durou dez dias. Perdi doze quilos, todos os dentes e algumas unhas. Nada disso, porém me modificou. Na prisão, eu revelava um humor tão elevado, que parecia estar enamorado da cadeia. (...) pior foi algo que nem é muito dramático. Um advogado, companheiro do Partido, o redator do *Correio do Povo*, requereu um habeas-corpus para mim, em plena vigência do Estado de Guerra. O primeiro passo de um habeas-corpus é pedi-lo a uma autoridade, para, na base da resposta, saber se o indivíduo é mantido preso, ou não. Este foi pedido para o Governo do Estado, que respondeu concisamente que não conhecia meu paradeiro. Isto me aterrorizou, porque era a preparação do terreno para o assassinato. A ordem de homicídio poderia não vir imediatamente, mas sempre estaria nas mãos do Poder. (JAGUAR, PERES & WOLFF, 1979, p.18-19)

Como um estoico frente às calamidades do tempo histórico, Dyonélio volta sua dedicação para aquilo que sua própria vontade pode realizar: a construção de uma posteridade potente. Ao final de sua vida, refletia: “Eu já não conto os anos que tenho, mas os que me

restam. E, com essa sapiência antecipada do nada, vaticino um futuro melhor. Ele virá” (RODRIGUES & BONILLA, 1980, p.3). Com isso, vai se tornando palpável a concepção de um uso do tempo próprio, no qual Dyonélio de certa maneira se dedica a um “além” de sua vida, o que sugere mesmo uma motivação possível para a reunião do material que veio a se constituir no Arquivo Literário Dyonélio Machado.

A partir do horizonte dessa hipótese, identificamos sua relação com a temporalidade fundamental do ser-para-a-morte, no mote que serve de epígrafe de sua primeira obra literária (em 1927), e que voltará a aparecer novamente apenas em uma de suas últimas publicações (já nos anos 1980): *aequo animo*, expressão que indica sua resolução de caráter e o cuidado frente ao projeto futuro já em seus primeiros trabalhos.

Mas a temporalidade do cuidado traz o futuro para o presente, passando da temporalidade fundamental à intratemporalidade. Aqui se apresenta sua preocupação com os ritmos e intensidades das energias corporais, de maneira a projetá-las na efetivação da obra. Pensando a dinâmica de produção, Dyonélio adota uma metáfora corporal, sugerindo uma espécie de “tempo de gestação” ou ruminação, no qual o escritor respeita a temporalidade própria de cada obra:

Ao lado de obras que levaram anos para serem compostas, por isso que necessitavam de pesquisa, outras já se encontram feitas. Neste último caso incluo *O Louco do Cati*. A tal ponto ruminado, que nasceu num leito de doente, sem outra escrivantina senão a da família: Adalgisa, nas horas vagas, e Cecília, que a adolescência dava forças e tempo. Em contrapartida *Deuses Econômicos*, que me tomaram dez anos. No meio dessa barafunda, há uma particularidade: *Os Ratos*, que levou nove anos de inspiração, só tomou vinte noites de trabalho. (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 180).

Nesse modo de temporalizar Dyonélio, encontramos sua *teimosia* cotidiana em relação ao próprio projeto. “Mantinha sempre o mesmo ritmo de produção, mesmo nos anos de silêncio. Não importava se a maré era alta ou baixa, nada alterava o seu trabalho literário” (MADRUGA, 1986, p. 57). Aqui vemos o esforço prático e cotidiano que permite a elaboração e consolidação dos resultados característicos que hoje reconhecemos como próprios da “obra dyoneliana”. É interessante que Dyonélio tenha distinguido duas formas de fidelidade ao tempo, havendo um tempo público e outro particular, justamente no nivelamento entre tempo autêntico e inautêntico que Heidegger estabelece:

Há muitos escritores da grande literatura que às vezes esquecem seus compromissos e se adaptam, não ao seu tempo, mas às contingências que determinado tempo lhes impõe. Isso também é mau. O Jorge Amado, por exemplo, arrumou essa capacidade de adaptação. O tempo corria, certas coisas mudaram e ele também. A melhor prova é que num tempo ele foi candidato pelo Partido Comunista e mais tarde foi eleito para Academia Brasileira de Letras, que não é nenhum sodalício democrático. Eu não o

condeno por isso, mas ao mesmo tempo não vejo razões para elogiá-lo. A falta de firmeza não leva a nenhuma transformação. (CARVALHO, 1975, p. 17)

É, portanto, na firmeza em relação ao tempo próprio que a “teimosia dyoneliana” estabelece o projeto na cotidianidade, em que o desenrolar indiferenciado dos dias pode ameaçar sua coerência. Como afirma em carta à Julieta Godoy, “viver o cotidiano, ao mesmo tempo que vive a Arte. São coisas que se entrosam, potencializando-se” (MACHADO, 1980a, p.1). É na teimosia que o tempo futuro vai ao encontro do presente, adotando uma firmeza frente ao próprio projeto, numa modalidade de horizonte enquanto ser-para-a-morte.

É nessa intratemporalidade que Dyonélio encontra seus outros afazeres, suas diversas ocupações profissionais, seu esforço formativo de décadas no campo da medicina, em uma trajetória que culmina no cargo de diretor do maior hospital psiquiátrico do sul do país. São esses sucessos que o permitirão dedicar-se de maneira independente e autônoma ao seu modo próprio de escrever literatura, sem depender de editoras ou da relação com a instituição literária: “A profissão de escritor não dá pra viver. Aliás, não é a única que não dá para viver. Outro detalhe: o público domina o escritor, mostrando o tipo de livro que quer, e isto corrompe o escritor, que é obrigado a satisfazer o gosto do público, sem o que não come” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 174).

É provável que Dyonélio nunca cogitasse assumir a posição de um escritor por encomenda, mas tinha consciência de que sem certa condição econômica não poderia dedicar-se à escrita do modo como a ela se dedicou, liberando-se da necessidade de vender sua literatura. Mesmo aqui, sua escolha em ocupar-se com a medicina e com a política parecem visar essa busca de integridade coerente de caráter, e não só interesse financeiro: “Não basta ser um bom escritor, um romancista, é preciso ter também outras qualidades” (MACHADO, 1995, p. 26).

Aqui também encontramos sua boa vontade, solicitude e cuidado para com seus próximos, na troca de apreço e estima. É muito rica de exemplos sua troca de correspondência com Osman Lins, Julieta Godoy, Paulo Medeiros de Albuquerque, Luna Lima, e Nelson Barbalho, além de outros exemplos de admiração mais circunscritos, como Décio Pignatari, Alfredo Bosi, Haroldo de Campos, Caio Prado Jr. e Ivan Cardoso. É uma correspondência sempre cheia de humor e sabedoria, digna de um grande leitor das cartas de Sêneca.

Abençoada a Fortuna, que o trouxe para minha amizade e meu convívio. Haverá diferenças entre nós, não fosse eu um velho e você um moço. Mas a amizade verdadeira passa por cima de tudo isso, - e sem se dar conta. Desaparecem possíveis oposições, mais fictícias do que reais, quando se defrontam indivíduos virtualmente condicionados, por uma mesma e benévola ecologia, para se entenderem e se estimarem - a Fortuna sabia o que estava fazendo. (MACHADO, 1978, p.1)

Pode-se resumir sua dedicação autêntica ao presente na mensagem de despedida do escritor em muitas de suas cartas: “Do amigo certo, Dyonélio”. Uma provável menção à expressão latina *amicus certus in re incerta cernitur*, traduzível por “o amigo certo se manifesta na ocasião incerta”. Tal característica resume o caráter de disponibilidade e solicitude do escritor em relação ao tempo dos acontecimentos particulares de seus correspondentes.

Passamos assim à referência de como dedicou um tempo cuidadoso para as coisas do passado, quando se voltava para a própria história, num trabalho com suas heranças que manifesta um estudo do passado que reelabora e atesta seu próprio futuro. Aqui, ele é um perito, reunindo uma imensa biblioteca, aprendendo grego, latim, e francês, num processo de constante aprofundamento no passado: “Arranjei uma frase latina para explicar essas coisas do meu Velho Sanches: *aetatem nostram sibi alienavit* – ficou alheio ao nosso tempo. – E quem diz que a minha sentença não esteja a servir a mim também” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 179).

Aquilo que faz a personagem do Velho Sanches se alienar do tempo presente é justamente sua paixão pelo estudo da história. Dyonélio costumava citar com frequência historiadores da Antiguidade, assim como historiadores franceses do Século XIX. O que é importante é que mesmo esse olhar voltado ao tempo passado permite um olhar para o futuro. A narrativa histórica de Heródoto, sempre citado pelo autor, visava salvar as façanhas humanas do esquecimento, oferecendo imortalidade e perenidade aos grandes feitos e obras extraordinárias:

Diz-nos, na primeira sentença das *Guerras Pérsicas*, que o propósito de sua empresa é preservar aquilo que deve sua existência aos homens, (...), para que o tempo não o oblitere, e prestar aos extraordinários e gloriosos feitos de gregos e bárbaros louvor suficiente para assegurar-lhes evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos (ARENDDT, 2016, p.45)

Já vimos, no início do capítulo, como Dyonélio pode ter herdado dos grupos próximos a seu pai a preocupação de elaboração do caráter frente à finitude. Essa sugestão de posteridade política adquire outra perspectiva quando pensamos a uma imortalidade por via da história ou da literatura. A busca de um lugar na posteridade autêntica surge desses modelos e antecessores, que lhe oferecem uma espécie de Destino possível de ser trilhado: “Foi de 44/45 – data dos meus últimos romances – até 54, que concebi uma ideia cujas dimensões, além de a tornarem irrealizável, assumiam um caráter de idolátrica ambição” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 63).

Investigando sua própria historicidade, Dyonélio encontra seus *precursores*, cultiva-os com sabedoria, forma-se aprendendo com sua experiência. Como afirmará, “A História é o

homem. O homem na sua perpetuidade.” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 137). Podemos resumir essa temporalização que liga o passado ao futuro em sua declaração de que “meu grande hobby é a história”:

Não sou historiador. Esperei sempre que outros o fizessem... para meu regalo. E devo te confessar: meu grande hobby é a História. Nos bons tempos, tive em Paris um agente que comprava nos briqueiros livros e obras antigas (lugar que nunca fui nem jamais irei). Reuni verdadeiras preciosidades, como Friedlaender, Merivale, em vários volumes do século passado. E não para bonito, mas para ler e reler. Uma vez - eu era recém-casado - ao terminar uma Vida e Obras sobre Camões, eu disse à mulher: com esse volume, completei definitivamente meus conhecimentos a respeito do poeta, sua vida, seu grande poema (era um Storck in folio). Anos depois tive que escrever algo, e o que aprendera não precisou consultar [sic], tamanho entusiasmo pelo passado. Não me envaideço disso: aliás, não tenho vaidades. Mas, falando para um Historiador, não me fica mal - penso pelo menos - revelar o enorme apreço que tenho pelo que erradamente já passou. Erradamente: o passado - já está isso num livro meu da década de 20 - o passado é a representação, silenciosa mas animada, dos mortos. Não tem nenhum sentido literário essa minha tirada: é que eu vejo o passado engrenando com o presente, formando juntos um bloco. (MACHADO, 1975, p.1)

Em sua obra, foi seu cultivo do paradoxo e da ironia históricos que permitiu que ampliasse e excedesse o material de sua própria vivência, potencializando sua literatura para que adquirisse valor de posteridade, projetando-se assim para além de suas contingências. Trabalhando as marcas de sua própria história, realiza as pesquisas que alimentam sua *Trilogia Romana*, e identifica os efeitos do estigma e da proscrição há muito presentes no passado histórico: “Igual àqueles pobres diabos, de quem ainda haverá gente que se recorde, que furtivamente embarcavam (era o tempo dos navios) e viam-se repelidos em todos os portos da escala” (MACHADO, 1976, p. 9). São precursores e heranças nas quais pensa mesmo a questão de seu isolamento literário, à maneira de exilados da literatura, como Dante ou Horácio: “Onde houver incomodados, que se retirem. A advertência não é apenas sábia: é prática também. Foi possivelmente o que fez Horácio, um dos mais antigos anacoretas das letras” (GASTAL, 1973, p. 7).

Frequenta os precursores que lidam com suas debilidades através da literatura, estudando seus reflexos estilísticos. Mas o que é importante de se destacar é que esse interesse e afiliação já se apresentam no Dyonélio muito jovem, anos antes de sua prisão. No artigo “Uma estilística e sua patologia”, no suplemento *Correio da Manhã* de 3 de agosto de 1930 (MACHADO, 1930, p.1), por exemplo, encontramos sua análise do modo como escritores do passado trabalharam por via de suas próprias enfermidades:

Tomava dum caso por demais conhecido: Dostoievski. Como poderia ter feito com um grupo enorme de indivíduos que a certos respeitoos a ele se assemelhavam.

Achavam-se em circunstâncias idênticas, entre muitos outros, Ibsen, Schopenhauer, Nietzsche, Machado de Assis, Beethoven, Maupassant, Wagner, Mahomet, Júlio César, Quental, Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Edgar Poe, Verlaine, Camilo, Baudelaire. Todos eles, como é notório, portadores dum distúrbio – paranóicos, epiléticos, excêntricos, teômanos, místicos, alucinados, demenciais, psicálgicos, dipsômanos, emotivos. (GASTAL, 1973, p. 7)

Com isso podemos situar o modo como sua relação com o passado se torna uma fidelidade àquilo que considera seu próprio “Destino, e Destino Literário” (MACHADO, 1995, p. 73), chamando-o ainda de Fatalidade. Reconhecemos um fenômeno do tempo do cuidado, onde se se conectam as temporalidades: “Revindo-a-si adveniente, o ser-resoluto, presenciando, põe-se na situação. O ser-do-sido surge do futuro, e de tal maneira que o sido – ou melhor, que está sendo-sido, faz o presente resultar de si” (HEIDEGGER, 2012, p. 888-889). Essa experiência é o fenômeno da temporalidade existencial, que Ricoeur define como a conexão potente entre três tempos: o por-vir, o ter-sido, e o tornar-presente, através da qual o Dasein se “autocria” (RICOEUR, 2012c, p. 116)³⁴.

A unidade desse jogo temporal encontra seu sentido no cuidado particular, onde seu ter-sido leva-o a assumir-se enquanto ser-resoluto que faz advir seu Destino. Encontramos esse nó temporal quando Dyonélio comenta sua adoção do termo “pobre homem”:

É bem possível – eu costumo acreditar em coisas desse gênero – que aquele “pobre homem, pauvre homme”, que martelava os meus ouvidos fosse apenas o eco antecipado, retrógrado, do futuro, conforme Eurico. E que o gosto que tomei pela expressão verbal tivesse sido criado e adubado pela Fatalidade. Porque, a partir daí, com intervalo apenas de poucos anos fui mesmo o que continuo a ser: um autêntico pobre homem. (MACHADO, 1995, p. 98)

Temos aqui uma concepção de temporalidade existencial que permite compreender como se dá a vinculação do passado ao futuro. No capítulo de suas memórias intitulado “Um pobre homem...”, Dyonélio conta como se deram as origens dessa expressão, que foi entrando na sua vida, e tornou-se uma marca pessoal: primeiro em correspondência com sua tia Matildinha, a seguir em contato com Eça de Queiroz, até que chegamos àquilo que realmente motivou sua escolha – o reconhecimento da conotação irônica que Molière dava à expressão, atribuindo-a ao personagem Tartufo. Um detalhe que evidencia uma *filiação irônica*, aspecto esquecido quando se pensa no pobre homem dyoneliano como apenas um coitadinho ou uma vítima: “A passagem, que revelava a impostura sob a roupagem da simpatia comovida, era a

³⁴ Ao invés de centrar a dimensão temporal no presente, como Agostinho (presente *do* futuro, presente *do* passado, presente *do* presente), esses termos heideggerianos buscam dar prioridade à temporalização que potencializa a manifestação do futuro.

frase *le pauvre homme*". Uma inspiração "Talvez mesmo mais divertida, pois que deriva de certa passagem, repetida até à estereotipia, duma comédia que provocou a quem lhe assistiu um gozo só comparável em intensidade aos desgostos sofridos por quem a escreveu" (MACHADO, 1995, p. 97). Esse pobre homem dyoneliano não possui apenas sua faceta de Jó bíblico geralmente reconhecida, mas também esse lado irônico e tartufo.

Sob o tema da Fatalidade, pode-se encontrar a compreensão de Dyonélio sobre um aspecto de sua vida ao qual se subtrai sua vontade: as prisões, a cassação de mandato, mesmo o boicote editorial. Pode-se compreender, desse modo, que decidiu dizer *sim* ao Destino, não rejeitando o valor da experiência que viveu, mas utilizando-a como fonte de reflexão filosófica e material para a criação literária. Essa "antecipação de si", seu Destino como pobre homem, já estava desde sempre lá, para que ele "viesse a ser quem ele era" no futuro. E o que é importante, antes das prisões, boicotes e da cassação.

A remissão a personagem do Tartufo serve para identificar e sintetizar um conjunto difuso e um pouco inapreensível de modos como Dyonélio trabalhou de maneira irônica seu tendo-sido, repensando sua "dejecção" ou queda em um "aí" do tempo, algo que inevitavelmente marcará um ser-aí. Sua *situação*, como diria Sartre, algo que o limita e ao mesmo tempo possibilita sua existência, mas somente quando são assumidas como autenticamente próprias, na decisão de não fugir de suas próprias marcas. É uma resolução que assume seu tendo-sido e projeta seu próprio destino num instante presente.

Assim, a historicidade reconecta-se com a posteridade. "É o passado abandonando o seu lugar no tempo, invadindo o presente, com ele se confundindo", conforme encontramos no próprio Dyonélio:

Tanto mais que, com relação à História, não necessita possuir esse ouvido absoluto dos músicos, verdadeiro prodígio de sensorialidade: basta um pouco de recolhimento, e estaremos a escutar um insistente e estranho rumor. São os ruídos da Vida, que uma vez produzidos, não se extinguem jamais (MACHADO, 1976, p. 10)

Temos assim, na correlação entre dedicação à posteridade futura, teimosia no presente, e o hobby da história, uma espécie de bastidores de produção de suas conquistas estilísticas, o *sui generis* que hoje reconhecemos como sua autenticidade no que poderíamos chamar propriamente de "dyoneliano". Nesse sentido, ainda que herde muito de várias tradições, se vê como um *unus solusque* (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 148) ou como "um solitário" (MACHADO, 1995, p. 90). Reconhecemos, naquilo que hoje herdamos como sua obra, um projeto de dedicação sério e direcionado, um esforço de autocriação que só podemos acessar por rastros.

Mas se concebemos o arquivo como algo que só nos fornece um acesso fragmentário, devemos também indicar os aspectos que impedem a legibilidade ou objetivação completa desse referente. Trata-se de uma certa limitação dos rastros documentais, que devemos destacar:

Haviam me avisado que ele não gosta muito de dar entrevistas. Por isso mesmo fiquei um tanto surpreso quando a data para um bate-papo foi marcada por telefone. Não vou negar que bati à porta um tanto receoso de quem seria Dyonélio Machado, mas em poucos minutos descobri: um homem inteligente, tremendamente lúcido e bastante sofrido. Conversamos bastante. Seu único pedido foi para que eu deixasse as perguntas por escrito, para que pudesse pensar bastante e respondê-las também por escrito (GASTAL, 1973, p. 7).

Examinando seu arquivo, esbarramos em algo que se preserva por trás de sua esfera privada. Dyonélio era contrário a indiscrições, por vezes avesso a entrevistas feitas em condições adversas, e alguns chegaram a falar de uma impenetrabilidade sua (TILL, 1995, p. 145), ainda que haja muitos testemunhos de boa vontade também. Não fazendo o tipo do escritor confessional, do qual restam diários íntimos detalhados, temos dificuldades de sondar completamente sua privacidade. Mesmo gravadores, quando utilizados em entrevistas, eram desligados em certos assuntos (por exemplo, AGUIAR *et al.*, 2014, p. 213, 216, 237, 259).

Em uma de suas entrevistas dos anos 1940, destaca-se a dificuldade de fazê-lo falar sobre certos temas que despertavam a curiosidade do público: “Consegui que Dyonélio falasse sobre Literatura até esse ponto!” afirma Justino Martins (MARTINS, 1940, p.45). Nessa entrevista, é de se notar como o escritor inicia a conversa, ironicamente levando o diálogo até a possível indiscrição de entrevistadores ou de médicos escritores, que revelariam segredos de pacientes através de seus livros.

Nosso escritor sugere remeter a questão das origens das entrevistas literárias a Heródoto, o historiador grego, que deixou ocultas certas questões sobre os costumes religiosos dos persas e egípcios apenas para não cometer indiscrições em sua obra. Dyonélio então questiona: “Será que ele tinha o direito de guardar para si o que sabia de multidões, o que todo mundo sabia?” (MARTINS, 1940, p. 45). Deve-se destacar sua postura sobre a questão da privacidade, já que é possível interpretar que toda digressão fosse um gesto de Dyonélio para impedir que o repórter fizesse perguntas indiscretas (TILL, 1995, p. 145) – ainda que fizesse isso com uma ironia, esperando que o repórter acompanhasse sua digressão histórica, de maneira que ambos pudessem divertir-se com certa cumplicidade intelectual.

Há mesmo outras hipóteses sobre esse ponto: de que Dyonélio fosse avesso às “badalações autopromocionais” (TILL, 1995, p. 143), ou ainda de que, pelo modo como se

realizavam certas entrevistas, elas lhe parecessem projeções do “ideal” ou do desejo de repórteres ou do público sobre sua própria pessoa, o que destaca uma compreensão sua sobre a ocorrência de uma transferência psicanalítica na intersubjetividade da entrevista (GASTAL, 1973, p. 7). A questão da privacidade, portanto, nos recomenda cautela, indicando que algo permaneceu oculto nos rastros – um mistério cujas respostas dependerão sempre um pouco da imaginação dos intérpretes. “Uma entrevista com Dyonelio Machado não pode ser regular, nem orientada pelo entrevistador. A ideia era deixá-lo falar, com o mínimo de intervenções, para que conseguíssemos um depoimento” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 89).

Temos ainda outro limite do rastro: a ironia, que impede a distinção precisa do que é assertivo e do que é humorístico em seus depoimentos.

Gestos largos, o sotaque áspero dos que nasceram na campanha rio-grandense, os braços abertos como em permanente abraço, um modo penetrante de olhar e permanecer nos olhos do interlocutor, esse homem (revisando o que foi e o que fez) é capaz de dizer que veio do século XIX, que é um valetudinário, o romancista de um romance só, um espadachim, um sonhador. (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 57).

Alguns entrevistadores chegavam a atemorizar-se: “A batida na porta do apartamento de Dyonelio Machado é cautelosa, com medo. (...) O primeiro contato é feito através da ‘janelinha’ da porta. São duas sobancelhas brancas, hirsutas e levantadas que guarnecem olhos desconfiados, inquisidores.” (AGUIAR *et al.*, 2014, 79). Outros inclusive confundiam sua altura, vendo-o muito mais alto do que realmente era: “A primeira surpresa: a imponência de seu 1,90 de altura, o vigor de seus 80 anos, os olhos claros detrás dos óculos escuros que ele usa mesmo dentro de casa” (CARVALHO, 1975, p. 17).

No entanto, devemos destacar uma imagem contrária, em que também se sentia companheirismo e amizade: “Numa noite fria ele nos recebeu, com a gentil jovialidade de um antigo companheiro no seu belo apartamento do edifício Sulacap. Sua esposa preparou um cafezinho propício (...). Quase sem sentirmos, a conversa foi até três da madrugada, alimentada por entusiasmo e conhaque.” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 52). É o caso das grandes amizades, dos serões em seu apartamento, algo que podemos acompanhar melhor na leitura de suas correspondências privadas do que em suas entrevistas públicas.

Mas não devemos interpretar essa preocupação de Dyonélio com a privacidade como apenas uma mania pessoal. Temos exemplos de que não voltava essa questão apenas para si, mas a via como um critério regulador ou mais amplo. Como no caso do resultado da premiação de *Os ratos*, a respeito do qual ele afirma que fez grandes censuras a violação de sigilo do prêmio Machado de Assis “isso foi uma água fria no meu entusiasmo, já não quis saber de mais

nada. (...) Eu não teria aceito esse prêmio, se fosse ele, absolutamente” (MACHADO, 1995, p. 25-26). A invasão de privacidade seria algo duramente criticado em qualquer situação, mesmo que essa violação lhe beneficiasse.

A explicação para essa atitude vem novamente de seu cultivo de autores clássicos. O pensamento político da Antiguidade tratava de separar as esferas pública e privada, designando a primeira para a atuação política e o desenvolvimento do caráter individual, enquanto na segunda o indivíduo se guardava, se reservava. Era na privacidade que se realizavam as necessidades e carências biológicas (por exemplo: alimentação, alojamento, segurança face aos inimigos), algo muito mais próximo de um estágio primitivo de existência, regido apenas pelos ditames fisiológicos da vida animal.

Hannah Arendt, em *A condição humana* (2010), mostrará como essa divisão público/privado já se encontra formalizada na *Ética* e na *Política* de Aristóteles. Em autores do período do helenismo, como Epicuro ou Sêneca, a recomendação de certo afastamento das coisas da *pólis*, por sua vez, já se transformaria numa recomendação de espaço maior de reflexão e trabalho sobre si. Dyonélio conhece bem, evidentemente, essa divisão, que na modernidade se deformou e se confundiu sob o conceito de “sociedade”. Veja-se esse trecho de *Endiabrados*: “Com a grande transformação da vida, em que desapareceu a separação entre vida privada e vida pública, os homens do comércio extravasaram, em número considerável, para esferas mais sociais: esportes, vida mundana, mesmo política e administração” (MACHADO, 1980, p. 25).

Isso explica por que no final de sua vida se dizia já não mais envolvido nas coisas da política (MACHADO, 1995, p. 110), com isso sugerindo não que tivesse se tornado desinteressado pelas questões de seu tempo, mas que não podia envolver-se de maneira prática com a esfera pública. Ele também parece expressar essa separação definindo o espaço público como o lugar onde “muito se fuxica”, reagindo inclusive à predileção do público leitor pelo gênero memórias (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 127; MACHADO, 1976, p. 2).

Se encontramos Dyonélio Machado por vezes reservado nas declarações públicas, na correspondência privada ele parece estar mais presente, se encontrando em uma “comunidade de cuidado”, cheio de solicitude para com seus próximos. O tema da saúde é constante, com comentários frequentes sobre os efeitos do clima no organismo ou sobre modos de tratamento de pequenas enfermidades. É aqui também que a faceta de médico de Dyonélio se apresenta de

uma maneira menos técnica. A relação estabelecida com Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira é bastante característica desse cuidado especial com o “mistério da saúde”.

Cientes dessa questão da privacidade, podemos passar a outro limite dos rastros. Trata-se da questão do corpo, onde, segundo Paul Ricoeur, estaria aberta a experiência de finitude do ser-para-a-morte, num processo muito lento de apropriação, por via da observação e do aprendizado biológico, da degeneração que ocorre na carne. A questão do corpo surge próxima da questão da privacidade, pois como vimos na concepção clássica que Dyonélio Machado parecia seguir, era na esfera privada que se dava o momento biológico dos processos metabólicos e da satisfação das necessidades próximas à animalidade. Por isso, é nesse espaço da privacidade que sua atenção para com sua saúde deve encontrar seu espaço privilegiado.

Seria nos rastros presentes no corpo que uma interpretação sobre seu “trauma” poderia se legitimar. Estas análises buscariam encontrar evidências de sintomas físicos, as compulsões e repetições, de maneira a fundamentar-se em algum material para além de recortes descontextualizados de algumas declarações do autor. Faremos um breve desvio pela questão do trauma, para exemplificar os limites dos rastros históricos na análise do corpo de Dyonélio.

Vejamos um dos indícios sempre mencionados nessa “interpretação traumática” de Dyonélio:

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito de minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estavam morrendo, e eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte. O Louco do Cati tem muito da experiência na prisão... se tem, se tem... Utilizei minhas vivências neste período (...) não com um caráter memorialista, mas como elemento para ficção (MACHADO, 1995, p. 28).

Dyonélio nunca afirma que a motivação de *O Louco do Cati* vem de uma forma de trabalho do trauma. São mencionados um “desafio com a morte” e uma doença no coração – catalizadores de um trabalho que utiliza as experiências passadas com intenção ficcional, e não memorialística. Parece ser difícil precisar até que ponto os “estigmas da prisão” deram origem à sua taquicardia, pois poderíamos indicar que já criança teve problemas de gagueira, palpitações e falta de ar, o que poderíamos associar aos sintomas do distúrbio cardíaco.

E seria possível mencionar acidentes posteriores, que também constituem reflexos da enfermidade. Por exemplo, 10 de junho de 1947, quando sofre uma queda no palácio do governo e é socorrido pelo próprio governador; ou sua queda, quando estava averiguando as instalações da Colônia de Assistência aos Psicopatas, já como diretor do São Pedro, em 2 de novembro de

1958; ou mesmo o leve tombo, pelo qual acabou hospitalizado, antes de falecer. Até que ponto o “trauma” que o historiador gostaria de ver no problema de coração está relacionado a esses outros casos?

A evidência mais dramática é aquela que temos em uma carta a Pedro Cossio, datada de 1964, na qual Dyonélio pede conselhos para fazer cessar suas crises de taquicardia paroxística, as quais vinha tratando há dez anos com Prostigmin, mas que haviam se agravado nos últimos cinco meses. Nela, pede “conduta terapêutica e talvez um regime, contendo proibições eventuais, como conduções de trabalho, café, tabaco, vinho” (MACHADO, 1964, p. 1). É comovente o tom adotado pelo autor, que parece aflito ao recorrer ao médico que o atendera uma década antes, em Buenos Aires. Ou seja, em 1954 o coração lhe causava problemas novamente.

Passamos por um dilema de expressão relativa à linguagem dos conteúdos privados. Jaime Ginzburg, em *Crítica em tempos de violência* (2010), remete ao problema do referente da linguagem privada, desenvolvido por Wittgenstein: “Os referenciais interiores da palavra para o sujeito se distinguem dos referenciais adotados pelo outro; a confiabilidade limitada na palavra se vincula com uma confiabilidade limitada no outro” (GINZBURG, 2010, p.90).

Para o autor, isso dificulta o estudo do trauma através da literatura, já que temos certa mediação pela linguagem, o que concorda com a interpretação de Paul Ricoeur sobre a relação entre memória e imaginação:

Se eu tenho uma dor, e manifesto ao outro, posso ter a expectativa de que ele compreenda o que se passa em meu interior. A palavra “dor” cumpriria um papel conector, permitindo que o outro reconhecesse o que se passa dentro de mim. No entanto, explica Wittgenstein, a palavra “dor” não equivale a um grito. Ao gritar, manifestamos uma sensação, a partir de uma vivência imediata. Usar a palavra “dor” consiste em tentar substituir a manifestação imediata por uma referência abstrata. (GINZBURG, 2010, p. 88)

Na busca por “sintomas” no texto, o intérprete inevitavelmente adotaria seus próprios referentes pessoais, para identificar aquilo que seja um reflexo traumático. Assim, haveria mesmo uma espécie de *transferência* do investigador sobre Dyonélio. Somamos a isso a questão apresentada por Paul Ricoeur, dentro da fenomenologia da memória, na qual a lembrança primária, para fixar-se, sempre se elabora numa lembrança secundária que já se relaciona com a imaginação – o que dificulta ainda mais o desejo de investigação das memórias traumáticas de Dyonélio.

Sobre seu trauma, sabemos de alguns rastros objetivos que a prisão deixou em seu corpo, como a perda dos dentes e de algumas unhas, além de grave emagrecimento. E que sua maior preocupação naquele período de 1935-1937 era de que viesse a ser morto pelo regime getulista. A questão central, portanto, é: o que ganharíamos inferindo este ou aquele sintoma traumático, a partir de um conjunto muito superficial de rastros? Lembremos que Dyonélio teve bastante experiência empírica dos modos como a carne vai pouco a pouco caminhando para o falecimento, por toda a sua experiência como médico e diretor do Hospital São Pedro (que em 1961 será rebatizado para Hospital Psiquiátrico São Pedro). Isso faz com que sua relação com o próprio corpo seja ainda menos ingênua e mais instrumental, o que dificulta ainda mais essa investigação.

Muito mais interessante que a sugestão de uma literatura produzida como “trabalho do trauma” é ressaltar seu interesse pela doença e pela morte como fontes emocionais de intensidade para sua literatura:

Assim, porém, como é o habitual, escrevendo-se sem outra imposição senão a que deriva da criação artística, penso que, longe de se chocarem, a Medicina e a Literatura, em particular a de ficção, se conciliam admiravelmente. Ainda mais: exigindo vivências cada vez mais profundas por parte do artista, encontra no médico a sua fonte inexaurível, dada a natureza do material que ele profissionalmente manipula. Não quero dizer que transforme os seus casos em figuras de romance. Mas, colocado no centro mesmo das correntes emocionais mais intensas – as que promanam da doença e da morte – ele está apto, em a Arte ajudando, a produzir também uma vida ou a criar uma outra natureza – que é todo o objetivo da Arte. Aliás, isso talvez explique o grande número de médicos escritores. (GASTAL, 1973, p. 7)

Tudo isso coloca um problema imenso para toda pesquisa que se proponha a compreender o corpo de Dyonélio, a saber, sua relação com a própria finitude e como ela se relaciona com seu conhecimento sobre a corporalidade humana. Sua literatura fornece diversos exemplos em que a relação mente e corpo se distancia de uma compreensão mecanicista ou científica, como o trecho da operação junto aos “terapeutas do deserto” em *Deuses econômicos* (MACHADO, 1976, p. 127-129) ou o final de *Ele vem do Fundão*, onde encontramos uma espécie de cura catártica (MACHADO, 1982a, p. 109).

Podemos então ir no sentido contrário, projetando resiliência, força e vitalidade em Dyonélio, que teria administrado da melhor maneira possível sua saúde, frente à própria situação. A questão aqui é que não encontramos parâmetros de positividade para definir o que é saúde e o que é doença sem adotar alguma abordagem científica, como exames laboratoriais que pudessem revelar evidências nesse sentido.

Nessa nova trilha pelo caminho da medicina e da saúde, na qual se coloca o problema do corpo, podemos estabelecer um referente importante a partir do lema que encontramos em uma carta para Julieta Godoy: *a saúde é uma arma de trabalho* (LADEIRA, 1980, p. 1). A partir dessa sugestão de uma administração da saúde com vistas à produção da literatura, podemos voltar à elaboração do referente do tempo do cuidado, onde a saúde permite a ampliação dos horizontes de sua própria obra, seguindo a máxima: “E sempre teimando, que a minha teimosia foi tremenda” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 98).

Sua concepção de corpo incorporava questões que não eram exclusivamente científicas. Encontramos sua própria sabedoria filosófica fornecendo um olhar positivo para o corpo e a dor, longe de um “trauma”:

Um filósofo, inveterado pessimista, deu grande destaque à dor, necessariamente para angariar prosélitos, pontificando: Só a dor é positiva. Os médicos se valem muito dela para rastrear a doença. A dor, como simples alerta, veio-lhe e passou, cônica de que cumprira seu dever. O resto era com a paciente. (MACHADO, 1980b, p. 1)

Teremos outro exemplo importante em sua correspondência, quando surge mesmo a questão da produção da literatura para curar o trauma. Recomendará à Julieta Godoy, logo após Osman Lins falecer, a produção literária como forma de movimentação do corpo, frente ao abalo: “Nada mais forte para colocar um organismo abalado no estado de saúde plena que movimentá-lo com um ideal (...) aumenta a saúde com o aumento do número de páginas de trabalho.” (MACHADO, 1978, p. 1-2)³⁵. Mais tarde, dando conselhos a ela, chama-se de curandeiro: “Creis [sic] (ou creio) haver satisfeito as exigências, do curandeiro, - que outra coisa, em medicina, não sou.” (MACHADO, 1980a, p.1). Nessa mesma correspondência, recomenda o conselho de Lamartine, de ler livros como uma forma de tratar a dor: “não há dor que resista a uma página de leitura”.

É assim, então, pela sugestão de uma perspectiva de medicina não meramente técnica, mas quase xamânica, que deveríamos rever a relação de Dyonélio com seu corpo. São muitas as dificuldades para a legitimação da clássica interpretação de sua literatura produzida como trabalho do trauma, a principal sendo o elemento de projeção que o intérprete acaba realizando frente ao seu referente subjetivo de trabalho. Há mesmo a possibilidade de apagamento das evidências no espaço da privacidade, o que não deixaria rastros para a posteridade,

³⁵ É justamente esse “movimento em busca de um ideal”, ação que produz uma elevação, que ele chamará de “cura pela sublimação”. Algo bastante distinto de uma “perlaboração do trauma”, que seria mais ou menos o que tentou-se interpretar na “explicação” psicanalítica. Voltaremos a essa questão na seção 5.2.

impossibilitando a identificação desses sintomas no arquivo; ou ainda a chance de que a experiência médica de autotratamento tenha resultado na eliminação eficiente de certos reflexos traumáticos.

Novamente, uma resposta conclusiva a esse respeito só poderia se legitimar com evidências objetivas, como quando se exuma um falecido para identificar o diagnóstico da *causa mortis*. O que nos leva a um plano ético: será respeitoso esse tipo de análise invasiva? Até que ponto devemos nos sentir no direito de projetar a epistemologia médica de nosso contexto sobre um pequeno conjunto de informações vagas, inferindo qualquer coisa sobre seu corpo e sua saúde, apenas para concluir que seria um sujeito traumatizado?

Indiquemos que há uma contraparte positiva: seu próprio aprendizado sobre o coração, justamente o órgão que seria negativamente acusado. Façamos visível sua força vital:

Umás férias em clima ameno restabeleceria [sic] a saúde, de quem a maneja como objeto de trabalho. Dentro de nós possuímos uma víscera (vamos chamar assim) que cedo põe-se a trabalhar e muito tarde a aposentar-se: é o coração. Tarefa difícil a sua: duma bomba permanente, responsável pela circulação do sangue, - esse fluído da vida. Como sai ele da tarefa? Trabalhando e descansando. Tem o seu momento em que põe toda a energia – seguido porém (e isso figura nas condições do emprego) dum relaxamento muscular reparador. - Essa é uma lição sagrada que a natureza nos dá: não vamos depreciá-la. (MACHADO, 1980b, p.1).

Assim, com certa poeticidade, nosso médico também recomenda que, para a cura ocorrer, deve-se “manter humor num ponto elevado”. E sugere a importância da vontade nesse processo: “Levei anos a fazer, como começo de conversa, a pergunta inicial para os meus pacientes: quer se curar? Com a resposta afirmativa, tinha-se já andado meio caminho da cura. A pessoa humana é uma unidade, o que já vira Hipócrates, e cansam de ver os psiquiatras” (MACHADO, 1978, p. 1).

Com isso, encontramos alguns referentes importantes para as possibilidades e os limites do estudo dos rastros relativos à sua esfera privada. Reconhecer, por exemplo, que seu trabalho com o corpo, onde a saúde é “arma de trabalho”, é o que lhe permite sua produção literária (LADEIRA, 1980, p. 1). Uma dedicação que é ao mesmo tempo multiplicação e acabamento, o que revela a prática que permite a realização de seu projeto literário. Uma possível herança positivista, que teria lhe deixado a sugestão de que só se conhece o caráter de alguém cinco anos após sua morte? Dyonélio Machado, como bom seguidor de Sêneca, viveu preocupado em realizar sua existência, meditando sobre a morte, em busca de um “morrer bem”.

Por esse percurso, sua obra surge não como fruto de matérias “recalcadas no inconsciente”, espécie de “psicografia dos sintomas” de uma projetada neurose traumática. Sua

riqueza não vem do “outro mundo” que foi experimentado no cárcere (GRAWUNDER in MACHADO, 1995, p. xxxi), mas sim da teimosia em realizar uma potência, criada a partir de um excesso de reserva de sua “arma de trabalho”, sua saúde.

Podemos então conjecturar que todo o resultado produzido a partir do Arquivo Literário Dyonélio Machado foi uma espécie de manifestação desse trabalho de cuidado do autor para com a posteridade. Isso levaria à avaliação de que, no momento de sua “redescoberta” literária nos anos 1970, a totalidade de nosso autor ainda não estava em jogo, já que muitas de suas obras encontravam-se inéditas. Apenas na posteridade encontraríamos “quem veio a ser” Dyonélio. Isso nos permite repensar as interpretações feitas enquanto era vivo, já que havia sempre uma espécie de abertura e inacabamento da obra naquele contexto.

Afinal, só agora seu último livro inédito está próximo de se fazer público. Coligindo enfim o todo de seu projeto literário, talvez possamos reavaliar o todo de sua obra mais uma vez, sem toma-lo exclusivamente pelas interpretações feitas na redescoberta. Lembremos que a dedicação à posteridade se realizou na proximidade de ironias e paradoxos, numa literatura que se arma de dilemas e insinuações. Com isso deveríamos pensar que a posteridade dyoneliana buscou ir além de dado contexto, no projeto de uma complexidade e riqueza que atingem certa universalidade para além das contingências, realizando aquilo que reconhecemos como a “grande literatura”. O que remete não só à nossa atualidade, mas a outro futuro, que se daria como uma “realização literária” futura tal como reconhecemos, por exemplo, na multiplicidade de análises possíveis encontradas na fortuna crítica (ou ainda por se fazer), em autores como Machado de Assis, Clarice Lispector ou Guimarães Rosa. Realização de um projeto de uma posteridade mais ricas de possibilidade, e que viria de seu trabalho sobre a ironia.

5 ABUSOS DA MEMÓRIA EM DYONÉLIO MACHADO

A partir do reconhecimento da ironia em Dyonélio, e do reconhecimento de seu esforço de autocriação na temporalidade do cuidado, avançamos sobre pressupostos que garantem um direito básico a qualquer autor: o de não ter sua literatura interpretada como mero reflexo de sua vida. O biografismo surge já na recepção crítica de seu primeiro livro de contos, e irá se reelaborar com a publicação de *O Louco do Cati*. A partir de uma série de analogias entre acontecimentos traumáticos e metáforas literárias de perseguição, a análise biografista se vale mesmo de testemunhos tomados do próprio autor depois de “redescoberto”, de maneira a se fundamentar em análises de uma “perlaboração do trauma” que ocorreria em sua produção literária.

Aqui então faremos uma crítica desses abusos da memória, pois ocorrem como uma espécie de rememoração que projeta determinações e causalidades explicativas, tanto sobre o agente quanto sobre sua obra. Vimos que podemos situar um quadro de explicação de suas ações como vinculando-se à instituição literária, a partidos políticos ou a grupos médicos, numa interpretação sociológica que reconhece um importante tempo social, no qual se deslocam posições e negociações públicas, e que mostra os sucessos e insucessos do autor enquanto agente social. São pesquisas que produzem explicações importantes, pois nos fornecem materiais para uma compreensão mais objetiva de sua atuação pública.

No capítulo 4, vimos que é possível pensar seu tempo íntimo por via da sugestão de uma “gestação” de sua autocriação irônica. Mas em sua recepção, explicações sobre sua temporalidade pessoal surgiram de aproximações com a psicanálise, a partir de uma interpretação de sua sublimação do trauma da prisão. Estudar a sublimação de alguém pressupõe analisar como essa pessoa se relaciona com sua sexualidade, indicando materiais vindos da infância. Além disso, não é à toa que psicanalistas precisam psicanalisar-se antes de clinicar, pois o risco de projeção na relação de contratransferência com o paciente é inevitável.

São muitos os desafios para quem deseje legitimar uma interpretação psicanalítica, e aqui buscaremos fazer uma revisão da questão da sublimação, de maneira a estabelecer um quadro metapsicológico que permita indicar um referente transparente de como seria possível ao intérprete interpretar esses movimentos da psiquê. A consequência disso, veremos, é que devemos revisar certa tradição de exageros interpretativos que tentaram psicanalisar Dyonélio Machado.

O risco de prosseguir com essas interpretações é limitar o sentido de sua obra a mesquinhas pessoais, quando na verdade Dyonélio Machado parece ter desejado apresentá-la como um problema público e coletivo, buscar uma espécie de “além” de seu horizonte histórico. Podemos dizer que o problema do biografismo se dá em dois sentidos: 1) redução da singularidade de seu “projeto existencial” a paradigmas explicativos exteriores, que criam um encadeamento de suas ações públicas, mas diminuem sua novidade; 2) limitação das potencialidades de análise literária por via da adoção de uma interpretação biográfica. Pensando o horizonte póstumo da autocriação irônica, no capítulo 4, buscamos apontar uma solução para o primeiro ponto, fazendo referência a uma temporalidade íntima que não precise fazer menção a um “trabalho do trauma”. Passemos agora à investigação do segundo ponto.

5.1 A biografia como modelo explicativo

*É isso, ele me faz um desgraçado.
Pra ele, eu estava em todos os meus personagens, em todos.*
Dyonélio Machado (1976)

Apontaremos aquilo que são os exageros da relação entre vida e obra de Dyonélio Machado, retomando a crítica de Roland Barthes ao biografismo, em seu texto “A morte do autor” (BARTHES, 1984). Em seguida, buscaremos na abordagem sociológica de Pierre Bourdieu, em “A ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006), a sugestão de um método de análise de sua história pessoal. Somadas, essas abordagens nos ajudam a fazer uma crítica do uso da biografia para explicar a literatura, assim como de um uso da narrativa biográfica que desconsidere seus aspectos ficcionais, que criam a ilusão de um sentido coerente no encadeamento da narrativa de vida.

Para Roland Barthes, seria possível recuperar uma história do processo de posicionamento do autor como fonte ou centro de sentido do texto, que se inicia nos fins da idade média e se consolida com a modernidade. A fé individual luterana, a ideia de sujeito cartesiano, as concepções subjetivistas do Romantismo; diversos foram os momentos que alimentaram a perspectiva de que há um indivíduo em posse de sua linguagem. Uma das versões mais modernas desse mito seria a sugestão de uma “intenção original” do autor, a qual seria perfeitamente possível desvendar e reencontrar.

“O autor reina ainda nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas, e na própria consciência dos literatos, preocupados em juntar, graças ao seu diário íntimo, a sua pessoa e a sua obra” (BARTHES, 1984, p. 49-50). Essa maneira de encarar o significado do texto estaria mesmo na tradição literária, transmitindo-se assim para os escritores. Foi somente em meados do século XIX que se começou a questionar essa posse plena do sentido autoral de um texto.

Para Barthes, foi por via do trabalho de escritura de alguns autores, como Mallarmé, Valéry e Proust, que surgiu essa espécie de descentramento de sentido. O primeiro quis colocar a linguagem como a própria produtora do significado; o último confundiu autor e narrador em sucessivas mudanças de perspectiva sobre as personagens. Já no surrealismo se mostraram algumas subversões mais radicais (como a escrita automática), mas que ainda não centralizavam a linguagem mesma como máquina produtora de significação.

O crítico francês sugere que é a própria escritura, em suas relações estruturais, que renova seu sentido a cada contexto de recepção, não havendo origem possível em um referente autoral:

Na sua novela *Sarrasine*, Balzac, falando de um castrado disfarçado de mulher, escreve essa frase: “Era a mulher, com seus medos súbitos, os seus caprichos sem razão, as suas perturbações instintivas (...)” Quem fala assim? Será o herói da novela, interessado em ignorar o castrado que se esconde sob a mulher? Será o indivíduo Balzac professando ideias “literárias” sobre feminilidade? Será a sabedoria universal? A psicologia romântica? Será para sempre impossível sabê-lo, pela boa razão que a escrita é destruição de toda voz, de toda origem. A escrita é esse neutro, compósito, preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve. (BARTHES, 1984, p. 49)

Nem mesmo uma suposta identidade do corpo do autor poderia fornecer referente de sentido último ao texto. Não haveria um trajeto interpretativo único, que liberaria a “mensagem” de um autor-Deus. Um texto seria antes um tecido de mil citações, saídas de mil focos de cultura e contextos, espaços de dimensões múltiplas que se casam e se contestam com outros textos, nenhum deles sendo o texto “primevo” e original. O único poder do escritor seria aqui algo muito próximo da distorção de vocabulários que ocorre na ironia: misturar as formas de escrita, contrariando umas às outras, de modo a nunca se apoiar totalmente em nenhuma delas.

Seguindo um viés muito parecido com o de Lacan, para quem o “Inconsciente está estruturado como linguagem” (LACAN, 1985 p. 27), Barthes sugere que se o texto fosse tradução de uma “coisa interior” do autor, essa coisa interior (seu desejo, digamos) na verdade seria algo próximo a um dicionário intertextual, com múltiplos feixes de paródias de outros

sujeitos, discursos ou desejos exteriores. Veremos na seção seguinte como se desenvolveu uma abordagem redutora nesse sentido, a qual, partindo de declarações do autor, e avançando interpretativamente para um recorte metafórico da psicanálise, limitou-se a relacionar trauma e literatura.

O recurso ao sentido autoral de um texto, ou em última instância ao corpo biológico do autor, seria uma forma de dar segurança para uma interpretação, e por isso surge como o caminho mais rápido na incerteza. Sendo ele supostamente um “centro de sentido”, se poderia decifrar, descobrindo-se no texto o “segredo último” do autor: sua alma ou a da sociedade, ou a própria história, aspectos da condição humana, etc. O radicalismo teórico de Barthes, na busca pela libertação das potencialidades da escritura, questiona mesmo os referentes sociológicos e históricos, como outras formas que a crítica encontrou para reconhecer “avatares do autor” – manifestações que garantiriam uma “alma do texto” pronta para se decifrar.

Assim, podemos reconhecer que muitos desejaram encontrar um centro, uma “intenção do autor” de onde poderia se estruturar todo o sentido da obra, numa luta onde o intérprete “venceria” o texto supostamente esgotando as análises ao desvelar os mistérios últimos de sua linguagem. Mas quem veio a ser Dyonélio Machado? Podemos nos colocar nessa posição de conhecedores de sua psiquê – termo grego que definiria sua “alma”? Talvez na aproximação com uma metodologia objetiva, situando-o dentro de um quadro sociológico, poderíamos ter um olhar mais preciso, por via dos rastros institucionais e conteúdos da memória coletiva.

Passemos então à crítica de “A ilusão biográfica”, no célebre artigo de Pierre Bourdieu (2006). O sociólogo busca indicar como elementos literários estavam infiltrados em pesquisas científicas que operavam com entrevistas (como na etnografia ou na sociologia), sem um necessário questionamento de suas estruturas de códigos e registros linguísticos. O método de entrevista que constrói uma “história de vida”, por exemplo, projeta uma estrutura de começo, meio e fim na narrativa, o que aproxima a biografia da ficção. Esse método de entrevista ressurgia entre as metodologias das ciências sociais dos anos 1980, e carregava uma série de pressuposições que Bourdieu tentou apontar.

Sugerir que a “vida seja uma narrativa” é aceitar que a vida possui uma finalidade (as conquistas, um percorrido, um final feliz ou não), algo que projeta inclusive uma espécie de filosofia da História tácita no viver (uma teleologia guiando os acontecimentos, um “progresso” em direção a algo). Denota também uma compreensão de como o processo histórico se reconfigura pelas narrativas, como quando falamos que a História é narrada pelos vencedores

(BOURDIEU, 2006, p. 184). E sugere mesmo o pressuposto de que na existência humana haja algum sentido possível de ser encontrado, tal como quando alguém diz querer busca narrar “sua verdade” dos fatos.

A sugestão de que a vida seja algo coerente e orientado, que pode e deve ser percebido como um projeto subjetivo ou objetivo único, se constrói na linguagem. Termos como “desde então” ou “desde pequeno”, ou expressões como “sempre gostei de música”, típicos de entrevistas e presentes em biografias, indicam essa apropriação dos recursos literários que se faz no relato de si, e que permite estabelecer um desenvolvimento lógico, sucessivo e cronológico.

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador que propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu história de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). (BOURDIEU, 2006, p. 184).

A configuração do relato autobiográfico visa gerar sentido razoável para a narrativa de vida, retrospectiva e prospectivamente, encontrando consistências narrativas e inteligíveis, identificando causalidades e motivações que muitas vezes não estavam presentes nas sucessivas etapas narradas. Bourdieu chama de “ideólogo de sua própria vida” aquele que opera esse procedimento de seleção e descarte de informações, buscando uma “intenção global em certos acontecimentos significativos” e instituindo conexões causais que lhe deem coerência (BOURDIEU, 2006, p. 184-185). Por outro lado, chama de “profissionais da interpretação” os intérpretes que, partindo da cumplicidade natural do biografado, aceitam essa criação artificial ou ficcional de sentido, e subscrevem esse empreendimento com sua interpretação.

O sociólogo francês aponta para o curioso fato de que o advento de romances modernistas coincide com a percepção contemporânea da existência como ausente de sentido (sentido aqui tanto como destinação quanto como significação). Uma obra como *O som e a fúria*, de William Faulkner, mostraria a vida como anti-história, simbolizando a sugestão de que o relato coerente de uma sequência de acontecimentos nada mais seja do que uma ilusão retórica, “uma representação convencional da existência, que a tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 2006, p. 185). Autores como Robbe-Grillet mostrariam o real como descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, imprevistos, aleatórios, incessantemente surgindo sem propósito final algum.

A investigação do sociólogo francês propõe então a definição de quais instituições e mecanismos sociais favorecem e autorizam essa experiência da vida como unidade e totalidade. Para Bourdieu, será o *habitus* – ou seja, a incorporação das estruturas sociais por parte do indivíduo – aquilo que permitirá a construção de “práticas identitárias” que serão retomadas em ocasiões de produção de um relato, em situações mais ou menos autorizadas e institucionalizadas pela sociedade (a terapia, a confidência, o “falar de si” no aniversário, etc.).

“O mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância a si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, no mínimo inteligível (...) dispõe de todo tipo de instituições de totalização e unificação do eu” (BOURDIEU, 2006, p.186). A principal dessas instituições é o *nome próprio*, sobre o qual se debruçam os rituais de batismo e registros legais, que permitem a assinatura como condição jurídica da identidade. É o nome que fundamenta que um corpo variante no tempo e no espaço seja reconhecido como constante e idêntico. O nome também permite fixar instituições como a origem familiar, o currículo profissional ou a ficha policial.

Não havendo propriedades constantes no corpo biológico ao longo do tempo, o nome só chega a “atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente atribuída, à custa de formidável abstração” (BOURDIEU, 2006, p. 187). O nome próprio é, portanto, o suporte daquilo que chamamos estado civil: conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade, etc.) ligadas a pessoas às quais a lei civil associa efeitos jurídicos: certificações de atribuições, produzidas sob controle institucional, e que desenvolvem uma espécie de descrição oficial do nome próprio. Esses atestados de nomeação operam sobre um postulado de “constância nominal”, e buscam servir como certificados de crédito ao indivíduo, do qual se espera que opere dentro de certos padrões normativos e exigências sociais.

Destaca-se também a importância do contexto de produção do relato de si. Estando mais próximo de instâncias públicas de investigação, se aproximaria mais dos modelos oficiais de apresentação de si (ficha de estado civil, atuação profissional e formação intelectual, etc.). Ocorrendo mais próximo das trocas íntimas entre familiares, acerca-se da lógica da confidência. Haveria então leis que regem a produção dos discursos sobre si, operando na relação entre *habitus* e estes “mercados” simbólicos. Quanto mais coação e ameaças institucionais, mais a apresentação pública das representações privadas de sua própria vida se aproximará do “relato oficial”. Bourdieu afirma ainda que, tudo leva a crer, as leis da biografia oficial influenciam não só os pressupostos inconscientes (preocupação com cronologia, unidade do relato, etc.), mas

também o modo como se dá a relação entre investigador e investigado. Este último pode ser mais ou menos consciente de sua situação, conforme seu conhecimento de experiências equivalentes (entrevistas com escritores célebres, políticos, exames profissionais, etc.), orientando-se, por via de um domínio maior dos códigos desses relatos, na produção de uma apresentação de si mais sofisticada.

A análise de Bourdieu visa não só a uma crítica, mas à proposição de um novo vocabulário de análise biográfica: “A noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p. 189). Essa definição busca indicar objetivamente os acontecimentos biográficos enquanto *colocações* e *deslocamentos* no espaço social. Indica-se, portanto, a inserção do agente em estados sucessivos da estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado.

Tal definição busca substituir os substratos de causalidade que aparecem nas diversas etapas da biografia, em prol do reconhecimento da relação objetiva entre o sentido e o valor dessas posições em cada momento e espaço determinados.

O que equivale a dizer que não podemos compreender a trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Dentro dessa concepção, tal reconstrução prévia é condição de qualquer avaliação rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, “personalidade” que Bourdieu redefine pelo termo *superfície social*, isto é, um conjunto de posições simultaneamente ocupadas num dado momento por um indivíduo biológico instituído, agindo como um suporte de um conjunto de atributos e atribuições, que lhe permitem intervir como agente eficiente nestes diferentes campos. A preocupação de Bourdieu, na configuração de um relato biográfico, passa assim pela identificação de um panorama sociológico dos campos em disputa e dos espaços de atuação disponíveis, nos quais o indivíduo concreto poderia atuar como agente eficiente, “indivíduo construído” pelas instituições sociais, desenhando-se assim uma trajetória de sucessivas colocações e deslocamentos desse agente.

A partir desses indicativos, podemos voltar nossa análise para o estudo de Dyonélio Machado. As referências às categorias de Roland Barthes nos ajudam a pensar que não se deve buscar uma leitura do texto à luz da “intenção do autor”. Sua proposta de uma textualidade poderosa e descolada de vínculos biográficos, ou mesmo históricos, casa perfeitamente com nosso estudo da ironia em Dyonélio, numa operação que ocorre por via de apropriações paródicas e intertextualidades com pensadores dos mais diversos campos. Isso permite pensar uma riqueza de significação que se afasta da associação com a vida do autor.

Já a proposta de interpretação de Bourdieu se alinha também com a proposta de Paul Ricoeur, que indicará o sociólogo como trabalhando na trilha que vem seguindo pela via da epistemologia da história:

A contribuição de Norbert Elias para uma história das mentalidades e das representações encontra um prolongamento parcial no plano sociológico no trabalho de Pierre Bourdieu. Ao retomar a noção de *habitus* (...), P. Bourdieu se recoloca no interior da dialética estabelecida por Norbert Elias da construção do self e da coerção institucional. (...) Assim, o *habitus* permite, por um lado, articular as representações e condutas, e, por outro, compor essas representações e condutas com aquilo que Bourdieu chama “a estrutura do espaço social”, o que permite apreender “o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes comuns (dentre eles o sociólogo e o próprio leitor em suas condutas habituais) dirigem seus olhares ao mundo social (RICOEUR, 2007, p. 219).

Lembremos que Paul Ricoeur propunha uma historiografia que se aproxima dos métodos das ciências humanas, mas que concebia também uma “condicionalidade existencial” para a história, de maneira que a temporalidade fundamental do agente pudesse fazer contraponto com a epistemologia: quanto mais percebido na rede de relações sociais, mais determinações “lemos” nas ações do agente. Devemos então conceber um tempo próprio de elaboração das iniciativas, situando-as em um horizonte social que manifesta “tempos de incerteza” e que é, portanto, desprovido de plano prévio de conformação social. Foi o que elaboramos em nosso referente ao tempo do cuidado, buscando uma análise que se volte para aspectos práticos que potencializaram a linguagem irônica do escritor.

Por via da sociologia, a apropriação prática que Dyonélio Machado fez do helenismo (estoicismo, filosofia grega, etc.) poderia ser vista como uma herança de suas relações familiares, que lhe ofereceram um conjunto de códigos e casos bem sucedidos de realização social. Assim, responder “quem veio a ser Dyonélio Machado” se inclina para a sociologia, reconhecendo na constituição de sua personalidade (sua *superfície social*) a realização de sucessivas instâncias de validação frente aos diversos grupos (instituição literária, grupos políticos e médicos, por exemplo).

Podemos então pensar o estudo da biografia de Dyonélio em relação à trajetória de colocações e deslocamentos no espaço social. Seria a sugestão de que uma interpretação de sua vida deve separar cada uma de suas posições específicas no quadro social, identificando cada uma delas em seu contexto temporal próprio. Isso indica uma crítica ao procedimento de fundamentar uma interpretação de vida apenas por via de declarações vindas de um momento específico.

Será esse um modo muito adequado para tomarmos o *testemunho histórico* de Dyonélio Machado dentro do horizonte de inscrição documental. Recuperando cada uma de suas entrevistas, podemos perceber como em muitas delas há uma atmosfera de humor e ironia, e como muitos de seus enunciados são apenas hipóteses e sugestões. Assim, aquilo que há de “conteúdo histórico” em suas declarações deve ser tomado sob essa ressalva de sua ironia. Pode servir de material se o assumimos como um “terceiro” frente à análise dos acontecimentos, tomando sua versão em comparação com outras informações e relatos a respeito. Ressaltaremos o indicativo da ironia a seguir, em nossa análise de suas *Memórias de um pobre homem*.

A metodologia de Pierre Bourdieu permite repensar o costume crítico que prioriza o conjunto de declarações surgidas na chamada “fase de redescoberta” (anos 1970/1980), tomando-as como fonte de explicação retroativa para todas as fases anteriores. A crítica à ilusão biográfica nos serve para separar cada uma das posições de sua trajetória, que deve então ser investigada em seu horizonte específico, pensando seus deslocamentos e posicionamentos em relação a determinadas estruturas sociais (como, por exemplo, a instituição literária, grupos políticos ou médicos). Assim, extraímos informações sobre sua existência pública, sem nos deixarmos iludir com as elaborações posteriores a cada contexto.

Com isso, sua historiografia pode ser aproximada de pesquisas sociohistóricas, conferindo legibilidade às iniciativas e coerções que ocorreram num grande conjunto de suas ações sociais, e identificando seus sucessos e desajustes em relação à instituição literária (GRAWUNDER, 1997) ou aos grupos partidários e médicos (GAGLIETTI, 2007). Por via dessas interpretações sociológicas temos um conjunto de temporalizações históricas, cada uma com suas dinâmicas próprias. É o que vemos, por exemplo, no modelo de relações com a instituição literária de Maria Helena Albé, composto de a) fase de tentativa (de afirmar-se); b) fase de (pseudo) afirmação; c) fase de marginalização; d) fase de reconhecimento (ALBÉ, 1983, p. 88, 90, 92, 94).

Temos na ótima análise de Mauro Gaglietti o reconhecimento do deslocamento de Dyonélio Machado como importante liderança política. Sem deixar de destacar sua singularidade, o localizará dentro de um quadro de relações com grupos políticos e médicos:

Dyonélio Machado foi não apenas um importante escritor e um médico psiquiatra de projeção nacional, mas também uma liderança política conhecida. Integrou o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) até o início da década de 1930 e tornou-se, em 1935, presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), seção Rio Grandense, tendo no mesmo ano ingressado no Partido Comunista do Brasil (PCB), agremiação pela qual se elegeu deputado estadual constituinte em 1947 (GAGLIETTI, 2007, p. 20)

Essa possibilidade de análise produz um conjunto importante de conhecimentos históricos, mas não esgota completamente aquilo que há de novo ou inaugural em seu “projeto existencial”, já que insere Dyonélio Machado em um quadro temporal público. Ainda que vejamos com mais clareza a *superfície social* de sua personalidade, o resultado de suas ações se encontra dependente dessa temporalidade já dada, que não é totalmente a sua. Aqui se apresenta o valor da hermenêutica da condição histórica de Paul Ricoeur, que permite equilibrar esses extremos, garantindo certa autonomia para as iniciativas de um agente, já que lhe possibilita pensar projetos e esperanças novos, abertos para um porvir onde as causalidades sociais serão outras, ao mesmo tempo em que não nega que o sucesso de sua atuação se vincula a certos coletivos.

Mas vejamos agora como o próprio Dyonélio via a questão da biografia: “Você me fala em dados biográficos? As biografias mais sucintas – com poucos dados, logo – são as que mais valem, por porem em relevo os únicos aspectos que importam. Você conhece a de Ramalho Ortigão, traçada por Eça de Queirós: Não é bacharel e tem saúde” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 59). Depois de destacar a aversão de nosso escritor à invasão de privacidade, não é difícil entender os motivos que o fazem rechaçar uma possível biografia.

Encontramo-lo mesmo ironizando aquilo que haveria de ficcional nas narrativas biográficas: “(...) em rodas mais íntimas, eu terminava com a ironia: - *A minha vida é um romance...* Ao que minha filha, num retruque que disfarçava mal a compassiva concordância ao meu dito, saltava com esta enorme verdade: - Todas as vidas são uns romances. É que tu romanceias a tua” (MACHADO, 1995, p. 99).

É provável que sua reserva frente ao “desejo público” de devassar os pormenores mais mesquinhos de alguém seja o motivo de seu rechaço ao gênero literário das memórias. Há

mesmo nisso uma crítica ao modo como o mercado editorial trabalha essas indiscrições, reduzindo o valor de uma obra às “curiosidades” que poderiam ajudar na divulgação. Algo que talvez devesse estar reservado à privacidade:

O interesse que o homem desperta no outro homem é de tal maneira obsessivo que basta um indivíduo praticar um ato deveras sensacional, para ter o seu best-seller garantido – pois que nem de longe se admite que ele não venha contar tudo num livro. E, se um escrúpulo o levasse a uma certa hesitação, estava ali a seu lado um empresário para lho demover.

Isso dá a medida de quanto vale o homem para o homem, e explica o açodamento com que se recebe um livro de memórias, sobretudo se o autor conta as suas vicissitudes ou revela segredos, próprios ou alheios.

Você não acha que todas essas coisas vão restringindo o campo de leitores que um artista teria, nos seus sonhos, cobiçado? A indústria ligada ao livro pode contabilizar um grande sucesso. Mas não a Arte, que não terá mais no livro uma das suas manifestações (GASTAL, 1973, p.7).

Comentando sobre a “fome” com que se estava consumindo as *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos, Dyonélio Machado chegará mesmo a dizer que “É dum primarismo tremendo. Memórias é a pior literatura levando em conta a qualidade do leitor. Memória é fuxico” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 127). Quando perguntado sobre certos assuntos pessoais em entrevistas, por vezes respondia “Sou infenso a memórias” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 289), indicando uma rejeição tanto ao abuso publicitário, quanto ao desejo invasivo de leitores.

Alguém menos conhecedor de Dyonélio poderia então questionar seus motivos para escrever sua obra memorialística. Pode-se responder remetendo à justificação que o autor faz logo no início de suas *Memórias de um pobre homem*, alegando que a obra talvez pudesse ter utilidade histórica. Suas primeiras palavras remetem a recordações de sua juventude, quando teve certo convívio com Aquiles Porto Alegre, a quem via como um manancial de lembranças de um período importante da história regional, o Partenon Literário. Aquiles, no entanto, acabou não deixando muita coisa registrada a respeito. “João Pinto da Silva, interessado na história – e mesmo na historiografia – da Literatura do Rio Grande, lamentava que tão grande cabedal, potencialmente positivo, não se produziu” (MACHADO, 1995, p. 70).

Dyonélio Machado faz algo como uma sutil associação histórica, entre o Partenon Literário e seu grupo de convívio na juventude, a chamada “República do Império”. Haverá, claro, outras explicações históricas que possivelmente o levaram a fixar sua própria perspectiva na forma de um texto. Observemos o conteúdo de seu *Memórias de um pobre homem*, indicando os conteúdos históricos de cada capítulo: Capítulo 1: memórias da República do Império; Capítulo 2: origens pessoais; Capítulo 3: sua definição de pobre homem, levando ao relato de sua prisão, enquanto líder regional da Aliança Nacional Libertadora; Capítulos 4-7: sua análise

da conjuntura política do tempo e experiência na prisão; Capítulo 8: relato da atuação como deputado e cassação; Capítulo 9: fechamento da obra, onde lamenta não só sua própria tragédia, como a situação histórica do Brasil.

Pode-se notar que são muitos os temas de sua vida que estão ausentes aqui: sua época de formação acadêmica em uma das primeiras pós-graduações em medicina do país, seu trabalho meritório como médico e diretor do maior hospital da região, sua experiência como escritor que presidiu o I Congresso Brasileiro de Escritores, etc. Facilmente pode se reconhecer nessa aparente incompletude de sua obra a afirmação de que era contra escrever memórias, o que motivaria seu abandono do projeto memorialístico.

Mas deve-se destacar que a maior parte do conjunto de conteúdos apresentados são de interesse público, à exceção da exposição de suas origens pessoais. Mesmo suas raízes poéticas, que se desenvolvem no convívio da República do Império, teriam valor para a história literária do Estado. Informações sobre possíveis conteúdos privados só aparecem na forma da ironia, e na conclusão do livro Dyonélio chega a definir como *chorumelas* ou lamúrias quase que o texto inteiro.

Pode-se então reconhecer que seu projeto tenha sido muito mais um testemunho de interesse histórico e público do que uma espécie de confissão privada. Destaquemos novamente certa rejeição à ficcionalização dos episódios de sua vida, que por sua relevância histórica poderiam mesmo lhe outorgar certa vaidade. Aqui temos mais uma resposta sua sobre as memórias, na qual ele reconhece um possível valor a um livro de memórias:

Na apreciação de conduta de um velho, interferem dois sentimentos, os dois tendo [sic] ao mesmo ponto (e antipáticos ambos): ou o indivíduo é um narcisista em fim de carreira, e muito encantado pelo que fez, ou pensa muito saber pelo que viu. Em qualquer dos casos – ou mesmo nos dois juntos – estou eu: basta, para provar, essa espécie de *chorumela*, que a ninguém agrada, como não agrada aos outros ver um par namorando. Parece que me vingo dos que me pedem o que não quero dar; memórias minhas. (...) Não: para um livro de memórias necessita-se um indivíduo, homem ou mulher, expoentes duma época; ou uma época digna de ser lembrada. Diabo é que se torna muito difícil caracterizar-se logo o elemento exponencial. A época atual lembraria umas tantas épocas passadas; a mulher e o homem não se revelariam aos olhos do momento presente como modelos para passar à História: nem uma Bárbara Heliadora, nem um Frei Caneca. Há-os, de maneira diferente. Um livro de memórias, feito por mim, passaria por uma novela. Mas é isso que eu faço! Ninguém as lê pela falta de quem as edite. Todas as minhas vivências são utilizadas nos romances, que, apesar da crise editorial para eles, usufruo o conforto de haver guardado para mim passagens que nunca olvidaria. (AGUIAR *et al.*, 2014, p.297)

Dyonélio admite que sua vida teria acontecimentos dignos de um livro, mas que, mesmo se atendo aos fatos, se produziria uma impressão imaginativa, dado certo caráter absurdo de

algumas de suas experiências. É algo que Rodrigues Till sugere, dizendo que “Dyonélio Machado foi um personagem de ficção que criou alma e muitos sonhos ao ser transformado em talentoso e sofrido personagem da vida real” (TILL, 1995, p. 15). Nosso escritor ironiza então, afirmando que, se escrevesse essas memórias, elas seriam como sua ficção, que ninguém editaria.

E, no entanto, sugere que não escreveu suas memórias porque seriam vistas como “chorumelas”, algo que só teria valor histórico caso reunisse um modelo exponencial do tempo, digno de ser lembrado para além de seu contexto. Está em questão novamente o valor público e histórico das memórias, e não o valor privado. Destaque-se também como indicou o uso de suas memórias em relação a seu projeto literário: “Utilizei as minhas vivências neste período não com caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. Achei melhor, não também que fosse mais duradouro, mas porque quem eu sou para ter memórias” (AGUIAR *et al.*, 2014, p. 227).

Sua busca por um dramático no trivial surge aqui como uma boa justificativa para a escolha de certos materiais de sua vida, já que possuía a vivência do dramático no material. Além disso, como vimos na seção anterior, Dyonélio Machado via um valor no exercício simultâneo da medicina com a literatura, já que na proximidade da doença e da morte encontravam-se “correntes emocionais mais intensas”, o que permitiria o contato da criação literária com a força vital.

Pode-se colocar a experiência da prisão como produtora de materiais que lhe permitiriam produzir uma literatura intensa, mas devemos ressaltar que tais interesses e temáticas já se encontravam em sua literatura desde seu primeiro livro ficcional, *Um pobre homem*. É o que destacou, com muita sagacidade, Antônio Hohlfeldt:

Destaca-se, assim, que toda essa perspectiva pouco tem a ver com a experiência pessoal do escritor em relação à prisão de 1934-1935, cujos episódios serviram de base para uma parte de sua ficção, mas cuja teoria já se achava perfeitamente desenvolvida e sedimentada em seu pensamento, bem antes disso, sendo perceptível inclusive já em alguns contos de *Um pobre homem* (HOHLFELDT, 1987, p. 23).

Pode-se também considerar que, transformando sua experiência em material de ficção, teria condições de representar o tempo histórico. E basta que pensemos na realidade de injustiças que milhões de brasileiros periféricos sofrem cotidianamente, para reconhecer como o conteúdo de seus romances se relaciona com um contínuo histórico de experiências de

exclusão brasileiras. Uma análise atestada por ele: “Eu saí da cadeia, dois anos depois, sem culpa formada. A prisão dá material para muitas coisas. Uns fazem memórias – são célebres as de Silvio Pellico -, mas eu achei melhor utilizar as minhas vivências em livros de ficção. Era um crime ter este material e não utilizá-lo” (RIBEIRO & UCHA, 1980, p. 6).

Assim, Dyonélio Machado comenta: “Eu não estou nos livros. Só na medida em que todos estão, como quando se escreve uma carta, a letra é da gente... se não os heróis perdem suas dimensões”. Em seguida, recordará que o acusaram de ser um fixador da realidade, citando o trecho: “Sem recorrer à eloquência dramática, o Senhor Machado cultivava o senso trágico’. Mas isso é uma qualidade, tirar o trágico do trivial é uma qualidade, meu bem. Nunca tive uma boa imprensa, sempre houve restrições” (MACHADO, 1995, p. 45).

Como vimos na seção 4.1, parte de sua literatura trabalhou sobre paradoxos, buscando essa espécie de “horizonte atemporal” que é a ironia. Conforme Muecke (1995), que apresenta uma lista com os maiores nomes do cânone literário mundial, todos teriam sua obra permeada significativamente pela ironia. E comenta: “Tal lista implica a impossibilidade de distinguir entre um interesse pela ironia como arte e um interesse pela grande literatura; um leva diretamente ao outro” (MUECKE, 1995, p. 18).

Dentro da lista de Muecke, encontramos vários autores que sabemos que Dyonélio Machado leu com muita atenção, o que nos remete à sugestão de um trabalho sobre os predecessores ou “pais espirituais” no desenvolvimento da autocriação irônica. Ao distorcer e se apropriar dos vocabulários e jogos de linguagem aprendidos em seus estudos do helenismo, e em suas leituras de Sigmund Freud, Sêneca, Dostoiévski, Flaubert, Machado de Assis, entre outros, Dyonélio Machado teria realizado um trabalho de complexificação de sua obra, de maneira a situá-la para além de um grande conjunto de contextos históricos. Se trataria do embate por uma “imortalidade literária” que se realiza na criação de uma potente linguagem própria, que deixará uma impressão digna de um “poeta forte” (RORTY, 2007).

Na fuga do biografismo da literatura, podemos começar por sua própria definição: “O romance só tem uma função; refletir, produzir uma imagem. É um espelho que se passeia ao longo duma grande estrada (...) O que vale é a sua perpetuação – que a imagem sabe dar” (GRAWUNDER, 1997, p. 125). Se admitimos, além disso, que quis trabalhar sua experiência de maneira a produzir algo “digno de ser lembrado” para além de suas contingências, podemos nos aproximar da compreensão adequada de suas memórias.

Com isso, podemos reconhecer algumas maneiras adequadas de compreender seu testemunho por dentro do modo como valorizava as memórias ou por via de sua concepção de biografia. E ainda, admitimos com isso o papel de Dyonélio como testemunha privilegiada de seu tempo, devido à sua formação histórica, política, filosófica, psicanalítica e literária, sendo possível toma-lo portanto como testemunha, sem necessidade de remeter a um suposto trabalho de “perlaboração do trauma”.

Assim, com alguns indicativos de como a história de Dyonélio Machado pode aprender com a sociologia, e identificando a análise irônica como sentido possível de sua obra, podemos pensar agora nas origens históricas da análise biografista sobre sua obra. A analogia entre biografia e literatura começará praticamente em simultâneo com sua estreia literária, após a publicação de *Um pobre homem* em 1927. Moisés Vellinho identificará deterministicamente o texto com seu contexto, no artigo “Um livro humano” (MACHADO, 2017, p. 210-214, escrito sob o pseudônimo Paulo Arinos).

O crítico descreverá a cidade natal do escritor como uma cidadezinha melancólica, há muito perdida no campo, que se resume em um grande silêncio, meia dúzia de casinhas, um cemitério, enquadrados pelo imenso céu acima. “Desse ambiente o sr. Dyonélio Machado trouxe para as suas páginas apenas a melancolia, uma melancolia vaga, por vezes áspera, preferindo ocultar-se atrás de certas formas de ironia e confessar-se com a franqueza humilde dos que sofrem sem pudor” (MACHADO, 2017, p. 211).

Vellinho afirmará que Dyonélio Machado não atina com a utilidade de sua inteligência, e que “sem maior esforço poder-se-iam de fato, apontar as fontes literárias, onde, porventura, mais de uma vez ele se surpreendeu matando a sede”. Afirma que desconhece o passado do autor, mas que seus contos, por si próprios, serviriam para afirmar que já sofreu “o calafrio da vida” – uma tentativa bastante curiosa de fazer um elogio à sensibilidade do autor (MACHADO, 2017, p. 212-213). Sugere que o talento do autor “sabe vencer-se a si mesmo. Com isto, não quero afirmar que ele deixe de ser o herói principal do livro, entremostrando-se a cada passo, no pensamento ou na ação de suas criaturas”. Mais adiante, assinala a síntese de todo biografismo, acusando ser possível reconhecer o trabalho de Dyonélio Machado em dividir-se entre as personagens: “Daí a ilusão de que o herói de *Um pobre homem* é um só – o próprio seu autor” (MACHADO, 2017, p. 214).

Mas destaquemos que Moisés Vellinho também não reconheceu outros escritores importantes como Alcides Maya e Manoelito de Ornellas, da mesma maneira que Álvaro Lins,

que rechaça publicamente *O Louco do Cati* quando de seu lançamento, renegaria também a primeira obra de Clarice Lispector, ou o valor de certas peças de Nelson Rodrigues. Ambos são críticos que tiveram sua importância entre os anos de 1920 a 1940, mas que, hoje pode-se reconhecer, fizeram avaliações incorretas e injustas. No caso de Moisés Vellinho, pelo menos, é possível mesmo encontrar em seus métodos de análise ligações com o contexto do romantismo nacionalista. Propunha uma abordagem crítica relevante para o século XIX, mas hoje já obsoleta.

A biografia monopolizou quase por completo os estudos literários no Brasil, inclusive a crítica, a ponto de constituir um sério desvio a ser corrigido. Ela absorveu, por influência de Sainte Beuve, a própria interpretação crítica, e chegou-se a inverter a ordem natural dos estudos literários: em vez de chegar-se à obra através do autor, como poderia ser o legítimo objetivo da biografia literária, passou-se a usar a obra como ponte para atingir-se o autor, idealizado romanticamente na sua individualidade. A hipertrofia biográfica chegou a ponto de afastar a leitura das obras em proveito do conhecimento da vida dos autores (COUTINHO, 1959, p. 67).

Nesse momento do nascimento da interpretação biografista, encontramos a relação entre pobreza e escassez do ambiente de origem com as características de seu estilo e escolhas literárias. Esse modelo, que relaciona o autor a sua cidade natal, acabará perdendo força para aquele subsequente, que interpretará o trauma de sua prisão obras como *O Louco do Cati* ou *Deuses Econômicos*. É notável que o biografismo tenha se mantido desde então, sendo possível encontrá-lo disseminado mesmo em alguns trabalhos atuais. Por que continuar reproduzindo seus equívocos metodológicos? É quase como se as interpretações de seu “trauma” fizessem sua história seguir sendo contada na versão de seus antagonistas.

Façamos uma pergunta óbvia: qual escritor não escreve a partir de suas próprias experiências? Já indicamos o exemplo de Dante Alighieri, mas podemos sugerir inúmeros outros autores cuja obra possui evidente material biográfico, mas cuja recepção não foi determinado pelo biografismo. Basta indicarmos Marcel Proust, Dostoiévski, James Joyce ou Franz Kafka, ou mesmo Platão ou Santo Agostinho, para que situemos o “horizonte atemporal” da ironia que queremos indicar para Dyonélio Machado. Todos trabalharam sobre materiais existenciais próprios, mas possuidores de uma multiplicidade de potenciais analíticos que vão muito além da biografia.

A grande questão que surge aqui é a limitação que a chave de leitura biografista ainda impõe para a recepção de Dyonélio, já que na ocasião de leitura de seus textos já se procura aquilo que foi sugerido: a inevitável analogia entre vida e obra. O que buscamos mostrar, na

seção 4.1, é que por causa desse abuso da memória que o rememora como um escritor que produziu uma literatura para resolver um “trauma”, deixou-se de ver a ironia de sua literatura.

Assim, suas personagens não foram criadas apenas refletindo acontecimentos de sua vida, mas visando um horizonte de complexidade poética para além de seu contexto histórico ou experiência existencial. No momento em que decidimos abolir a biografia como centro de significação do texto (o “trauma” ou qualquer referente biográfico que indicasse suposta “garantia de sentido” explicativo), abrimos um horizonte de leituras ainda por fazer³⁶.

Assim como a prisão, seu boicote literário também se constituiria em uma modalidade de trauma, já que ele mesmo parece se autorrepresentar no *alter ego* do “escritor maldito” de *Fada*, Dionísios Madureira. De analogia em analogia, foi se estabelecendo na crítica um conjunto de reconhecimentos biografistas. É um possível motivo para que suas obras desprovidas de temáticas biográficas evidentes, como a trilogia *Os flagelantes* ou *Ele vem do Fundão*, não tenham recebido tantas análises acadêmicas. Desenvolveremos duas considerações mais detidas sobre aspectos da crítica biografista: um exame da representação de Dyonélio como um “escritor maldito”, e na seção seguinte, uma análise de sua sublimação, que geralmente permite certa referência ao tempo privado do trabalho do trauma.

A representação de sua “maldição” aparece nominalmente no momento de relançamento de *Deuses econômicos*, quando Marco Túlio de Rose publica um artigo na edição de 24/3/76 do periódico *Lampião*, cujo título é “Maldito escritor gaúcho volta de novo para atacar” (GRAWUNDER, 1997, p. 91), episódio recuperado em *Fada* (MACHADO, 1982, p. 86). Algo que de fato podemos identificar com alguns episódios de sua vida, e que interpretamos como uma rebeldia do escritor: sua singularidade que não se ajusta aos manuais de História da Literatura, suas polêmicas pessoais, sua defesa do comunismo político, as detenções, a cassação de mandato como deputado e o boicote editorial.

Mas podemos projetar essa “maldição” em sua literatura? Tentemos seguir à risca essa representação, de maneira a tensionar um pouco uma possível análise biografista, que vê em sua obra um reflexo de sua maldição. Assim, representá-lo como “escritor maldito” exigiria encontrar uma “literatura maldita” no texto em si. Será que essa definição seria válida?

³⁶ Um referente clássico do biografismo são as “metáforas da perseguição” às quais associam-se os “estigmas do cárcere”. Gostaríamos de sugerir que, antes das metáforas da perseguição, seria o crime a chave de leitura mais importante para entender sua produção literária. Com isso, passamos de uma perspectiva que toma suas personagens num viés passivo de vítima, para então observá-las a partir do enquadramento irônico que vimos na seção 4.1, onde a “relatividade social” do crime é um fator importante.

Pensemos em alguns exemplos de escritores que já foram taxados de malditos: Lord Byron, Marquês de Sade, Rimbaud, Lautréamont, Baudelaire... Um dos pontos comuns que poderíamos indicar na literatura desses autores é a crítica das instituições e normas sociais, naquilo que poderíamos definir como “transgressão”, sendo que esses escritores são geralmente desregrados, adeptos de hábitos autodestrutivos (muito diferente da *mediania* de Dyonélio Machado). Uma das principais instituições ameaçadas pela “maldição” desses escritores é a família, foco costumeiro de uma crítica que a vê como origem de toda hipocrisia e amesquinamento espiritual do ser humano.

Um dos estudos mais sofisticados a respeito do tema da maldição literária é *A literatura e o mal*, de Georges Bataille (1989), no qual são analisados diversos escritores e sua relação com o mal. Na maldição, encontram-se ingredientes como o vício, a irracionalidade, a destruição gratuita, o erotismo, a devassidão sexual contrária aos fins de reprodução, o egoísmo e o crime. É isso que constitui a “parte maldita”, esse excesso que queima e desperdiça aquilo que teria sido o acúmulo, a dedicação, o trabalho produtor da moral e da virtude. A paixão de Catherine e Heathcliff, em *Morros dos Ventos Uivantes*, carrega a maldição porque destrói as regras do casamento e da vida planejada pela coerção social. Jean Genet é maldito porque improdutivo, apaixonado por atributos do “fracasso” (preguiça, insubmissão, infelicidade), dando inclusive um valor de sagrado e soberano a esses atributos.

São aspectos bastante distintos do que encontramos quando passamos para o lado da ficção de Dyonélio Machado. A conclusão de dois de seus grandes ciclos literários, aqueles conhecidos como Tetralogia da opressão e Trilogia da libertação (BOSI, 1988), é justamente a constituição bem-sucedida, por parte de seus protagonistas, de uma família carinhosa. Encontramos, nesses desenlaces literários, aquilo que poderíamos chamar de consolidação feliz da esfera privada, além de alguns indicativos que serviriam mesmo para afastar a “retórica do trauma”. Em *Prodígios*, o verdadeiro drama do trauma ocorre com a personagem Ascalon, espécie de traidor das protagonistas Evandro e Lúcio Sílvio.

Seu romance *Ele vem do Fundão* narrará inclusive a história de um “falso maldito”: a obra conta como Vulturno, inicialmente visto como ameaça demoníaca, não só é reconhecido como verdadeiro amigo da família, como também será incorporado a ela, através do casamento com a filha. A importância do núcleo familiar também é central em *Fada*, onde a conclusão se realiza com uma bem-sucedida gestão desse grupo. Em todas estas obras, temos uma visão quase oposta à de uma narrativa maldita, sendo que a partir desses textos poderíamos mesmo

definir Dyonélio Machado como um escritor *bendito*, muito preocupado em proteger certos aspectos desse universo privado e familiar, assim como de certa moral pública.

Também em sua vida, era uma pessoa de caráter, e sua moralidade era um aspecto importante da compreensão de quem veio a ser Dyonélio Machado:

Uma pessoa extremamente comovida com as dores alheias. Um médico caritativo, capaz de embarcar num carro e ir ver um cliente nos confins do Judas, sabendo que essa pessoa não poderia pagar a consulta. Sempre foi o médico dos pobres. Os antigos funcionários do Hospital São Pedro têm adoração por ele. Atendia a todos – e aos familiares destes – gratuitamente. (...) A vida dele sempre foi essa posição de fraternidade humana (MADRUGA, 1986, p. 33).

Quanto às questões morais, indiquemos, por exemplo, uma discussão ocorrida no I Congresso de Escritores Brasileiros, em 1945. Nela, o autor concorda com um dos maiores conservadores e direitistas do país: “Em Porto Alegre verificou-se o suicídio de uma menor, em um banheiro, e se supõe, por vários indícios, que tenha sido sugerido por uma gravura do ‘Vingador’. Como médico psiquiatra, dou inteiro apoio à opinião do Sr. Carlos Lacerda.” (SANTIAGO, 1988, p. 19). Ademais, Dyonélio Machado combaterá a influência das “histórias em quadrinhos”, afirmando que os Estados Unidos estavam exportando “veneno” para as crianças. Há uma preocupação mais *moralista* (e, portanto, menos *maldita*) que essa?

Temos outros exemplos também de sua crítica à vulgaridade na literatura: “Quero dizer que para escrever *merde*, o próprio Victor Hugo gastou umas vinte ou trinta linhas explicativas de *Os miseráveis*” (MACHADO, 1995, p. 49). Ou ainda: “Eu penso que está se fazendo uma literatura de ficção pelas franjas. É a garota, o baile, a liberdade sexual... O que está havendo é uma sexualização do pensamento e isto é altamente produtivo por que o sexo vem de milênios, mas se faz tábua rasa do resto” (MACHADO, 1995, p. 49-50).

Voltaremos à questão da maldição no capítulo 6, quando buscaremos desenvolver a questão da rebeldia de Dyonélio Machado, pensando a respeito dos modos de representa-lo de maneira fiel. Ali veremos como essa definição de “escritor maldito” pode ser substituída por uma outra que não deixa de ser instigante: a de escritor *dialético*. Esse conceito permite estabelecer um uso mais saudável da memória histórica a seu respeito, já que oferece um modelo de compreensão que abre possibilidades de entender as posturas críticas de Dyonélio Machado sem remeter a infortúnios biográficos. É uma representação que favorece inclusive a recuperação de seus paradoxos e ironias como posições críticas em nossa atualidade.

Passaremos agora a indicar outro risco que ameaça a objetivação de seus rastros, justamente por facilitar a relação vida e obra por via de uma interpretação de sua vida psíquica.

Surgido da identificação do autor com sua formação em psicanálise, esse outro abuso da memória histórica explica por via de uma certa causalidade a origem de suas obras. Mas tal interpretação psicanalítica permanece nas preliminares, na forma de um eterno esboço de análise, que identifica o “recalque do trauma” com o procedimento de sublimação das pulsões. Veremos a seguir como se pode desenvolver essa proposta, através de um retorno à metapsicologia freudiana, de maneira a delinear os pressupostos de legitimação que deveriam estar por trás do desejo de elaboração desses diagnósticos.

5.2 A psicanálise como modelo explicativo

Desde que está em jogo a cultura, não admira que os cientistas arrebatem aos literatos o direito de apreciação da obra poética - encargo de que se desincumbem de ânimo imparcial, isento de qualquer preconceito competitivo.

Dyonélio Machado

Ao lidarmos com a fortuna crítica de Dyonélio Machado, encontramos outra característica marcante: o uso da psicanálise como elemento explicativo de sua vida e obra. Parece não haver dúvidas que essa relação obtém sua legitimação do fato de o escritor ter sido também um psicanalista atuante, e ter usado muito do vocabulário freudiano em suas entrevistas e obra memorialística. O uso da psicanálise como método de interpretação de sua literatura não seria um problema, caso se descolasse de sua biografia. O risco ocorre quando esse modo de análise implica uma interpretação da psiquê do autor, levando a uma espécie de biografismo disfarçado. Alguns autores destacam a dificuldade de evitar essa correlação entre vida e obra:

Ainda que o autor faça questão de afirmar em diversas ocasiões – mesmo reconhecendo a especificidade da sua biografia – a autonomia do seu fazer literário (“Eu tenho duas vidas. Uma antes e outra depois da prisão. Mas nunca fiz política na ficção. Fiz política nas praças, na Assembleia, na... polícia.”), só a muito custo não se irá relacionar as obsessões de seus personagens e enredos, sem prejuízo da qualidade literária de seus romances, com sua trajetória política. (HENING, 2018, p. 64)

No conjunto da fortuna crítica, encontramos diversos trabalhos que se desenvolvem numa relação saudável, apenas por via da análise do material textual, mas há outros que acabam sugerindo causalidades significativas entre as metáforas da literatura e a biografia do autor. Os pontos chaves aqui são o trauma e a sublimação. Interpreta-se um trabalho do trauma, do qual o texto seria uma forma de purgação: “Os dois episódios trazem, em seu cerne, uma questão

crucial para a literatura do confinamento: aquela a respeito da importância do apoio da memória e da repetição diferencial, na escrita, para a elaboração da situação de sofrimento do presente.” (BIRMAN, 2012, p. 210)

Por vezes, fala-se em “lembranças encobridoras”, memórias distorcidas pela neurose traumática, ou ainda em processo de luto, incluindo-se mesmo o episódio da cassação do mandato como novo trauma:

No caso de Dyonélio, o luto não é apenas aflição, mas também uma verdadeira negociação do sujeito que narra com aquele que vivenciou a perda – tanto de um lugar no parlamento como de um espaço na história da literatura -, um lento e doloroso processo de assimilação e de desprendimento. Verifica-se, além disso, que a elaboração, no que se refere ao escritor gaúcho, opera-se, inclusive, por intermédio da ficção, que oferece à memória novas possibilidades de simbolização. (GAGLIETTI, 2012, p. 42)

Estamos em um território arriscado e próximo do biografismo: “Vários traços correspondentes, entre a personalidade e a biografia do personagem e as do autor, nos permitem afirmar a possibilidade do *alter ego*. (...) Dyonelio costuma recortar e embaralhar retalhos das memórias de menino da fronteira para compor a infância de seus protagonistas.” (HENING, 2018, p. 70). Tal procedimento de análise da obra de Dyonélio como trabalho do trauma se desenvolve na maioria das vezes por um “esboço de psicanálise”, no qual se adia a elaboração formal para o futuro, por via de um indicativo positivo de que, sim, há elementos psicanalíticos envolvidos no texto. Se trazem então os episódios biográficos, os depoimentos e memórias, relacionando-os com figurações e metáforas de suas obras. Chega-se ao ponto de fazer uma escuta ficcional, aproximada de uma seção clínica:

Façamos um exercício de imaginação: o autor dialoga com um interlocutor/psicanalista – não necessariamente em situação de sessão – mas trocando idéias sobre suas memórias. Esse interlocutor/psicanalista “pensa alto” no texto e responde, quando possível, àquele que, através de trechos extraídos de seu livro de memórias, nos revela como e porque resolveu escrever esse livro e “O louco do Cati”, procurando tocar a profundidade e o teor dos conteúdos internos que se via compelido a revirar. Tudo começaria com Dyonélio tentando, a seu modo, um trabalho de despiste. (SANTOS & FILHO, 2005, p.6)

Na seção 4.2 demos um primeiro passo, questionando a possibilidade de entendimento sobre o trauma por via apenas dos referentes de sua linguagem. No campo psicanalítico, sem termos sido efetivamente seu terapeuta, não poderíamos analisa-lo pela clínica. Ainda que exercícios de análise sejam possíveis como matéria de ficção, não possuem condições de serem legitimados objetivamente, já que não temos o paciente vivo para nos confirmar sua verdade. Pode-se, inclusive, supor que nosso “paciente” ficaria bastante aborrecido ao ser analisado dessa

maneira, já que não há nenhum ganho clínico de “cura” em ver-se analisado apenas com poucos vestígios documentais, em um diagnóstico que ainda reduz sua literatura a uma mera representação de indícios inconscientes de seu trauma. Sendo exercícios próximos à imaginação e à fantasia, é possível pensar qual parcela de projeção ou transferência deve estar presente, por parte do intérprete, nos vazios de que o rastro não pode dar conta.

O que se apresenta para averiguação dessa interpretação são os limites da compreensão da dor de Dyonélio Machado na constituição de uma análise de suas respostas traumáticas. Como seria possível averiguar e legitimar (ou não) exercícios de análise como esse? Seguindo o caminho oferecido pelo próprio Dyonélio Machado em seus estudos sobre Sigmund Freud, podemos iniciar nossa investigação sugerindo duas possibilidades de pensar um diagnóstico: o clínico e o metapsicológico³⁷. Em Freud, poderíamos dizer que o primeiro caminho é aquele empírico, que surge do contato prático com pacientes e fornece a amostragem dos atos falhos, da significação dos sintomas e dos indícios do inconsciente por via de repetições que remetem à infância; enquanto a outra via é aquela especulativa, que visa a elaborar um quadro de conceitos onde seria possível encontrar modelos de causalidades por onde legitimar uma interpretação de manifestações da psiquê.

Se não é possível avançar pelo plano clínico, que dependeria de certa escuta empírica que apenas o psicanalista de Dyonélio poderia ter realizado, temos o plano metapsicológico, que abre para nós uma forma de legitimação possível para as interpretações psicanalíticas. Será o desenvolvimento desse “retorno a Freud” que nos fornecerá um esclarecimento sobre o que seria um campo de validação adequado para a compreensão de certos usos conceituais da psicanálise, que Dyonélio Machado teria feito em seus depoimentos.

Fizemos o trajeto de recuperação do conceito de sublimação, justamente por ser o referente utilizado pelas análises biografistas. Os reflexos psicanalíticos presentes em *O Louco do Cati* são analisados por Francisco Carlos Filho e Dóris Wittman dos Santos estabelecendo-se uma relação entre sublimação e trauma. Assim, haveria um processo de revisão dos “recônditos de si mesmo”, explorados pela ferramenta da palavra e da fala. “Não se trata, contudo, de mera questão de estilo, essa de optar por um tipo de romance-revista entre tantos

³⁷ A fim de não criar confusão com duplicidades de tradução, adotaremos a tradução de Paulo César Souza como padrão, já que trabalhamos com as obras completas de Sigmund Freud na tradução da Companhia das Letras. Para uma explicação desenvolvida das dificuldades de tradução dos termos, ver SOUZA, Paulo César. *As palavras de Freud: O vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. No caso de citações, conservaremos a tradução utilizada pela referência, mas reforçamos que fazem referência ao mesmo termo no original.

outros; é uma demanda imperiosa de revistar as memórias, voltar a explorá-las, representá-las, chafurdar no fundo de si mesmo para expurgar o desespero” (FILHO & SANTOS, 2006, p.131). Para Marinês Dors, este procedimento se ampliaria inclusive para os ressentimentos em relação à trajetória política do autor: “Afastando-se do PCB, Machado refugia-se no ostracismo e na marginalidade para, através da criação literária, sublimar suas desilusões e seus ressentimentos” (DORS, 2008, p.18).

É inicialmente por uma obscura sugestão de Dyonélio Machado, que associa a sublimação e “cura”, que de certa maneira se consolidou o uso biografista da interpretação psicanalítica em sua fortuna crítica. Nessa crítica, é comum resgatar-se seu primeiro poema escrito, “As calças do Babadão”, criado por Dyonélio para “sublimar” uma situação que o constrangia, indicando-se com isso a antiguidade de seu procedimento criativo. Por isso, será importante nos dedicarmos de maneira um pouco mais pontual ao que Sigmund Freud dizia sobre a sublimação, já que é um aspecto importante na recepção dyoneliana.

Enquanto conceito freudiano, a sublimação teria um destino por si só bastante atribulado dentro de sua obra. Diferindo de outras categorias metapsicológicas, a definição de sublimação não chegou até nós em uma versão desenvolvida à parte em um tratado, já que o autor teria destruído os manuscritos relativos a esse tema, devido à sua insatisfação com o resultado atingido. Ainda assim, o conceito nunca desapareceu de seus trabalhos, ressurgindo em diversos momentos fundamentais de sua pesquisa. Temos na definição apresentada em “Os instintos e seus destinos (1915)” um primeiro indicativo: a sublimação é uma das “vicissitudes” pelas quais os instintos passam (FREUD, 2010b, p. 64).

De maneira a compreender esse conceito, é bastante comum se proceder a uma reconstrução da categoria através de suas múltiplas aparições na obra de Freud, para indicar as continuidades e evoluções de seu uso dentro de sua produção, sendo possível nesse trajeto extrair sua definição metapsicológica. É o que fazem André Green (2010), Eliana Mendes (2011), Cecília Freire Martins (2011), Zeila Tozeran e Fernando Brito (2012), entre outros. Seguindo uma sugestão de André Green (2010, p. 235), há em Freud dois percursos de investigação da sublimação.

O primeiro seria proceder de seu início, seguindo sua raiz psíquica até seu produto final, que então poderia ser interpretado como uma espécie de avatar dos instintos. Ou então se faria o caminho contrário, reconhecendo já no produto final, nas atividades e manifestações culturais as mais distantes, traços desta operação de canalização dos impulsos. Esse seria o caminho de

interpretação das representações já formadas, como no caso do estudo de Leonardo da Vinci. Iremos indicar essa segunda via no capítulo 6, quando comentaremos a interpretação de Lacan como uma possível saída *literária* para a análise psicanalítica. Como aqui analisamos sua biografia, seguiremos a primeira possibilidade, sugerindo o uso que Dyonélio faz do termo em seus depoimentos.

Vejamos o verbete “Sublimação”:

Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade sexual e a investigação intelectual. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 495).

O termo sublimação chegaria ao vocabulário da psicanálise por uma analogia tanto com os fenômenos da química (passagem direta do estado sólido ao gasoso, sem passar pelo estado líquido) quanto da estética (referindo-se à qualidade de impressões sensíveis surgidas do contato com imensidões indescritíveis, qualificadas como “sublimes”). Em ambos os casos, há a indicação de uma ascensão, de uma verticalidade ou transcendência.

As primeiras aparições do termo em Sigmund Freud se darão ainda no período conhecido como pré-psicanalítico, ocorrendo em uma carta dirigida a Fliess (*Carta 61 - Rascunho L. FREUD, 1977*), onde o conceito é utilizado numa associação a construções fantasiosas e como defesa em relação à sexualidade infantil. O aspecto primitivo deste primeiro uso é caracterizado por sua proximidade com o recalque, ambos promovendo esquecimento de lembranças dolorosas e, ao mesmo tempo que já aparece a associação com o campo da sexualidade, sugerindo uma ideia de refinamento do instinto. Nessa primeira fase, temos também a “Análise fragmentária de uma histeria (‘O caso Dora’, 1905 [1901])” (FREUD, 2016, p. 173-319) onde há um possível uso do termo como maneira de conter a exigência erótica, “sublimando” esta energia para criações no campo da cultura, ou no caso do estudo, para a realização do tratamento analítico.

A definição de sublimação ganha seu primeiro aporte sistemático com “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)” (FREUD, 2016, p. 13-170). Aqui a sublimação surgiria durante o período de latência sexual infantil, ocorrendo novamente como desvio da energia para outras finalidades. As energias vindas de fontes perverso-polimorficas na criança iriam causando desconfortos, o que produziria impulsos reativos na tentativa de suprimir as causas desse desprazer.

Também acerca do processo de tal sublimação podemos arriscar uma conjectura. Os impulsos sexuais desses anos de infância seriam, por um lado, inutilizáveis, já que as funções reprodutivas estão adiadas (o que constitui a principal característica do período de latência); por outro lado, seriam perversos em si, partindo de zonas erógenas e sendo carregados por instintos que, dada a orientação do desenvolvimento individual, só poderiam provocar sensações desprazerosas. Despertam, por isso, forças psíquicas contrárias (impulsos reativos), que, para a supressão eficaz desse desprazer, edificam as represas psíquicas mencionadas: nojo, vergonha e moral. (FREUD, 2016, p. 81).

Mais adiante neste texto, a sublimação aparecerá como ligada ao desenvolvimento do *instinto de saber*, surgido tanto de um refinamento do *instinto de apoderamento*, como do trabalho com o *prazer de olhar*. “O instinto de saber não pode ser incluído entre os componentes instintuais elementares nem subordinado exclusivamente à sexualidade. Sua ação corresponde, por um lado, a uma forma sublimada de apoderamento, e, por outro lado, ele trabalha com a energia do prazer de olhar” (FREUD, 2016, p. 103).

Da investigação infantil que se dá pelo prazer de pegar e tocar, passar-se-ia ao interesse em olhar, e dentro desse processo de modificação surgiria uma nova meta de orientação distinta da sexual. O desenvolvimento do caráter de pessoas que praticam a sublimação levaria a “um aumento considerável da capacidade de realização psíquica” (FREUD, 2016, p. 165), como a que em geral é encontrada na análise de pessoas com grandes dotes artísticos ou científicos. A sublimação aqui confunde-se com o tema da educação moral, e sua definição por vezes parece se mesclar com a de “formações reativas”, surgidas em reação à sexualidade perversa-polimorfa natural, o que será corrigido com uma nota acrescentada em 1915 (FREUD, 2016, p. 80-81).

Em “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno (1908)” (FREUD, 2015), a sublimação se inscreve como registro no campo da cultura, sendo uma possível saída para as restrições à vida sexual impostas pela modernidade. Assim como no trabalho anterior, a sublimação nesta etapa ainda guarda proximidade com o recalque, por surgirem ambos da renúncia sexual, o que será corrigido. Mas aqui ela já difere dessa outra “vicissitude do instinto” por não produzir neuroses ou sintomas, sendo, portanto, um processo bem realizado de desvio da meta sexual.

A seguir, chegamos a um dos textos fundamentais no desenvolvimento dessa categoria, reconhecidamente um dos mais associados ao tópico da sublimação. “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1910)” (FREUD, 2013) sugere novamente que a curiosidade sexual infantil, ao passar do toque à visão, transforma-se em *instinto de saber*. Neste texto, teremos um movimento mais claro de afastamento do conceito de recalque, na definição de que a produção e posse de objetos de arte, assim como a conquista de maestria de um campo de

saber (como quando afirmamos “dominar um assunto”), poderia evitar a neurose e seus sintomas. “O objeto que estava só afastado do olhar se dissolve em uma exploração que faz esquecer as primeiras excitações pelas quais ele se manifestou” (GREEN, 2010, p. 236). O texto então confirma a hipótese de que através da sublimação a libido passará pelo crivo da reflexão, mas evitará “as vicissitudes” do recalque, ganhando força em sua ligação com o *instinto de saber*.

Tem-se então um novo avanço, com o texto “Introdução ao narcisismo (1914)” (FREUD, 2010b, p. 13-49), onde será feita a diferenciação entre a sublimação e o processo de idealização. Enquanto a idealização está ligada à libido do objeto e ao *Eu ideal*, a sublimação liga-se ao instinto e ao *ideal de Eu*, sendo possível uma troca do objeto sexual primitivo por um objeto socialmente valorizado (FREUD, 2010b, p.40-43). Freud sugere que haveria uma manutenção da libido no processo sublimatório, ao longo do qual a fonte sexual não seria perdida, mas a relação com o objeto seria dessexualizada. Para a efetivação e satisfação da sublimação ocorrer, por via do redirecionamento libidinal, seria imprescindível a mediação do Eu narcísico. Chega-se assim à sugestão do *ideal de Eu* vinculando-se a este processo como interventor, sendo portanto necessário o abandono do narcisismo infantil. Passa-se de “sua majestade bebê” a indivíduo adulto, que direciona suas energias para o trabalho do Eu sobre si.

Há por fim um último desenvolvimento da concepção de sublimação, que aconteceria por conta da revisão das teorias das pulsões em “Além do princípio do prazer (1920)” (FREUD, 2010c). “A partir do momento de introdução da pulsão de morte na sua teoria, o pensamento de Freud sobre a sublimação implica que dela resulta uma liberação das pulsões agressivas do Superego, pulsões que lutam contra a libido” (MENDES, 2011). Isto ampliará consideravelmente a investigação sobre o funcionamento da sublimação.

Este desenvolvimento se consolida com a publicação de “O eu e o id (1923)” (FREUD, 2011, p.13-73), onde se estabelece a relação com o narcisismo secundário, e assim, uma mediação do processo de identificação. É o movimento que se dá quando ocorre a substituição da libido objetual pela libido narcísica. Novamente temos a relação entre a mediação do Eu e o envolvimento do *ideal de Eu* no processo de sublimação, que poderia oferecer proteção contra ameaças vindas do campo da pulsão de morte:

A partir deste raciocínio, ele [Freud] propõe que possa ser este o caminho de toda sublimação, avaliando que neste mecanismo sempre haverá a intermediação do eu. O eu retira a libido do objeto transformando-a em libido narcísica, e posteriormente talvez possa redirecionar, de acordo com os ditames do ideal do eu, tal investimento para outros objetos socialmente valorizados na vertente sublimatória. Assim, está

afirmado que o trabalho sublimatório só pode se efetivar na dependência da passagem ao narcisismo secundário, posteriormente à organização do ideal do eu e com o término do Édipo. (TOREZAN; BRITO, 2012, p. 250-251)

Para André Green, a associação da sublimação com a rede que compreende narcisismo, identificação e dessexualização, presente em “O eu e o id (1923)”, leva a reconhecer a sublimação como uma rede antagônica a Eros. Não se trataria já de um desvio, mas de uma espécie de abandono das metas sexuais, por via da dessexualização que permite o aporte de energia da libido do Eu em detrimento da libido de objeto. “O paradoxo é que o aparente ‘enriquecimento’ do Eu (...) tem como contrapartida deixar mais espaço à pulsão de morte” (GREEN, 2010, p. 241). Este paradoxo ocorreria durante a sublimação regular, que utilizando a capacidade da libido narcísica, vai operando transformações por intermédio do Eu (FREUD, 2011, p.37). Para o teórico, é neste momento de conformação de sua metapsicologia que Freud se torna mais filosófico e especulativo.

Entraria em ação aqui a função do ideal, base do desenvolvimento do Super-eu e que se constitui na resolução da etapa edipiana, com o abandono do desejo pela mãe, e identificação com o pai. Através do ideal de Eu e do Super-eu, vai se sustentando esta força de dessexualização que se volta contra o Eu, num processo que permite à criança tomar a força da proibição do pai para si, criando através desta negação do seu desejo uma imagem de si mesma como “superior”. “É inclusive legítimo pensar – sem que isso seja dito explicitamente – que Freud oferece pela primeira vez um fundamento metapsicológico à sublimação como resultado da ação do ideal do Eu e do Super-ego.” (GREEN, 2010, p. 241). Por via da identificação com o pai, o Super-eu domina a espontaneidade do Id, e estende sua força sobre o Eu.

Haveria assim um movimento de desenvolvimento do *prazer de ver* que passa pelo identificatório. Muda-se o modo de relação, passando-se do desejo pela mãe à identificação com o pai, na mudança de libido de objeto para libido narcísica, com o desenvolvimento do Super-eu. Com o processo de sublimação levando ao enriquecimento das realizações da vida psíquica, cria-se uma relação metafórica com o objeto. É aqui que haveria o risco de o Eu sublimador rivalizar com o objeto, oferecendo-se um “gozo superior” enganatório, levando-se a “abandonar a Terra e prometer-se céu”, numa espécie de apologia à morte.

Haveria assim um fortalecimento do *instinto de morte* por via da sublimação. Essa enfraquece a potência de ligação da energia libidinal, ameaçando o processo de reunificação da pulsão destrutiva dentro do Eu, e deixando esta energia livre para, por via do ideal, produzir o traço duro e cruel de um “você deve” imperioso. Avançamos assim para a especulação de Freud

em sua fase final, que partindo de “Totem e tabu (1912-1913)” (FREUD, 2012), chega a “Moisés e o monoteísmo. Três ensaios (1939 [1934-1938])” (FREUD, 2018). Em ambos os textos será desenvolvido o tópico da identificação com o pai em seu aspecto histórico e cultural.

Freud sugere a hipótese de uma crescente identificação com o pai como responsável pela transformação moral da civilização. No primeiro texto, é feita a sugestão de que foi um mítico assassinato do “pai primevo” que levou à origem da Lei, através do sentimento de identificação dos filhos com o pai morto. Além disto, o movimento de identificação com o totem seria a gênese hereditária da identificação com o pai. Na segunda obra, a proibição de representar Deus teria levado os judeus a criarem um lugar vazio para este pai morto, o que teria uma série de consequências para os herdeiros da crença.

Um dos pontos polêmicos aqui é o uso por Freud da transmissão filogenética, algo que a espécie legaria como herança histórica durante a formação ontogênica do indivíduo. Pela via freudiana, haveria uma certa dificuldade de se tratar a sublimação apenas se apelando para o desenvolvimento individual, sem se destacar o movimento evolutivo da espécie inteira. No processo de desenvolvimento do Super-eu haveria, portanto, reflexos de toda uma história da civilização e da cultura. É o que André Green define como uma grande dificuldade a respeito do estatuto metapsicológico daquilo que seria o “processo civilizador” em Freud, que dependeria tanto do cientificismo da biologia quanto de uma espécie de sugestão de um destino histórico (GREEN, 2010, p. 252).

Outro ponto polêmico, que o uso da psicanálise freudiana traz, é a dependência da aceitação social do produto da sublimação para certo sucesso da satisfação sublimatória no corpo do indivíduo. Como regular o sucesso de um mecanismo de desvio pulsional interno por um critério vago como a obtenção do reconhecimento social? Quando se efetiva o gozo sublimatório e quando não, e dependeria ele da intensidade do reconhecimento público? Estamos às voltas com a dificuldade de se definir uma matriz de sentido da sublimação: viria ela do coletivo ou do individual?

Passemos agora a alguns usos do termo sublimação em Dyonélio Machado. O episódio fundamental nessa história é sem dúvida a reportagem produzida por Justino Martins, publicada na *Revista do Globo* de 11/10/41. Recuperando-se de uma doença no coração, “prisioneiro da cama”, rodeado por amigos prestativos e um equipamento de eletrocardiograma que o protegia de uma nova crise cardíaca, o autor produz seu livro. “Numa situação destas é muito fácil desesperar. Ou procurar (respeitando a medicação naturalmente) uma sublimação do mal. Optei

por esta última” (MACHADO, 1995, p. 30). Enquanto trabalhou em sua obra, não tomou nenhum remédio, a não ser aspirinas e chás, e assim demorou dez meses retirado, escrevendo seu livro. Interrompia seu relato tão pronto dava mostras de sofrimento, o que exigiu paciência e resultava em alegrias quando se anunciavam melhoras.

Lembremos de um trecho já citado, de um depoimento vindo dos anos 1980:

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito de minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estava morrendo, e eu como médico, sabia disso. Eu reagi contra a morte. *O Louco do Cati* tem muito da experiência na prisão... se tem, se tem... utilizei minhas vivências neste período (...) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção (...) Quem eu sou para ter memórias? (MACHADO, 1995, p. 28)

Busquemos então explorar as implicações do processo de sublimação, voltando às declarações de Dyonélio a respeito e relacionando-as com o procedimento em Freud. O primeiro ponto de apoio seguro para o uso que Dyonélio fazia do termo é a obra *Elementos de Psicanálise*, de Eduardo Weiss (1934), uma das obras pioneiras da psicanálise no Brasil, e da qual sem dúvida tinha domínio, já que ele a traduziu para a Editora do Globo em 1934. Sendo um manual que incorporava já as últimas revisões da teoria freudiana, podemos ter certeza de que Weiss acompanha a metapsicologia freudiana até o ponto de desenvolvimento da teoria do *instinto de morte*. Nela encontramos a definição:

SUBLIMAÇÃO (Sublimierung): Processo psíquico pelo qual os objetivos, as metas e o campo de ação dos instintos sexual e do agressivo são mudados e substituídos por outros de valor social e ético mais elevado, nos quais se sacia o instinto dessexualizado respectivo, tornado inócuo. A gênese da sublimação não foi ainda suficientemente revelada. (WEISS, 1934, p. 190).

Dyonélio citará outras obras de Freud, como *Totem e tabu*, em sua tese de doutoramento, *Uma definição biológica do crime* (MACHADO, 2009). Demonstrará sempre seu amplo apreço às explicações psicanalíticas, como em seu relato do desenvolvimento infantil em *Memórias de um pobre homem*. Nele, fala sobre a dificuldade de um adulto recomendar um livro às crianças, já que a “coletividade de adultos, que na sua ingenuidade invoca uma ‘experiência’, nem sequer conhece a criança que foi cada um de seus membros, e que se abismou na bruma da amnésia infantil” (MACHADO, 1995, p.87). A solução sugerida para o impasse entre amnésia e necessidade seria a “conciliação dialética entre a satisfação do prazer imediato – o *lust prinzip* – e as imposições da realidade” (MACHADO, 1995, p.87).

Em uma entrevista, Dyonélio falará sobre as angústias infantis, as quais, “se prolongássemos, não chegaríamos à vida adulta. Isso tudo, de certa forma, explica porque quase sempre um escritor começa, mesmo que seja bem no comecinho de sua vida, fazendo poesia. A poesia seria uma forma de sublimação das angústias infantis, nessa fase” (CARVALHO, 1975, p. 17). Percebe-se aqui que Dyonélio afirma que a sublimação funciona em relação às angústias infantis. Em Freud, é na fase da sexualidade infantil que ocorre essa amnésia das primeiras experiências sexuais, a qual, no entanto, deixaria traços determinantes para a formação do caráter futuro. São os rastros do objeto original, naquilo que se conhece como “fixação” (FREUD, 2016, p. 75).

Por via de um resgate da metapsicologia freudiana, reconhecemos que é nesta fase que as formações reativas e a sublimação como que reagem aos instintos sexuais que neste momento seriam, por um lado, inúteis (já que não visam à reprodução), e por outro, “perversos em si” (FREUD, 2016, p. 80-81). É em reação a essa “predisposição polimorficamente perversa” que a sublimação se edifica em desenvolvimento do Eu, no período conhecido como fase de latência, quando ocorre a angústia infantil que Dyonélio Machado insinua. Sublima-se para contornar as tendências da sexualidade perversa, e nesse processo cria-se algo como uma “moral narcísica” do Eu. Devemos destacar que a *angústia* aqui sublimada (o mal que a poesia sublima, segundo Dyonélio) é algo que diz respeito ao seu erotismo, talvez de estímulos vindos de zonas erógenas.

Em uma entrevista concedida a Ney Gatal, que o inquire sobre a “semelhança entre o processo de libertação” da literatura e o da psicanálise, e questiona se um escritor deveria se psicanalisar, Dyonélio responde:

A questão nos leva ao problema da gênese da criação artística. Problema tremendo, como todos os que buscam o desvendamento das causas primeiras. À primeira parte da sua pergunta é fácil dar uma resposta: se alguma coisa perturba o escritor, alguma coisa que a psicanálise possa remover, ele defrontará o analista como simples paciente. O escritor não está, portanto, em causa. Mas é claro, não é sobre isso que você quer uma opinião.

Abre-se ao “seu” escritor uma alternativa: a Arte ou a psicanálise. Por qual das duas decidir? No caso que você figura, tanto uma como outra libertaria a pessoa dum “peso”. Subentende-se nesse exemplo que esse peso iria constituir o elemento da criação literária. Tanto é assim que você tem dúvida de que semelhante material ainda subsista como fonte de inspiração, uma vez que tenha o seu portador se submetido à psicanálise (GATAL, 1973, p. 7).

Destaque-se que Dyonélio Machado está falando de um escritor hipotético, projetado pelo próprio entrevistador. Em outra entrevista, já de 1980, o autor também comentará: “É

difícil uma pessoa falar de si mesma. São mais as vezes que eu me nego em dar entrevistas do que satisfazer o desejo – e o direito – do entrevistador. Mas sempre vem alguma razão que me obriga a isso.” (RIBEIRO & UCHA, 1980, p. 6). Dyonélio como que sugere que é o desejo do entrevistador, e não o dele, aquilo que mobiliza a conversa. Aspecto importante e que indica sua compreensão de certa transferência ou demanda operando nas perguntas do entrevistador.

Destacamos com isso que Dyonélio Machado especula sobre uma transferência projetada por seu entrevistador, e que com isso não podemos tomar inocentemente suas declarações nas entrevistas. Fala ironicamente do “peso” com que tanto a literatura quanto a psicanálise procurariam lidar, não se comprometendo totalmente com a hipótese criada por seu interlocutor. Algo que pode passar despercebido se tomarmos apenas um certo trecho de sua entrevista, isolado do contexto irônico de enunciação. Indica, sob esta lógica criada pelo entrevistador, que a arte desses criadores seria nada mais que um reflexo de sua doença. Um reducionismo que ele desenvolve em suas consequências a partir do argumento de seu interlocutor, mas não necessariamente subscreve.

Retomando a questão da sublimação, o perigo de sua associação com a ideia de “cura”, sugestão sutil e feita *en passant* pelo próprio autor, é que alguns interpretes passem a falsa impressão de que é possível compreender o mecanismo interno de inconsciente. Como se justamente o irônico Dyonélio Machado tivesse aberto sua psiquê para um mapeamento fácil e superficial. De sua declaração a respeito do “mal cardíaco” que a sublimação aliviou, criaram-se uma série de análises de possíveis recalques traumáticos vindos da experiência do cárcere.

Como validar a análise tradicional, que não menciona a sexualidade – fonte precisa por onde ocorre a sublimação em Freud – nem o aspecto da pulsão de morte? Onde encontramos o jogo entre ideal de Eu e narcisismo secundário, entre o Super-eu e Id, que fundamenta toda a sua metapsicologia? O que fica desajustado ou não dito quando se relaciona sublimação e recalque, contrariando a concepção freudiana de que sejam coisas distintas? Será que podemos nos arrogar a posição de intérpretes da psiquê de Dyonélio, sugerindo entender qual a fonte de seus sintomas, com base apenas em declarações dadas em contextos onde muitas vezes podia estar sendo irônico?

É provável que, por essa sugestão da escrita como “cura”, se tenha facilmente passado a perceber a literatura de Dyonélio como mero testemunho de seu trauma. Voltando às concepções freudianas, podemos sugerir que a angústia que Dyonélio Machado busca sublimar é justamente a sua sexualidade infantil. Trata-se de uma interpretação da sublimação que dá

conta do aspecto perverso ou sádico, sugerindo que tenha escrito suas obras para não agir perversamente na vida real, realizando então seus desejos de maneira sublimada na literatura.

Costuma-se destacar a entrevista em que Dyonélio aparece acamado, poucos meses antes da publicação de *O Louco do Cati*, mas esquece-se da entrevista dada dois anos antes, para o mesmo repórter da *Revista do Globo*, em 27 de janeiro de 1940 (MARTINS, 1940). Nessa reportagem, Dyonélio Machado aparece em todo o seu vigor, e afirma estar escrevendo um livro sobre um “cirurgião sádico”, declaração que dá ao final da entrevista – que é aliás bastante difícil de se obter, e aparentemente complicada em seu desenrolar. Temos aqui um mistério do qual os rastros do arquivo não dão conta: como o autor do futuro romance protagonizado por um “cirurgião sádico” passou a autor de uma narrativa protagonizada por um personagem doente ou louco. De interlocutor irônico passará a escritor acamado, que recita um texto que, no movimento de narrar, o ajuda na recuperação de problemas cardíacos. É um movimento de transformação que guarda algo oculto, que não pode ser explicado apenas pela sugestão convencional da escritura de *O Louco do Cati* como “cura de um trauma”.

A sugestão de sadismo de Dyonélio bastaria para indicar o caminho da sexualidade que a metapsicologia da sublimação sugere. Com ele talvez possamos indicar outro fator esquecido, bastante importante para uma tentativa de psicanálise do autor: a relação com o ideal de Eu e Super-eu, a qual remete à questão do pai do autor. Chegamos assim a mais um achado da Hemeroteca: uma outra entrevista onde encontramos uma autoanálise psicanalítica feita por Dyonélio.

A enumeração dos elementos dessa análise ficará para outra ocasião, se houver um real interesse nisso. Contudo, o problema do Superego (usamos palavras de Dyonélio [sic]) foi, talvez, preponderante na formação de sua personalidade. Sem nos demorar em pormenores técnicos que, em regra, escapam à compreensão da generalidade dos leitores, devemos, todavia, frisar o quanto a morte do pai representou na precipitação do problema.

Repetimos a explicação, que, agora, fala na terceira pessoa:

- Breve, chegou o menino às etapas semi-finais da grande questão que se lhe apresentou ao inconsciente: o substituto do pai, tão trágica e prematuramente arrebatado ao seu mundo. Certa obstinação e firmeza de opiniões, um razoável equilíbrio entre interesses particulares e de ordem geral, a fé ativa num melhor destino para a humanidade – eis manifestações sublimadas dum problema da infância, surgido quase que de improviso numa madrugada de inverno, trágica madrugada, em que seu Superego se inundava no próprio sangue – um sangue vivo, arterial, mal contido pelos dedos solícitos dum homem bom e superior, um homem que ainda na véspera era inimigo e que mereceu desde aí uma amizade e gratidão fácil de imaginar. Essa artéria rasgada representava o ferimento mais grave. Ela foi ligada nessa noite mesmo, sob os olhos curiosos do filho – curiosos e atônitos. Foi o que deu uma curta sobrevivida ao pai. (...)

Um desejo de expansão, de difusão entre as coisas e as gentes, criando-lhe talvez qualidades universalistas quando tudo deveria confinar dentro de um âmbito tão reduzido, herdou aquele menino do seu sangue materno genovês, sangue de

marinheiros. Entretanto, o mais direto convite à expansão, à difusão idealística foi o pampa – à planura, aberta, esmagadora, dentro da sua imobilidade. (LEITE, 1945, p.19)

Esse trecho concentra os principais aspectos faltantes na interpretação da sublimação de Dyonélio: 1) uma relação entre seu ideal de Eu e seu Super-eu, que poderia se refletir naquilo que é a sua “moral”, ligada à identificação com a “lei do pai”, de onde vem a força castradora com que combate a libido objetal; 2) a relação entre angústia sexual infantil no período de latência e a morte de seu pai, que ocorre, justamente, próxima ao momento de conclusão de seu complexo de Édipo; 3) a característica de elevação, de altura, de ascensão, que poderia se encontrar nas representações literárias criadas via sublimação.

Esses seriam problemas centrais para quem desejasse fazer psicanálise de Dyonélio Machado, o que não é nosso caso. Vimos que a sublimação diz respeito a um certo uso da energia sexual, sendo um procedimento que não trabalha sobre o material recalçado do inconsciente. Basta retornar ao quadro estabelecido em “O eu e o id” para indicar que no inconsciente não há só matérias recalçadas, mas também o Id que manifesta a energia libidinal sexual.

Pode-se assim sugerir outros aspectos menos especulativos para sua sublimação, naquilo que já mencionamos em Freud. Por exemplo, as origens da sublimação sexual relacionadas com o desenvolvimento da visão, surgida do desejo de apoderamento e de posse. A partir do *prazer de olhar*, passa-se ao *instinto de saber*. Como afirma nosso autor: “[O] Romancista deve viver intensamente o mundo físico e intelectual, ao mesmo tempo. Escrever é quase um ato de amar, não amar por amar, mas amar para ter a posse do mundo” (MACHADO in TILL, p. 134). Com a definição de “ter posse do mundo”, resgatamos a origem sexual por trás da sublimação, indicando-se bem a faceta de *instinto de apoderamento* através da investigação sublimatória.

Sem muito esforço, reconhecemos uma *escopofilia* (o prazer em olhar) e uma *epistemofilia* (um prazer de conhecer), numa sublime e crescente sofisticação de Dyonélio, tanto em sua vida pessoal quanto em sua literatura. Sua filha lembra de sua curiosidade enciclopédica, que se multiplicava: passava do estudo do latim ao conhecimento do sistema nervoso humano, dos saberes doutorais em criminologia a chistes psicanalíticos, da indicação dos conteúdos da Geografia apreensíveis em *Os Lusíadas* de Camões à leitura de romances policiais na hora de dormir, da investigação dos fundamentos do Direito romano às lições de flauta, instrumento que estudaria acordando cedo para frequentar aulas antes do trabalho (BORDINI apud

GRAWUNDER, 1995, p. 73). Em todas estas atividades, seu prazer vinha tanto de ensinar quanto de aprender novas técnicas.

Cláudio Osório comenta que Dyonélio “Se dedicava com inquietação e prazer ao seu projeto científico” (GRAWUNDER, 1995, p. 62). Rodrigues Till fala de uma infância cercada de jornais e livros por todos os lados, em que um parente era diretor de jornal republicano-positivista e outro era “professor, dono de colégio, livreiro, homem de teatro, editor de jornais também”. “Sem saber, Dyonélio integrava o ‘núcleo pensante’ da pequena comunidade. O resto contava patacas e bois nas invernadas”. Ali teria referências muito próprias, que poderiam servir como modelo sublimador: seu primeiro professor se tornaria um dos maiores historiadores gaúchos (Aurélio Afonso Porto), e seu professor de latim, o “velho Meyer”, seria homenageado como grande personalidade pública, sempre lembrado pelo caráter austero, mas generoso, reconhecido quase como parte do cenário da capital gaúcha (TILL, 1995, p. 23, 27).

Dyonélio observava e dominava, para elevar-se. Seus ensaios são sempre temperados por discussões vindas de diversos campos, e mesmo os livros ficcionais tinham uma espécie de processo de pesquisa por trás. Lembremos que para *Deuses econômicos* passou dez anos pesquisando e revisando suas fontes da Antiguidade. Para *Endiabrados*, coletou e reuniu recortes de jornal, além de estudar partes da missa, a estrutura das orações, o ambiente, as vestes e a linguagem clerical. Para *Terceira vigília*, encomendou manuais de confecção de flores artificiais, com as quais buscou caracterizar as personagens. Ainda assim, “Dyonélio não só usava técnica científica, mas vivência pessoal, refletindo o meio em que vive” (TILL, 1995, p. 138).

A centralidade da visão em sua obra também é bastante destacada. Dyonélio, contando sobre sua infância próxima aos livros, comenta:

Tudo isso devorava-se com o espírito e olhos gulosos: eram ilustradas com belas gravuras. Um poeta nosso – como poeta, uma criança – deveria ter escandalizado muito sensualista *raffiné*, quando proclamou: Ver é o supremo bem. Quanto a mim – talvez por inveterado prosaísmo, aderi, de olhos bem abertos, ao seu conceito. Ele é Vicente de Carvalho (MACHADO, 1995, p. 86-87).

A importância da visão para seu estilo literário seria um capítulo à parte, tamanho o destaque que ocupa em romances como *Os ratos*, *O Louco do Cati* e *Desolação*. A busca de Dyonélio por elevar o trivial ao nível do elemento dramático de sua narrativa poderia também guardar uma carga de sua “sublimação”, já que indica o elemento de verticalidade, que falta nas discussões sobre sua sublimação. Sua literatura eleva o comum e banal à dignidade de objeto

sublime (ou seja, algo que produz certo “terror sagrado”), o que leva ao desenvolvimento de uma interpretação psicanalítica de seu texto, e não de sua biografia. E como vimos, ainda que utilizasse materiais de sua biografia, esse material poderia ter sido escolhido antes por uma preocupação com o empírico factual vindo da realidade, do que por um interesse em seu uso na resolução de ressentimentos biográficos. Há certo aspecto antifantástico em sua ficção, que surge da escolha de acontecimentos possíveis e próximos do mundo empírico – uma possível herança do positivismo, ou uma influência das filosofias materialistas que cultivava.

Podemos trazer então um outro uso do conceito de sublimação que Dyonélio também adota, não mais quando fala da “sublimação da angústia”, mas sugerindo a elevação:

A pequeno-burguesia nunca luta a seu favor (...). Claro que diligência por se evadir desse círculo, tão estreito e confinado como uma prisão. E vêmo-la então lançar-se no sonho. Tudo que se faz no domínio da ciência, da política e da arte especulativa é obra dela. – A obra da sublimação dialética da sua debilidade – mais propriamente: da sua incapacidade como classe (MACHADO, 1995, p. 133).

Dyonélio fala então em um “objetivo sublimado” da pequena burguesia de buscar a “proletarização do pensamento” (MACHADO, 1995, p. 134), o que sugere inclusive outra atualidade de seu pensamento, sendo possível colocá-lo lado a lado com *Sublime objeto da ideologia* de Slavoj Žižek (1992), em uma análise bastante contemporânea da relação entre psicanálise e marxismo. Nosso autor falará então da negação dialética das massas, que recusaram essa sublimação ao PCB (MACHADO, 1995, p. 134). Falará também da boa sublimação da violência primitiva que se eleva através da produção de poesia, da Arte, da Literatura, da Ciência, ou “mesmo a Indústria e o Comércio” (MACHADO, 1995, p. 94, 120), o que o levaria também a diagnosticar falsas sublimações na violência fascista e no mundo do consumo, que não satisfazem, por alimentarem uma espécie de compulsão de morte (MACHADO, 1995, p. 116, 120)³⁸.

Estes pontos buscaram sugerir um uso da “sublimação” por parte de Dyonélio que ampliaria o quadro crítico convencional, e não metapsicologicamente claro, sobre o processo de “cura do trauma”. É curioso que uma interpretação psicanalítica não tenha se desenvolvido

³⁸ Veremos, no capítulo 6, que essas formas de elevação sublimatórias podem servir para uma interpretação distinta de suas manifestações literárias: uma outra análise de sua prática sublimatória, que manifesta uma concepção que não esteja vinculada ao trauma da prisão, mas à identificação literária de representações do Real. Por via de Lacan, pode-se pensar em uma relação com as energias destrutivas da pulsão de morte, e com o trabalho de desenvolvimento do Eu, numa ascensão do instinto de saber e do instinto de apoderamento frente aos objetos possíveis de conhecimento. Essa análise, no entanto, buscaria tais manifestações nos significantes de sua escritura, e não em um exame de sua psiquê.

num plano mais tradicional, aquele que passa pelo trabalho de perlaboração que leva ao final da análise. Como no mote que dá título ao artigo “Recordar, repetir e elaborar”:

Ele tem de conquistar a coragem de dirigir sua atenção para os fenômenos de sua doença. A própria doença não deve mais ser algo desprezível para ele, mas sim tornar-se um digno adversário, uma parcela do seu ser fundamentada em bons motivos, de que cabe extrair algo valioso para sua vida futura (FREUD, 2010b, p. 152).

Por via desse segundo caminho seria possível indicar que, caso Dyonélio Machado tivesse passado pela terapêutica proposta por Sigmund Freud, aquilo que seria seu “trauma” teria estado muito mais na superfície de sua consciência do que na concepção de recalques perdidos no fundo de sua memória. Talvez tivesse mesmo se superado os sintomas de possíveis traumas, já que acreditava que sua literatura deveria ser produzida com a máxima liberdade possível, livre mesmo de dependências psíquicas. Basta indicar o discurso que fez no I Congresso Brasileiro de Escritores: “O escritor, nos seus livros, nas suas revistas, nos seus jornais, encontra uma das formas mais específicas de ação, e é claro que esta se restringirá muito no seu alcance civilizador, se não se constituir o fruto de uma concepção psíquica livremente elaborada” (TILL, 1995, p. 152). Ou seja, Dyonélio afirma a necessidade da produção de uma obra livre de prisões inconscientes do trauma³⁹.

Um intérprete mais atento às discussões sobre o modo como se dá o gozo sublimatório na obra tardia de Sigmund Freud não deixaria de reconhecer a dependência de instâncias externas ao indivíduo, havendo inclusive uma ameaça de pouca intensidade da satisfação corporal sublimatória por via da arte (MENDES, 2011, p. 251). O longo processo de pesquisa comum na criação de produtos científicos e culturais conduz a um trabalho cotidiano árduo e incerto, e que por vezes só traz resultados tênues em termos de reconhecimento social. Nesse sentido, seria possível mesmo uma discussão sobre o sucesso ou insucesso da sublimação em Dyonélio Machado. Afinal, quando afirmou que escreveu um livro para “sublimar o mal”, talvez não quisesse dizer, ironicamente, que procurava um pouco de aceitação social para reanimá-lo enquanto se recuperava de uma enfermidade?

Em todo caso, a interpretação a partir da autocriação no tempo do cuidado parece sugerir um caminho mais respeitoso do que uma psicanálise que busca validade por via de causalidades metapsicológicas e alguns fragmentos de depoimentos. É focando no aspecto ativo do caráter

³⁹ Mas mesmo pela via da perlaboração do trauma, também deveríamos fazer referência ao seu uso da energia libinal, ou seja, sua relação com a própria sexualidade.

de Dyonélio Machado que contestamos a concepção passiva, na qual apenas padece de influências inconscientes. Destaca-se ainda sua defesa de um equilíbrio aristotélico frente à incontinência e à pulsão de morte, presente em suas *Memórias de um pobre homem* (MACHADO, 1995, p. 91). Trata-se de uma defesa do equilíbrio de si, o que indica que o autor era alguém contrário à eterna compulsão à repetição, e por isso mesmo sabia que é por essas vias que o trauma se manifesta.

Identifiquemos aquilo que está ausente nas interpretações sublimatórias. O primeiro aspecto que se percebe é o esquecimento da centralidade da sexualidade nesse processo. O autor por diversas vezes fala em “sublimação da angústia”, o que nos remete à relação com a angústia *sexual* infantil. É possível mesmo sugerir algo por via da análise que fazemos da ironia em Dyonélio, na qual talvez se encontrassem, mediante uma investigação que quisesse entender seu “sadismo”, manifestações dessa sua perversidade sublimada – o que destaca que seu trabalho sublimatório ocorre com certo uso da sexualidade, e não em relação direta com o recalque traumático da prisão. Essa reflexão também leva a outro ponto central que pouco se menciona nessas análises: a relação com a morte do pai, justamente na fase de latência, o que apontaria para a moral do autor, seu ideal de Eu e Super-eu. É através da identificação com o pai que teriam se desenvolvido o narcisismo secundário e o jogo que surge na relação com a pulsão de morte.

Voltemos a Dyonélio Machado: “Porque escrevo? Por gosto, seria a resposta mais sintética, pois que ela compreende tudo isto: sublimação (que já diz mil coisas), fixação memorialista, julgamento e crítica, idealização da vida e sua realização por via da arte” (MACHADO, 1995, p. 19). Essa frase oferece outros caminhos de interpretação psicanalítica distintas da sublimação, como o aspecto de sua idealização ou mesmo de uma “fixação memorialista”, tópicos menos arriscados como ponto de partida metapsicológico.

Mas aí chegamos à questão: não estaríamos forçando uma interpretação da psiquê do autor, numa análise onde ocorre certa transferência e projeção da parte do intérprete, que “completa” com sua fantasia aquilo de que não podemos dar conta sem a presença de Dyonélio Machado num divã? E quais são os ganhos, na adoção desse método de análise, para a compreensão de sua biografia?

Além disso, trazendo a interpretação de sua sublimação para o centro edipiano ao estilo de Freud, não haveria o risco de uma nova recaída no biografismo, na qual sua obra seria só uma excrescência, não mais de um “trauma da prisão”, mas de resquícios de sua sexualidade

infantil? Não seria essa uma interpretação que traria, novamente, mais prejuízos do que vantagens?

Podemos enfim concluir esse trajeto, que busca “as condições de possibilidade” da legitimação de uma interpretação metapsicológica da sublimação em Dyonélio Machado, questionando certos aspectos das concepções freudianas. Atentando-se para o desenvolvimento posterior de psicanalistas como Melanie Klein e Lacan, pode-se facilmente questionar o aspecto biológico da filogenética (GREEN, 2010, p. 252), ou o fisicalismo do modelo metapsicológico da sublimação freudiana (STEIN, 2012, p. 26), o que joga dúvidas sobre a causalidade científica por trás do quadro metapsicológico.

A solução de Jacques Lacan seria reconhecer na sublimação suas marcas sociais, o que a torna uma prática historicamente datável, complicando ainda mais a legitimação da interpretação psicanalítica de sua vida. Seguir o caminho de Lacan é buscar nos significantes, na letra ou na escritura, e não na biografia, o sentido de uma sublimação. Chega-se mesmo a uma crítica de uma possível “psicanálise aplicada” ao estudo “psicobiográfico” da literatura:

A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento, e portanto, a um sujeito que fala e que ouve. Fora desse caso, só se pode tratar-se de método psicanalítico, aquele que procede à decifração de significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado (LACAN, 1998, p. 758).

Tentamos, com nossa proposta da temporalidade do cuidado, assegurar um espaço íntimo, onde a textualidade de Dyonélio Machado foi sendo potencializada em seus sentidos, para além daquilo que é reconhecido pela biografia do autor. Ele mesmo sempre insistirá, como no caso de *O Louco do Cati*, que sua intenção sempre foi escrever livros de ficção, e não obras memorialísticas.

Sugerimos algumas maneiras de interpretar sua sublimação, distintas das tradicionais, como por via do crescente desejo de olhar e de conhecimento (o que remete à ascensão ou verticalidade), ou através da angústia da sexualidade infantil (e a relação com o pai), o que leva à pulsão de morte. São caminhos que elaboram um plano à parte da experiência do cárcere. Voltaremos brevemente ao método psicanalítico, fazendo uma sugestão de como através de Lacan seria possível analisar a sublimação levando em conta a pulsão de morte, passível de se elaborar por via de seu texto. Com isso, acreditamos dar um passo decisivo no afastamento disso que seria o exagero biografista na interpretação de seus rastros.

6 OS CAMINHOS DA MEMÓRIA DE DYONÉLIO MACHADO

*A memória –
pelo menos para literatura –
está bem curta entre nós.*

Dyonélio Machado

*Um dia alguém dirá que
só agora se vê como
esse escritor era importante.*

Érico Veríssimo

Podemos agora retomar algumas das reflexões que elaboramos nos capítulos precedentes. Vimos ao longo desse percurso como se deram diversos episódios da existência de Dyonélio Machado, por via de seus depoimentos e de representações vindas da memória coletiva. A partir da análise crítica de Pierre Bourdieu, que nos forneceu um vocabulário para pensar a análise biográfica, vimos que devemos tomar com cautela as causalidades presentes no encadeamento narrativo do testemunho de Dyonélio Machado, o que implica não tomar retroativamente sua própria significação e considerar o horizonte de incertezas latente em cada contexto. Pensando antes os sucessivos estados dos campos onde atuou (como sua relação com a instituição literária, os grupos partidários ou médicos), podemos situar suas colocações, deslocamentos, vitórias e insucessos.

Mas vimos além disso que podemos apreender algo sobre sua própria temporalização, quando cuidou de presentificar possibilidades de um porvir mais potente, trabalhando não só sobre a realidade dada, mas buscando as possibilidades de um futuro para além das contingências históricas. É um ensinamento sobre uso do tempo que pode ter vindo de sua intimidade com filósofos e historiadores helenistas – os mesmos que também influenciaram a definição de *Sorge* em Martin Heidegger – e que Paul Ricoeur adotará para pensar essa referência do tempo histórico ao tempo existencial de um agente social.

É nessa temporalidade privada, que apenas acessamos fragmentariamente em rastros nunca totalmente legíveis para a objetividade historiadora, que Dyonélio Machado desenvolveu sua própria ironia com vistas a projetá-la para além de suas contingências. Referimo-nos àquela autocriação irônica que Richard Rorty reconhece na busca feita por Vladimir Nabokov de uma “imortalidade poética”, quando suas metáforas encontram diversos sentido para além de seu contexto de origem (RORTY, 2007, p.250).

Assim, seu próprio “tempo da gestação” nos leva a pensar episódios de sua posteridade, como a criação do Arquivo Literário Dyonélio Machado, ou sua recepção acadêmica nas décadas seguintes, como fundamentados no cuidado que teve em vida com seu porvir. Em um tempo que continua mesmo em nosso “agora” presente, diversas interpretações historiográficas foram sendo produzidas a partir do conjunto de rastros recolhidos em arquivos. São pesquisas que atestam a continuidade de seu “projeto existencial” na posteridade.

Seria apenas nesse *post mortem* que enfim teríamos acesso à certa totalidade de seu caráter, tal como ensinava o preceito positivista: somente cinco anos após a morte de Dyonélio Machado poderíamos formar juízo seguro de seu caráter – o que nos permite considerar que as representações da memória coletiva vindas de certa década ainda não manifestavam plenamente sua existência, já que ainda não havia falecido. É apenas no processo de conformação de seu arquivo, com o trabalho de uma imensa comunidade de familiares, próximos, pesquisadores e leitores, que alguns resultados desconhecidos de seu “projeto existencial” começam a aparecer, com a publicação de inéditos, reedições, e reuniões de entrevistas – acontecimentos que levariam a uma reconfiguração de sua imagem na memória coletiva, onde vem ganhando um espaço de celebração.

Acontecimentos que também são resultado de muitas pesquisas, que de certa maneira vêm concretizando com maior segurança os resultados do projeto de posteridade do autor, sendo possível reconhecer uma crescente recepção acadêmica. Na escrita de sua história, a ausência de certos rastros, inacessíveis no momento de conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado ou posteriormente, conformou alguns esquecimentos, tais como aqueles reconhecíveis nas interpretações biografistas. Por via das representações da memória coletiva, e mesmo de sua poética que trabalha com recursos triviais ou até miseráveis, chegou-se inclusive a psicanalisá-lo.

Mas a partir do conjunto de rastros que trouxemos aqui, podemos recolocar a pergunta que conduziu nossa investigação: “Quem veio a ser Dyonélio Machado?”. Assim, com base nas reflexões que estabelecemos anteriormente, podemos agora responder essa pergunta por via de uma representação historiadora, de maneira a ser fiel ao conjunto dos rastros de Dyonélio Machado. Pensaremos assim maneiras de elaboração discursiva que, recuperando seu projeto ainda aberto, poderiam reafetua-lo num porvir.

Acompanhamos a adesão de Paul Ricoeur à historiografia de Bernard Lepetit: “trata-se desta vez ‘daquilo que o homem, enquanto ser de livre atividade, faz ou pode ou deve fazer de

si mesmo’: eis a diferença em relação aos modelos historiográficos precedentes” (LEPETIT, 2001, p. 238). Vê-se aí uma concepção que, por um lado, toma a estrutura social sem um sentido de coerência *a priori*, sendo um mistério o que a mantém coesa; e que, por outro, busca identificar um modelo de negociação que se incorpora mesmo à temporalidade da posteridade histórica. Isso permite pôr à prova, “na ação presente, formas passadas e valores recebidos segundo modalidades que não são necessariamente as nossas, porque não são nem de sempre nem de qualquer lugar” (LEPETIT, 2001, p. 242).

Assim, reconhecemos o “projeto existencial” de Dyonélio Machado se realizando em “tempos de incerteza”, e devemos pensar sua posteridade para além da significação estabelecida em contextos já dados, onde haviam determinações sociais como aquelas vindas da instituição literária, dos partidos políticos ou dos grupos médicos de seu tempo. A concepção historiográfica de Bernard Lepetit, que fornece muitos subsídios a Paul Ricoeur, nos permite pensar o legado ainda aberto no presente, quando agora devemos assumir nossa tarefa de fazer justiça à memória de Dyonélio Machado.

São muitos os esquecimentos que encontramos no trabalho de rememoração com vistas a uma “memória feliz”. Mas retomando-os e colocando-os em um horizonte de trabalho, podemos talvez passar de um esquecimento compulsivo, ainda dependente das representações vindas da fase da redescoberta (em que a crítica buscava fazer justiça aos esquecimentos em relação à sua pessoa), para a construção de uma posteridade onde sua rememoração seja mais justa.

São aspectos que dizem respeito a acontecimentos futuros, onde trabalham a memória pública, a recepção acadêmica e o mercado editorial, em ritmos e tempos próprios, que não podem ser previstos. A partir da análise dos usos da memória em Paul Ricoeur, podemos elaborar um quadro com base no qual a historiografia pode agora alimentar a memória coletiva, de maneira a fornecer representações que favoreçam a aproximação do público interessado. Muitos episódios vêm atestando sua legitimação frente à instituição literária: sua posse na Academia Rio-Grandense de Letras, sua celebração na memória coletiva, o uso de seu nome para batizar ruas, prédios, bibliotecas e grupos de leitura; mas para que a memória coletiva de fato venha a ter uma “memória saudável” a seu respeito, deve-se destacar aquilo que ainda está em elaboração ou que fica em aberto na interpretação de seu projeto.

Assim, podemos conceber quais modos de representação de Dyonélio Machado favorecem ou não o horizonte histórico que propomos. A grande questão aqui é que devemos

buscar ser fiéis ao seu projeto de posteridade, de maneira que haja o mínimo de contraste entre a representação historiográfica que fazemos dele e os rastros que deixou. Demos o exemplo do termo “escritor maldito”, que sugere para o leitor que haveria uma “maldição” em sua literatura. Recuperamos também algumas representações que se fundamentam em um trauma ou ressentimento, e ainda outra que o desenha como um grande helenista, atribuição mais incomum a seu respeito.

De maneira a favorecer aquilo que será o trabalho de recordação de Dyonélio Machado, nosso caminho aqui será tomar um modelo de “trabalho da memória”, vindo do próprio autor, de maneira a aproveitá-lo em nossa concepção. Dyonélio era grande leitor de historiadores da Antiguidade, mas também de historiadores franceses que muito serviram de base para os desenvolvimentos da filosofia da história que Paul Ricoeur recupera em sua obra. Citemos como exemplo de tais desenvolvimentos a relação entre ficção e realidade no discurso histórico, e vejamos o que Dyonélio Machado ironicamente declara a respeito: “Quem não conhece o paradoxo de Anatole France, sustentando que a História não é uma ciência, é uma arte, e só se sai bem de empreitada tão realística por via da imaginação?” (MACHADO, 1995, p. 99). É o próprio escritor que nos sugere justamente a questão da *representância* proposta por Paul Ricoeur, para quem certas imagens carregam mais força para reafirmar o ausente no presente:

Não me fica mal – penso pelo menos – revelar o enorme apreço que tenho pelo que erradamente já passou. Erradamente: o passado – já está isso num livro meu da década de 20 – o passado é a representação, silenciosa mas animada, dos mortos. Não tem nenhum sentido literário essa minha tirada: é que eu vejo o passado engrenando com o presente, formando juntos um bloco. Creio que dei provas disso nesse meu livro tão maltratado, *Deuses Econômicos*. (MACHADO, 1975, p.1)

O próprio Dyonélio Machado nos indica a potência do discurso histórico: produzir uma representação animada dos ausentes, que põe em ação e mobiliza o passado em conjunto com o presente. Em outra carta, desta vez para Alfredo Bosi, Dyonélio citará uma frase da obra *História do Povo de Israel* de Ernest Renan: “Ce qui n’a pas été vrai dans un cas l’a été dans un autre” (MACHADO, 1980c, p. 2). Citação do prefácio da obra do historiador francês, e que é conclusão de um frase cuja tradução seria “Não é uma questão, nessas histórias, de saber como as coisas aconteceram, é uma questão de imaginar as várias maneiras pelas quais elas foram capazes de acontecer. O que não era verdade em um caso estava em outro⁴⁰”.

⁴⁰ “Comme je l’ai dit ailleurs, il ne s’agit pas, en de pareilles histoires, de savoir comment les choses se sont passées, il s’agit de se figurer les diverses manières dont elles ont pu se passer. Ce qui n’a pas été vrai dans un cas l’a été dans un autre.” (RENAN, 1889, p.7).

Assim, mais uma vez encontramos a formação intelectual de Dyonélio à nossa frente, desde sempre se antecipando. A questão aqui é pensar uma historiografia que não se pautar apenas pelo passado como algo dado, que o historiador apenas relata. A proposta de Paul Ricoeur é de uma reconstrução histórica que também se volte para o futuro, quando o historiador, e seus leitores, assumem a dívida com os ausentes da história, recuperando o horizonte de esperanças em seu próprio contexto de recepção. Assim, a imagem de Dyonélio não deveria apenas contar sua história de esquecimento e legitimação em certas instâncias passadas, mas também nos lembrar de um legado ainda por se concluir.

Seria uma representação que operaria uma “contaminação do passado”, e que o faria surgir igualmente inquietante na atualidade, como se tivesse ressuscitado em nossos dias. Incorporando não só os rastros da década de 1910 ou 1930, ou mesmo aqueles de sua época de esquecimento, podemos então dar um passo além das representações que surgem em seu período de “redescoberta”, onde era visto como um esquecido. Tais representações são determinantes na conformação das primeiras interpretações do Arquivo Literário Dyonélio Machado, mas acabam favorecendo uma retórica do trauma que poderia mesmo levar a pensar que esse fazer ver a história ocorre como um retorno de Dyonélio Machado como “recalcado”. Devemos nos afastar da concepção exageradamente psicanalítica, e nos aproximar de uma outra, que aponte para o sentido de seu testemunho histórico.

Temos, como caminho, a sugestão de Paul Ricoeur, que nos traz a definição do conceito de “inquietante estranheza da história”, espécie de *umheimlich* onde a memória histórica produz uma reconfiguração de um conteúdo na memória coletiva, despertando a lembrança de experiências apenas fragmentariamente vivenciadas, já que se deram em contextos amplos demais para compreensão de qualquer testemunha. É assim que apenas no tempo histórico, reconstruído no arquivo pela operação historiográfica, é que se pode representar de maneira mais clara o encadeamento e as causalidades que estavam por trás dos acontecimentos vividos pela memória coletiva (RICOEUR, 2007, p. 404-408). Essa operação do discurso historiador, quando bem sucedida, faz revisitar determinados acontecimentos do passado com certa inquietação, trazendo à luz esquecimentos a partir de rastros do presente. Algo muito dyoneliano, visível no procedimento de retorno do passado empregado, por exemplo, em *O Louco do Cati* e em *Deuses econômicos*, ou mesmo naquele com que sonhava seu Velho Sanches.

Traremos aqui de três modos de representação de Dyonélio, que nos oferecem índices adequados ao conjunto de seus rastros (agora atualizados com novos materiais), possibilitando uma experiência válida de reconhecimento ou de compreensão de sua literatura e existência. Esperamos com isso dar mais um passo no processo de fazer justiça à sua pessoa, permitindo uma maior apropriação por parte da memória coletiva, que poderá então incorporar seu legado de maneira mais eficiente em seu próprio horizonte de recepção.

Começamos recuperando a representação que surge implicada de que seja um escritor maldito. Como vimos, essa definição exige que se explique sua maldição não apenas por sua vida, mas por sua obra. Retomando aquilo que identificamos, na seção 4.2, como sua “teimosia”, podemos desenvolver uma derivação dessa representação que seja compatível com seu espírito crítico. Trata-se da “rebeldia de Dyonélio”, que se manifesta como uma firmeza em seus próprios valores, dando-lhe integridade e permitindo seu próprio caráter autêntico. Recuperando suas entrevistas, vemos mesmo que essa rebeldia não é gratuita:

Eu tomava conhecimento duma escola literária (ou coisa assim) que estabelecia, segundo um de seus corifeus, que ‘vocação literária supõe uma atitude de rebeldia diante da realidade real’. Atitude de rebeldia ante uma determinada realidade admito. Mas a rebeldia sistemática, sem aprecia o dialética da situa o que se lhe oferece, como parece ser a preconizada por esse escritor, constitui o caminho mais fácil de tirar   rebeldia todo mérito. (...) Rebeldia sem propósito, como originalidade (a que se recorre infelizmente vez por outra)   coisa de muito mau gosto. (MACHADO, 1995, p. 65).

Haveria então uma rebeldia boa e uma rebeldia ruim. Temos aqui duas sugestões importantes de Dyonélio Machado: a de que a boa rebeldia se faz na crítica a determinada contingência, e a de que ela deve também carregar certa aprecia o dialética. Com isso, retomamos outro ponto que ficou para tr s, quando da elabora o de uma análise da sublima o na se o 5.2. Seguiremos o trajeto da sublima o em Lacan, acompanhando a associa o que Vladimir Safatle faz deste com Adorno, em seu *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (2006). Isso nos permitirá indicar algo a respeito da dialética de Dyonélio Machado.

Para Lacan, um dos resultados produzidos pelo processo sublimatório, conforme a defini o do *Seminário VII*,   a eleva o de um “objeto a”   dignidade da Coisa (LACAN, 2008, p. 137). “Essa Coisa era o que resistia a se inscrever nas representa es simbólicas próprias ao pensamento do eu. Ela era o nome da singularidade que não podia se inscrever e que aparecia como resistência às predica es postas pelo pensamento fantasmático do eu” (SAFATLE, 2006, p. 140). Trata-se de uma produ o sublimatória que d  forma a uma imagem que   a própria destrui o da imagem, por incorporar aquilo que resiste a se inscrever na linguagem. Cria-se

uma contradição objetiva, que se alimenta da força da pulsão de morte e se formaliza através de um negativo transcendental:

A simbolização feita pelo significante puro inscreve-se em uma lógica de anulação do objeto capaz de elevá-lo à condição de pura marca que sustenta o vazio do desejo. Tal movimento permite a subjetivação da castração como imperativo de sacrifício de todo objeto empírico do desejo e promessa de gozo no vazio da transcendentalidade da Lei. (SAFATLE, 2006. p.140)

É assim que, por exemplo, a sublimação da Dama no amor cortês medieval lhe dá um estatuto de impossível, de inacessibilidade, através de um trabalho de subtração das suas características que a faz quase um não-objeto. Dessa desindividualização, resta uma imagem impessoal, indiferente e dessensibilizada, que é o que dá a “dignidade de Coisa” ao objeto sublimado. Esse trabalho formaliza as negações, criando uma sensação de impossibilidade de conceitualização, própria da experiência sublime. Lacan considera que assim encontra-se uma representação impossível do Real, algo que sempre resiste à predicação do simbólico e à identificação do imaginário. “O Real não está ligado a um problema de descrição objetiva de estados de coisas. Ele diz respeito a um campo de experiências subjetivas que não podem ser adequadamente simbolizadas ou colonizadas por imagens fantasmáticas” (SAFATLE, 2006, p. 141).

A sugestão aqui é que a sublimação poderia formalizar uma inadequação, objetivar uma não-identidade, algo que se associa com as concepções estéticas de Adorno sobre um objeto artístico que recusa a síntese e que reserva um lugar ao não-idêntico da alteridade (CORREIA & PERIUS, 2017, p. 75). Pode-se falar mesmo de uma estética negativa: “O estremecimento, contraposto diametralmente ao conceito habitual de vivência, não é uma satisfação particular do eu, não aparece ao prazer. Mas sim, é uma advertência da liquidação do eu, que estremecido compreende sua própria limitação e finitude” (ADORNO, 1990, p. 364 apud CORREIA & PERIUS, 2017, p. 79).

Percorrendo a linguagem de sua escritura, haveríamos de fazer um longo percurso de análise de seus significantes para nos aproximar dos resultados de sua sublimação, já que precisaríamos girar ao redor dos vazios de Naziazeno, buscar o poço da incomunicabilidade com o Louco do Cati, sentir-nos desolados com Maneco Manivela. Mas ao final dessa análise, encontraríamos não a psiquê de Dyonélio Machado, mas nosso próprio confronto com o Real.

Uma tal interpretação psicanalítica, que começa pelo texto, mas faz o percurso oposto ao do biografismo que tratamos (já que pensa a experiência da subjetividade no leitor), nos

levaria mesmo a pensar em grandes questões, como a historicidade da prática estetizante da sublimação em nossa sociedade ocidental, procurando nas metáforas de Dyonélio Machado uma manifestação histórica. E indicaria, também, um caminho mais interessante para a fortuna crítica do autor, que já foi chamado de “o mais real, o mais realista dos escritores nacionais” por Lúcia Freitas (CASTRO, 1987, p. 11).

Não podemos desenvolver aqui essa investigação de seus significantes, mas mesmo sem acompanhar totalmente essa digressão pela psicanálise contemporânea, podemos extrair uma sugestão interessante que nos servirá para pensarmos uma modalidade de representação. A partir da sugestão de que a sublimação criaria como que uma representação negativa, e remetendo à importante figura de Sócrates, poderíamos elaborar a representação de Dyonélio Machado como um *escritor dialético*. Algo que permite sintetizar aquilo que reconhecemos como sua rebeldia, e que nos leva a reconhecer uma espécie de “mecanismo dedutivo” ou “lógica interna” que opera em sua linguagem, e que manifestaria a dinâmica crítica de sua apreciação dialética.

Pensá-lo como escritor dialético nos aproxima de seu gosto pela sabedoria oral (pela *doxa* de onde se elabora a dialética platônica), além das evidentes referências a Marx e Sócrates. Mas sua dialética se daria como “formalizações de contradições”, não oferecendo síntese por si. Sob o viés da negatividade, retomamos mesmo a concepção de ironia, tal como na interpretação de Soren Kierkegaard a respeito do que chama de dialética negativa de Sócrates, que se apresenta na forma de ironia que domina certa contingência (2010, p. 146, 302).

A associação ao modelo socrático funciona muito bem, pois podemos perceber na trajetória de Dyonélio Machado algo de um sacrifício irônico, de uma teimosia íntegra que não se dobra, deixando uma cicatriz de suspeita nos valores que o rejeitaram em seu tempo. Algo que para o filósofo dinamarquês só poderia ser compreendido se o entendermos como homem privado, ou seja, em uma perspectiva contrária à realidade histórica pública (KIERKEGAARD, 2010, p. 175).

Mas o desgaste contemporâneo do termo dialética pode gerar confusão, e por isso podemos voltar à definição feita por Sócrates, em *Fedro* (2016). Ali será narrado o mito de origem da escrita, que é contrastada com a oralidade do diálogo. Um texto escrito não pode autenticar a validade de uma interpretação que lhe é posta, já que não responde por si, como um interlocutor vivo. Diferente da fala na dialética, um texto é órfão, já que não possui um pai-autor que lhe auxilie a explicar-se, oferecendo apenas as mesmas respostas escritas para quem

deseje esclarecimentos. Assim, acompanhando a análise socrática, podemos sugerir que, se Dyonélio Machado é um escritor dialético, não podemos encontrar em seu texto um referente que garanta uma interpretação definitiva sobre o que seja uma boa ou má dialética.

Mas ao defini-lo como dialético, podemos representa-lo por via de suas posições críticas, que formalizam contradições e oferecem destabilizações a certas concepções já dadas. Podemos identificar certos silogismos se formando em sua linguagem, mas não podemos encontrar um corolário, já que essa síntese teria de ser feita apenas pelo leitor, que só pode confirmar sua análise por aquilo que se encontra inscrito no texto. Uma “boa rebeldia” tal como Dyonélio Machado a reconhece, aquela que crítica certas contingências históricas.

Podemos assim passar para o segundo modelo de representação de nosso autor. Aqui incorporamos outro ponto de nosso trabalho, ao tomar Dyonélio Machado como um *escritor irônico*. Essa representação surge como uma espécie de perplexidade frente aos jogos e paradoxos que se produzem em sua literatura. Seguindo a definição de Kierkegaard, “assim como os filósofos afirmam que não é possível verdadeira filosofia sem a dúvida, assim também pela mesma razão pode-se afirmar que não é possível a vida humana autêntica sem a ironia” (KIERKEGAARD, 2010, p. 305).

Na ironia, também encontramos aquilo que estaria para além da contingência histórica, caso interpretemos que a intenção de Dyonélio tenha sido uma complexificação de possibilidades. Nesse sentido, ele pode ter desejado uma imortalidade poética, tal como aquela sugerida por um autor que sempre citava, Horácio, em sua Ode III, 30: “Ergui um monumento mais perene que o bronze/ E mais alto que o régio edifício das pirâmides,/ Que nem a chuva voraz, nem o Aquilão desenfreado/ Possam destruir, tampouco as inumeráveis/ Séries dos anos nem o decurso dos tempos./ Não morrerei de todo e boa parte de mim/ Evitará a Libitina; crescerei sempre recente/ no louvor vindouro, enquanto ao Capitólio/ Subir o pontífice com a tácita virgem.” (PENNA & AVELLAR, 2014, p. 25). É a ironia que, fornecendo uma riqueza de sentidos possíveis, permite pensar algo como uma perenidade de sua obra.

É aqui que encontramos as polaridades da descrição de Érico Veríssimo: olhos de “anjo” e mandíbula de ogro (ou *troll*, que contemporaneamente se associa mais à ironia). Aqui sua definição de *pobre homem* se associa à citação de *Tartufo*, assim como a seu autoproclamado sadismo, que nada mais era do que personalidade. Vimos o desenvolvimento da ironia: encontramos as primeiras evidências em sua adolescência na República do Império, com as leituras de escritores satíricos e humoristas e as crônicas cheias de blague. Se reforça com os

estudos de Freud, e se manifesta em seus estudos sobre o crime e a loucura, assim como em sua teoria da revolução. Na literatura se manifesta principalmente através de certos paradoxos que permitem múltiplas leituras, em uma obra que se apresenta ambígua (o Louco do Cati como homicida/vítima, o grupo de cristãos de *Deuses econômicos* que de santos passam a endiabrados, o bem que se inverte em mal, o “criminoso” que na verdade é apenas um sujeito saudável, etc.).

A representação de Dyonélio como escritor irônico faz justiça a certos rastros pois resgata uma polaridade esquecida quando se enfatiza apenas um de seus lados, quando o representamos no papel de vítima traumatizada pelas prisões, de injustiçado pelas editoras, ou mesmo de combatente das causas humanistas. A representação irônica manifesta justamente essa ambiguidade: nosso escritor não é apenas um ou outro dos polos da imagem de “anjo ou troll”. É *ambos* polos ao mesmo tempo, em uma ambiguidade que não permite distinguir uma faceta da outra.

A ironia também traz aquilo que Linda Hutcheon chama de “transideologia da ironia” (HUTCHEON, 2000, p. 26). Para a autora, aquilo que pode ser interpretado como função transgressora ou atacante da ironia pode facilmente acabar se voltando contra si. Não haveria então uma “política da ironia” para além do contexto de inferência que o intérprete faz sobre ela. Mudando-se o contexto, muda-se a “política”. Em Dyonélio, isso se apresenta na sugestão dos revolucionários que também são o Cati, ou dos cristãos que são incendiários como Nero, por exemplo.

Por fim, a ironia pode ser vista como um elemento de metamorfose em Dyonélio Machado, aquilo que estaria associado ao dionisíaco, algo que o faz múltiplo e ao mesmo tempo dificulta que reconheçamos uma identidade que possa solucionar nosso desejo de responder a pergunta “quem veio a ser Dyonélio Machado?”. Assim, a definição de Dyonélio como um *escritor irônico* permite essa pluralidade de sentidos que descobrimos em seu texto (tal como queria Roland Barthes), multiplicidade com a qual nosso escritor parecia se divertir. Indica uma possibilidade sempre aberta, em que podemos ser surpreendidos por alguma nova perspectiva de sua obra.

Ambas as definições a seu respeito permitem pensar o aspecto crítico que reconhecemos na obra de Dyonélio, sem fazer um enquadramento de qualquer ortodoxia política. Tomando as sugestões de que fosse um dialético ou ironista, é possível então pensar um jogo de tensionamento de sua obra frente ao contexto em que é lida. E ao mesmo tempo respeitamos o

enigma de sua identidade, já que nossa definição de sua autocriação na temporalidade do cuidado apenas indica um referente prático, um uso de seu tempo para dedicar-se à posteridade, mas que fica oculto frente à nossa capacidade de objetivação. A definição de sua autenticidade quase sugere a tautologia *Dyonélio Machado é dyoneliano*, frente à qual podemos pensar sua autocriação poética.

Com a definição de escritor irônico, acreditamos ter dado um passo decisivo de afastamento das interpretações biografistas, o que permite que agora indiquemos uma outra conclusão de nosso percurso, apresentando um modo saudável de compreensão do seu testemunho. Iniciamos com um problema: aquilo que Dyonélio afirmava como sua simplicidade, seu modo de se representar como um pobre homem, somado às metáforas da miséria características de parte de sua produção, confere certa dificuldade ao ato de reconhecimento de sua grandeza. Isso se dá porque, na busca por representá-lo a partir de seu próprio vocabulário, parece que o fazemos menor do que realmente era.

Ao estudarmos a trajetória de Dyonélio Machado enquanto agente social, o que reconhecemos é muito mais a sua grandeza. A obra de Rodrigues Till nos oferece um vocabulário para esse enaltecimento ou celebração de sua história:

Seria fácil dizermos que Dyonélio foi um herói de Carlyle ou como um varão ilustre de Plutarco. Mas não precisaremos buscar comparações para delinear os contornos desta figura singular das letras gaúchas. Até consideramos ser mais correto designá-lo como vulto de exceção, tais as particularidades que enfloram não só sua conduta particular como também caracterizam o legado artístico produzido pelo criador de *Os Ratos*. Camões foi um herói, tendo em uma de suas mãos a pena e na outra a espada. Dyonélio Machado viveu seu heroísmo sem quaisquer espalhafatos, de forma singela, até com aparente timidez, arredio sempre à publicidade pessoal. Foi um herói quase anônimo, sem lances épicos, porque o seu heroísmo se assinalou nos escaninhos da vida privada como profissional da Medicina e como escritor muitas vezes subestimado (TILL, 1995, p. 199-200).

Encontramos assim um contraste muito grande entre a grandeza de estima justa que merecia e sua própria simplicidade. Como descrevê-lo como herói público, se dizia ser apenas um pobre homem? É a filosofia da história de Paul Ricoeur que novamente indica uma saída para esse dilema, ao elaborar, em sua historiografia, aquilo que seriam os critérios de distribuição da grandeza adequados em um espaço social cujo horizonte meta-histórico é de justiça. Sua busca é pela definição possível de um critério de grandeza política em um época histórica pós-absolutista, onde a expressão de nobreza se afasta da representação próxima a um caráter divino.

Paul Ricoeur propõe então uma redistribuição das figuras de grandeza em um espaço social mais amplo, não ligando-as ao poder político, mas à grandeza de justificação cujo horizonte é um clamor por justiça pública. A justificação surge em situações em que ocorrem disputas que pedem provas de qualificação envolvendo avaliações, juízos e valores, recorrendo-se assim a estratégias argumentativas de justificação. A proposta de Ricoeur é pensar uma escala em que “o prestígio do rei em seu retrato se encontra totalmente exorcizado pela substituição da figura do rei pela das pessoas e de suas pretensões à justiça” (RICOEUR, 2007, p. 287). Assim, seria possível desenvolver um quadro democrático, onde não há uma hierarquia mas uma pluralidade de grandezas e legitimações, em diversos níveis.

Isso no permite pensar o testemunho de Dyonélio através da perspectiva da justiça:

A velha aspiração popular de uma justiça rápida continua sendo apesar de todos os esforços, às vezes extremos para a materializar, um simples sonho ingênuo do nosso povo, sonho que não morrerá porque não estão, felizmente perdidas as esperanças (...). A justiça é para a sociedade o que a medicina é para o indivíduo. Ela é um remédio social, de que depende a saúde dum todo. Qualquer decisão jurídica representa um benefício para a comunidade, benefício que se confunde com a sua própria vida – por isso que ela é composta de indivíduos e tudo quanto respeita a um deles diz igualmente respeito a todos. A sociedade tem tanto interesse em punir como em absolver. A justiça é, pois, uma assistência prestada à sociedade, em tudo comparável à assistência que o médico consagra aos seus pacientes. Ora, imagine-se o que seria na esfera individual, uma medicina tardia, chegando fora de tempo, fora de toda oportunidade. (MACHADO, 1995, p. 16)

Destacamos na seção 5.1 o modo como percebia sua condição pessoal, frente à realidade de milhares de indivíduos que passavam pela mesma situação: “A minha luta pelo *sursis* tinha um sentido muito mais político do que pessoal” (MACHADO, 1995, p. 113). Da mesma maneira, quando passa a se dedicar aos estudos da Antiguidade, Dyonélio procura encontrar o que há de comum entre sua condição e a de milhões de anônimos da história. É algo que se afasta das concepções que se fecham sobre sua individualidade, e reconhecem sua pesquisa histórica como apenas um resultado involuntário de seu trauma.

Tal estudo permitiu a nosso escritor antecipar muitos temas contemporâneos. Em sua pesquisa, ele irá se aproximar de toda uma série de investigações genealógicas posteriores, tal como aquelas iniciadas por Michel Foucault e desenvolvidas por Giorgio Agamben em sua série *Homo Sacer*. Tanto o filósofo italiano como Dyonélio Machado localizarão as raízes do Estado de exceção contemporâneo em certas instituições do Império Romano, identificando-o às origens da violência justificada do biopoder contemporâneo (AGAMBEN, 2008, 2011, 2016). Soma-se a isso a investigação da figura que se encontra no grau mais baixo da escala social, aquele estigmatizado e jogado para a animalização na “vida nua”, o proscrito que Agamben

identifica como *homo sacer*, e que Dyonélio Machado adotará em parte de sua obra, fazendo-o mesmo protagonista, como em *O Louco do Cati*.

Tal preocupação não se dá apenas em seus estudos sobre a Antiguidade, mas também em sua atuação como médico do Hospital São Pedro, quando tratou de ajudar aqueles que muitas vezes eram vistos como refugio da sociedade. Podemos dizer que foi essa proximidade que lhe deu o testemunho daquilo que é o produto do biopoder: o corpo sevicado desses excluídos sociais, a escória, os loucos e criminosos, aos quais foi negado o pertencimento à humanidade. Uma “ralé” criada pelo biopoder, que por sua “selvageria”, seriam dignos de deixar morrer.

Nessa proximidade com aquilo que já foi chamado de “esgoto da civilização”, toma posicionamento a favor do elo mais baixo da cadeia humana, elevando-o à condição de protagonista. Sua obra deu forma a uma experiência que não era exclusiva sua, e que não deixou de existir ao longo de séculos da história política. É por isso que, se tomarmos os conteúdos da obra de Dyonélio como algo involuntário, vindo de um obsessão traumática com algo recalcado em seu inconsciente, estamos na verdade diminuindo o esforço e a dedicação de sua investigação genealógica, com a qual buscou elevar aquilo que reconheceu ser comum ao longo de milênios, por via de uma dedicação de escavador de pequenos achados que estavam invisibilizados no cotidiano.

Voltando ao uso de seu vocabulário e de suas figurações para descrever seu próprio projeto, tal recurso corre o risco de diminuí-lo, de fazê-lo parecer trivial. Mas sob a ótica da justiça, na trajetória proposta por Paul Ricoeur, em que a história deve ser reescrita para incluir os anônimos, os excluídos, dando-lhes espaços nas práticas públicas, Dyonélio Machado situa-se em uma escala de grandeza única, pois refletiu sobre grandes injustiças históricas, destacando-as como dignas de rememoração através da literatura. Faz todo o sentido relacioná-lo, então, à “história dos excluídos”, tal como faz Rebolho (2008), aproximá-lo da história dos marginais desenvolvida pela Nova História (LE GOFF, 1990, p.261), ou mesmo associá-lo à ampla pesquisa de um filósofo do estatuto de Giorgio Agamben (2008). Algo que reforça mais uma vez o indicativo do sucesso e da atualidade de uma pesquisa à qual Dyonélio Machado dedicou décadas.

Em sua literatura, essa matéria banal, “que sempre esteve aí”, ganha forma e pede atenção ao leitor. Podemos pensar que, se sua literatura possui suas ironias e complexidades, e ao mesmo tempo se alimenta de maneiras banais da realidade, é possível imaginá-la por via do

inquietante histórico: a efetivação de uma procissão de anônimos, de excluídos, que pede voz e justiça no espaço público. São esses “restos” humanos, loucos ou até criminosos, inadequados mesmo para certos grupos políticos de esquerda, que pedem para falar através de seus romances. Buscando um horizonte de justiça histórico, Dyonélio Machado seria então uma espécie de herói de nossa história, cuja justificação deveria receber o reconhecimento de uma grandeza única.

É nesse sentido que podemos interpretar Dyonélio como “alguém que vem do passado”, já que seu projeto traz elaborações de fatos esquecidos nas narrativas históricas tradicionais, mas presentes na vivência cotidiana mais trivial, ainda que invisibilizados. É assim que avançamos sobre as representações historiográficas que o reconhecem apenas como escritor boicotado, como traumatizado ou esquecido. O que vem do passado é aquilo que foi esquecido pela história política de nossa sociedade; o que indica um trauma de nossa sociedade, da nação Brasileira talvez, e não necessariamente de Dyonélio Machado.

Assim, seu projeto está aberto no presente, e enquanto existir algum elo fraco na corrente, um excluído ou esquecido, sua obra não deixará de clamar por justiça, colocando-se ao lado das parcelas inferiorizadas pelo biopoder. Vivêssemos em outros tempos, poderíamos pensar um futuro onde essa realidade não seria mais verdadeira. Mas é mais provável que exclusão e injustiça não deixem de ocorrer tão cedo no contexto imediato. E enquanto assim for, parte da obra de Dyonélio estará lá também, trazendo à memória tudo aquilo que ainda não se resolveu. É nesse sentido que podemos concordar com Danilo Ucha, quando define a literatura do escritor como *perene* (1979, p. 4-5).

Indiquemos então a exemplaridade de seu caráter público, tal como faz Rodrigues Till, que destaca sua grandeza social singular: “Dyonélio Machado é uma estrela solitária das nossas letras, mas uma estrela de primeira grandeza” (TILL, 1995, p. 207). Há esse contraste, entre nossa estima por sua grandeza e sua autorrepresentação de *pobre homem*, entre sujeito de envergadura histórica e sua autodepreciação irônica.

Com vistas a uma “memória feliz”, podemos pensar se não seria o caso de uma reconfiguração da própria definição de pobre homem, a partir de algumas das reflexões que trouxemos aqui. Poderíamos partir de duas prováveis fontes históricas de inspiração para o grupo República do Império: a primeira, o grupo de escritores do *fin de siècle* francês, que quinzenalmente se reunia nos célebres *dîners chez Magny*:

Aqueles jantares que duas vezes por mês reuniam o grupo mais inteligente e cético de espíritos parisienses (Sainte-Beuve, Flaubert, Th. Gautier, Taine, Rénan, *les*

Goncourt, Schéerer, Gavarni, às vezes Turgueniev, etc.). Pessimismo exasperado, cinismo, niilismo, alternados com muita alegria e bom humor (NIETZSCHE, 2006, p. 113).

Lembremos, além disso, do grupo conhecido como “Vencidos da Vida”, um “grupo jantante” que incluía Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, entre outros. Esse grupo de janotas também fazia graça e humor de suas próprias misérias. Mas vemos um contraste muito grande quando olhamos uma foto desse grupo de “perdedores”, todos usando cartolas e fraques bem escovados, tal qual representantes de uma aristocracia do espírito (outra expressão para definir os ironistas, conforme Linda Hutcheon).

Como vimos, a expressão “pobre homem” possuía sua faceta irônica, já que sua origem viria de um trecho da peça *Tartufo*, de Molière, servindo de acusação irônica contra o protagonista que dá nome à peça. Em outro trecho seu, Dyonélio afirmaria que “pobres diabos, somos todos um pouco” (MACHADO, 1973, p.1), o que dá um tom menos pessoal e quase filosófico à reflexão sobre seus usos desse termo, caso associemos o pobre diabo ao pobre homem.

Assim, deveríamos buscar repensar a definição de “pobre homem”, que pode facilmente levar a imaginar a faceta de miséria humana, na qual Dyonélio Machado seria apenas um coitado. Destaquemos também seus sucessos profissionais, os grandes achados de sua profunda pesquisa intelectual em tantas áreas, a concretização de seu ambicioso projeto ficcional ao final de sua vida, numa posteridade ainda aberta ao futuro.

Deveríamos ver em sua expressão também um pouco de blague, uma mistura de ceticismo radical com certo humor. Como os “Vencidos da Vida”, afirmando-se miseráveis em uma pose quase aristocrática, o pobre homem dyoneliano é uma mistura de sabedoria antiga ao estilo da piedade bíblica do *Eclesiastes*, que lhe dá o tom de verdade humana, com um certo toque picaresco e tartufiano – faceta irônica que deixa uma forma de gracejo contra todos aqueles que, por ignorância, acabaram o diminuindo e sendo injustos contra ele.

7 CONCLUSÃO

Ao longo de nosso percurso, buscamos fazer uma reconstrução dos rastros de Dyonélio Machado, de maneira que se pudesse refletir sobre aquilo que seria o campo de sua memória individual, a memória coletiva a seu respeito, e alguns modos como a historiografia já o representou. Assim, pontos fortes e pontos fracos foram indicados, de modo a sugerir quais os caminhos mais seguros para sua rememoração na memória histórica.

Buscamos primeiro resgatar os rastros de uma memória coletiva que tinha se perdido, como os registros da campanha do Sindicato dos Médicos contra sua prisão nos anos 1930, os registros da recepção de seus livros na década de 1940, e mesmo documentos que atestam certos episódios ocorridos nas décadas de ostracismo (1950-1960). Ainda que essas instâncias não tivessem poder de decisão política ou editorial, e em alguns casos não tenham chegado ao seu conhecimento, podemos agora tomá-las para repensar certos episódios da narrativa de sua história, destacando também essa comunidade que reconheceu suas iniciativas e valorizou seus projetos, escutando sua versão dos fatos, ao invés de priorizar apenas aquelas de seus antagonistas.

Não precisamos questionar o modo como Dyonélio Machado percebeu sua exclusão, mas o trabalho historiográfico nos sugere repensar o contexto de inscrição de seus testemunhos, tomando suas declarações dentro de cada horizonte de expectativa próprio. Assim, balizamos as possíveis causalidades que estão por trás de seu ostracismo dentro de uma série maior de variantes, o que nos permite pensar uma complexidade maior do que aquela apresentada pelo autor.

Vimos uma característica da conformação do Arquivo Literário Dyonélio Machado: o predomínio estatístico de materiais vindos das décadas finais de sua vida, quando ocorre a chamada fase de redescoberta. Acontecimento que seria mesmo questionado por Wilson Martins (1980), já que levaria a desconsiderar o público que não chegara a lhe esquecer nas décadas de ostracismo. Esse aspecto ostensivo dos materiais das décadas de 1970/1980 facilmente projeta, retroativamente, uma interpretação posterior sobre os fatos das décadas passada. Com Pierre Bourdieu vimos que devemos tomar com cautela os aspectos discursivos presentes nas narrativas biográficas, considerando que tanto Dyonélio Machado possui algo de “ideólogo da própria vida”, como seus intérpretes possuem certa cumplicidade com essa criação ficcional, subscrevendo um certo encadeamento narrativo para os fatos biográficos.

Por outro lado, ao se recortarem trechos de seus depoimentos dos contextos, como na seção dos depoimentos em *Cheiro de Coisa Viva*, é possível que se tenha a respeito das opiniões de Dyonélio Machado uma impressão descolada da atmosfera irônica em que eram emitidas, quando com frequência constituíam apenas hipóteses jocosas. Assim, se considerando essa característica dos rastros presentes no Arquivo Literário Dyonélio Machado (com o predomínio de declarações sobre seu boicote literário, suas perseguições policiais, ou a cassação do mandato) sem uma recuperação de seu contexto de enunciação, é possível compreender como foram se desenvolvendo condições para a produção de interpretações biografistas. É algo que agora podemos ressignificar a partir de novos rastros e da sugestão de um retorno ao contexto irônico de certos enunciados seus.

Uma dificuldade que ocorre também no modo como parte da historiografia temporalizou a narração dos sucessos e insucessos de Dyonélio Machado, encadeando-os na temporalidade apenas do passado, e dando-se ênfase ao tempo público já dado. Algo em parte inevitável, já que para entendermos o sentido de suas ações, precisamos de uma leitura sociológica, que indique a dinâmica de validação pela instituição literária, de pertencimento aos partidos políticos ou grupos médicos. Mas essa perspectiva favorece a percepção dos fracassos e insucessos, ao não pensar que muitos de seus projetos buscam um tempo da posteridade, quando enfim esperava que se reconfigurariam as interpretações a seu respeito. Talvez mesmo o reconhecimento de sua ironia fosse o acontecimento que esperava que acontecesse postumamente.

Tudo isso serviu de subsídio que facilitou certos deslizos biografistas em sua recepção acadêmica. Modalidade de interpretação que surge inicialmente como ataque de críticos já em seu primeiro livro, o biografismo acaba, por causa das vicissitudes que enumeramos, a retornar em análises que esperam encontrar uma intenção do autor, que teria produzido sua obra como uma “perlaboração do trauma” algo involuntária.

Como vimos, o conceito de sublimação exige uma necessária remissão à metapsicologia freudiana, na busca por entender de *quê* Dyonélio falava quando se referia à sua sublimação. Indicamos que devemos substituir o “recalcado” por aquilo que, na leitura de Sigmund Freud, deveria ser imediatamente priorizado quando se deseja entender sua sublimação, ou seja, o uso que dá para a sua sexualidade. Falar sobre sua sublimação é interpretar seu prazer de olhar e de se apoderar, presentes em sua epistemofilia. A sublimação teria marcas da resolução de seu

complexo de Édipo, quando de sua castração e possível identificação com o pai, no *ideal de Eu* que se desenvolve a partir de seu narcisismo secundário.

Aquele que deseje entender sua sublimação talvez acabe se deparando com o *falo perdido* de Dyonélio Machado, aquilo que foi simbolizado na lei da castração. Reconheceria seu “autoproclamado sadismo” como um algo que participa de seu superego, e avançaria sobre possíveis implicações deste nos abusos da pulsão de morte. Ou seja, deveria pensar a sublimação enfatizando sua experiência sexual infantil, no processo de constituição de seu Eu, e não em relação a uma suposta “fixação traumática” vinda de suas prisões, e que se baseia apenas no empilhamento de entrevistas tiradas de seu contexto irônico.

Lembramos que o próprio falava de uma sublimação da violência primitiva em obras de arte, na ciência, e mesmo na indústria e no comércio. Falaria também de uma sublimação da classe pequeno-burguesa que, na militância marxista, buscava se elevar à altura do proletariado; e aventaria enfim a possibilidade de uma “cura” através da sublimação, que podemos entender melhor através do conselho que dá para o tratamento de Osman Lins, em uma carta à Julieta Ladeira:

Tenho experiência pessoal: o romance, que já existe como ideia, e ideia platônica - na agenda do escritor, virá completar a cura. Nada mais forte para colocar um organismo abalado no estado de saúde plena que movimentá-lo com um ideal. É a sublimação e entra na casuística médica, influenciando os prognósticos. Osman - se o fatigar escrever ou bater à máquina, que dite para a senhora o seu livro. Irá de observar uma curiosa progressão, cujos termos consecutivos marcham de lado a lado: aumenta a saúde com o aumento do número de páginas de trabalho. Não seria violar sigilo profissional, mas pareceria um certo exibicionismo descrever o caso, que todavia é autêntico (MACHADO, 1978, p.1)

Assim, a sublimação “cura” através da mobilização do corpo, em busca da realização de um ideal. Não se trata assim de uma “perlaboração do trauma”, mas do esforço de materialização que mobiliza a libido do indivíduo e que o faz sair do lugar. O termo ideal expressa justamente isso que haveria de elevação sublime, e que surge como efeito da sublimação. E para os leitores de Sigmund Freud, sugere todas as matérias da sexualidade infantil, presentes na constituição do ideal de Eu e no narcisismo secundário.

Na perspectiva que encontramos em Sigmund, sentimentos como a esperança, a moral, e o “ideal” são contingências surgidas no período de latência da sexualidade infantil, sendo algo muito mais próximo de uma idiosincrasia pessoal do que algo relacionado a algum sistema ético ou metafísico. Como o próprio Dyonélio admite, mesmo o ideal do comunismo teria origens em sua infância (LEITE, 1945, p.19).

Mas deveríamos mesmo psicanalisar Dyonélio Machado? Apenas nos depararíamos com um esforço impossível a partir dos rastros disponíveis, para supostamente encontrar novamente um trauma, desta vez edipiano. Vimos que seria interessante a aproximação com Jacques Lacan, já que para o psicanalista francês a sublimação seria certa prática estetizante historicamente situada, e que portanto pode dizer também respeito à cultura de determinado tempo. Nessa perspectiva podemos mesmo situar Dyonélio Machado dentro de uma história das relações entre psicanálise e literatura, em que participam acontecimentos como o movimento surrealista e a publicação de romances como a *Consciência de Zeno*, entre outros. O caminho da psicanálise contemporânea, no entanto, exige que passemos a procurar sua sublimação na linguagem, e não por via de uma “psicobiografia”. É Jacques Lacan que sugere que a psicanálise deveria assim ser aplicada a significantes e não a uma biografia, já que essa modalidade de uso não visaria o tratamento clínico de um paciente (LACAN, 1998, p. 758).

Avançando na proposição desse novo momento historiográfico, recuperamos os passos propostos: ressaltar as descobertas recentes da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, de maneira a não identificar sua trajetória apenas nos insucessos, o que permite que afastemos um pouco de sua perspectiva pessoal dos acontecimentos daquela que pode ser encontrada em outros rastros históricos; dar atenção a um novo referente de temporalidade, já que Dyonélio Machado possui uma faceta privada de que o arquivamento não dá conta; perceber o contexto de inscrição de suas declarações, situando-as em uma conjuntura repleta de ironia, o que indica que algumas delas seriam apenas hipóteses e não deveriam ser tomadas apofanticamente; entender suas memórias como “testemunhos históricos”, ou seja, Dyonélio como um “terceiro” aos fatos narrados; não sugerir uma psicanálise do ressentimento que diagnostique, com olhar falsamente científico, possíveis “traumas” inconscientes; e, por fim, lê-lo à luz de sua própria obra ensaística, na qual encontraríamos, por exemplo, o paradoxo da revolução em *Política contemporânea – Três aspectos* e o paradoxo do crime em *Uma definição biológica do crime*. Todos esses são aspectos que anulam as correlações biografistas que são insistentemente propostas para a análise de sua literatura.

A partir de certas evidências que não estavam inscritas no Arquivo Literário Dyonélio Machado, e que por isso não compuseram a historiografia até aqui, tentamos reformular as perguntas e respostas possíveis nas modalidades de representação de Dyonélio Machado, de maneira que a memória histórica pode agora propor um trabalho da rememoração que estimula a memória coletiva a lembrá-lo de maneira mais justa.

Paul Ricoeur permitiu que pensássemos uma *boa subjetividade historiadora*, aquela que assume no próprio discurso as características implícitas de sua perspectiva, reconhecendo os modos como o discurso histórico estabelece certa relação com a memória, que favorece ou não certos usos e abusos da rememoração⁴⁹. Sua hermenêutica da condição histórica nos oferece a reflexividade histórica adequada para pensar os possíveis efeitos retóricos da representação historiográfica, de maneira que podemos agora concluir com algumas palavras sobre as perspectivas de futuro.

Poderíamos definir nosso posicionamento historiográfico como uma *postura crítica*, que pergunta sobre a validade e as condições de possibilidade da representação de algo ausente no presente. Nossa interrogação percorreu um caminho, buscando tomar Dyonélio Machado por via daquilo que era autenticamente dyoneliano. O indicamos enquanto *ser no tempo*, cujo horizonte de ser-para-a-morte configura um projeto reconhecido apenas na posteridade. Não o tomamos apenas por sua presença no tempo público já dado, aquele dos calendários e das datas objetivas, mas em referência ao modo como cuidava de seu próprio futuro.

Possuindo uma poderosa bagagem, proveniente de sua formação filosófica de helenista, teve acesso a uma rica *sabedoria prática* possível frente aos infortúnios, o que lhe permitiu realizar uma leitura pessoal da Antiguidade, absorvendo conhecimentos de estoicos, céticos, epicuristas, e mesmo uma sabedoria trágica “dionisiaca”. Educou-se com Platão, Aristóteles e Sêneca, assim como com Heródoto e os principais historiadores até o século XIX, que lhe ofereceram concepções de realização dos projetos *post mortem*. Conheceu possivelmente já no berço positivista a noção de imortalização dos heróis republicanos, no ritual de “transmigração”, em que se ditava que apenas cinco anos após a morte de um indivíduo é que se pode avaliar o caráter e consequências completas de seus projetos.

Com seu uso da saúde como arma de trabalho, martelado por sua teimosia, marcou sua própria posição de maneira firme, frente aos acontecimentos e conjunturas da história nacional. Assim, à própria experiência de pertencimento a certo tempo-espço público, onde ocorreram as dinâmicas de legitimação de suas iniciativas sociais, se soma o referente temporal de sua

⁴⁹ Ao priorizar, por exemplo, certas representações em detrimento de outras, ou não admitir seus pressupostos meta-históricos, a historiografia assume sua dependência de outras ciências, que por sua vez sugerem seus determinismos e lógicas de encadeamento dos fatos históricos. Como vimos na seção 2.1, Paul Ricoeur (citando as análises de Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou) busca combater a ilusão de uma “fatalidade histórica”, de maneira a pensar um tempo histórico que não seja determinado apenas por causalidades e leis já conhecidas, mas que esteja aberto para novas interpretações insuspeitadas sobre os acontecimentos e a duração de efeitos.

autocriação, na esfera privada. A compreensão hermenêutica da condição histórica ajuda a desmistificar uma abordagem cientificista, que considera apenas aspectos presentificados no corpo ou em documentos. Assim, “seu ser” nunca estaria totalmente dado em um momento, mas se encontraria sempre “vindo a ser”, na criação de certa reserva de significado através de sua ironia. Hoje, na posteridade, podemos dizer que Dyonélio Machado triunfou em elaborar sua singularidade dentro do conjunto da literatura brasileira, de maneira que podemos reconhecer qualidades únicas em seu projeto.

Essa análise ganha força quando tomamos como referente para sua historiografia o que poderíamos chamar de seu “tempo existencial”, algo que não podemos objetivar ou descrever totalmente. Reconhecem-se facetas ocultas na privacidade da autocriação, em que trabalhará não suas “realidades” mas suas possibilidades, em um poder-ser mais-livre, criando um excedente que encoraja múltiplas interpretações em potencial. Incluindo essa temporalização ao lado das outras que já indicamos, temos um quadro de “variações imaginativas do tempo histórico” (RICOEUR, 2012c, p. 214), que fornece um referente cuja prioridade é a posteridade.

Interpretações sociológicas	Temporalidade pública
Ações criando vínculos com campo literário	Tentativa > afirmação > marginalização > reconhecimento
Ações criando vínculos com campo partidário	Precedentes familiares > PRR > PCB > cassação
Ações criando vínculos com campo médico	Formação acadêmica > HSP > especialização > preso político > anistia e retorno > diretor do HSP
Interpretação sob condição histórica	Temporalidade existencial
Ações na privacidade, voltadas para realização de seu projeto existencial, em um horizonte de tempo que só se realiza na posteridade	Tempo da “gestação” no qual administra os acontecimentos em três temporalizações, no cuidado que visa realizar seu destino: fiel ao tendo-sido, sua “teimosia” presentifica seu por-vir

Figura 1: quadro de temporalidades

A partir dessa referência, podemos reelaborar a temporalização da história de Dyonélio Machado, deslocando no tempo público objetivável sua própria vivência do tempo do cuidado, em um exercício que visa reajustar e dar unidade a seus projetos e realizá-los de maneira mais própria. Tempo esse que pode ser representado pelo contraste dessa figura, observando da janela de seu apartamento no edifício SULACAP a Avenida Borges de Medeiros em plenas décadas de 1950 e 1960, enquanto experimenta os dilemas do tempo romano sob o império de Nero e tem uma experiência do tempo muito pessoal, durante a escrita de seu romance *Deuses*

Econômicos. Uma modalidade de experiência que remete mesmo ao seu Velho Sanches, reconhecendo o Império Romano nos tempos de Borges de Medeiros.

Devemos narrar sua história incorporando esse “tempo de gestação”, pois é o cuidado que permite o sucesso de sua subjetividade. Assim, devemos atentar para suas metamorfoses estilísticas ao longo do conjunto de sua obra, sua amplidão de interesses, seu tempo de apropriação da obra de seus predecessores, que como vimos poderiam lhe fornecer modelos existenciais (HEIDEGGER, 2012, p. 1043) que funcionariam como “pais espirituais” (RORTY, 2007) que procurou ressignificar à sua própria maneira. Reconhecemos, recuperando a relação de Dyonélio Machado com filósofos e historiadores (e entendendo o que disseram esses pensadores que sempre citava), a constituição de seu “projeto existencial” para a posteridade, o que o levou ao convívio com paradoxos e ao desenvolvimento de uma *ironia dyoneliana* – definição que sintetiza nossa perplexidade frente à riqueza de possíveis análises ainda por serem feitas de sua obra.

Mas podemos mesmo esgotar a explicação dessas ações realizadas na privacidade, nesse cuidado que muitas vezes nem mesmo sua família ou amigos próximos entenderiam totalmente, já que apenas Dyonélio Machado experienciava seus acontecimentos mais fundamentais e assim os temporalizava? Sua luta por uma posteridade agora advém em nosso presente, onde vimos que muitas representações ainda lhe são injustas. No último capítulo dessa dissertação sugerimos como seria possível, através de novas representações, favorecer práticas de rememoração que exercitem a memória histórica de maneira mais justa, em um horizonte que poderia apontar para certas resoluções dos esquecimentos que sofreu, quando enfim diríamos que já não é um eterno desconhecido.

Não podemos negar que todo o esforço de Dyonélio Machado não teria sido bem sucedido sem a resposta de uma importante *comunidade dyoneliana*, na qual participam familiares e amigos, além de um conjunto imenso de valorosos pesquisadores e pesquisadoras (além de editores, leitores, etc.), que juntos foram responsáveis não só por motivar sua “redescoberta” como por efetivar sua posteridade dentro das condições possíveis. O sucesso de Dyonélio Machado ocorre não somente por seus próprios esforços, mas também pelo reconhecimento desses tantos que lhe admiraram e cultivaram sua obra, algo que ele mesmo sempre destacou em suas entrevistas.

Vimos que partindo de sua representação como “escritor maldito” chegamos em sua representação como escritor rebelde, e que Dyonélio Machado propõe uma rebeldia boa e uma

rebeldia ruim, voltada a tudo e qualquer coisa. A boa rebeldia seria aquela que apresenta determinada apreciação da “situação histórica”, ou seja, uma dialética que formaliza suas contradições – um caminho onde encontraríamos em sua linguagem o resultado sublimatório, que produz a tragédia do trivial, e pensa o Real na forma de uma negação transcendental (SAFATLE, 2006, p. 140).

Assim a dialética dyoneliana analisa os “esgotos da civilização” e os problematiza através de personagens anônimas, mecânicos, prostitutas e até criminosos. Nosso escritor seria assim uma espécie de Sócrates da *pólis* gaúcha, filósofo que, sob a ótica de Soren Kierkegaard, teria deixado com sua existência uma mensagem irônica, inscrita em uma literatura que se origina da blague dos tempos da República do Império, em que participam paradoxos filosóficos, múltiplas intertextualidades, distorções de vocabulários, e onde não há apenas um único trajeto interpretativo.

Nossa aproximação da ironia através da abordagem de Linda Hutcheon fez com que pensássemos a ironia como acontecendo na recepção. Assim, interpretações sobre a intencionalidade de Dyonélio Machado não ocorrem no encontro de uma “intenção do autor”, mas na análise de possíveis marcadores irônicos. Seria sua ironia complicadora, lúdica, distanciadora, autoprotetora, provisória, opositiva ou assaltante? Todas essas ou nenhuma? Com esses questionamentos, abre-se a discussão sobre interpretações possíveis da ironia dyoneliana, que devem se pautar por elementos encontrados em seu discurso, e não em possíveis elucubrações a respeito da intencionalidade do autor.

Assim, a ironia se conecta com a crítica barthesiana ao biografismo, que desenvolvemos na seção 5.1. Roland Barthes elogiava em Gustave Flaubert, autor que Dyonélio Machado apreciava enormemente, o manejo de “uma ironia cheia de incerteza... de modo que nunca se sabe se ele é responsável por aquilo que escreve (se existe um tema individual por trás de sua linguagem)” (MUECKE, 1995, p.123). É como na leitura irônica que reconhece os paradoxos do crime e da revolução na protagonista de *O Louco do Cati*, que seria ao mesmo tempo homicida e vítima, enquanto o Cati seria simultaneamente o Estado repressivo e os grupos revolucionários. Ou como na análise paradoxal de *Deuses Econômicos*, em que os grupos cristãos que lutam contra o terror imposto pelo regime de Nero seriam ao mesmo tempo possíveis terroristas incendiários como o treloucado imperador.

Vimos na seção sobre a abordagem psicanalítica o quão equivocado é especular sobre possíveis traumas inconscientes ou interpretar os ressentimentos de Dyonélio Machado como

motivadores de sua produção literária, já que os temas do crime e mesmo as “metáforas da perseguição” já se encontravam em sua literatura desde sua primeira obra ficcional, muito antes de sua experiência real de encarceramento, como lembra Antônio Hohlfeldt (1987). Inclusive Jacques Lacan se divertiria muito com todas as projeções e transferências que necessariamente ocorrem na interpretação de significantes do inconsciente, aspectos que estariam por trás das interpretações psicanalíticas feitas sobre o “trauma” de Dyonélio Machado.

Através da interpretação de Martin Heidegger feita por Richard Rorty, pudemos conceber a relação entre a ironia e o tempo do cuidado, já que a autocriação irônica ocorreria na esfera privada. O ironista seria esse “poeta forte” que inaugura um novo vocabulário, desfazendo e reconfigurando os jogos de linguagem de seus predecessores, com vistas a projetar maior liberdade e possibilidade para seu próprio horizonte histórico de determinações.

Mas nossa reflexão sobre seu uso próprio do tempo pode ter sugerido ainda uma outra representação: Dyonélio Machado como um *existencialista*. Sua postura firme, que diz “sim” à existência no tempo histórico e sobre ela constrói um projeto que visa à liberdade, sua postura estoica frente às tragédias pessoais, podem relembrar a definição sartriana: "o importante não é o que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos com o que fizeram de nós" (SARTRE, 2002, p.61).

Por via do modelo heideggeriano buscamos estabelecer um referente de trabalho para a temporalização de sua história. Referente que remete às condições práticas de constituição de sua subjetividade, em uma vivência do tempo privado onde se dedica a potencializar seu destino, de maneira a projetar um além mais livre. Como vimos, trata-se de algo que pode ter aprendido com diversos filósofos e historiadores da Antiguidade, e que sugere a representação de Dyonélio como *helenista*.

O esforço de nosso trabalho foi no intuito de indicar a constituição de sua autenticidade, o que vai no sentido de afirmar certa tautologia da identidade autocriada, isto é, afirmar que Dyonélio Machado é *dyoneliano*. E não só em sua faceta pública, mas nas representações do Velho Sanches ou de Vulturno. Mesmo Ascalon e Abelardo Besouro teriam algo a dizer sobre *aquilo que não quis ser*, sua alteridade radical. Mas lembremos de sua afirmação: “Eu não estou nos livros. Só na medida em que todos estão, como quando se escreve uma carta, a letra é da gente... se não os heróis perdem suas dimensões” (MACHADO, 1995, p. 45). Assim, Maneco Manivela, Lúcio Sílvio, e principalmente o Louco do Cati, figuras perseguidas nas quais se

supôs encontrar reflexos de seus traumas, devem parar de ser lidos como metáforas da biografia de Dyonélio Machado.

Poderíamos, ironicamente, inverter a análise do trauma, no estilo do escritor, pensando seu ostracismo como sendo motivado pela mais genuína sociabilidade:

Casos semelhantes são os de Herculano e de Tolstoi. E o mais curioso é que não faltem os que lhes censurem a misantropia. Mas se eles estavam incomodados, porque então ficar incomodando os outros? Na minha opinião, e em casos tais, é essa a mais legítima expressão de sociabilidade humana (GASTAL, 1973, p.7)

Lembremos de seu rechaço à biografia. “As biografias mais sucintas – com poucos dados, logo – são as que mais valem, por porem em relevo os únicos aspectos que importam. Você conhece a de Ramalho Ortigão, traçada por Eça de Queirós: Não é bacharel e tem saúde” (AGUIAR et al., 2014, p. 59). Como vimos, seu próprio paradoxo nos favorece um caminho para pensar “quem veio a ser Dyonélio Machado”:

Quem, como nós, seres incapazes de enxergar a verdade dentro de nós mesmos, vai ter a petulância de decifrar os desígnios divinos? Resultado: de minha parte, até hoje não sei quem sou.

Quem sabe ser decifrado pelos outros, quando é tão generalizada a tremenda faculdade de julgar, de ter uma opinião conclusiva sobre cada qual? Sim, é, na minha opinião o único recurso. Mas, no meu parecer também (e no parecer de muita gente mais) não resolve satisfatoriamente o caso. Interpreta-se o semelhante usando dos instrumentos os mais diversos: com o amor, com o ódio, com o interesse. De tal maneira, que um indivíduo é, ao mesmo tempo e diferentemente, bom e mau, querido e detestado. Se o objeto da apreciação guarda ainda consigo a ingenuidade que herdou da vaga original, decepçiona-se, e mesmo se horroriza da imagem que lhe arranjam (MACHADO, 1995, p. 67).

É por essas considerações que devemos fazer um retorno a Dyonélio Machado, buscando realizar um trabalho de rememoração que recupere de maneira mais justa seus rastros, em uma operação historiográfica que o represente, como diria Platão, de maneira *eidética*, algo que Paul Ricoeur “traduz” na expressão “fidelidade”. Voltando a Dyonélio Machado agora na posteridade, poderíamos enfim entender um pouco mais de sua ironia, reconhecendo que ele mesmo brincou que ainda nos falaria do túmulo, como um Brás Cubas (MACHADO, 1995, p. 90). Tomemos seu *pobre homem* também por sua faceta Tartufo, de maneira a considerar que não foi apenas uma vítima de tantas perseguições, mas também alguém que poderia ter “trollado” (pregado uma peça) em muitos que não perceberam sua ironia.

Podemos também interpretar que o não reconhecimento desses aspectos irônicos pode ter sido um possível catalisador do desentendimento com a crítica, algo que ocorre a partir da publicação de *O Louco do Cati*. A ambivalência paradoxal da obra requeria apenas a leitura de

sua obra ensaística anteriormente publicada, onde estariam o paradoxo do “crime” e sua teoria da revolução. Exigir que os críticos tenham lido seus livros anteriores e feito as relações cabíveis não parece exagerado, sendo provavelmente o desejo da maioria dos escritores(as) que projetam sua própria carreira literária.

A partir do quadro de esquecimentos anteriores, e das representações que propomos, chegamos então ao segundo quadro de representações:

Representações tradicionais	Representações reflexivas
comunista	dialético
maldito	irônico
vitimado	persona pública atuante e relativamente bem sucedida
traumatizado	resiliente, teimoso (estóico/helenista)
obra produzida em parte como reflexo de “cura do trauma” da prisão (ou trauma de fracasso partidário, etc.)	obra coerente e pensada enquanto projeto (curiosamente, um Dyonélio Machado “existencialista”)

Figura 2: quadro de representações

Além das representações de Dyonélio Machado como um dialético ou um ironista, indicamos também o paradoxo de representar sua grandeza humana a partir de sua autorrepresentação como um simplório *pobre homem*. Seguindo a filosofia da história de Paul Ricoeur, que pensa a escrita da história em referência não apenas ao passado, mas aos horizontes futuros, podemos nos perguntar sobre o papel da memória histórica em relação ao porvir. Até quando sua recepção irá conhecê-lo através de uma crítica que o interpreta como ressentido ou traumatizado? Até quando os esquecimentos e desafios históricos que enfrentou irão determinar o sentido de sua posteridade?

Não poderíamos, ao contrário, vê-lo como uma espécie de herói que se jogou na luta por justiça, e obteve sucessos meritórios e reconhecíveis? Conforme a proposta de Bernard Lepetit, não poderíamos repensar a justificação de seus projetos por via da redistribuição das grandezas no espaço social, considerando-o como num horizonte que já não é o das disputas por poder simbólico ou político, mas da busca por justiça histórica? Dyonélio Machado teria tido a “grandeza da humildade”, ao se associar com as cadeias mais prejudicadas da sociedade humana, os miseráveis, os loucos, os anônimos, os excluídos, e mesmo sujeitos “criminosos”.

Parte de seu trabalho literário foi dedicado a *fazer ver* o que ainda se encontra invisível, tornando-lhe reconhecível por via de uma genealogia histórica: os encarceramentos em massa,

o sacrifício de uma parte humana que é transformada em restos, animalizada. Aquilo que é descartado pela história.

A prisão machuca: esse estigma está vivo ainda. A prisão degrada, porque escraviza. Dentro das quatro paredes duma enxovia, o preso perde a iniciativa de gerir a si mesmo: abdica dos seus direitos mais elementares na pessoa do carcereiro, - que se adona do seu presente e do seu hipotético futuro. A escuridão acaba por cegar o ser vivo, por falta de objeto a enxergar. É o que acontece com a vontade do prisioneiro, - jamais atendida, embotada pela treva desumanizante da clausura (MACHADO, 1980, p. 167).

Vimos que suas pesquisas para a produção da Trilogia Romana o fizeram antecipar perspectivas contemporâneas, como a história dos excluídos ou as arque-genealogias de Michel Foucault ou Giorgio Agamben. Tal esforço também o fez criador de uma poderosa síntese do legado de Freud e Marx, que poderia ser aproximada de pensadores como Jacques Lacan, Louis Althusser ou Slavoj Žižek.

Pensemos então na inquietante atualidade de Dyonélio Machado, concebendo-o como ainda presente entre nós. Com que elementos organizaria sua dialética crítica, com que questionamentos irônicos ocuparia o espaço público em nosso agora? De que faria blague e o que pensaria sobre nosso mundo contemporâneo? Um detalhe curioso é que o início de sua redescoberta em vida por vezes tenha sido datado como ocorrendo a partir do texto de Carlos Appel, em um artigo que pensa a literatura de 1964 (APPEL, 1965). O escritor voltaria a ser lembrado justamente no ano em que uma ditadura militar se instala no país. Não seria o momento de atualizarmos Dyonélio Machado novamente, mas atentos a todos os esquecimentos históricos, buscando corrigir os abusos de interpretação à maneira biografista?

Quanto de sua dialética e ironia não seriam necessárias e atuais para nosso Brasil contemporâneo! Podemos mesmo pensar como teria se manifestado publicamente nos últimos anos, afinal, quão atual não é seu paralelo entre a ameaça policialesca de Nero, a terra devastada pelos incêndios que é a Roma de *Deuses Econômicos*, e o Brasil de hoje em dia? Ainda mais se pensarmos na análise irônica, em que mesmo os cristãos seriam ameaças incendiárias e Jesus Cristo, “um demônio” – algo que ressoa cada vez mais em nossa realidade contemporânea.

Uma renovação historiográfica que forneça materiais informados para sua celebração na memória pública, que poderá então recordá-lo como herói de uma forma particular de luta histórica e realização de um ideal humanístico e literário. Dyonélio Machado encarou de frente e disse sim às piores condições históricas, transformando-as em uma literatura altamente densa e paradoxal. Seu caráter íntegro é exemplar, quando comparado a outros escritores, e sua vida

é um exemplo de como, frente a tragédias pessoais imensas, é possível fincar posição e afirmar o próprio testemunho histórico, sendo mesmo bem-sucedido na criação de novas recepções para sua literatura, contra todas as forças contrárias.

Dyonélio Machado se associa muito bem a escritores excluídos em função de seu desejo de produzir uma literatura singular e incômoda, como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus. Já foi chamado de maldito e não precisaria muito para que fosse visto como um marginal próximo da literatura periférica atual, por sua percepção aguda da miséria, dos pequenos dramas triviais, dos pobres diabos e criminosos, da realidade miserável em que famílias de periferia lutam por um pão e convivem com pequenos golpistas que circulam pela cidade. Talvez por isso já tenha sido chamado de “O mais real” dos realistas brasileiros, na definição de Lúcia Freitas (CASTRO, 1987, p. 11).

Junto de outros grandes escritores excluídos das narrativas da história da literatura, Dyonélio Machado adquire mesmo uma posição importante. Afinal, parte de sua obra se constitui justamente da tematização da exclusão, na reconstituição de uma genealogia de certas injustiças históricas, dos imensos desequilíbrios tanto psíquicos quanto econômicos, além dos próprios efeitos psíquicos da perseguição. Remetendo à época da escravidão no Império Romano, nos faz recordar das semelhanças de nosso tempo com aquele do incendiário Nero, quando a má distribuição de renda era ludibriada pelo pão e circo das grandes arenas, e silenciada pela violência produzida pela máquina policial.

Dyonélio Machado elaborou uma literatura que se construía com pequenos dramas e tragédias cotidianas, que remetem a uma realidade ainda hoje vivenciada. Nesse cenário, encontram-se disfarçados crimes públicos e privados que parecem constituir não só a história pós-colonial do Brasil, mas também a história da globalização que se conforma no atual cenário neoliberal. O órfão Dyonélio Machado, gestado em meio a uma guerra fratricida na fronteira do país e cuja vida sempre foi marcada por graves tragédias, esforçou-se em dar um olhar mais amplo para suas experiências, elaborando por via de sua singularidade literária um conjunto de romances muito atuais.

Tomá-lo como persona pública bem sucedida é reconhecer o sucesso de alguns de seus projetos. Não só como escritor, mas como médico que viajava longas distâncias para ajudar desfavorecidos sem cobrar nada em troca, defendido pelos colegas quando preso injustamente, e que chegará a diretor de uma das maiores instituições médicas da América Latina, onde implementará técnicas de tratamento mais humanitárias. Enxergá-lo assim nos dá o testemunho

de alguém que soube equilibrar uma imensa dedicação ao bem público, ao mesmo tempo que na privacidade transformou suas experiências em uma literatura singular e potente (um exemplo de “compromisso com os próprios sonhos” [GORGA, 1972]). Podemos dizer mesmo que foi um *clássico*, já que soube manter equilíbrio e serenidade frente às tragédias, buscando percorrer com *aquo animo* o longo trajeto em que encontraria seu destino mais próprio. Assim, vemo-lo como “Dyonélio, um perene”, como definiu Danilo Ucha (1979), numa expressão que indica justamente o sucesso de produção de uma obra imortal.

Por essa via, assumimos aquilo que foi deixado em aberto em seu legado, buscando lhe fazer justiça e realizando uma lembrança justa de sua pessoa. Vimos com Paul Ricoeur uma maneira de trabalhar com o testemunho. Trata-se da compreensão da própria noção de testemunha como sendo um terceiro; algo que nos permite sair da retórica do ressentimento e do trauma, já que seu texto serviria de denúncia daquilo que viu, não necessariamente do que experienciou. Sua própria obra memorialística serviria para desvelar certas verdades vindas “[d]esse ‘manancial fechado, essa ‘fonte selada’” (MACHADO, 1995, p. 70), que foi sua experiência histórica, a qual ele profundamente refletiu.

Dyonélio Machado reclamava da falta de memória literária entre nós. Recordando seu privilégio de privar com um dos últimos remanescentes do Partenon Literário, Apolinário Porto Alegre, comentará que esse subestimara sua própria experiência e não produzira reminiscências, “que haveriam de constituir material precioso para esse fã insaciável – o Futuro” (MACHADO, 1995, p. 71). É algo que justificaria suas próprias memórias, que se apresentam então sob a perspectiva do clamor de uma justiça histórica coletiva, já que aquilo que viu e passou foi também o que milhares de indivíduos passam há séculos e ainda hoje.

Atentando para isso, podemos nos aproximar desse grande escritor, de maneira a escutar seu testemunho, e também o que ele diz sobre nosso tempo. Tomar seu “testemunho histórico” significa, de certa maneira, o “despersonalizar” dentro de um tempo histórico mais amplo, ao relacioná-lo com outras fontes e dentro de um quadro sociológico. Seu testemunho fornece matéria para a história regional e nacional, e denuncia injustiças também na história da literatura. Afinal, os boicotes editoriais que sofreu, bem como os percalços de recepção, contam um episódio particular do processo de constituição historiográfica da literatura brasileira.

Vimos também que um caminho adequado para compreender sua história seria não projetar retroativamente o horizonte final de sua vida sobre os acontecimentos do passado. Nossa proposta é que o estudo de sua história se faça por conjunturas de décadas, o que

facilitaria o reconhecimento de certos horizontes de expectativa presentes em cada momento. Por exemplo: época de formação literária e as blagues na República do Império (anos 1910), a aproximação com os grupos do PRR (anos 1920), a posição relevante que chega a ter no cenário regional no anos 1930, ou o modo como a redescoberta influencia sua produção já nos anos 1970. Associando-se a cada período, encontramos o espaço de suas representações: entre 1919 e 1942 reconhecemos com mais evidência sua esquecida faceta irônica, assim como nos anos 1970 se faz mais facilmente a associação à representação de escritor injustiçado.

Partindo de nossa proposta de uma historiografia reflexiva para o estudo de Dyonélio Machado, podemos mesmo sugerir uma temporalização de sua posteridade. Apontamos um primeiro momento, que vai de seu nascimento até seu centenário, e que passa pela constituição de sua história e pela conformação e primeira interpretação do Arquivo Literário Dyonélio Machado. A data de 1995 parece fechar esse momento inicial de sua posteridade, já que até seu centenário ainda são registrados testemunhos vindos da memória coletiva, que irão se incorporar ao arquivo.

Temos então um segundo momento historiográfico, marcado pelo crescimento da recepção acadêmica, que passa a elaborar novas interpretações sobre sua trajetória, adotando novos métodos de explicação e compreensão, e mesmo descobrindo certos documentos e rastros. Além do uso de novas metodologias, na academia são pensadas outras causalidades que participam do encadeamento de seu tempo histórico, inserindo-o dentro de uma história social e política.

E por fim temos a proposição de um novo momento, em que uma *historiografia reflexiva* passa a repensar já não apenas o passado histórico, mas também o presente e o futuro de Dyonélio Machado. Problematizam-se os modelos de causalidade produzidos pelo encadeamento dos acontecimentos no discurso histórico, assim como os efeitos retóricos de cada representação, sua legitimação dentro da condição histórica. Começam-se a incluir outros materiais que reconfiguram a memória pública, e vai se apontando um horizonte de trabalho que incorpora seus últimos romances até então inéditos⁵⁰.

Dyonélio assim nos antecipa, com seus paradoxos da história, como na citação resumida que faz de Ernest Renan (MACHADO, 1980c, p. 2), e que traduzimos como “Não é uma

⁵⁰ O que já vem acontecendo por via do trabalho de Camilo Raabe, com *Proscritos* (2014), que publicou um original até então inédito em uma cuidadosa edição, e *Um pobre homem* (2017), que trouxe contos inéditos de Dyonélio, assim como subsídios críticos sobre sua recepção, que não estavam disponíveis até então no Arquivo Literário Dyonélio Machado.

questão, nessas histórias, de saber como as coisas aconteceram, é uma questão de imaginar as várias maneiras pelas quais elas foram capazes de acontecer. O que não era verdade em um caso estava no outro”. A história não é uma ciência, mas é uma arte, e só se sai bem dessa empreitada tão realística por via da imaginação” (MACHADO, 1995, p. 99). O passado é uma representação engrenando com o presente, formando junto um bloco, “uma representação, silenciosa, mas animada, dos mortos” (MACHADO, 1975, p.1). Com isso, passamos a pensar uma transformação em sua posteridade, onde encontramos novas formas de responder à pergunta “quem veio a ser Dyonélio Machado?” a partir da pesquisa histórica. Poderíamos dizer mesmo que procuramos pensar novas maneiras de como ele ainda está fazendo história, já que novos acontecimentos tornam possível um porvir que se manifesta ainda como resultado de seus projetos existenciais.

Mas se voltamos a pronunciar seu nome em nosso presente, não é também porque nossa realidade tem se tornado bastante dyoneliana? Talvez tomemos seu exemplo e, olhando para o passado, nos perguntemos: desde quando não foi assim? Ou seja, quando não haverá crimes públicos exercidos pelo Estado, desequilíbrios *econômicos* (psíquicos e financeiros) que se “equilibram” com crimes, bodes expiatórios e animalização de certos grupos? E poderíamos mesmo perguntar, num horizonte de neoliberalismo selvagem e desigualdade econômica cada vez mais acirrada: quando o mundo deixaria de ser dyoneliano?

Voltando-nos para o futuro, podemos nos propor a reconhecer seus sucessos, sua grandeza humana única, de maneira a fazer justiça à sua memória e mesmo ressignificar seu espaço na história da literatura brasileira. Destacamos que algumas das reflexões trazidas aqui só foram possíveis com as descobertas feitas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o que sugere a importância da época digital para a renovação dos critérios de leitura e recepção. Se Dyonélio Machado teve problemas editoriais em sua trajetória, podemos imaginá-lo em nosso contexto, no qual não precisaria nem mesmo de editoras, já que sua obra poderia ser completamente digitalizada e se fazer acessível para novos públicos.

Nosso trabalho propôs alguns avanços nesse sentido, sugerindo caminhos para pensar com maior clareza a importância de seu legado. Fizemos o trabalho de recordação sobre alguns esquecimentos e problematizamos certos usos e abusos da memória. Há ainda um longo caminho a ser percorrido, de maneira que fica para o futuro um tempo em que a memória coletiva cometeria apenas “esquecimentos saudáveis”, como é o caso das simplificações que ocorrem nas ocasiões de celebração; posterga-se por ora este horizonte em que a memória

histórica manifestará uma “memória feliz” onde já se reconfiguraram certas injustiças e esquecimentos.

E em nossa era de fim da privacidade, em que as grandes corporações realizam todos os tipos de invasões na vida privada, feliz daquele que pode se aproximar de Dyonélio Machado: um escritor cuja existência nos fornece um exemplo histórico de como lidar com todo tipo de perseguição e apagamento de seus próprios rastros, e que nos deixou uma mensagem que mesmo rastreada e objetivada, preserva algo de oculto e irônico. Uma espécie de enigma, que pode receber muitas respostas legítimas daqueles que a ele se dedicam, mas do qual restará sempre algo que jamais será definido.

REFERÊNCIAS

- A CÂMARA dos deputados contra prorrogação do estado de guerra. *Diário de Pernambuco*. Recife, ano 112, n. 178, 10 jun 1937. p. 1.
- ADORNO, Theodor. “A ferida Heine”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003. p. 127-134.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. *O tempo que resta*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- AGUIAR, Joaquim. “Memórias resgatam Dyonelio Machado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 1 dez. 1990. (Letras F).
- AGUIAR, Vera Teixeira de; RAABE, Camilo Mattar; COLONETTI, Milton Roberto; PICCINI, Maurício da Silveira. *Com a palavra, Dyonelio Machado*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. *E-book*. (Paginação obtida através da impressão do arquivo em formato .pdf).
- ALBÉ, Maria Helena. *Uma leitura de Os ratos de Dyonelio Machado*. 1983. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- ALIGHIERI, Dante. *Inferno*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. “Os limites da auto-análise”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 125-129, jun. 2006.
- ALMEIDA, Francis Moraes. “Em memória a um pobre homem: a psiquiatria de Dyonélio Machado em Uma definição biológica do crime”. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*. v. IX, n. 4, 2006.
- ALMEIDA, Miguel de. “Dyonélio, a difícil redescoberta”. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 8 nov. 1981. p.7.
- AMARAL, Amadeu. “Bibliografia”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1927. p. 2.
- ÂNGELO, Ivan. “Já era assim”. *Veja*, São Paulo, ano 28, 12 jul. 1995, p. 115.
- APPEL, Carlos Jorge. “Literatura Gaúcha 1964”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jun. 1965, p. 16 e 24.
- ARCHIVOS Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, 1931.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDDT, João Claudio. “Palavras de pedra: o discurso em *Os ratos*, de Dyonélio Machado”. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v.24, n.36, 1999. p. 7-16.
- ARINOS, Paulo. “Um livro humano”. *Ilustração brasileira*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 94, jun. 1928.
- ARRIGUCCI JR, Davi. “O cerco dos ratos”. In: MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004. p.199-207.
- ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- ATHAYDE, Tristão. “Coluna Vida Literária”. *O jornal*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1928.
- AZAMBUJA, Darcy. “Um pobre homem: contos de Dyonélio Machado”. *A Federação*. Porto Alegre, 18 jun. 1927.
- BARBOSA, Larissa Maria Reis. *Enunciação e discurso em Os Ratos, de Dyonélio Machado*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituição de Ensino: Universidade Cruzeiro Do Sul. São Paulo, 2015.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A paródia em O louco do Cati*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 1994.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. “Memórias de Dyonelio Machado: o passado interpela o futuro”. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Anais. Londrina: ANPUH, 2005.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. “Narrando os avessos: o brasil na ficção de Guimarães Rosa e Dyonélio Machado”. In: *IX Encontro Estadual de História*. Anais. Rio Grande do Sul: ANPUH, 2008.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. “Tempo e história na ficção e nas *Memórias* de Dyonélio Machado”. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.19, n.31, jul./dez. 2012.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GAGLIETTI, Mauro. “A lógica do dinheiro e a cidade moderna em *Os Ratos*”. *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*. Londrina, vol. 12, jun. 2008. p. 16-23.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.). *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995.
- BARROS, Jefferson. “A descoberta de Dyonelio Machado”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 7 ago.1966. p. 15 e 26.

BARTHES, Roland. “A morte do autor”. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATAILLE, Georges. *A literatura e o mal*. São Paulo: Autêntica, 2017.

BIRMAN, Daniela “Trauma e repetição: O sinistro e suas formas literárias em três momentos da nossa história”. *Confluente. Rivista di studi iberoamericani*, Bolonha, v. 4 n. 2, 2012. p. 209-231.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. “A duração do Regionalismo no conto sul-riograndense”. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v.28, n.45, 2003. p. 59-70.

BOARETTO, Carla Tatiana. *O discurso narrativo de Os ratos: a voz da crítica e a linguagem cinematográfica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

BORDINI, Cecília Machado. “O velho”. *Além do Cri-cri*, Porto Alegre, ago. 1977. (Clube de Mães Vila Assunção).

BORDINI, Cecília Machado. Um homem de muitas paixões. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) Dyonélio Machado. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995, (Cadernos Porto e Vírgula 10).

BOSI, Alfredo. “Uma trilogia da libertação”. In: MACHADO, Dyonélio. *Prodígios*. São Paulo: Moderna, 1980. p.323-328.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. “A hora do reconhecimento”. *Última Hora*, São Paulo, 30 mar. 1979. p. 2.

BRASIL, Ubiratan. “A escrita intrigante de Dyonélio”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 out. 2003.

BRITO, Mário da Silva. “O relojoeiro suíço”. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 91, n. 27.206, 26 nov. 1944. p.7.

BUENO, Luís. “A intensidade do Pecado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1996. p. 5. (Caderno Mais).

CAGGIANI, Ivo. *João Francisco, a hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno. *Uma história do romance brasileiro de 30*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) - Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. “O Congresso dos Escritores”. *Opinião*, São Paulo, n. 151, 26 set. 1975. p. 107-112.

CARDOSO, Lycurgo. “A disseminação cultural representa uma alavanca de destruição porque faz pensar”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano 31, n. 1, 6 mar. 1955. p. 1-14. (Terceiro Caderno).

CARPEAUX, Otto Maria. “Cony e o realismo”. *Leitura*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 42, dez. 1960. p.11.

CARPEAUX, Otto Maria. “Reflexos do Brasil”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.962, 7 nov. 1964. p. 3. (Segundo caderno).

CARVALHO, Augusto de. “Bandido”. *A Federação*, Porto Alegre, ano 42, n. 211, 11 set. 1925. p.3.

CARVALHO, Murilo. “O escritor e seu tempo”. *Movimento*, Porto Alegre, 24 nov. 1975. p.17.

CASTRO, Moacir Werneck de. “À margem da folia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 96, n. 324, 28 fev. 1987. p. 11.

CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. “A fundação da primeira sociedade brasileira especializada em medicina mental”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan-jun 2016. p. 51-66.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CÉSAR, Guilhermino. “Dyonélio Machado eleito o melhor do ano em literatura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 fev. 1980. p. 17.

CHAVES, Flávio. Loureiro. “De Dyonelio a Moacyr Scliar”. In: CHAVES, Flávio. Loureiro. *Matéria e Invenção*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 73-79.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

“CONFRATERNIZAÇÃO intelectual”. *O Estado*, Florianópolis, ano 12, n. 3689, 21 set. 1926. p.1.

“CONVÊNIO entre Estado e União para atender o problema psiquiátrico”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano 34, núm. 234, 4 dez 1958. p.14.

CORREIA, Fábio Caires; PERIUS, Oneide. “Considerações acerca de uma estética negativa em Theodore W. Adorno”. *Perspectiva Filosófica*, vol. 44, n. 1, 2017. p. 73-86.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. *Recordando*. Porto Alegre: Dom Bosco, 1973.

COSTA, Flávio Moreira da. “A tradição e a traição”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1972.

COSTA, Flávio Moreira. “Dyonelio Machado (1895-1985)” *In: The Brazilian Book Magazine. Revista da Fundação Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, ag. 1995. p. 22-31.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

CRUZ, Claudio. *A cidade moderna no romance sul-rio-grandense: o ano-chave de 1935*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CRUZ, Cláudio. “A tradição do pequeno funcionário: aproximações entre O Capote, de Gógol, e Os Ratos de Dyonélio Machado”. *In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. (Cadernos Porto e Vírgula 10).

DACANAL, José Hildebrando. *O romance de 30*. Porto Alegre: Novo Século, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DAMATA, Gasparino. “Uma viagem curiosa”. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 44, 3 nov. 1956, p. 28-29.

DASTUR, François. *Heidegger e a questão do tempo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

DERRIDA, Jacques. “Otobiographies: The teaching of Nietzsche and the politics of the proper name”. *In: MCDONALD, Christie (Ed.). The ear of the other: Otobiography, transference, translation*. New York: Schocken Books, 1985b. p. 3-38.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DECOTELLI, André Miranda. *Kátharsis e psyché: a purificação como salvação da alma no Fédon de Platão*. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

DORNELLES, Jonas. *As ironias de Dyonélio em O Louco do Cati*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DORS, Marinês. *Dyonelio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

DORS, Marinês. GAGLIETTI, Mauro José. Memória e (res)sentimento em Dyonelio Machado: marcas de uma questão sensível. *In: XIV MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 2004, Passo Fundo. Anais . Passo Fundo: [s. n.], 2004.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

DUCLÓS, Nei. “Enfim, Dyonélio: O último livro de um velho artesão que esperou quase meio século pela fama”. *Revista Veja*, São Paulo, 3 set. 1980. (Seção Livros).

DUCLÓS, Nei. “Quarenta anos de silêncio”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 fev. 1979. p. 27.

DREYFUS, Hubert. *Being-in-the-world: A Commentary on Heidegger's Being and Time*, Division I. Cambridge: MIT Press, 1991.

FERNANDES, Claudia Denise Sanches. *Os manuscritos de um pobre homem, de Dyonélio Machado, sob a visão da Crítica Genética*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, Jairo. “Surpresa para Dyonelio Machado”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 fev. 1979. p. 27.

FIGUEIREDO, Antônio. *O tecido esgarçado*. 1985. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

FILHO, Jair Alves Corgosinho. *A letra e a cifra, o fator econômico em Os ratos, de Dyonélio Machado*. 2004. Dissertação. (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “Raten/ratten: A cidade obsessiva em *Os ratos*”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 107-116.

FISCHER, Luís Augusto. *Coruja, Qorpo-santo & Jacaré: 30 perfis heterodoxos*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FONSECA, Ana Clara Vieira da. *Entre realismos e esperas: a modernidade nos romances de Dino Buzzati e Dyonélio Machado*. 2017. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FORESTI, Dinara Ávila. *A representação das relações de poder na obra Um pobre homem, de Dyonelio Machado*. 2008 Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”. In: *O que é um autor*. Lisboa: Vega, 1992, p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade vol. 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREITAS, Décio. O intelectual e a política. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) Dyonélio Macahdo. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. (Cadernos Porto e Vírgula 10).

FREUD, Sigmund. “Rascunho L - Carta 61”. In: *Obras completas, volume 1: publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”) : artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

FREUD, Sigmund. “Introdução ao narcisismo (1914)”. In: *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

FREUD, Sigmund. “Os instintos e seus destinos (1915)” In: *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo: Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

FREUD, Sigmund. “Além do princípio do prazer (1920)”. In: *Obras completas, volume 14: história de uma neurose infantil: (“o homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d.

FREUD, Sigmund. “O mal-estar na civilização (1930)”. In: *Obras completas, volume 18: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e.

FREUD, Sigmund. “Novas conferências introdutórias à psicanálise (1933)”. In: *Obras completas, volume 18: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f.

FREUD, Sigmund. “O eu e o id (1923)”. In: *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. “Totem e tabu (1912-1913)”. In: *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1910)” In: *Obras completas, volume 9: observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909 -1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, Sigmund. “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno (1908)”. In: *Obras completas, volume 8: o delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. “Análise fragmentária de uma histeria (‘O caso Dora’, 1905[1901])”. In: *Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (‘O caso Dora’) e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

FREUD, Sigmund. “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)”. In: *Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (‘O caso Dora’) e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

FREUD, Sigmund. “Moisés e o monoteísmo. Três ensaios (1939 [1934-1938])”. In: *Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GAGLIETTI, Mauro José. “A brasilidade no entre-lugar: leituras de Dyonélio Machado e Sérgio Buarque de Holanda”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n.145, 2006. p. 29-36.

GAGLIETTI, Mauro José. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GAGLIETTI, Mauro José. *Os discursos de Dyonelio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GAGLIETTI, Mauro. Arqueologia de um político e suas circunstâncias. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. (Cadernos Porto e Vírgula 10).

GASTAL, Ney. “Dyonélio Machado: a literatura está em conflito com a época”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 jul. 1973. Caderno de Sábado, p. 7

GIL, Fernando Cerisara. *O romance da urbanização*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2010. Tese (Livre docência) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

GINZBURG, Jaime. “Um mestre da melancolia”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 ago. 1995. p. 6. (Segundo Caderno: Cultura).

GONÇALVES, Aline Pereira. *O rato que vê, o olho que rói: um estudo multifocal de Os ratos, de Dyonélio Machado*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. “Angústias da época”. In: MASINA, Léa; APPEL, Myrna Bier. (orgs.). *A geração de 30 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. pp. 153-168.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Alegoria na literatura brasileira: a tetralogia "Opressão e Liberdade" de Dyonelio Machado*. 1994. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Curso e discurso da obra de Dyonelio Machado*. 1989. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. "Memórias de Dyonélio Machado, mosqueteiro da palavra e das idéias". *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 29, n.1, março 1994. p. 97-101.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. "Nas asas do Borboleta: uma alegoria dyoneliana". In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. (Cadernos Porto e Vírgula 10).

GRAWUNDER, Maria Zenilda. "O escritor depõe". In: MACHADO, Dyonelio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990. p. i-xi.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. "Quem será este louco ou homem-cão?" In: MACHADO, Dyonélio. *O Louco do Cati*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

GREEN, André. *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GORGA FILHO, Remy. "O compromisso com o próprio sonho". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 out. 1972. (Paginação irregular).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HARDMAN, Foot Francisco. *Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país*. 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas: Unicamp, 2012.

HENING, Reinaldo Oliveira. *Na mistura dos tempos: Dyonelio Machado, forma e sintoma*. 2018. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HERCULANO, Alexandre. *O monge de Cistér ou a Epocha de D.João I*. Lisboa: Bertrand, 1942. (Tomo II).

HOHLFELDT, Antônio. *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1987. (Letras Rio-Grandenses, 10).

HOHLFELDT, Antônio. “Lembrança de Dyonelio”. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, ano 63, n. 61, 21 ago. 1995. (Panorama).

HOHLFELDT, Antônio. “Na selva das cidades, Naziazeno”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 fev. 1974. (Caderno de Sábado).

HOHLFELDT, Antônio. “O primeiro livro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 set. 1983. p. 10. (Letras e Livros).

HOMEN, Homero. “Grandes bibliotecas particulares”. *Revista de Cultura Brasileira*. Madrid. n. 32, dez 1971. p. 111-119.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

IVO, Ledo. “Hora e meia com Dyonélio Machado, prêmio ‘Felipe D’Oliveira’”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1.129, 15 abr. 1945. p. 15.

JACQUES, Eunice. “Literatura e coragem de escrever e editar”. *Jornal do Brasil*, ano 75, n. 253, 27 out. 1966. p. 5. (Caderno B).

JAGUAR; PERES, Glenio; WOLFF, Fausto. “DM, um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler)”. *O Pasquim*, nov. 1979, p. 18-19.

JAPPE, Ronaldo José. A linguagem autorizada nas novelas *Vidas Secas* e *O Capote*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

JAUSS, Hans Robert. “O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis”. In: LIMA, Luiz Costa (trad. e org.) *A literatura e o leitor – Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KARLS, Cleber Eduardo. *Quando o médico e o literato se encontram: as representações da loucura e do crime em Dyonelio Machado*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

KARLS, Cleber Eduardo. “Nem doente nem normal: a loucura em O Louco do Cati”. *Revista Nau Literária*, vol. 03, n.01, jan/jun 2007.

KIERKEGAARD, Soren Aaybe. *O conceito de ironia: constantemente referido a Sócrates*. Bragança Paulista: Editora Vozes, 2010.

KOHLRAUSCH, Regina. “Os bastidores da candidatura à Academia Brasileira de Letras: a correspondência entre Zeferino Brazil e Dyonélio Machado”. In: MELLO, Ana Maria Lisboa de; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha (org.). *Literatura, memória e história: travessias literárias*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012. p.175-187.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7: A Ética da Psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

LADEIRA, Julieta Godoy de. [Correspondência]. Destinatário: Dyonélio Machado. São Paulo, 23 nov. 1980. 1 cartão postal.

LAPERROUSAZ, Ernest-Marie. *Os manuscritos do Mar Morto*. São Paulo: Círculo do livro, 1989.

LASH, Scott. “A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética e comunidade”. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEPETIT, Bernard. “A história leva os atores a sério?” In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEITE, Ascendino. “Depoimento de Dyonélio Machado. Notas para um retrato”. In: *Leitura*. Rio de Janeiro, ano III, n. 26, fev. 1945, p. 18-21.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2008.

LIVROS do dia. *A manhã*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 255, 9 jun. 1942. p. 7.

LIVROS do dia. *A manhã*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1.048, 7 jan. 1945. p. 3.

LUNA, Luiz; BARBALHO, Nelson. *Coronel dono do mundo: síntese histórica do coronelismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1983.

MACHADO, Dyonélio. “Resposta... violenta”. *Máscara*. Porto Alegre, ano II, n. XXII, 12 jul. 1919a.

MACHADO, Dyonélio. “Um secreto temor”. *Máscara*. Porto Alegre, ano II, n. XXIX, 23 ago. 1919b.

MACHADO, Dyonélio. “Uma estylistica e sua patologia”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 30, n. 10.924, Segundo caderno p. 1, 3 ago. 1930.

MACHADO, Dyonélio. “Sport”. In: *Gazeta Alegretense*, Alegrete, 30 jun. de 1915. (Zum Zum da Capital). (Paginação irregular).

MACHADO, Dyonélio. *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: Edições Globo, 1933.

MACHADO, Dyonélio. *Eletroencefalografia*. Porto Alegre: Globo, 1944.

MACHADO, Dyonélio. *Passos perdidos*. São Paulo: Martins, 1946.

MACHADO, Dyonélio. [correspondência]. Destinatário: Rachel de Queiroz. Porto Alegre. 09 ago. 1955. 1 manuscrito. 3 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Cossio. Porto Alegre, 1964. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Paulo Medeiro de Alburque. Porto Alegre, 9 mar. 1973. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Luiz Luna. Porto Alegre, 14 set. 1975. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Luiz Luna. Porto Alegre, 01 jan. 1976. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. *Deuses econômicos*. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1976.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Osman Lins. Porto Alegre, 10 dez. 1977. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Julieta de Godoy Ladeira. Porto Alegre, 14 jun. 1978a. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Osman Lins. Porto Alegre, 12 fev. 1978b. 1 carta. 1 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Osman Lins. Porto Alegre, 28 fev. 1978c. 1 carta. 1 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Julieta de Godoy Ladeira. Porto Alegre, 31 jan. 1980a. 1 carta. 1 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Julieta de Godoy Ladeira. Porto Alegre, 26 out. 1980b. 1 carta. 2 p.

MACHADO, Dyonélio. [Correspondência]. Destinatário: Alfredo Bosi. Porto Alegre, 7 dez. 1980c. 1 carta. 3 p.

MACHADO, Dyonélio. *Endiabrados*. São Paulo; Ática, 1980d.

MACHADO, Dyonélio. *Prodígios*. São Paulo: Moderna, 1980e.

MACHADO, Dyonélio. *Nuanças*. São Paulo: Moderna, 1981a.

MACHADO, Dyonélio. *Sol subterrâneo*. São Paulo: Moderna, 1981b.

MACHADO, Dyonélio. *Ele vem do Fundão*. São Paulo: Ática, 1982a.

- MACHADO, Dyonélio. *Fada*. São Paulo: Moderna, 1982b.
- MACHADO, Dyonélio. *Passos perdidos*. São Paulo: Editora Moderna, 1982c.
- MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.
- MACHADO, Dyonélio. *O Louco do Cati*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- MACHADO, Dyonélio. *Os Ratos*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- MACHADO, Dyonélio. *Desolação*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.
- MACHADO, Dyonélio. *O pensamento político de Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- MACHADO, Dyonélio. *Proscritos*. Brasília: Siglaviva, 2014.
- MACHADO, Dyonélio. *Um pobre homem*. Brasília: Siglaviva, 2017.
- MACIEL, Antônio. “Dyonélio Machado: Os ratos”. *Rumo*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, fev. 1936, p. 59.
- MACIEL, Laury Gonzaga. *O universo degradado de Naziazeno Barbosa*. 1977. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.
- MACIEL, Laury Gonzaga. “Romance de tensão crítica”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 fev. 1980. p.17.
- MADRUGA, Artur. *Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- MAFFEI, Eduardo. “Dyonelio: o homem, o médico, o político e o escritor”. *Leitura*, São Paulo, 4 abr. 1986. p. 12-13.
- MARÇAL, João Batista. (org.). *Antologia da poesia quariense*. Porto Alegre: JBM Ed. 1977.
- MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos*. Porto Alegre: Tchê, 1978.
- MARETTO, Jacqueline Bergamini Rodrigues. *Epiméleia Heautou: o Cuidado de si no Alcibiades de Platão*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- MARTINS, Ary. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Cecília Freire. *Da sublimação à idealização: implicações psíquicas das transformações no mundo do trabalho*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

MARTINS, Cyro. Um escritor aberto ao espanto. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995, Cadernos Porto e Vírgula 10.

MARTINS, Justino. “Dyonélio Machado quebra seu silêncio”. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 27 jan. 1940. p. 44-58.

MARTINS, Justino. “Um livro escrito na cama”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, v. 13, n. 305, 11 out.1941. p. 32-33.

MARTINS, Luis. “Crônica de São Paulo”. *Revista do o Jornal*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 7.600, 4 fev 1945. p. 2.

MARTINS, Wilson. “A ficção menor (I)”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 90, n. 357, 4 abr. 1981. p.11. (Caderno B).

MARTINS, Wilson. “Situação do romance (I)”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 90, n. 95, 12 jul. 1980. p. 11. (Caderno B).

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCORMICK, Diana Festa. “The Myth of the Poètes Maudits”. In: *Pre-text/Text/Context: Essays on Nineteenth-Century French Literature*. Ohio State University Press, 1980. p. 199-215.

MEIRA, Mauritônio. “Guimarães Rosa diz que seus livros são feitos para bois”. *Jornal do Brasil*, ano 70, n. 61, 15 mar. 1961. p.2. (Caderno B).

MENDES, Uirapuru. “Aqui, Dyonelio Machado, romancista do trivial”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 jul. 1966.

MENTZ, Almir. *O herói romanesco de Dyonelio Machado: Os ratos e O louco do Cati*. 1993. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

METZGER, Clarissa. *O estatuto teórico-clínico da sublimação no ensino de Jacques Lacan: a sublimação como tratamento do gozo*. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

MICHALSKI, Lucie D. *Configuração da visão de mundo em Os ratos*. 1977. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.

MICHALSKI, Lucie D. “Dyonélio: esquecimento ou conspiração de silêncio?” *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 set. 1978. p. 5. (Caderno de Sábado)

MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1945. p. 253-257.

MONSERRAT FILHO, José. “Dyonelio Machado denuncia a estatização da literatura brasileira”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 jan. 1977. n. 452, p. 6. (Caderno de Sábado).

MONSERRAT FILHO, José. “DM categórico: ‘a literatura brasileira acha-se em decadência’”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 set. 1980.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. “Biografia coletiva, engajamento e memória: A miséria do mundo”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 21, n. 2, 2009. p. 259-282.

“MOVIMENTO Literário”. *Carioca*. Rio de Janeiro, ano 10, n. 476, 18 nov. 1944, p.9.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre Verdade e Mentira*. São Paulo: Hedra, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NOCHI, Cláudia. “Prodígios; um romance dos tempos de Nero”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 set. 1980. p. 9.

NOLETO, Luana. *Identidade e espaço literário: um estudo da obra Os ratos, de Dyonélio Machado*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras). Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2017.

NOLL, João Gilberto. “Ausência e negação”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1979, p.5.

OLIVEIRA, Fábio Jose Santos de. *As trilhas do torrão comum: um estudo comparado entre Graciliano Ramos e Cândido Portinari*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) São Paulo: Universidade De São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira de. “Razão e Loucura em O Louco do Cati”. *Revista Literária do Corpo Discente da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte*, ano XX, n. 21, 1988/1989. p. 108-116.

OSÓRIO, Cláudio M. da Silva. Dr. Dyonélio: um médico. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.) *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995, Cadernos Porto e Vírgula 10.

O SR. ALBERTO Pasqualini aceitaria o apoio dos comunistas. *O Jornal*. Rio de Janeiro. Ano 29, n. 8259, 3 abr 1947. p.3.

OS MÉDICOS querem a liberdade do Sr. Dyonélio Machado. *A Manhã*. Rio de Janeiro. Ano 1, n. 152, 18 out 1935. p.6.

PACHECO, Ana Paula. “Na boléia do Borboleta”. In: MACHADO, Dyonélio. *Desolação*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

PACHECO, Ana Paula. “A atualidade de O louco do Cati, de Dyonélio Machado”. *Recordando a Walter Benjamin: justicia, historia y verdad. Escrituras de la memoria*, Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2010.

Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-25/pacheco_mesa_25.pdf
Acesso em 06/11/2018.

PAES, José Paulo. “O pobre diabo no romance brasileiro”. In: PAES, José Paulo. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 39-61.

PASSOS, Cleusa Pinheiro. “A obsessão miúda em Os ratos de Dyonelio Machado”. *Língua e Literatura*. São Paulo. Ano XIV, v.7, 1989. p. 123-142.

PENNA, Heloísa; AVELLAR, Júlia. *Odes e canto secular*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2014.

PETRY, Zahyra de Albuquerque. “Paisagem sem amanhã”. *Correio de Povo*, Porto Alegre, Caderno de Sábado, 24 maio 1980. p. 10-11.

PEREIRA, Mateus Henrique Faria. “Tempo de Perdão? Uma leitura da utopia escatológica de Paul Ricoeur em A memória, a história e o esquecimento”. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 19, dez 2015. p. 66-87.

PIGNATARI, Décio. “O criador do romance sócio-urbano”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 ago 1995. p. 7. (Segundo Caderno).

PIRES, Herculano. “Os Ratos”. *Diário da noite*, São Paulo, 14 set. 1966. (Mundo dos livros).

PLATÃO. *Sofista*. São Paulo: Victor Civita, 1972.

PLATÃO. *Teeteto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2016.

“PERMANECE agitada a situação nacional”. *A Gazeta*. Florianópolis. n. 273, 20 jul 1935. p.1.

“PODER legislativo”. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr 1937. p. 4.

PÓLVORA, Hélio. “Os Ratos, um exemplo de romance proletário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1974. (Livros).

POMPEU, Renato. “Dyonelio Machado, uma obra-prima existencialista”. *Jornal da Tarde*, 15, ago. 1981. p. 10. (Crítica).

PÓVOAS, Glênio Nicola. “Ivan Cardoso aborda o gaúcho sem veiledade sem curta sobre Dyonelio Machado”. *Sessões do imaginário*, Porto Alegre, v.1, n.5, 2000. p. 44-47.

PRESENÇA da Província. “Notícias do Rio Grande do Sul”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 1.890, 17-18 mar. 1956. p.7. (Segundo Caderno).

RAABE, Camilo Mattar. “Criação literária por Dyonélio Machado: a gênese de Os Ratos”. *Revista da Graduação: publicações de TCC*. Porto Alegre, v.4, n.2, 2011.

RAABE, Camilo Mattar. *Nos domínios de Terceira vigília: criação literária e edição crítico-genética de romance inédito de Dyonélio Machado*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RAABE, Camilo Mattar. *Os proscritos de Dyonélio Machado*. 2014. Dissertação. (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REBOLHO, Beatriz Fontoura. *Personagens femininas na ficção de Dyonelio Machado*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

REGIANI, Álvaro. “Entre a *Geschichte* e a antinomia do passado: o conceito de ação na “teoria da história” de Hannah Arendt”. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 4, n.1, jan.-jul. 2013. p. 217-230.

RENAN, Ernest. *Histoire du peuple d'Israël*. Paris, 1889.

Disponível em:

http://www.mediterranee-antique.fr/Auteurs/Fichiers/PQRS/Renan/H_Juifs/T1/T1_0001.htm

Acesso em: 10 out. 2019.

REIS, José Carlos. *História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, Luzia De Maria Rodrigues. *Sortilégios do avesso e a razão da loucura e a loucura de razão na literatura brasileira*. 1989. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade De São Paulo, São Paulo, 1989.

REIS, Octávio Augusto Linhares Garcia. *Pobreza acossada: análise de dois romances de Dyonelio Machado, Os ratos e Desolação*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

REVERBEL, Carlos. “Longevidade criadora”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 set. 1983. p. 6. (Letras e Livros).

RIBEIRO Jr., João. *O que é o positivismo?* São Paulo: Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Leo Gilson. “Perfeito. No estilo, na modéstia e no pudor”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1979. p. 7 (Jornal da Tarde).

RIBEIRO, Leo Gilson. “Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Clarice... e este senhor: DM”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1979. p. 7. (Jornal da Tarde).

RIBEIRO, Leo Gilson; UCHA, Danilo. “D. Dyonélio”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 ago. 1980, p.6. (Jornal da Tarde).

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. São Paulo: Imago, 1978.

RICOEUR, PAUL. *O si-mesmo como um outro* Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: Tomo I*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: Tomo II*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo III*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012c.

RIELA, Caio Repiso. *Dyonelio Machado: os 100 anos do lobo solitário da literatura gaúcha*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa (RS), 1996.

RODRIGUES, Antônio Medina. *Antologia da literatura brasileira: O modernismo*. V.2, São Paulo: Marco, 1979.

RODRIGUES, Iara; BONILLA, Aniluz. *Além do Cri-cri*, Porto Alegre, ano 10, n.3, mai. 1980, p. 1-3.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RORTY, Richard. *Contingência, Ironia e Solidariedade*. São Paulo: Martins, 2007.

ROSE, Marco Túlio de. “Dyonelio Machado, o último dos romancistas modernos”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 38-39, 26 dez. 1975.

ROSE, Marco Túlio de. “Maldito escritor gaúcho volta de novo a atacar”. *Lampião*, Porto Alegre, n. 2, 24 mar. 1976. p. 5.

ROSE, Marco Túlio de. “Dyonélio Machado ou a (I)Responsabilidade da Imprensa”. [Palestra]. ago 1995. (Texto inédito).

SAFATLE, Vladimir. *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SALGADO, Marcus Rogério. “Literatura e pensamento político em dois romances de Dyonélio Machado”. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 31, Jun/2017. p. 95-111.

SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. “Dyonelio e Graciliano”. In: FISCHER, Luís Augusto (org.). *Graciliano Ramos*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p. 27-33. (Cadernos Porto & Vírgula).

SANT’ANA, Nuto. “Livros novos”. *Correio Paulistano*, ano 91, n. 27.239, 7 jan. 1945. p. 22.

SANTOS, Dóris M. Wittmann dos; FILHO. Francisco Carlos dos SANTOS. “Em carne viva: um diálogo imaginário com Dyonélio Machado”. *Revista Uruguaya de Psicanálisis*, Montevideo, n. 101, 2005.

SANTOS, Dóris M. Wittmann dos; FILHO. Francisco Carlos dos SANTOS. “Memória, Dor e resignificação”. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.119-134, 2006.

SANTOS, Fernando Simplício. *Representação e crítica da decadência no mundo moderno: Dyonelio Machado e Menotti Del Picchia*. 2008. Dissertação. (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

SANTOS, Fernando Simplício dos. “Alegorias da violência política nos romances da Trilogia romana de Dyonélio Machado”. *Literatura e autoritarismo*, São Paulo/Santa Maria, jul. 2010. (Dossiê “Escritas da Violência II”).

SANTOS, Fernando Simplício dos. *História, política e alegoria na prosa ficcional de Dyonelio Machado*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia: um estudo dos contos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade De São Paulo, São Paulo, 2011.

SARTRE, Jean Paul. *Saint Genet: ator e mártir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SCHIFFNER, Tiago Lopes. “Os Ratos, uma trama de ponteiros, pontuações e negócios”. *Navegações*, vol. 1/2, n.1, jan-jun. 2018. p. 112-121.

SCHNEIDER, Elinor. “Uma excursão ao mundo grego e romano”. *Riovale Jornal*. Santa Cruz do Sul, 19 ago. 1995. p. 4-5. (Caderno 2).

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

SILVA, Walter Nogueira da. “Plataforma de espera”. *Correio Paulistano*, ano 107, n. 32.055, 24 set. 1960. p. 11.

SOARES, Eptácio. “O Louco do Cati”. *Diário de Pernambuco*, ano 138, n.99, 21 mai. 1963. p.2. (Segundo Caderno).

SODRÉ, Nelson Werneck. “Romance revolucionário”. *Correio Paulistano*, ano 93, n. 27.864, 2 fev. 1947. p. 10.

“‘SORO da Verdade!’ Última chance de Chessman para provar sua inocência!”. *Última Hora*, São Paulo, ano 8, n. 2.295, 30 set. 1959. p.9. (Regional Paraná).

SOUZA, Fabiano Grendene de. “Um filme para cinema, um episódio para televisão: o caso da adaptação dupla de O louco do Cati”. In: BORGES, Gabriela; PUCCI Jr., Renato; SELIGMAN, Flávia (org.) *Televisão: Formas Audiovisuais de Ficção e de Documentário*. Vol.1. São Paulo: Faro e São Paulo, 2011. p. 117-125.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SOUZA, Paulo César. *As palavras de Freud: O vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Ricardo Timm. *Sujeito, Ética e história: Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

STEEN, Edla van (Org.). “Dyonelio Machado”. In: STEEN, Edla van. *Viver e escrever*. Vol.2. Porto Alegre: L&PM; Brasília, INL, 1982. p. 123-139.

STEIN, Ernildo. *Analítica existencial e psicanálise*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

STERZI, Eduardo. “O centenário sai da sombra”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 1 nov. 1995. p. 4. (Segundo Caderno: Cultura).

TAVARES, Enéias Farias. “A problemática social nos romances de Dyonelio Machado e de John Steinbeck: um estudo comparativo”. *Miscelânea*, Revista de Pós-Graduação em Letras da UNESP-Assis. São Paulo-Assis, v.7, jan/jun. 2010, p. 47-61.

TEIXEIRA, Jerônimo. “Centenário de um pobre homem”. *Zero hora*, Porto Alegre, 19 ago. 1995. p. 1-7. (Segundo Caderno: Cultura).

TEIXEIRA, Jerônimo. “Os ratos políticos de Dyonélio Machado”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 jul. 1995. p. 8. (Segundo Caderno: Cultura).

TEIXEIRA, Mário. “Tragédias de um pobre homem”. *Atenção*, São Paulo, ano 1, out. 1995, p. 89.

THOMAZ, Gonçalves. “Velho problema da prostituição”. *Leitura*, Rio de Janeiro, ano 6, número 46, jan. 1948. p. 15.

TILL, Rodrigues. *Alceu Wamosy: vida e obra*. Porto Alegre: Flama, 1973.

TILL, Rodrigues. *Dyonelio Machado: o homem, a obra*. Porto Alegre: E.R.T., 1995.

TOPIN, Rui. “Carta Aberta a Naziazeno Barbosa. Funcionário Público”. *Rumo*, Porto Alegre, Ano 1, n. 4, jun. 1936.

TOREZAN, Zeila Facci; BRITO, Fernando Aguiar. “Sublimação: da construção ao resgate do conceito” *Ágora*, Rio de Janeiro, vol. XV, n. 2, jul/dez 2012. p. 245-258.

TOSTES, Theodomiro. “O mundo de Dyonélio”. *Correio do povo*, Porto Alegre, 7 jul. 1979, p. 7. (Caderno de Sábado).

UCHA, Danilo; RIBEIRO, Leo Gilson. “Dyonelio”. *O Estado de São Paulo*, 23, ago. 1980, p. 6-7.

UCHA, Danilo. “A Praça da Harmonia está sendo revivida”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 jan. 1979.

UCHA, Danilo. “Autor que morde e marca”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 1985. (Segundo Caderno).

UCHA, Danilo. “Dyonélio Machado, um escritor maldito?” *Zero Hora*, 23 set, 1976. p. 3.

UCHA, Danilo. “Dyonelio Machado. Escritor que sempre lutou pela liberdade”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 dez. 1990. (ZH Cultura).

UCHA, Danilo. “Dyonelio, o perene”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 ago. 1979. p. 4-5. (Revista ZH).

UCHA, Danilo. “Dyonélio: o escritor que abriu a ratoeira”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 set. 1980. p. 6-7. (Revista ZH).

UCHA, Danilo. “Melhor que Hemingway”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 set. 1980. p. 6-7. (Revista ZH).

UCHA, Danilo. “Retratista da proletarização da classe média”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 ago. 1979. p.15. (Revista ZH).

VASCONCELOS, Celia Regina Cavícchia. *Os ratos de Dyonélio Machado: uma leitura alegórica*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estado Paulista Júlio De Mesquita Filho, São Paulo, 2002.

VECCHI, Roberto. “Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação”. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy. (Org.). *Leituras cruzadas*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. p. 77-105.

VELLINHO, Moysés. “Do conto ao romance”. In: VELLINHO, Moisés. *Letras da Província*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 65-77. (Coleção Província).

VERÍSSIMO, Érico. “A vida sem make-up”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano XI, n. 324, 15 fev 1936. p. 4.

VERLAINE, Paul. *Los poetas malditos*. Madrid: Ediciones “Mvndo Latino”, 1921.

VERRI, Valda Suely Da Silva. *O tempo em "Elói" de João Gaspar Simões e em "Os Ratos" de Dyonélio Machado*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual De Londrina, Londrina, 2003.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *Os ratos: Uma leitura da história social da Porto Alegre dos anos 30*. 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VESCIO, Luiz Eugênio. *A Porto Alegre dos anos 30 a partir de Os Ratos*. Bauru: USC, 1995. (Cadernos de Divulgação Cultural 42).

VESCIO, Luiz Eugênio. “O discurso silencioso em Os ratos”. *Mimesis*, Bauro, 1994, n.1. p.15-22.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. “O universo simbólico: uma interpretação em Os ratos”. *Revista Vidya*, Santa Maria, v.12, n.20, 1993.

VIDAL, Rubens. “Que fizeram vossas excelências?”. *Revista do Globo*, Porto Alegre. n. 514, ago 1950. p. 23-64.

“VISITA do Sr. Ministro da Justiça às casas de detenção e correção”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano 47, n. 132, 8 jun 1937. p.11.

VILLAÇA, Antonio Carlos. “Humilhados e luminosos”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 69, n. 23.408, 8 ago. 1969. p.4.

WADI, Yonissa Marmitt. “Olhares sobre a loucura e a psiquiatria: um balanço da produção na área de história (Brasil, 1980-2011)”. *História Unisinos*. v.1 n. 18, 2014, p. 114-135.

WEISS, Eduardo. *Elementos de psicanálise*. Porto Alegre, Editora do Globo, 1934.

WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica da Europa do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

ZAGURY, Eliane. “A novela clássica do modernismo brasileiro”. In: *A palavra e os ecos*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 11-19.

ZERR, Joseph. “A odisseia psicológica de um anti-herói”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18 maio 1975.

ZERR, Joseph. “Deuses econômicos”. *Suplemento literário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 13 jan. 1979.

ZILBERMAN, Regina. “Dyonélio Machado: o percurso de uma narrativa social”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 nov. 1981. (Jornal de Ensino).

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982 (Série Revisão, vol. 2).

ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985 (Coleção Universidade Livre).

ANEXO A – FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Frame do filme “Dr. Dyonélio”, de Ivan Cardoso (2’07’)